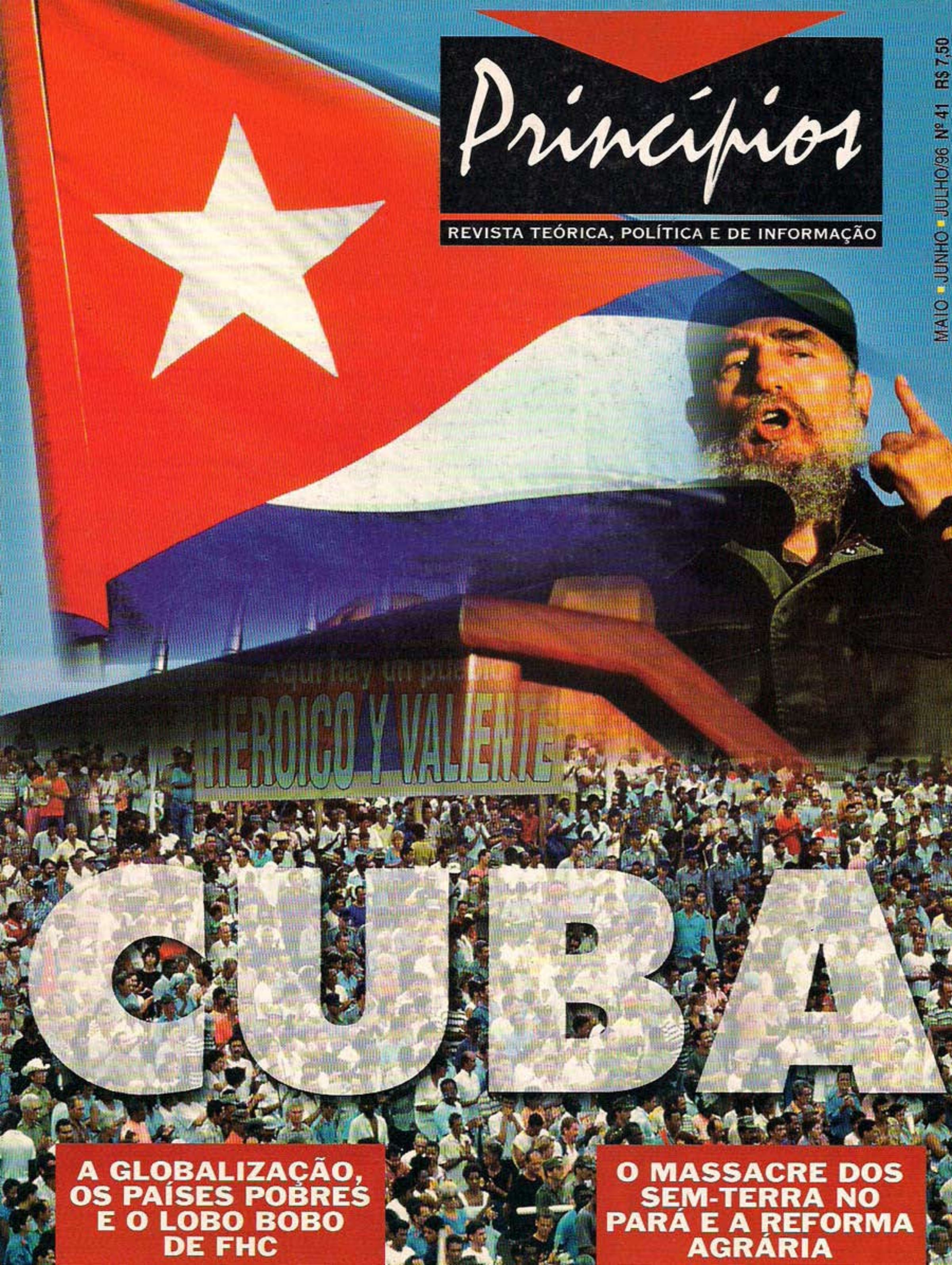


Princípios

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

MAIO • JUNHO • JULHO/96 Nº 41 R\$ 7,50



HEROICO Y VALIENTE

CUBANA

**A GLOBALIZAÇÃO,
OS PAÍSES POBRES
E O LOBO BOBO
DE FHC**

**O MASSACRE DOS
SEM-TERRA NO
PARÁ E A REFORMA
AGRÁRIA**

Revista Teórica, Política e de Informação

Diretor e Jornalista Responsável
João Amazonas

Editor
Olival Freire Jr.

Comissão Editorial
Olival Freire Jr., Pedro de Oliveira,
José Carlos Ruy, Edvar Luiz Bonotto,
Sara Romera, Luciano Martorano
e Roniwalter Jatobá

Conselho Editorial
Aldo Arantes, Bernardo Joffily, Fernando Pupo,
Haroldo Lima, Helena de Freitas, Jô Morais,
José Carlos Ruy, José Reinaldo de Carvalho,
Luís Fernandes, Luís Paulino, Luiz Manfredini,
Madalena Guasco, Olival Freire Jr.,
Pedro de Oliveira, Rogério Lustosa (1943-1992)
Umberto Martins e Walter Sorrentino

Colaboradores
Agenor Silva, Altamiro Borges,
Ana Maria Rocha, Ary Normanha, Carlos Pompe,
Clóvis Moura, Guiomar Prates,
Luciana de Souza Bento, Luiz Marcos Gomes
e Loreta Valadares

Secretário de Edição
Edvar Luiz Bonotto

Projeto Gráfico
Augusto L. de Oliveira

Edição de Texto
Maria Betânia Ferreira

Digitização
Sandro Valeriano de Oliveira e Maria Lucília Ruy

Distribuição e Vendas
Divo Guisoni

Administração
Márcia Regina Viotto

Assinaturas
Claudia de Medeiros

Editoração Eletrônica
Limiar Assessoria em Comunicações

PRINCÍPIOS é uma publicação da
Editora Anita Ltda.

Rua Monsenhor Passalacqua, 158
01323-010 - São Paulo - SP

Tel.: (011) 289-1331

E-mail: ag.principios@ax.ibase.org.br

A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 20 linhas, 1 linha = 70 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Pontos de Venda:

SÃO PAULO: PUC - Livraria do Amaral - lojas 1 e 2 - fone: 864-1267 e 864-9831; Livraria Papel de Seda - fone: 65-8349; CPV - fone: 285-6288; USP - Livraria da Edusp - fone: 813-8837; Banca dos Artistas - Av. Paulista, 2518 - esq. R. da Consolação. BELO HORIZONTE: Banca Praça Sete - R. Rio de Janeiro c/ Afonso Pena - fone: 201-8266; Livraria Eldorado - Av. Afonso Pena, 719 - centro - fone: 273-2436; José Maria Gomes - R. da Bahia, 1148 - sala 603 - fone: 224-5835; Cotec - Av. do Contorno, 842 - sala 207 - centro - fone: 226-7479. GOIÂNIA: Banca do Maranhão - R. 8 c/ Av. Anhanguera. NATAL: Cigarreira Tio Patinhas - Av. Rio Branco, 682-A - fone: 222-0760; Cigarreira O Revistão - Rodoviária - fone: 231-2765; Cigarreira Calçada - Centro; Cooperativa Cultural da UFRN; Centro de Convivência - Campus Universitário.

	3	
<i>A Princípios e a luta de idéias</i>		Comissão Editorial
	4	
<i>A globalização, os países pobres e o lobo bobo de Fernando Henrique Cardoso</i>		Aldo Rebelo
	8	
<i>O Brasil tem sentido?</i>		César Benjamin
	11	
<i>O Plano Real, a dialética e a CPI dos bancos</i>		Luiz Marcos Gomes
	13	
<i>Marx e Engels jornalistas</i>		Afranio Catani e Jair Borin
	15	
<i>Reflexão sobre o marxismo martiano</i>		Miguel Urbano Rodrigues
	21	
<i>Cuba resistirá?</i>		Manuel Domingos
	28	
<i>Reforma agrária já</i>		Aldo Arantes
	37	
<i>Uma questão de soberania</i>		Luís Fernandes
	39	
<i>Índice Remissivo da Revista Princípios, nos 1 ao 40</i>		
	48	
<i>Globalização e o bloco regional: o que é e para onde vai o Mercosul</i>		Luís Carlos Antero
	54	
<i>"Reencantamento do mundo": o neopentecostalismo e as mudanças na matriz religiosa brasileira</i>		Gey Espinheira
	60	
<i>Zumbi, herói da esquerda</i>		José Carlos Ruy
	62	
<i>A crise da universidade pública e o neoliberalismo</i>		Ricardo Abreu de Melo
	66	
<i>Novos marcos institucionais para a formulação de política industrial no Brasil</i>		Luís Antonio Paulino
	73	
DOCUMENTO		
<i>Programa do Partido Comunista da Federação Russa</i>		
	79	
Resenhas		
<i>Capa: Montagem fotográfica de Flávio Nigro</i>		

A *Princípios* e a luta de idéias

Um olhar rápido sobre o índice remissivo das 40 edições da revista *Princípios* (publicado nesta edição) pode nos fornecer uma indicação do papel desempenhado por esta revista na luta de idéias. A denúncia do neoliberalismo e da nova ordem mundial; suas consequências nefastas para a nação e os trabalhadores brasileiros; a crítica das políticas dos sucessivos governos das classes dominantes que buscam adequar a sociedade brasileira a tais projetos, com ênfase na crítica aos governos Fernando Collor e Fernando Henrique; a análise crítica da experiência socialista e dos desafios teóricos e políticos do marxismo aliada à contribuição para o desvendamento de perspectivas para a luta socialista no mundo e no Brasil; a análise das conjunturas políticas nacional e internacional; estes têm sido os temas recorrentes nas sucessivas edições. Merece a nossa atenção editorial, também, a análise de questões relativas à ciência, às artes, aos aspectos históricos do movimento operário e popular, à luta contra a discriminação racial e de gênero, às lutas juvenis, entre outros temas. Contribuições inovadoras podem ser encontradas no índice publicado. Predominam largamente os autores nacionais, mas é significativo o número de traduções, muitas vezes de autores publicados pioneiramente em nosso país. A quase totalidade dos autores insere-se na tradição marxista, independentemente de legendas partidárias, mas há contribuições oriundas de distintos setores do pensamento político e social. Um denominador comum liga o conjunto dos artigos: a insatisfação com as tendências dominantes no mundo, a busca de um pensamento criador capaz de abrir novos horizontes às transformações sociais.

Temos a convicção de que a simples observação do índice aqui publicado confirma que a *Princípios* ocupou um espaço insubstituível na arena editorial nacional – espaço essencial mesmo em uma época de mudanças tão rápidas quanto profundas na comunicação. A revista inova seu projeto gráfico a partir desta edição de número 41. Sua sobrevivência e renovação dependerão fundamentalmente do apoio que for capaz de receber das camadas da sociedade brasileira que precisam de um veículo de idéias como este. A forma mais efetiva de apoio, a curto prazo, é a multiplicação do número de assinantes, pois tem sido a manutenção da lista de assinantes a fonte principal de financiamento da revista. Esta é a razão da campanha em curso: Assine *Princípios*.

★ ★ ★

Um comentário freqüente foi ouvido, nas últimas semanas, entre pessoas progressistas que apoiaram o governo FHC: a máscara caiu muito rapidamente. O escandaloso socorro aos bancos, de um lado, e o tratamento iníquo da questão social, de outro, não deixam dúvida sobre a que veio o governo FHC.

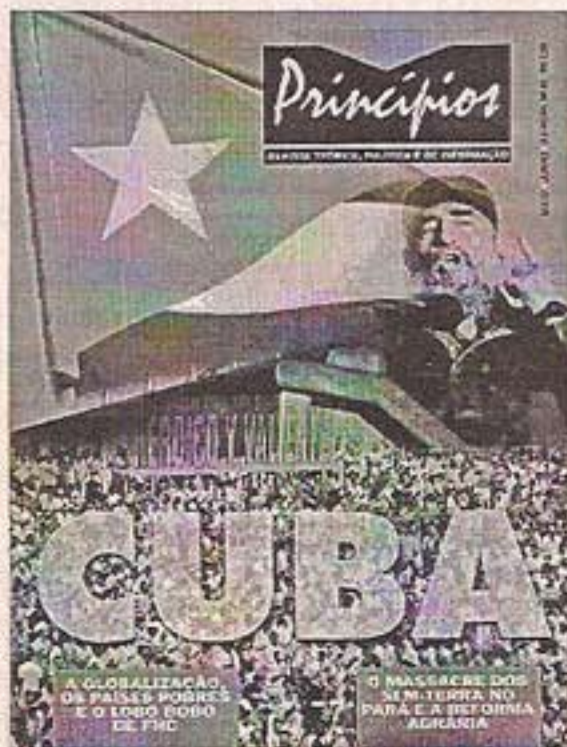
A ilusão que Fernando Henrique espalhou sob a complacência do imperialismo é demolida no artigo de Aldo Rebelo. Luiz Marcos Gomes analisa o esforço do governo pra salvar bancos falidos, e mostra que a questão principal não é a moralidade, mas sim a natureza desse programa que privilegia as elites brasileiras e estrangeiras, e fecha os olhos aos reclamos do povo e da nação. César Benjamin, no mesmo rumo, propõe uma reflexão sobre a viabilidade do Brasil como nação, partindo da idéia de que nosso país é, no mundo de hoje, um dos poucos em condições de elaborar um projeto nacional em contraposição ao neoliberalismo.

Os tiros contra os sem-terra em Corumbiara e em Eldorado de Carajás, exemplos mais graves da violência endêmica que marca a vida rural no país, estão profundamente enraizados na estrutura agrária injusta e altamente concentrada – esta é uma das conclusões do artigo de Aldo Arantes, que ilustra a outra face do caráter reacionário do governo FHC – a violência contra os trabalhadores.

Aprofundando a análise das condições internacionais adversas ao desenvolvimento autônomo do Brasil, Luís Carlos Antero esquadrinha o Mercosul e seu significado nas relações do Brasil com os EUA, a Europa e a América Latina. E, por outro ângulo, Luís Antonio Paulino faz uma radiografia dos acordos da rodada Uruguai do GATT, que levaram à constituição da Organização Mundial do Comércio, com regras que perpetuam os privilégios dos países ricos e os prejuízos dos pobres.

Além de outros temas, esta edição analisa aspectos da violência do imperialismo contra os povos no artigo de Manuel Domingos, estudando as mudanças econômicas e sociais que ocorrem em Cuba. As raízes ideológicas da resistência cubana são relatadas por Miguel Urbano Rodrigues, jornalista de longa tradição na imprensa brasileira e portuguesa e escritor.

Comissão Editorial



A globalização, os países pobres e o lobo bobo de Fernando Henrique Cardoso

ALDO REBELO

O Presidente vê o mundo às portas de um novo Renascimento. Mas o neoliberalismo, ideologia do capitalismo financeiro, diferente do humanismo antigo, espalha incerteza e desconfiança

*“Sou a Diana, não tenho Partido
O meu partido são os dois cordões”
(Canção popular do Nordeste)¹*

Fernando Henrique Cardoso anda dizendo por aí que o lobo mau não é mais o mesmo. Perdeu os dentes e a vontade de morder, e ficou mais cooperativo e amigável do que ameaçador.

Com ares de grande estadista, o Presidente brasileiro compareceu ao colégio do México, em fevereiro passado, para falar sobre o tema da atualidade – “O impacto da globalização nos países em desenvolvimento: riscos e oportunidades”, que é também o tema de sua preferência. Procurou expor ao mundo, nessa conferência na catedral do pensamento mexicano, as razões de sua transmutação de teórico da dependência em teólogo da globalização. O vigor com que investiu contra o que considera como as “teorias superadas deste século” só é suplantado pelo entusiasmo na defesa desse futuro globalizado.

A palestra é uma verdadeira vitrine através da qual se pode ver o jogador astucioso movido pela ambição ocupando o lugar do intelectual que recomendou que esquecessem tudo o que escrevera antes e aceitou a coroa arranjada pela aliança entre a plutocracia paulista e a oligarquia nordestina sob a bênção do capital financeiro internacional.

O primeiro movimento, a candidatura à presidência da República pela aliança PSDB/PFL, revelou o caráter de quem – diante da ordem neoliberal triunfante – não desejava perfilar entre os vencidos e, num lance ousado mas típico dos arrivistas, saltava direto para a ponte de comando dos vencedores.

O discurso do colégio do México é o segundo ato daquele que não quer ser visto na pele de um simples trãnsfuga, mas reconhecido no papel de teórico dos senhores do universo. Ali, o cristão novo encontrou o púlpito do qual exorcizou as crenças passadas e fez as juras da nova fé.

Para melhor se entender o significado de seu pronunciamento é bom começar por onde ele terminou:

[A globalização] “sinaliza uma era de prosperidade sem igual na história do homem – um novo Renascimento, como tenho afirmado (...)”.

A afirmação deve ter causado mal-estar entre os verdadeiros humanistas presentes. Nada do que representou o Renascimento pode ser comparado ao neoliberalismo, mas sim visto como seu oposto. O primeiro iniciou a libertação da Europa do jugo da Idade Média. Expressou o surgimento de uma nova classe, a burguesia, voltada para a liberdade comercial, científica e cultural, em contraponto aos limites estreitos do obscurantismo feudal. Ali, o individualismo era a afirmação do homem como centro do universo, frente às

teorias que subordinavam o destino humano às forças divinas e irracionais.

O Renascimento desencadeou uma onda criadora nas artes e nas ciências, onde o homem aparece como protagonista da história, descortinando vastos horizontes de progresso material e espiritual. Foi um período de otimismo e confiança da trajetória humana, muito distinto dos tempos sombrios de incerteza e desconfiança que acompanham o neoliberalismo.

O mercado é a divindade: diante dele nada podem o homem e a razão, e ele é o regulador da vontade

Se algo poderia representar o contrário do Renascimento nos dias atuais, é o neoliberalismo. A nova divindade é o mercado, diante de quem nada podem o homem e a razão. É ele o novo senhor do destino, o ente capaz de regular a vontade individual e coletiva. Ao tempo em que o Renascimento fez florescer as técnicas modernas nas artes e nos ofícios, o neoliberalismo cria o *apartheid* tecnológico, transforma o conhecimento e a técnica em muralhas para separar ainda mais as nações ricas das pobres. E deixa uma trilha de sangue, destruição e sofrimento em sua passa-

gem. Os acontecimentos trágicos de abril de 1996, a fúria desencadeada contra os povos no Oriente Médio e no sul do Pará, reiteram essa natureza anti-humana do capitalismo triunfante.

FHC filosofa sobre o óbvio e ainda o falsifica

O Renascimento deixou como legado a obra universal de gigantes como Da Vinci, Rabelais, Maquiavel, Camões, Erasmo, Michelangelo, Rafael, Colombo, Vasco da Gama, entre outros, mesmo polêmicos como os últimos, mas eternos. A quem compará-los? A anões, como Madonna, Michael Jackson, Sidney Sheldon, Andy Warhol, Francis Fukuyama, Norman Schwarzkopf – o carniceiro do Iraque – e outros de quilate parecido, vendidos como notáveis pela indústria cultural e fabricantes de heróis de plantão?

Ao tratar do capital, FHC destaca:

“Na dimensão do capital, um dos aspectos a ressaltar é o de que assistimos a uma verdadeira pulverização de sua propriedade. Hoje, os fundos de pensão e de investimentos detêm, por exemplo, posição estratégica no controle do capital e na definição de sua utilização. Isso está diluindo e despersonalizando a relação patrão-empregado nos setores mais dinâmicos e modernos da economia (...)”.

A constatação nada acrescenta e pouco esclarece. Para dizer a verdade, foi feita para confundir. Primeiro, porque os fundos de pensão não controlam as alavancas que determinam o rumo da acumulação capitalista na fase atual. Esta é uma leitura superficial e interessada de um fenômeno muito mais profundo, que implica o controle desse tipo de capital por gigantes do sistema financeiro. E isso nos leva à segunda objeção: os administradores desses fundos são mais investidores do que capitalistas, estão mais preocupados com o retorno financeiro de suas aplicações do que com a multiplicação do capital. Além disso, esses fundos de pensão não são dirigidos por trabalhadores, mas por agentes das próprias empresas capitalistas. Se a tese de FHC fosse verdadeira, seria como se os de-

positantes de um banco, de uma caderneta de poupança, tivessem interferência direta na administração dos recursos que confiam às instituições onde guardam seu dinheiro! Finalmente, o Presidente repete aqui um velho sofisma dos conservadores e daqueles que querem esconder com palavras a verdadeira natureza de suas idéias. A tese da pulverização do capital (e sua conseqüente democratização) já é centenária. Ela apareceu no campo socialista com Eduard Bernstein, no final do século XIX, e, desde então, serve para aqueles que disfarçam, com o *discurso da mudança*, sua adesão incondicional ao sistema capitalista e seu compromisso com sua conservação.

Nosso conferencista é suficientemente bem informado para saber que a natureza do capitalismo contemporâneo, longe de ser determinada pela quantidade de proprietários das ações de suas empresas, deve ser medida pela fatia do mercado que cada uma dessas empresas ocupa isoladamente ou em oligopólios. Vivemos hoje, isto sim, a época das fusões, aquisições e incorporações. Não é por outra razão que seu próprio governo esforça-se para promover mudanças no CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica, do Ministério da Justiça), desde que este criou obstáculos à formação de monopólios em áreas recentemente privatizadas da economia.

Imaginar que a natureza capitalista ou não-capitalista de uma empresa pode variar pela simples razão de que varia o número de detentores de seu capital é o mesmo que tentar distinguir um assalto de um não-assalto como se um fosse praticado por um indivíduo e o outro por uma quadrilha.

Mas FHC respira aliviado quando anuncia:

“Outro ponto de extraordinário impacto nas relações capital-trabalho: a modernização da economia levou a mão-de-obra industrial – no marxismo, o proletariado por excelência – a perder espaço para o emprego no setor terciário, setor onde existe baixa capacidade de mobilização (para efeitos de negociação com os detentores do capital)”.

Filosofa sobre o óbvio, e mesmo assim o falsifica, pois, para o marxismo, o proletariado é formado pelo conjunto daqueles que precisam vender sua força de trabalho para obter seus meios de existência. O proletariado in-

dustrial – a “mão-de-obra industrial” – é, na verdade, parte do proletariado, e forma seu setor de vanguarda. Mas FHC poderia ainda constatar que no máximo o capitalismo pode conduzir o proletariado pelo caminho de volta, neste fim de século, levando-o à mesma condição em que se encontrava no seu início: minoritário na sociedade, mas decisivo pela posição estratégica ocupada no processo de produção. Aliás, vale lembrar que as grandes revoluções sociais deste século não dependeram de um proletariado numeroso, e muito menos hegemônico, nas sociedades onde ocorreram. No caso da Rússia, não havia mais de um milhão de operários industriais para cerca de cem milhões de habitantes quando eclodiu a revolta social em 1917. Na China, o proletariado industrial era um punhado, comparado com a legião de centenas de milhões de camponeses protagonistas de uma das mais importantes revoluções deste século. Isso para não falarmos das revoluções clássicas da burguesia, que, como classe dominante, é naturalmente minoritária na sociedade.



A força social que dirige as mudanças — seja no nosso tempo, seja no passado, no tempo das revoluções da burguesia — deve se apresentar ao conjunto da sociedade como a expressão dos interesses de toda a sociedade. Como professor e sociólogo, FHC deve conhecer essa verdade estabelecida desde a origem da ciência social. A questão não é de quantidade (a classe mais numerosa), mas de qualidade (a classe cuja vanguarda compreende o momento histórico e é capaz de mover os demais setores oprimidos no sentido das mudanças necessárias). E o proletariado continua sendo, hoje, o portador desse papel de articulador de um futuro onde o capitalismo ficará reduzido a mera recordação de um período de desigualdade e opressão.

Se FHC esqueceu o que escreveu mas ainda lembra do que leu, deve saber que o proletariado não é a única classe oprimida pelo capitalismo, e que conceitos como *força dirigente* e *força principal* nos processos das lutas sociais tornam a constatação da perda do papel histórico da classe operária extraordinária apenas por sua banalidade. O mundo mudou, isso não é novidade. É mais uma das mudanças que o capitalismo viveu em sua história secular. E a mudança impõe reflexões, exige uma compreensão mais profunda das novas realidades, e leva a alterações nas formas de atuação. Longe da cantilena monótona da elite, as conclusões são variadas, e não apenas *uma*, como Fernando Henrique, no coro dos que louvam o capitalismo, quer fazer crer. E as teses que se chocam experi-

mem, no campo das idéias, os interesses concretos de classes sociais em conflito, e preconizam saídas diferentes para a crise. Não é apenas a elite que tira conclusões da nova realidade; os trabalhadores também o fazem, formulam um projeto próprio de mudanças que apontam no rumo do socialismo, e lutam por ele.

Ao dividir sua conferência em capítulos, FHC passa a tratar das “conseqüências das novas formas de expansão do capital, da organização do trabalho e da relação capital-trabalho”:

“Primeiro: se, por um lado, a mobilidade dos fluxos financeiros através das fronteiras nacionais pode trazer oportunidades reais de crescimento para as economias emergentes, por outro, a volatilidade dos capitais de curto prazo e a possibilidade de seu uso para ataques especulativos contra moedas são uma forma de ameaça real à estabilidade econômica e ao nível de emprego dos países (o México e toda a América Latina, e mesmo os mercados financeiros mais longínquos, bem sabem o impacto nocivo que essa volatilidade pode ter)”.

Primeiro, dizemos nós: quando ainda era ministro da Fazenda, em janeiro de 1994, ao discutir em uma das comissões da Câmara dos Deputados os riscos de um programa de estabilização apoiado em moeda estrangeira, o próprio FHC extravasou-se em loas às maravilhas do programa mexicano baseado justamente nesses capitais voláteis.

Por isso, soa falsa sua queixa contra a perversidade desses capitais, uma vez que, inspirado no México de Carlos Salinas de Gortari, construiu para o Brasil um plano (o Real) especialmente voltado para atraí-los. Neles encontrou o sucesso imediato para chegar à presidência da República, e com eles vem erguendo fabulosas (e caríssimas) reservas cambiais para sustentar artificialmente o valor da moeda nacional.

A profecia em proveito próprio de pouco valerá quando o cadáver das finanças públicas exalar seus pútridos odores dos salões refrigerados da esplanada dos ministérios para o restante do país.

Mesmo as repetidas advertências de economistas conservadores contra a idéia — diga-se de passagem, nunca realizada em qualquer lugar do planeta — de desenvolvimento duradouro obtido com base em capitais externos,

sem a sustentação da poupança interna, própria, são ridicularizadas pelas pitonisas do saber econômico dominante.

As sacerdotisas da modernidade caminham no sentido contrário: quanto mais solapam internamente as condições de geração dessa poupança, mais expõem o país ao bico afiado das aves de rapina do capital financeiro internacional.

“Segundo: o conhecimento tornou-se, como sabemos, um fator concreto de diferenciação entre os trabalhadores, deixando vulnerável a posição daqueles que ocupam a maior parte dos postos de trabalho não-qualificado, sobretudo nos países em desenvolvimento (...)”.

Aqui é o caso de uma pequena verdade para encobrir uma monstruosidade: antes de estabelecer a diferenciação entre trabalhadores, o conhecimento tem sido o principal fator de perpetuação e agravamento da distância que separa os países ricos dos pobres.

O discurso de FHC é feito sobre um mundo idealizado fora da realidade

A possibilidade de uma nação em desenvolvimento firmar o pé no território minado das indústrias do futuro está diretamente ligada a esse fator. Quem sabe, por isso mesmo, percorre-se, palavra por palavra, toda a conferência do Presidente brasileiro e nela não se vêem, nem uma única vez, expressões como microeletrônica, robótica, biotecnologia, novos materiais, telecomunicação, aviação civil, máquinas-ferramentas ou computadores.

Mesmo um economista conservador como o festejado consultor norte-americano Lester Thurow, do MIT (Massachusetts Institute of Technology), vê essa questão com mais discernimento político: “Peçam ao Japão, Alemanha e aos Estados Unidos para listar as indústrias que consideram necessárias para proporcionar aos seus cidadãos um padrão de vida mundial na primeira metade do século XXI, e eles apresentarão listas muito parecidas”, semelhantes àquela lista de expressões ignoradas por FHC em seu pronunciamento.



Mas não se acuse o Presidente de omissão. A Lei de Patentes, que, com seu empenho pessoal, foi recentemente aprovada pelo Congresso brasileiro, constitui verdadeira fórmula mágica de como apressar a caminhada dos ricos rumo às indústrias do futuro, enquanto nossos pés ficam atados, por iniciativa do próprio Presidente e da maioria dos legisladores nacionais.

“Terceiro, e talvez ainda mais preocupante: diante desse quadro de transformações, quem seriam os novos agentes sociais da construção do futuro? Não mais a ‘burguesia conquistadora’, uma vez que o capital vai-se despersonalizando; não mais a classe média como portadora privilegiada de valores democráticos; tampouco o proletariado, órfão das utopias revolucionárias, depois da derrocada do socialismo real. Mais adiante voltarei a este tema, que julgo essencial.”

Aqui, FHC enfrentou a questão do personagem da história (já abordada acima). Apesar de citar a burguesia e a classe média, ele se dirige na verdade contra a tese de que o condutor das mudanças em nosso tempo continua sendo o proletariado. E – adivinhem! – quem FHC, convertido no anjo Gabriel deste fim de século, anuncia ao mundo como seus novos salvadores:

“Os governantes, os intelectuais, as lideranças da sociedade civil têm um papel decisivo a desempenhar para que o novo Renascimento possa florescer em toda a sua força transformadora da História”.

Para variar, o povo fica fora – e as elites são convocadas para conduzir as mudanças! Isto é, o Presidente repete a velharia apologetica da direita e dos conservadores, a tese da revolução da elite, de Vilfredo Pareto, James Burnham e tantos outros que sonharam com mudanças que deixem o mundo como ele está!

Seu discurso é feito sobre a maquete de um mundo idealizado, cuidadosamente isolado da realidade dramática; nele, as aspirações dos pobres são cirurgicamente fragmentadas em passagens desprovidas de sofrimento e de vontade. E não há registro da determinação perversa e concentrada dos dominadores.

O apelo à magnanimidade dos poderosos vem carregado de uma confiança etérea em

sua boa vontade, combinado com uma sugestão de paciência contemplativa aos que estão embaixo.

Mas eis que o mundo real salta, intempestivo, diante dos olhares obnubilados da plateia, anunciado pelas palavras do Secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher:

“A liderança norte-americana exige que apoiemos uma diplomacia persistente com a ameaça real de força e que atuemos sozinhos quando for necessário para defender nossos interesses. Não somos os ‘vigias do mundo’, mas freqüentemente nosso envolvimento e poder podem ser decisivos. E quando resolvermos enviar tropas norte-americanas para o exterior, nós as enviaremos em uma missão definida e com os meios necessários para o triunfo”.

As palavras – que estão em artigo publicado de Christopher na revista *Foreign policy*, ‘A liderança dos Estados Unidos e as oportunidades norte-americanas’ – não podiam vir de pena mais significativa! Não se trata de algum funcionário de escalão inferior, ou de um ideólogo ou publicista a soldo dos interesses norte-americanos, mas da principal autoridade daquele país para a definição de sua política externa, a quem cabe a coordenação do uso da força militar como instrumento de relações internacionais. E que – releia-se a primeira frase da citação – tem determinação bélica para cumprir sua função. Pois bem, esse é o destinatário daquele apelo à magnanimidade dos poderosos!

Ou então, agora na voz do senador pelo Kansas, Bob Dole, do Partido Republicano, candidato à sucessão de Bill Clinton:

“A Nova Ordem Mundial – seja lá o que isso pretendia ser – rapidamente se transformou em uma nova desordem mundial; ao invés do fortalecimento da segurança coletiva, da melhoria das organizações internacionais e de uma nova parceria entre as nações, houve a propagação de conflitos étnicos e religiosos violentos, a proliferação de armas de destruição em massa, da agressão internacional e da guerra civil (...)”.

E se alguém desconfiar da seriedade dos líderes da potência do norte, basta conferir o que Bob Dole pensa sobre a geopolítica, inclusive sobre o Brasil:

“Os Estados Unidos, como única potência mundial, precisam liderar. A Europa – seja como

Estados individuais ou coletivamente – não pode. China, Rússia, Índia, Brasil e Japão são potências regionais importantes, e alguns podem ser ameaças regionais potenciais. Mas somente os Estados Unidos podem liderar a gama completa de assuntos diplomáticos, econômicos e militares, quando confrontados com o mundo”.

Não é esse, seguramente, o panorama que Fernando Henrique avista desde o planalto mexicano. Bem ali, onde a fúria espanhola fez arder a mais avançada civilização nativa das Américas, e onde, séculos depois, os Estados Unidos arrancaram aos mexicanos metade de seus territórios, preferiu ignorar a tragédia de Chiapas e da economia do país (devastada pela experiência neoliberal) para lançar sobre os olhos dos anfitriões a poeira da confusão:

“(...) A solução dos problemas contemporâneos ultrapassa as fronteiras nacionais e demanda a mobilização universal (...)”.

Resta saber: problemas de quem, fronteiras de quem e mobilização para o quê. A contar pelo menos o número de empregos que o Brasil perdeu num prato da balança, e que os Estados Unidos ganharam na outra (5,2 milhões de novos empregos em dois anos de administração Clinton), a ultrapassagem das fronteiras e a mobilização universal têm dados bons resultados, mas não para nós.

É compreensível que o “moderno” FHC reprove estórias como a de Chapeuzinho Vermelho, na qual o lobo mau morre no fim. Mas daí a transformar o lobo mau em amigo de Chapeuzinho Vermelho e protetor da vovozinha, nem as criancinhas iriam acreditar!

ALDO REBELO é Deputado Federal/SP.

Nota

(1) O *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* ensina: “Diana (...) 2. Bras., NE. No pastoril, a pastorinha neutra, i. é., que não defende nem o encarnado nem o azul, e cuja indumentária é feita de ambas as cores”.

Bibliografia

THURLOW, Lester. *Cabeça a cabeça – a batalha econômica entre Japão, Europa, Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

Revista *Política Externa*, v. 4, n. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, dez./jan./fev./1995-1996.

O Brasil tem sentido?

CÉSAR BENJAMIN

A aventura neoliberal revela que nem a elite nem todos os setores avançados têm um projeto nacional. É necessário – e possível – construí-lo para deter a marcha da insensatez

Dois impulsos básicos – e complementares – estão presentes na formação do imaginário das sociedades modernas: a conquista da igualdade jurídica entre os homens (deixando para trás sociedades rigidamente estratificadas, que predominaram amplamente ao longo da história) e o estabelecimento de níveis crescentes de igualdade social (ou de níveis menos chocantes de desigualdade). Todas as sociedades que se modernizaram responderam, de alguma forma, a esses dois desafios.

A primeira conquista, cuja importância não deve ser subestimada, finca raízes firmes no capitalismo maduro triunfante. Reintroduzir castas ou estamentos fixos sem a possibilidade jurídica de mobilidade, numa sociedade que se define como governada pela interação livre de portadores de mercadorias, implicaria uma imensa e quase impensável

fratura ideológica no próprio sistema. Mas, nesse mesmo sistema, a segunda conquista – a de níveis crescentes de igualdade social – está condenada a ser planta frágil. Pode florescer em certos períodos, mas sempre sob a forma de conquistas políticas, a serem politicamente defendidas. Se é verdade que o mercado, regente fundamental das interações, exige homens juridicamente iguais, o mesmo mercado, ao funcionar, repõe e amplia a desigualdade social, que por isso precisa ser amenizada pela intervenção de mãos bem visíveis.

Por não se inscreverem na lógica do modo de produção, as conquistas sociais permanecem sob ameaça, como mostra o fracasso da experiência social-democrata, esgotada depois de vinte ou trinta anos vividos numa conjuntura (a do segundo pós-guerra) que hoje sabemos ter sido excepcional. Quando a superestrutura política se sobrepõe em demasia às tendências imanentes à estrutura econômica, fortalecendo instituições e valores que criam dificuldades aos processos de livre troca, a acumulação de capital se debilita. O sistema reage, pressionado por seus próprios impulsos e pela concorrência internacional.

Acelerar a renovação da base tecnológica, iniciando um novo ciclo que fragilize os trabalhadores já adaptados aos modos anteriores de produzir, tem sido uma das formas mais recorrentes – e talvez a mais importante – dessa reação. Se, como hoje, esse movimento consegue ganhar suficiente amplitude, aumentam os graus de liberdade na ação do capital, de novo senhor quase absoluto das decisões de investir. Resta aos trabalhadores uma ação defensiva.

Nesses períodos, o pensamento (neo)liberal ganha impulso, com sua argumentação

legitimadora de mais espaço para a regulação mercantil. Muitos desavisados passam a considerá-lo como expressão de uma “ciência”. Ao contrário do que tem sido enfatizado pelo intelectual medíocre que ocupa a presidência da nossa República, a base de todo esse processo não é uma pretensa racionalidade técnica, à qual só nos restaria aderir, mas exatamente o contrário: a racionalidade técnica só se constitui dessa forma porque é serva de uma “racionalidade” que mal e mal se esconde atrás dela.

A função de harmonizar as economias privadamente reguladas, de um lado, e os processos de socialização necessários ao funcionamento dessas mesmas economias, de outro, tem sido desempenhada, tradicionalmente, por um conjunto de instituições, muitas das quais estatais. O fato novo, sob esse aspecto, é a extensão dos processos que enfraquecem os fundamentos socioculturais das sociedades nacionais (pilares daquelas instituições) e debilitam a ação dos Estados.

Os neoliberais postulam – e têm conquistado – maior liberdade de movimentação para capitais, empresas e técnicas, reduzindo o poder regulamentador das nações com relação a esses fluxos. É a globalização – movimento necessariamente capenga, pois nem tudo é fluido, nem tudo se desloca sem fricções. Em primeiro lugar, uma parcela enorme de atividades econômicas e sociais não é negociável no mercado internacional (educação, saúde, energia, “tecnologias sensíveis”, redes físicas de transportes, infra-estrutura urbana, terra agricultável, água doce, luz do Sol, muitos tipos de serviços), embora seja decisiva para definir os níveis de produtividade e de competitividade das atividades negociáveis. Em segundo lugar, e mais impor-



tante, a globalização tampouco inclui – e não poderá incluir – a população em si mesma. Não está em curso a formação de um mercado de trabalho globalmente unificado. Ao contrário: com o aumento das barreiras ao deslocamento de pessoas, o mundo do trabalho permanece circunscrito aos espaços nacionais em que historicamente se constituiu.

Com a desigualdade social vista positivamente, recua a solidariedade

O rápido e consciente debilitamento das instituições que operam nos espaços nacionais sinaliza, portanto, um projeto político que (a) perpetua um sistema internacional assimétrico, em termos de poder, e (b) na prática, renuncia ao enfrentamento da questão social. O próprio processo civilizatório fica ameaçado em amplas regiões do mundo, consideradas supérfluas, habitadas por gente desnecessária, algumas das quais no Brasil. Com a desigualdade social considerada agora como um valor positivo, impulsionador do desenvolvimento, a solidariedade recua, renovando-se a tendência à barbárie.

Isso se torna mais grave quando se enfoca outra característica básica do cenário atual: o aprofundamento da fratura entre as esferas produtiva e financeira da acumulação de capital. Os sinais de alarme se multiplicam na literatura internacional especializada: é claro que a assimetria crescente entre essas esferas não é sustentável. Mesmo assim, os próprios países centrais têm dificuldade de reagir, emparedados diante de um “poder de veto” – informal, mas terrivelmente eficaz – que o capital passou a deter sobre as políticas de todos os Estados. As soberanias nacionais estão fragilizadas até mesmo sobre as respectivas moedas, enquanto a formação de um governo mundial efetivo ainda é uma possibilidade longínqua, politicamente inviável.

Tanto pelo lado da reação à barbárie social quanto pela possibilidade de crise financeira global, as tendências hoje predominantes provavelmente não se desdobrarão de forma linear nos próximos anos. Tudo indica que elas estão aproximando o mundo de trans-

formações ainda muito difíceis de discernir. Os adesistas, quase sempre entusiastas da assim chamada Revolução Técnico-Científica, deveriam buscar na história o ensinamento de que nenhum processo desse porte foi levado a bom termo capitaneado por transformações puramente tecnológicas, e isso tampouco ocorrerá agora. A Revolução Industrial clássica só pôde prosseguir porque as alterações tecnológicas a ela associadas promoveram inúmeras mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que influenciaram reciprocamente a velocidade e o curso do desenvolvimento tecnológico, tudo terminando por se encaixar num novo “modo de regulação” da sociedade, que culminou, neste século, na criação dos mercados de massa. Ninguém ainda demonstrou que esteja em curso a construção de um novo “modo de regulação” abrangente, embora essa possibilidade tampouco possa ser descartada para algum futuro. Seja como for, a imagem atual é cinzenta: as taxas de crescimento do centro capitalista permanecem medíocres, a fragmentação social se agrava, aparecem sinais de instabilidade financeira (o maior banco japonês está sob intervenção, o segundo maior banco inglês quebrou, o monumental déficit americano só faz aumentar) e a mais bela aposta em termos de mercados emergentes e devidamente “ajustados”, o México, já fracassou.

Pela sua continentalidade, sua dotação de recursos e a base produtiva que constituiu em seu território, o Brasil é um dos poucos países que podem reagir – seja sob a forma de um projeto alternativo, seja, pelo menos, sob a forma de um programa mínimo de construção de salvaguardas. Mas a tendência hoje predominante não é nenhuma das duas: nossa elite embarca na aventura do “ajustamento”, tentando fazer dela um caminho sem volta, queimando as caravelas como Cortez. Culpa de uma elite irresponsável, sem dúvida, mas com a cumplicidade da esquerda. Nem uma nem outra construíram um projeto alternativo – que, pelas razões acima esboçadas, teria que ser um projeto nacional, já que o espaço nacional é insubstituível se se quer definir metas claras, utilizar elementos de planejamento econômico e tratar seriamente a questão social. Numa palavra, se se quer formar uma verdade coletiva, forte o bastante para contrariar a marcha da insensatez.

Num processo excepcional, comparado com o resto do mundo, o Brasil manteve sua unidade territorial no século XIX e a confirmou, de forma negociada, no alvorecer do século XX. Consolidou-se um país-continente, porém pobre, periférico e exótico (pela língua, pelas raças, pela herança cultural, pela posição geográfica). Na década de 20, por sua vez, uma série de movimentos político-militares, sociais e culturais amalgamaram elementos de uma nascente identidade nacional. Em seguida, o país assumiu o desafio do desenvolvimento, que se transformou em projeto político hegemônico com a Revolução de 1930. Ela pôs em marcha acelerada três movimentos estruturais que mudaram a nossa face: a industrialização, a urbanização e a integração espacial do vasto território legado pelas gerações passadas. Tais movimentos formaram a espinha dorsal de um ciclo de desenvolvimento que durou cinquenta anos. Tendo clara a distinção entre passado (população rural, base produtiva agrícola e fragmentação territorial) e futuro (população urbana, base produtiva industrial e integração territorial), a sociedade brasileira viveu em um tempo claramente orientado e, por isso, sentiu-se portadora de um projeto.

Como ocorreu em vários momentos da nossa história, esse movimento, embora transformador, não foi revolucionário. Ao contrário, manteve estreitíssimo vínculo com o passado, consubstanciando-se na ação de um Estado simultaneamente desenvolvimentista (na economia) e conservador (na sociedade). Nossa matriz produtiva foi profundamente alterada; nossas relações sociais e de poder, muito pouco. Realizamos, digamos assim, uma “fuga para a frente”.

A desconstrução de nossa identidade foi patrocinada pelas elites e pelas contra-elites nacionais

A crise em que estamos imersos nos quinze últimos anos decorre do esgotamento do impulso nascido daquela combinação específica de processos estruturais, ou seja, do

fim do ciclo longo de 30-80. Fato notável: foi rapidíssima a desconstrução da identidade nacional então esboçada, e hoje em franco declínio, aliás patrocinado. Essa desconstrução não poderia ter sido tão rápida, nem tão indolor, não fosse uma ação complementar das forças políticas que representavam as elites e as contra-elites brasileiras nos anos 80. Ao enfatizar, com razão, a perpetuação de intoleráveis injustiças no interior do nosso processo de desenvolvimento, a esquerda se esmerou em desvalorizar completamente a construção anterior – em seus aspectos econômicos, ideológicos e culturais – fazendo dela terra arrasada; assim, deixou de constituir-se como força que pudesse oferecer uma alternativa de desdobramento transformador para a base produtiva e as forças sociais já constituídas pelo esforço do nosso povo, nas condições possíveis de então. A direita, por sua vez, tinha seus

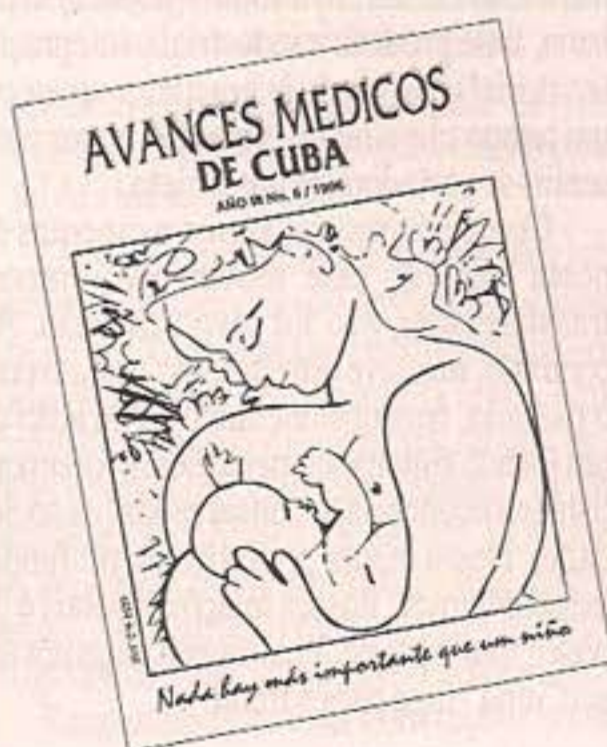
próprios motivos para também querer se ver livre dessa mesma construção histórica e das instituições que a encerravam. Temia, acima de tudo, que o reencontro do país com a democracia, àquela altura inevitável, criasse condições para a edificação de um Estado ainda impulsionador do desenvolvimento, mas doravante transformador, não mais conservador. Ao dismantelar sem constrangimento o Estado nacional – processo em curso acelerado –, lucrou duplamente: afastou a possibilidade de um “desenvolvimento com reformas”, que só seria possível na presença de um Estado com capacidade de liderança, e ficou livre para apostar na única alternativa restante: a internacionalização subordinada.

Um equívoco trágico e profundo percorre, como se vê, a ação da esquerda brasileira nesse período. Um equívoco que se perpetua sempre que se enfrentam, de um lado, seg-

mentos adesistas ao projeto neoliberal, ofuscados pelo pensamento da moda e pela possibilidade de borboletear na periferia do poder, e, de outro, segmentos dogmáticos, incapazes de inserir-se de forma crítica no movimento histórico que nos trouxe até aqui, constituindo a partir daí novas alianças estratégicas em nossa sociedade.

Se quisermos fazer uma reflexão estratégica, mais necessária que nunca, precisamos nos reacostumar a pensar fundamentos. Um bom começo seria tentar responder à pergunta: o Brasil tem sentido? Este é, em última análise, o objeto do texto preliminar e exploratório que denominei *Elementos de uma nova estratégia para o Brasil*. E a resposta ali esboçada é, inequivocamente, sim.

CÉSAR BENJAMIN é escritor.



REVISTA AVANCES MÉDICOS DE CUBA

Conheça a medicina avançada que se pratica em CUBA lendo a revista AVANCES MÉDICOS, dirigida por um conselho científico sob a coordenação do Ministro da Saúde Pública.

Assinatura anual (4 edições): R\$ 30,00 (inclui correio)
Número avulso: R\$ 7,50

Preencha o cupom abaixo e anexe seu cheque nominal à EBRADIL.

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____ ESTADO _____ CEP _____



DISTRIBUIDOR NO BRASIL

Ebradil – Livros Portugueses

Rua Genebra, 161 - Bela Vista

Tel.: (011) 606-0877 e 604-1748 - Fax: 232-7021

CEP 01316-010 - São Paulo - SP

Solicite
catálogo

O Plano Real, a dialética e a CPI dos bancos

LUIZ MARCOS GOMES

O custo da estabilidade do real é o baixo crescimento econômico e a explosão da dívida pública, que dobrou desde fevereiro de 1995

A realidade costuma nos pregar peças, tal sua riqueza e complexidade e suas inúmeras possibilidades de desenvolvimento. Há cerca de um ano, publiquei aqui na *PRINCÍPIOS* um artigo ('Governo FHC: sem recuo, sem compostura e sem volta', *Princípios* nº 37), procurando analisar as perspectivas político-econômicas do governo FHC após a crise mexicana, e afirmei que essa crise havia detonado os programas de ajuste preconizados por FMI/Banco Mundial/governo dos Estados Unidos para países como o nosso. Um dos eixos de minha análise, na época, era a possibilidade de o Brasil perder rapidamente suas reservas, a partir inclusive de uma corrida cambial provocada pela instabilidade dos chamados "mercados emergentes", gerada pela crise do México. Mas, pasmem os leitores, o governo brasileiro conseguiu, aparentemente, superar o problema e, atualmente (abril de 96), acumula reservas cambiais da ordem de US\$ 56 bilhões, montante superior ao que possuía antes da crise do peso. O que ocorreu, então? Os planos de ajuste foram ou não foram detonados?

A dialética tem coisas curiosas, e uma delas é a de nos ensinar a ver por trás das aparências dos fatos. A verdade é que o governo realmente acumulou bilhões em reservas cambiais, mas a situação econômica brasileira agravou-se muito, em que pese esse acúmulo extraordinário de reservas. Entre os próprios economistas, teóricos e representantes de diferentes segmentos do grande capital, intensificou-se a polêmica sobre a situação e os rumos do Plano Real. O economista

Rudiger Dornbusch, professor do MIT (Massachusetts Institute of Technology), um dos centros de excelência do pensamento ocidental, foi um dos que mais pôs lenha na fogueira ao defender, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, que faltam ao atual governo "uma visão do que fazer com o Brasil e desenvolver seu próprio projeto". Ele disse que o governo FHC preocupa-se demasiadamente com a luta contra a inflação, e que isso é absolutamente insuficiente. Diz Dornbusch: "A expectativa é de que o Brasil cresça 7% ao ano. Qualquer política incompatível com um crescimento de 7%, em média, é errada. Um país que diz que não pode crescer mais do que 3% está mal administrado". Depois de reiterar que "o foco deve ser perguntar por que não é possível crescer a 7%, o economista do MIT agrega:

"O Brasil está tomando emprestado. Tem suas âncoras. Paga juros gigantescos por empréstimos para segurar a inflação. É uma ilusão imaginar que tudo está feito. O país está acumulando uma enorme dívida, e isso será um obstáculo para fazer outras coisas mais à frente. Quanto mais esperar, maior será o obstáculo".

Dornbusch tocou em dois problemas interligados que estão entre os maiores flancos do Plano Real: 1) a perspectiva de pequeno crescimento econômico estimado pelos economistas oficiais a fim de não ameaçar a estabilidade do real (para evitar, na expressão desses economistas, "pressões da demanda agregada", "bolhas de consumo" etc.), e isso num país que precisa crescer, precisa se desenvolver para combater a miséria e a pobreza e gerar empregos, como condição mínima;

2) ele abordou também as bases em que repousa essa estabilidade monetária, ou seja, uma política monetária rígida com altas taxas de juros para atrair capitais externos e o resultado mais visível dessa política, que é o enorme crescimento da dívida pública.

É esse, até agora, o preço da estabilidade do real: pequeno crescimento econômico e explosão da dívida pública. Esta passou de R\$ 65 bilhões, em fevereiro de 1995, para R\$ 127,4 bilhões em fevereiro deste ano — um



aumento de 96% em apenas um ano². Pode-se argumentar que isso não é um grande problema, pois essa dívida representaria em torno de 25% do PIB brasileiro, quando, em muitos países desenvolvidos, a relação dívida pública/PIB já ultrapassou a casa dos 50%. Mas não é bem assim, pois o custo da dívida brasileira é algo astronômico, como observou recentemente o megaempresário Antônio Ermírio de Moraes, para quem “os Estados Unidos conseguem rolar a sua dívida na base de 5% ao ano, enquanto o Brasil tem de pagar 25%”³. E os efeitos devastadores dessa política já se fazem sentir em todos os setores da economia, “destruindo as finanças públicas, as finanças das pequenas e médias empresas nacionais e aumentando os riscos do sistema bancário”⁴. Isso para não falar no desemprego crescente e na destruição acelerada de postos de trabalho, ameaçando cada vez mais a já precária situação dos trabalhadores.

A dívida pública interna do governo federal pulou de R\$ 117 bilhões em janeiro passado para R\$ 127 bilhões em fevereiro. Para se ter uma idéia da escalada desse crescimento de 10 bilhões de reais em apenas um mês, façamos a seguinte comparação: diversas publicações estrangeiras interessadas no programa de privatização das estatais brasileiras têm estimado o valor de mercado da companhia Vale do Rio Doce entre US\$ 10 bilhões e US\$ 12 bilhões. Assim, em apenas um mês, como resultado da política monetária adotada pelo governo para “garantir” a estabilidade do real, o país gastou uma quantia equivalente ao valor de mercado da Vale do Rio Doce.

Quantas “Vales” vamos gastar para empurrar para a frente o problema da dívida pública?

Quem ganha com isso? Ganham os aplicadores em títulos públicos de curto prazo, remunerados por altas taxas de juros. E quem são esses aplicadores? Basicamente instituições financeiras externas e internas, mas sobretudo os investidores de *hot money* do ex-

terior que trazem para cá seus capitais em dólares, transformam-nos em reais e aplicam esses reais em títulos públicos. Mas o governo está criando outras formas de transferir riqueza social para o setor financeiro, como o Proer, Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, lançado em novembro do ano passado a pretexto de se evitar uma crise sistêmica desse mesmo setor. Por meio do Proer, em uma única operação – a de incorporação do banco Nacional pelo Unibanco –, o Banco Central despendeu exatos R\$ 5.840 bilhões, ou seja, meia Vale do Rio Doce.

Até quando o atual governo vai prosseguir com a atual política? Quantas “Vales” ainda iremos gastar, seguindo um caminho que não provoca diminuição da dívida pública, mas empurra o problema para a frente, sem resolvê-lo? Estas seriam questões fundamentais a serem investigadas pela CPI dos bancos, que acabou sendo abortada por um jogo pesado feito pelo governo FHC junto a parlamentares, numa reedição das piores práticas do fisiologismo político. O grande perigo era essa CPI mergulhar nas causas profundas da atual crise, partindo da ponta de um enorme *iceberg* que são as quebras de alguns grandes bancos, como o Econômico e o Nacional. E, talvez, a parte menos importante a ser averiguada seriam as fraudes e a corrupção que normalmente acompanham esses processos. Colocar isso a nu é relevante, é pedagógico, mas somente essa parte não bastaria para se desnudar todo o processo de transferência de riqueza social que está ocorrendo para a oligarquia financeira, via mecanismos criados e administrados pelo aparelho do Estado.

Essa CPI deveria mergulhar nos mecanismos de criação e gestão da dívida pública atual, e que se baseiam numa lógica que vem comandando tudo, que poderia assim ser resumida: 1) o objetivo prioritário é manter a estabilidade monetária do real; 2) o real é um duplê do dólar, ou seja, a estabilidade do real depende de o país manter altas reservas em dólar; 3) para evitar a saída dessas reservas, o governo puxa as taxas de juros das aplicações, gerando um efeito devastador em toda a economia e comprometendo as finanças públicas; 4) a elevação dessas taxas de juros afeta de igual forma as empresas e as pessoas

que, por qualquer motivo, contraíram empréstimos nos bancos, gerando concordatas, falências, desemprego e uma inadimplência generalizada; 5) finalmente, essa inadimplência volta-se contra os elos mais fracos do sistema financeiro, que também começa a quebrar pelo não recebimento de seus empréstimos. Os que conseguem se salvar são alguns gigantes financeiros que embolsam enormes ganhos e vão se apropriando do patrimônio e da riqueza dos diversos setores atingidos pela crise, que são os trabalhadores e assalariados em geral, o pequeno e médio empresariado e também uma parcela de empresas grandes que dependem de crédito bancário para tocar seus negócios.

Uma CPI deveria revelar à população o conluio do atual governo e do setor financeiro

Essa é a investigação que a CPI deveria fazer, revelando para a população, em termos concretos, como se processa o conluio do atual governo com a oligarquia financeira, em cima das bases que sustentam o Plano Real.

LUIZ MARCOS GOMES é economista e jornalista. Foi editor de economia dos semanários *Opinião e Movimento* e membro do Conselho Federal de Economia de 1987 a 1989.

Notas

(1) Dornbusch receita inflação e crescimento, *Folha de S. Paulo*, 31/3/96.

(2) Dívida em dobro, editorial da *Folha de S. Paulo*, 17/4/96

(3) A preocupante dívida interna, Antônio Ermírio de Moraes, *Folha de S. Paulo*, 14/4/96.

(4) Críticos do crítico, Antônio Delfim Neto, *Folha de S. Paulo*, 17/4/96.

Marx e Engels jornalistas

AFRANIO CATANI e JAIR BORIN

Os fundadores do marxismo deram uma grande contribuição para o fortalecimento da imprensa socialista e proletária

Tanto os biógrafos, como os estudiosos do pensamento socialista costumam dar ênfase à contribuição filosófica e política de Marx (1818-1883) e de Engels (1820-1895), esquecendo-se, praticamente, do trabalho de ambos no campo jornalístico. Embora esta atividade esteja relegada a um segundo plano no balanço da contribuição que Marx e Engels deram à evolução do pensamento político dos séculos XIX e XX, suas incursões no jornalismo também mereceram destaque especial nas comemorações do centenário da morte de Engels, promovidas em vários países no último mês de novembro.

Enquanto Engels se destacou no jornalismo, produzindo análises didáticas do cotidiano da atividade política na Europa, Marx passou por todos os estágios de uma redação de jornal. Em 1842, com apenas 24 anos, Marx inicia suas atividades no jornalismo, vindo a ocupar o cargo de editor-chefe da *Gazeta Renana*, um dos principais diários da cidade de Colônia, mantido pela burguesia liberal. Ali não se contenta apenas com os trabalhos da redação. Sai a campo e produz desde reportagens, entre as quais se destaca a série de matérias retratando a situação dos vinhateiros do Vale do rio Mosela, a cobertura do debate sobre a lei que reprime o roubo de lenha na Alemanha, até artigos de fundo sobre a liberdade de imprensa e sobre as atividades da Dieta Renana.

Biógrafos de Marx destacam que durante suas atividades na *Gazeta Renana* o jovem filósofo se inteira das primeiras manifestações socialistas e comunistas, que já ecoavam na França. Segundo Maximilien Rubel, foi através dos artigos de Moses Hess e de G. Mevissen, publicados na *Gazeta Renana*,

que Marx se familiariza com o pensamento socialista de Saint-Simon, de Fourier e de Proudhon.

Jovem, solteiro e dono de um texto ousado, Marx dá vida e combatividade ao jornal que se torna um dos mais polêmicos da Alemanha. No início de 1843, ao retomar seus ataques contra a censura prussiana, Marx é notificado de que, por decisão governamental, a *Gazeta Renana* será interditada a partir de primeiro de abril. O pretexto legal para a proibição de circulação do diário parte de uma solicitação do czar da Rússia, que se aborrece com um violento artigo do jornal contra o absolutismo. A *Gazeta Renana* deixa de ser publicada a partir de 31 de março de 1843.

Dessa sua primeira incursão a fundo no jornalismo, interrompida de forma abrupta em fins de março de 1843, quando Marx deixa a Alemanha e parte para a Holanda, onde vivem seus avós maternos, ficará uma marca indelével: a valorização da liberdade de imprensa e o gosto pela redação que o acompanhará por toda a sua vida. Segundo Jacob Goreneder, no prefácio à obra *O Capital*, lançada no Brasil pela Editora Abril, “A experiência jornalística foi muito útil para Marx, pois o aproximou da realidade cotidiana. Ganhou conhecimento de questões econômicas geradoras de conflitos sociais e se viu diante do imperativo de pronunciar-se acerca das idéias socialistas de vários matizes, que vinham da França e se difundiam na Alemanha...”.

Ainda em 1843, Marx casa-se com Jenny von Westphalen e passa a colaborar em diversos jornais europeus como articulista político. Em 1844, intensifica-se a amizade com Engels, que surgira durante seu trabalho na *Gazeta Renana*, e ambos passam a produzir,

sistematicamente, artigos para várias publicações de tendência socialista.

Uma segunda fase de contribuição substantiva para o jornalismo será intensificada com o lançamento da *Nova Gazeta Renana*, por Marx e Engels, em 1848. O jornal tinha por objetivo a defesa da perspectiva proletária socialista no decurso das revoluções democrático-burguesas daquele ano, em toda a Europa continental. Engels era redator ativo do jornal e só deixou a redação para lutar ao lado dos insurrectos na Alemanha. Após a derrota da insurreição, a *Nova Gazeta* é fechada, em maio de 1849, e Marx tem 24 horas para deixar o país, partindo para o exílio, em Paris, onde reside por alguns meses. Engels, por sua vez, se refugia na Suíça. O reencontro de ambos dar-se-á na Inglaterra, no final daquele mesmo ano. Em Londres, eles voltarão a praticar o jornalismo.

O trabalho de Marx para o NYH não será tranquilo. O NYH utiliza seus artigos como editoriais

Em 1851, atendendo pedido de Charles Dana, redator do *New York Herald*, Marx assume o cargo de correspondente do jornal em Londres. Essa atividade jornalística se estenderá por onze anos e será a única que lhe garantirá uma remuneração profissional durante toda a sua vida atribulada por dívidas, quase sempre resgatadas mediante contribuições de amigos e familiares e em especial de Engels.

No início de seu trabalho como correspondente do *New York Herald* (NYH), Marx tem problemas com o inglês, língua que ainda não dominava com fluência e quem acaba escrevendo uma série inicial de 19 artigos sobre A Revolução e a Contra Revolução na Alemanha, assinada por ele no diário nova-yorquino, é seu amigo Engels. Dominando melhor o inglês, a correspondência jornalística de Marx ganhará consistência e ele passa a enviar regularmente artigos e comentários para o jornal até meados da Guerra de Secessão americana, vindo a perder este seu único emprego em 1862. Mas esta não será sua atividade exclusiva nesses anos todos. Simultaneamente com as suas tarefas de jornalista, Marx se dedica a dezenas de outras atividades, redigindo uma parte substantiva de suas reflexões políticas e filosóficas e contribuindo com centenas de artigos para jornais europeus e britânicos, sobretudo aqueles editados pelo emergente movimento do proletariado.

Seu trabalho para o NYH não será tranquilo, entretanto. Edwin Emery, em sua vasta

história da imprensa nos Estados Unidos, destaca que o *Herald* foi o único jornal nordesta a defender os direitos constitucionais do Sul. Na véspera da Secessão, ele tirava cerca de 130 mil exemplares, sendo um dos maiores dos EUA, então. Segundo o mesmo autor, "O *Herald* era o jornal americano de maior popularidade na Inglaterra, por terem os ingleses mais simpatia pelos sulistas, com os quais mantinham estreitas relações na qualidade de industriais têxteis e de produtores de algodão, respectivamente".

Em sua correspondência com Engels, Marx se desabafa dizendo que o jornal utiliza seus melhores artigos como editoriais, publicando com a sua assinatura apenas as matérias mais mediocres. Seus despachos sobre o movimento pan-eslavista também sofrem problemas dentro da redação do *Herald*. Um jornalista polonês, A. Gourovsky, pan-eslavista notório, censura parte de sua correspondência que chega ao jornal, causando-lhe grandes dissabores.

Desgostoso com os rumos que o seu trabalho jornalístico acaba tendo e sofrendo restrições por parte da redação do jornal, que faz objeções às suas análises sobre a Guerra de Secessão americana, Marx reduz o seu trabalho como correspondente, a partir de 1861. No ano seguinte, seu contrato com o jornal acaba sendo cancelado e ele perde sua única fonte regular de renda. Em carta a seu amigo Kugelmann, o filósofo e jornalista queixa-se da grande falta que lhe faz os proventos que recebia como correspondente.

A partir dos anos 60, até a sua morte, tanto Marx como Engels contribuirão com mais ênfase para o fortalecimento da imprensa operária europeia, uma vez que a imprensa liberal burguesa vai restringindo, cada vez mais, o espaço aberto a ambos. Este cerceamento chega ao auge após o massacre da Comuna de Paris, em 1871, marco divisor em toda a Europa dos reais interesses de classe e da reação sanguinária da burguesia contra o proletariado.

Embora suas preocupações financeiras diminuam, depois dos anos 70, com o ingresso de recursos advindos da herança familiar e de contribuições de amigos, Marx irá diminuindo paulatinamente a sua produção jornalística para se dedicar inteiramente às tarefas de revisão e reelaboração de sua obra máxi-

ma, *O Capital*, cujo primeiro volume é editado em 1867. O segundo e o terceiro volumes só são editados após a sua morte, ocorrida em 1883, graças ao trabalho de ordenamento feito por Engels.

Sobre este período da vida de ambos, escreve Maximilien Rubel: "O amigo, a quem Marx e sua família devem a tranquilidade de seus últimos anos, multiplicará os gestos de afeição e camaradagem. Em numerosos escritos, ele se tornará o defensor da teoria de Marx, ao mesmo tempo que o propagador obstinado de suas idéias políticas comuns".

Após a morte de Marx, Engels continua a disseminar o marxismo junto aos trabalhadores

Engels vem a falecer doze anos após Marx, em 1895. Ele prossegue ao longo de seus últimos anos dando a sua contribuição para o fortalecimento de uma imprensa socialista e proletária, procurando disseminar o pensamento marxista junto aos trabalhadores e suas lideranças políticas.

JAIR BORIN é jornalista, professor-associado da Escola de Comunicações e Artes da USP, e AFRANIO CATANI, professor doutor da Faculdade de Educação da USP.

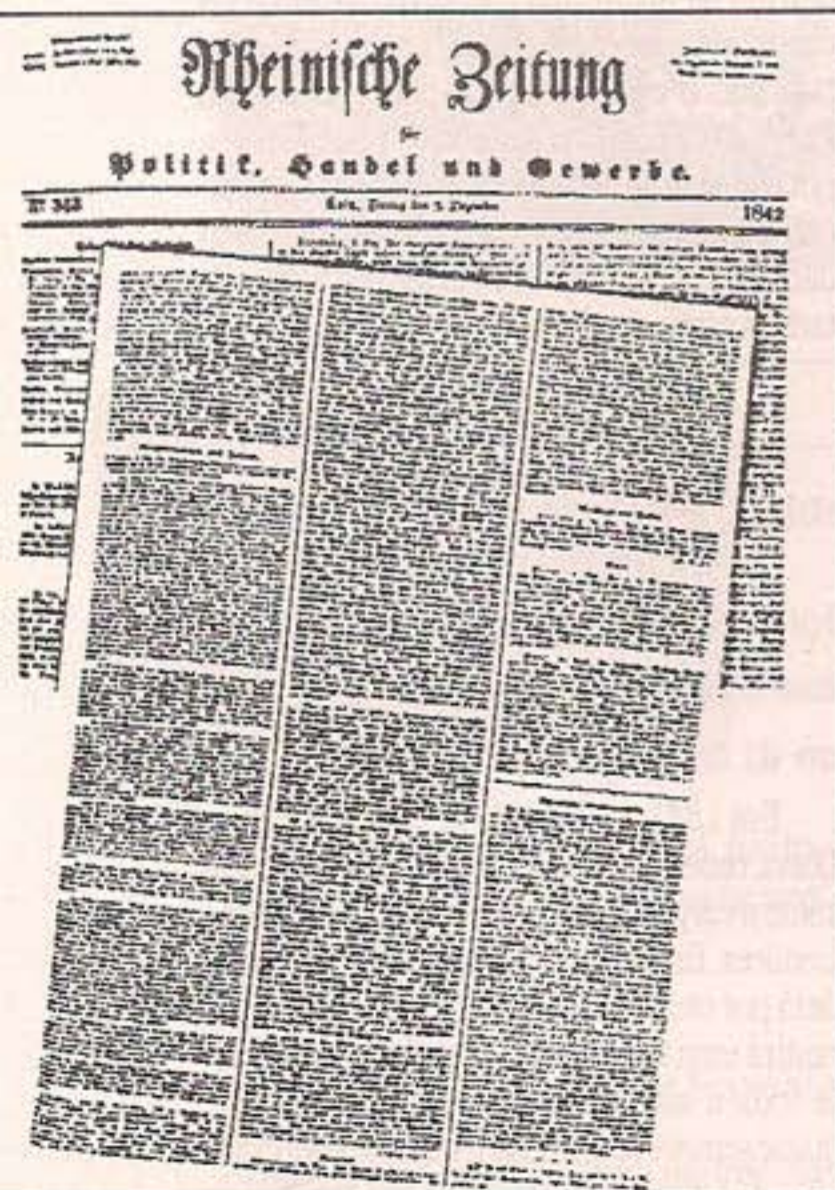
Referências bibliográficas

EMERY, Edwin. *História da imprensa nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

GORENDER, Jacob. *Apresentação a O capital*. São Paulo, Editora Abril, tomo I, 1983.

McLELLAN, David. *Karl Marx: vida e pensamento*. Petrópolis, Vozes, 1990.

RUBEL, Maximilien. *Crônica de Marx*. São Paulo, Ensaio, 1991.



Uma página da *Gazeta Renana*

Reflexão sobre o marxismo martiano

MIGUEL URBANO RODRIGUES

A Casa Branca previu a rápida queda do regime cubano, baseada em análises superficiais da complexidade da revolução cubana

Em 1990, quando a crise do socialismo se aprofundou na Europa, os cientistas políticos das grandes universidades norte-americanas e os analistas da Casa Branca e do Departamento de Estado previram a rápida queda do regime cubano. Os dirigentes contra-revolucionários de Miami foram aconselhados a acelerar os planos para a *transição*.

Transcorridos cinco anos, a União Soviética desagregou-se, e a Rússia tem um governo capitalista. Na Europa, o socialismo foi varrido do poder. Em todo o Ocidente, o único país onde o socialismo sobreviveu e resiste é aquele onde o julgavam mais fraco: Cuba.

Os fatos demonstraram que as previsões dos especialistas norte-americanos assentavam em análises superficiais de realidade cubana e dos sentimentos do povo da Ilha.

Fidel Castro tem afirmado repetidamente que, para se compreender a Revolução Cubana e as suas origens, é indispensável conhecer bem a história de Cuba – não apenas a das lutas da sua geração, mas a história da Ilha na sua longa duração e, sobretudo, a das guerras de libertação do século XIX.

É de Fidel também a afirmação de que José Martí foi o autor intelectual do assalto a Moncada, a 26 de julho de 1953. Essa assertiva tem feito sorrir intelectuais europeus e americanos. O seu ceticismo irônico expressa uma atitude mental não muito diferente da que assumiam destacados universitários soviéticos ao ouvirem referências ao *marxismo martiano*.

Uns e outros não perceberam que a metáfora e o conceito traduzem aspectos do

particularismo cubano que não mereceram atenção suficiente dos cientistas políticos. Sem descer às raízes daquilo que na Revolução Cubana é único e irrepetível não se pode entender o porquê da sua continuidade. As respostas não são dadas pela exegese de fórmulas e pelas tentativas de definição do *marxismo martiano* recorrendo ao instrumental analítico tradicional. É outro o caminho a seguir para se chegar à compreensão daquilo que, na teoria e na práxis revolucionária de Cuba, foi e continua a ser diferente.

Costuma-se dizer que a Revolução Cubana foi desde o início um desafio permanente à lógica da história e se impôs contra ela. É uma evidência. Mas esse desafio tem precedentes, mergulha raízes na cadeia de movimentos insurrecionais contra o império espanhol, sobretudo na segunda metade do século XIX.

Cuba e Porto Rico foram as únicas colônias americanas que ficaram à margem da revolução libertadora posterior à invasão da península por Napoleão Bonaparte.

Paradoxalmente, foi a oposição da Inglaterra que impediu, então, a anexação de Cuba pelos Estados Unidos. Os interesses do imperialismo britânico fizeram da Grã-Bretanha, ao longo da primeira metade do século XIX, praticamente o único fator de contenção do ritmo de expansão para o sul da república norte-americana. John Quincy Adams, que foi um dos mais talentosos presidentes dos EUA, escreveu nas suas *Memórias*: “assim como uma maçã separada da árvore pela força do vento não pode, mesmo que queira, deixar de cair no solo, Cuba, rompida a ligação

artificial que a prende à Espanha, separada desta e incapaz de se manter por si mesma, terá de gravitar necessariamente para a União Norte-Americana, somente para ela”.

Nas vésperas da proclamação da Doutrina Monroe (que foi uma saída habilidosa para uma situação difícil no relacionamento com a Inglaterra, e não uma afirmação de poderio), os Estados Unidos estiveram prestes a intervir em Cuba contra a Espanha. Mas Monroe e Adams recuaram, conscientes de que os ingleses expulsariam as tropas da União sem grande dificuldade, dada a sua esmagadora superioridade naval. No imaginário americano permanecia a lembrança da guerra de 1812, quando Washington foi destruída pela Royal Navy, e a Casa Branca e o Capitólio incendiados pelos ingleses².

A ética cubana é traço determinante no andamento das coisas, nas ações dos homens, na sociedade

A teoria da fruta madura foi, aliás, desmentida pela história. Cuba não teve o destino de Porto Rico, não se tornou colônia dos Estados Unidos.

A teorização sobre a *real politik*, na versão difundida pelo *marketing* mediático, semeou tamanha confusão no mundo contemporâneo que mesmo entre povos com nível de instrução elevado muita gente admite

hoje que a moral é incompatível com a política. A tendência para aceitar como fatalidade essa perigosa e falsa conclusão dificulta muito o entendimento do que, na história de Cuba, parece absurdo. Porque a componente ética é ali determinante – no andamento das coisas, nas ações dos homens, no movimento da sociedade.

Cintio Vitier, num livro bellissimo e importante³ que desce às raízes da *eticidade cubana*, ajuda a abrir portas que, para os europeus, têm permanecido fechadas. O autor de *Testimonios* consegue sintetizar em palavras simples comportamentos e formas de sentir inerentes àquilo que se poderia chamar a excepcionalidade cubana. Atinge esse objetivo documentando através de exemplos expressivos a maneira como os problemas morais do homem se apresentaram e chocaram em períodos cruciais da história intelectual e política de Cuba.

Longe de Cintio Vitier um sentimento de arrogância. Não identifica na diferenciação qualquer superioridade. A eticidade cubana existe, tal como emergiu e se projetou a vietnamita durante o conflito que opôs aquele povo aos Estados Unidos. E porque é real e pesa na história deve ser levada em consideração, até porque o particular faz caminho para o universal.

A proclamação da Primeira República em 1868 – início da chamada Gerra dos Dez Anos – não teria acontecido sem o amor pelas causas impossíveis que então caracterizava o romantismo revolucionário cubano. No final do conflito, havia na Ilha um soldado espanhol para cada cinco habitantes...

O que impressiona é a continuidade. Martí, a quem seus compatriotas ainda hoje chamam *O Apóstolo*, retirando da palavra o conteúdo religioso, foi sempre defensor de uma concepção ética da política. É um herói diferente dos padrões habituais – nem homérico nem carlyliano. Entre o seu povo e ele existe uma relação de afeto, sem adulação, absolutamente incomum. Tão forte que nem Batista ousou se opor ao culto da sua memória e ao estudo da sua obra (quase desconhecida em Portugal), não obstante o autor de *Nuestra America* ter vivido e morrido por valores que o ditador abominava.

Por que a permanência e a solidez dessa ponte de admiração?

Martí foi um pensador original, um poeta e ensaísta de talento, um cronista lúcido de seu tempo, um estilista primoroso como escritor. Mas não é o seu gênio literário que explica o que há de excepcional na sua presença



José Martí

na memória coletiva cubana, de geração para geração.

Martí assumiu e levou às últimas consequências desafios que transcendiam os meios de seu povo.

Desde a juventude, foi um idealista na acepção filosófica da palavra. Da sua passagem pelos cárceres de Havana, quando tinha 16 anos, ficaram-lhe as seqüelas das grilhetas que lhe colocaram nos pés. A palavra idealismo faz hoje sorrir, mas é indispensável inserir o jovem cubano (filho de um sargento espanhol) no contexto do mundo colonial em que cresceu. Havia nele muito dos grandes moralistas franceses do século XVIII, anteriores à Revolução de 1789. Essa herança vinha-lhe do estudo da obra de José de Luz Y Caballero, um compatriota seu, *El Maestro*, que viveu na primeira metade do século e foi talvez o espírito mais culto da sua geração em toda a América Latina. Os seus ensaios e polémicas suscitaram o interesse e o respeito de Longfellow, Goethe, Humboldt, Michelet e outras personalidades eminentes.

Luz chegou à conclusão de que os grandes problemas de Cuba resultavam da escravatura. Para ele, entretanto, esse cancro social era sobretudo um pecado ético. Vindo da Igreja, na tradição universitária do mundo colonial espanhol, Luz exerceu uma influência enorme na formação de sucessivas gerações. O *Maestro* tomou uma postura radical no combate pela abolição. “Antes queria que se desmoronassem as instituições dos homens, reis e imperadores, os próprios astros do firmamento [afirmou já no fim da vida] do que ver cair do peito humano o sentimento de justiça, esse sol do mundo moral”.

Na opinião de Martí, o mérito maior de Luz foi ter *semado homens* pelo exemplo e pela obra.

Em nenhum outro país a fidelidade à utopia, a defesa de uma concepção moral da aventura humana terá sido tão persistente e prolongada. A história parece ali, por vezes, repetir-se.

O brado de Céspedes (“Ainda nos restam doze homens, o suficiente para fazer a independência de Cuba!”) em Yara seria (com outras palavras, não muito diferentes) retomado por Fidel após o massacre de Alegria del Pio, quando dos expedicionários do Granma sobravam duas dezenas...

É também a mesma raiz ética do pensamento revolucionário cubano que levou Antonio Maceo, em 1878, a recusar a capitulação, ao tomar conhecimento do Pacto de Zanjón.

Martí não era marxista. Sua revolta nasceu do amor pela liberdade com bases morais

Eticidade épica foi a expressão utilizada por José Martí para qualificar a mundividência e os atos de Ignacio Agramonte, outro dos heróis intemporais da Guerra dos Dez Anos.

Na sua longa duração, o combate libertador do povo cubano não ficou porém assinado somente pela trajetória desses personagens tutelares e do povo combatente, sujeito da história como herói coletivo.

Na história atormentada da Ilha houve, obviamente, outros comportamentos. Nem tudo foi luz; a sombra deixou também memórias. Os modernos *gusanos* de Miami emergem como herdeiros naturais dos plantadores que apoiaram até o fim o império espanhol, dos antigos anexionistas, daqueles que festejaram a intervenção americana em 1898, dos apologistas da Emenda Plata e dos cortesãos de Machado e Batista.

Aos anos breves e sofridos de epopéia sucederam com frequência prolongados períodos de inação e de pantanosas cumplicidades com os responsáveis pelos males do povo oprimido.

A semente da eticidade nunca desapareceu, contudo; a fome do impossível marcou a vida mesmo nas fases em que a esperança coletiva parecia desvanecer-se.

Martí, obviamente, não era marxista. A sua revolta nasceu, primeiro, do amor da liberdade com fundamentos exclusivamente morais. Não suportava a injustiça e a opressão. A sua admiração por Marx, manifesta num artigo escrito em 1883, após a morte do autor de *O capital*, tinha motivações morais.

“Porque ele se colocou do lado dos fracos, merece ser honrado. Não foi apenas dinamizador titânico das cóleras dos trabalhadores europeus, mas também um observador pro-

fundo na razão das misérias humanas e destinos dos homens, e homem atormentado pela ânsia de fazer bem. Ele via em tudo o que em si próprio continha: rebeldia, caminho para o alto, luta.”

Martí – como recorda Cintio Vitier – trazia Marx para a sua linguagem, tal como Julio Antonio Mella, transcorridas quatro décadas, iniciaria a “tradução de Martí para a linguagem marxista-leninista que, sem perder a seiva martiana, será a da nova revolução anunciada pelos precursores desses anos e conduzida até a etapa final pela Geração do Centenário de 1953”.

O que fascina Mella em Martí é a lição dialética da sua obra como arma eficaz numa luta que se insere noutra contexto mundial. Inevitavelmente demarca-se, quando necessário, do idealismo apaixonado do revolucionário de 1895. Mella sabe que a democracia pura, tal como a antevia Martí, num relacionamento harmonioso de todas as classes sociais, é uma impossibilidade absoluta. A República “com todos e para todos” é uma utopia. Mas percebe-se do conteúdo revolucionário das críticas de Martí à ferocidade do capitalismo norte-americano o significado profundo do desabafo de 1880 numa carta a Miguel Viondi: “O impossível é possível, os loucos somos ajuizados”.

Transcorridas algumas décadas, Fidel teve também a intuição da grande importância não somente do exemplo de Martí, mas igualmente da contribuição original que o seu pensamento criador poderia trazer à ideologia da revolução com que sonhava. Em algumas das cartas que escreveu do Presídio da Ilha de Pinos⁴ transparece a consciência do significado dessa ponte contraditória, ou seja, da complementaridade dialética da teoria de Marx e da obsessão ética, de matriz idealista, de Martí.

Atualmente, o aprofundamento dos estudos sobre a contribuição do pensamento martiano para a especificidade do socialismo em Cuba levou ao reconhecimento de evidências que há poucos anos eram ainda recusadas mesmo em setores influentes da direção do Partido cubano.

Nesse período, quando a teorização de ideólogos da Academia das Ciências da URSS pesava muito, a expressão *marxismo martiano* suscitava reparos. Para alguns soava a heresia. No mínimo, aqueles que a utilizavam apareciam como levianos.

Sem contestarem o valor da obra de Martí e a dimensão do herói, professores sem imaginação, repetidores de conceitos rígidos da má historiografia soviética, identificavam em José Martí um “democrata revolucionário” cujo idealismo filosófico não podia ser transposto para o presente por colidir com princípios do materialismo dialético. Tal atitude envolvia uma visão redutora da história.

A fundação em 1977 do Instituto de Estudos Martianos⁵ representa um sério revés para o grupo sectário que em Cuba se esforçava por implantar modelos soviéticos na área da Cultura e das Ciências Humanas em geral, com especial ênfase na Universidade.

Mas somente em 1985, quando a *Retificação* tomou a iniciativa de denunciar publicamente os efeitos nefastos dessa mentalidade e dos comportamentos dela decorrentes, pôde assumir amplitude o debate sobre a complexa e rica contribuição de Martí para o ideário da Revolução.

As ciências sociais renasceram e os estudos históricos retomaram então o curso de que haviam sido desviados no início dos anos 70, quando, no dizer de Jorge Ibarra, a Faculdade de História da Universidade de Havana passou a ser dominada pelo espírito de uma escola de quadros com visão monolítica da história.

A visão de Martí e a compreensão de que seu pensamento se constitui em fonte permanente de ideologia para a revolução iniciada pela geração do centenário – e para outras revoluções no terceiro mundo – foi prejudicada, no período a que nos referimos, pela cegueira dos cultores cubanos do dogmatismo subjetivista, desvio do marxismo, analisado por Lukacs. Os que viam nele apenas um democrata revolucionário e um grande escritor humanista esqueciam o contexto histórico e revolucionário em que se moveu o fundador do Partido Revolucionário Cubano⁶.

Guiteras foi continuador da ética revolucionária

Os mesmos intelectuais identificavam em Antonio Guiteras apenas um político nacional-reformista e nacional-revolucionário, utilizando uma terminologia então muito na moda.

Estranha cegueira histórica. Na realidade, Guiteras foi um continuador da eticidade revolucionária cubana. Os mal chamados “Cem Dias” do governo de Grau San Martín, quando Guiteras era secretário de Gobernación, configuraram mais um desses desafios à lógica aparente da história que tanto seduzem os revolucionários cubanos. Entre 10 de setembro de 1933 e 14 de janeiro de 1934, Guiteras fez aprovar um feixe de legislação que, pelo seu caráter progressista, comoveu a América Latina e alarmou os Estados Unidos. Bons exemplos foram os decretos que criaram a jornada de oito horas e o salário mínimo, estabeleceram a redução das tarifas de eletricidade e a recusa de pagamento da dívida ao Chase Manhattan Bank, confiscaram as terras ilícitamente na posse dos heróis da ditadura e determinaram a sua distribuição a pequenos e médios agricultores. Importante também foi a dissolução dos velhos e apodrecidos partidos políticos.

A resposta imperial não se fez esperar. Uma esquadra americana apareceu em águas cubanas. O governo de Roosevelt, por muito liberal que fosse na política interna, não podia se conformar com o mau exemplo oferecido. Cuba pretendia governar-se como país autônomo, repudiando através de uma política o estatuto de semicolônia imposto pela ordem norte-americana para o hemisfério. E, para cúmulo, o desafio provinha de um jovem ministro de 27 anos que empolgava as massas com um discurso de contornos moralizadores. O presidente Grau, político dócil, intrinsecamente conservador e formado pelo sistema, capitulou perante as pressões de Washington: renunciou.

A memória e a lição de Martí, em vez de se apagar, cresceram com o rodar dos anos, com o acúmulo da miséria e da opressão e com o reforço do controle imperial.

Apesar de ter sido um fracasso militar, Moncada repercutiu

No início dos anos 50, Havana ajustava-se à imagem que dela apresentava Hollywood: cassino e bordel dos turistas americanos endinheirados. A corrupção alastrava como la-

va a escorrer da cratera de um vulcão. Batista governava como déspota, mas, nas áreas econômicas, não tomava uma decisão sem antes consultar o embaixador norte-americano.

Foi nessa atmosfera que um grupo de jovens, a vanguarda da geração do centenário, concebeu e levou adiante um ato de contornos quixotescos, cujas probabilidades de êxito, à partida, eram mínimas. Esse ato foi o assalto ao Quartel de Moncada, em Santiago. Militarmente, o objetivo não foi atingido. Os atacantes caíram em combate, foram assassinados posteriormente ou submetidos a julgamento e condenados a pesadas penas.

Fracasso militar, Moncada teve, contudo, uma repercussão política mundial. Fez história e entrou na memória dos povos latino-americanos.

Dirigindo-se ao tribunal da ditadura, que o condenou, Fidel fez da sua defesa inventário e programa.

Há alguns anos tive a oportunidade de percorrer demoradamente a parada de todo o velho edifício de Moncada. Estive na sala onde Fidel pronunciou o discurso ‘A história me absolverá’ – que funcionou de guia para a ação revolucionária. Ali, entre as paredes do antigo hospital-caserna do exército colonial da Espanha oitocentista, senti aquilo que os livros dificilmente podem transmitir. A atmosfera torna o desafio mais próximo, facilita a compreensão da forma e do conteúdo do repto do jovem revolucionário e dos seus companheiros. Aquilo que na Europa nos parece adjetivo ganha em Moncada densidade substantiva; a hipérbole desfaz-se ao descer ao solo vermelho de Cuba, o espaço histórico reduz-se e os atos dos homens aparecem ligados por pontes mal conhecidas.

“No Oriente [afirmou então Fidel Castro] ainda se respira o ar da epopéia gloriosa e, ao amanhecer, quando os galos cantam como clarins a tocar a alvorada chamando os soldados, e o Sol sobe radioso sobre as abruptas montanhas, cada dia parece que vai ser outra vez o de Yara ou o de Baire.”

As referências à insurreição de 1868 e ao grito de independência de 1895 são apenas prólogo da atribuição a José Martí do ato revolucionário que o faz responder a ele, Fidel, no banco dos réus. O herói nacional é, afinal, o autor intelectual de Moncada. O desafio, re-

petido à lógica aparente da história, vem, mais uma vez, da tradição ética e revolucionária do século XIX.

Fidel, nos anos 50, não imaginava que Cuba viria a ser um laboratório de criatividade marxista

A primeira iniciativa política do jovem Fidel antes de Moncada, logo após o golpe de Estado de Batista, em 10 de março de 1952, foi de caráter jurídico. Acusando o ditador de haver praticado um crime merecedor de mais de cem anos de cadeia, advertiu: “Sem uma concepção nova do Estado, da sociedade e da ordem jurídica, com base em profundos princípios históricos e filosóficos, não teremos uma Revolução que produza Direito”.

A opinião era válida. Mas deixa transparecer uma atitude de ingenuidade, aquela ingenuidade que, após a derrota da ditadura, levou Fidel a acreditar que Urrutia, que para ele era a imagem do Direito, poderia ser um Presidente capaz de se colocar ao serviço da revolução social que apenas começava.

Mas todo o esforço para tentar compreender o Fidel dos anos 50 em função da sua obra posterior poderia levar a conclusões arriscadas. Fidel era de uma sinceridade absoluta ao afirmar já então as suas convicções marxistas. Mas faltava-lhe a experiência que a vida lhe proporcionou como protagonista decisivo na vitória, no desenvolvimento e na defesa de uma grande revolução. Foi essa experiência, sobretudo, que lhe deu outro entendimento da história e dos fenômenos econômicos e sociais.

Ainda na Sierra, combatendo – vencer era o seu primeiro objetivo –, estava longe de imaginar que, empurrada pelos acontecimentos e pela agressividade do imperialismo, a Revolução Cubana viria a ser um laboratório de criatividade marxista, rompendo a tendência para a estagnação e o dogmatismo que, também no tocante à ideologia, corroía os alicerces do socialismo na União Soviética.

Paradoxalmente, a fidelidade ao universo ideológico martiano, inseparável de um idealismo romântico exacerbado, terá sido

determinante para a excepcionalidade revolucionária cubana e para um complexo processo de osmose que está na origem de uma práxis que enriqueceu o marxismo.

Tudo foi lento. Há quarenta anos o idealismo pesava mais do que a assimilação do materialismo histórico. Três dias antes do assalto a Moncada, num manifesto dirigido à nação, os jovens do movimento invocavam a necessidade de “prosseguir a revolução inacabada que Céspedes iniciou em 1868, Martí continuou em 1895 e Guiteras e Chibás atualizaram na época republicana”. E mais adiante: “A Revolução declara o seu amor e a sua confiança na virtude, na honra e no decoro do homem”.

Os futuros heróis eram poetas da Revolução. Preparavam-se para morrer por um ideal entoando cânticos à vida.

A derrota de Moncada não quebrou nem a esperança nem o estilo do punhado de sobreviventes.

Fidel, no tribunal da farsa, dizia:

“Para os meus companheiros mortos não reclamo vingança. Como as suas vidas não tinham preço, não poderão pagá-las com as suas todos os criminosos juntos. Não é com sangue que podem pagar-se as vidas dos jovens que morrem pelo bem do povo; a felicidade desse povo é o único preço digno que se pode pagar por elas”.

Nas palavras de *A história me absolverá* identificam alguns analistas a opção marxista de Fidel. Mas na exegese do texto forçam o seu conteúdo. Pelo que fez e é, Fidel não precisa de que antecipem a história, transmutando-a. *A história me absolverá* é sobretudo uma peça ética e épica, o epílogo natural do desafio de Moncada e o prólogo de um futuro desafio. É em Martí e nos clássicos gregos, e não em Karl Marx, que se pode encontrar o precedente e o espírito.

A prisão enriqueceu muito Fidel. Saiu dela com uma mundividência diferente. Mas nem o sentido do combate nem a eticidade mudaram. Ao deixar Cuba em 7 de julho de 1955, a sua mensagem era uma reafirmação de fidelidade ao projeto dos revolucionários que rejeitavam a idéia do impossível: “Penso, como martiano, que chegou a hora de tomar direitos, e não de pedi-los; de arrancá-los, em vez de mendigá-los”. E, retomando o discurso

de Martí sobre Bolívar, assumiu o compromisso: “De viagens como esta não se regressa, ou se regressa com a tirania esfacelada aos pés!”.

Cumpriu. Em 2 de dezembro do mesmo ano, desembarcava em terra cubana, com nove dezenas de companheiros, do iate Granma, procedente do porto mexicano de Tuxpan.

Era o começo de uma guerra inimaginável através da qual um punhado de guerrilheiros levaria adiante façanhas que superam os feitos de Xenofonte e seus companheiros na travessia do Império Persa. Muitos deram força de evidência à afirmativa de Mella, velha de trinta anos: “até depois de mortos somos úteis”.

O desembarque foi um desastre. Esperados pela soldadesca de Batista, os expedicionários foram massacrados. Fidel não desesperou. Perante os poucos sobreviventes que escaparam afirmou, indomável: “Ganharemos a guerra; vamos começar a luta!”.

Incontáveis vezes os homens da guerrilha, romanticamente auto-intitulados de Exército Rebelde, repetiram as palavras de Martí segundo as quais “a guerra revolucionária é um fato moral e os seus meios devem ajustar-se aos fins”.

Finalmente, derrotaram o exército de Batista equipado pelos Estados Unidos. Não houve tanques, nem canhões, nem aviões capazes de levar a melhor contra tal gente.

Aquela guerra foi um absurdo, um repto ao racional, um desmentido à lógica da história que não voltaria, em circunstâncias similares, a repetir-se. A cordilheira dos Andes, contrariamente ao que previu o Che, não se transformou (era impossível) na Sierra Maestra da América Latina. A generosa aventura iniciada em Nanchahuazu, na Bolívia, teve um desfecho trágico que fez desvanecer a esperança utópica.

A guerrilha voltou na América Latina a ser retomada com resultados contraditórios. Mas fracassou quando concebida como núcleo de uma estratégia orientada para a tomada do poder. O êxito somente chegou em situações como a da Nicarágua, em que a guerrilha rural foi uma forma de luta complementar de outras.

Hoje, transcorridos quase quarenta anos do desembarque do Granma, historiadores e cientistas políticos começam a admitir, na

Europa e nos Estados Unidos, que o idealismo martiano foi, afinal, fator determinante para o êxito da Revolução Cubana. Se os expedicionários do Granma, ao embarcar em Tuxpan, ao procurar refúgio na Sierra Maestra após a chacina de Alegria del Pio não acreditassem que a guerra é um “fato moral”, não poderiam ter derrotado o impossível.

Martí dizia que o importante não é a quantidade de armas disponíveis, mas o número de estrelas em frente dos combatentes. Fidel, pelo seu lado, foi qualificado de irresponsável quando, em 1989, afirmou que, se a União Soviética viesse um dia a desagregar-se e o socialismo acabasse na Europa, Cuba resistiria e, mesmo sozinha, encontraria forças para defender o socialismo.

A União Soviética desagregou-se e tornou-se capitalista. E Cuba resistiu e resiste.

Bolívar teve a percepção de que a República Norte-Americana viria, com o passar dos anos, a constituir um forte obstáculo para a unidade das antigas colônias da Espanha. A grande potência mundial era então a Inglaterra, mas o vencedor de Carabobo y Junín desconfiava da política sinuosa dos Estados Unidos, que haviam criticado as teses panlatinas defendidas no Congresso do Panamá, e não faziam segredo das suas ambições anexionistas relativamente a Cuba.



Foi Martí, entretanto, o primeiro revolucionário da América Latina a identificar no nascente imperialismo americano o grande inimigo dos povos do continente.

Inicialmente impressionado pelos aspectos formais da democracia norte-americana, Martí percebeu rapidamente não somente a natureza desumanizada e agressiva do capitalismo como também o perigo que a política expansionista dos EUA representava para as débeis nações latinas do Sul.

Na sua carta a Gonzalo de Quesada, escrita cinco anos antes da guerra de 95, Martí antecipava a história das agressões norte-americanas:

“Sobre a nossa terra, Gonzalo, há outro plano mais temeroso do que tudo o que até agora conhecemos e que é iníquo: pressionar a Ilha, precipitá-la na guerra para ter o pretexto de intervir nela e, com o crédito de mediador e de garante, ficar com ela”⁷.

Era tão forte, tão obsessiva a preocupação de Martí com a ambição imperial dos Estados Unidos que dias antes de ser abatido

pelas balas espanholas em Dos Rios escreveu ao seu amigo Mercado: “Vivi no monstro, conheço-lhe as entranhas e a minha funda é a de David”.

A advertência não foi esquecida. Meses antes de entrar em Havana sob as aclamações do povo, Fidel escreveu a Célia Sanchez: “Quando esta guerra acabar principiará para mim uma guerra muito mais prolongada e ampla: a guerra que vou travar contra eles. Dou-me conta de que esse será o meu verdadeiro destino”.

Era correta essa percepção do futuro. O desenvolvimento da história confirmou que sem a consciência lúcida da ameaça latente representada pela política do imperialismo, sem a fidelidade atenta e severa a uma eticidade que encontra em Martí a fonte e o modelo, os dirigentes da Revolução Cubana não teriam podido responder vitoriosamente aos desafios quase sobre-humanos que assumiram. Sem a convicção aparentemente não-racional de que está ao seu alcance inflitir o rumo da história, contrariando-lhe o que parece ser a sua lógica, e sobrepondo-se à vontade estratégica da potência mais poderosa do planeta, o povo cubano não estaria resistindo com firmeza ao bloqueio mais prolongado e cruel que a história registra.

Os nomes não fazem a ideologia. Durante décadas o movimento comunista mundial perdeu excessivo tempo em debates estereis em torno de questões ligadas à nomenclatura das ideologias revolucionárias.

A importância das ideologias está naquilo que elas são como elemento de mudança social, nas marcas que deixam na história.

O objetivo aqui não é o de suscitar qualquer tipo de debate em torno da expressão *marxismo martiano*. O que me parece significativo é o enorme peso do pensamento martiano no processo de elaboração gradual da ideologia da Revolução Cubana.

Os historiadores do século XXI, ao estudarem o fascinante percurso da Revolução Cubana na sua luta por afirmação e sobrevivência, certamente vão descer às raízes da contradição: o único país do Ocidente onde hoje um Partido Comunista no poder assume, com grande apoio popular, a herança do marxismo-leninismo é aquele cujos dirigentes revolucionários reivindicam simultaneamente, incorporando-a na teoria da práxis, a he-

rança de uma concepção idealista e quase romântica da história, na qual o respeito pelos valores éticos é fundamental.

Como Martí, as novas gerações de Cuba perseguem a utopia e continuam lutando

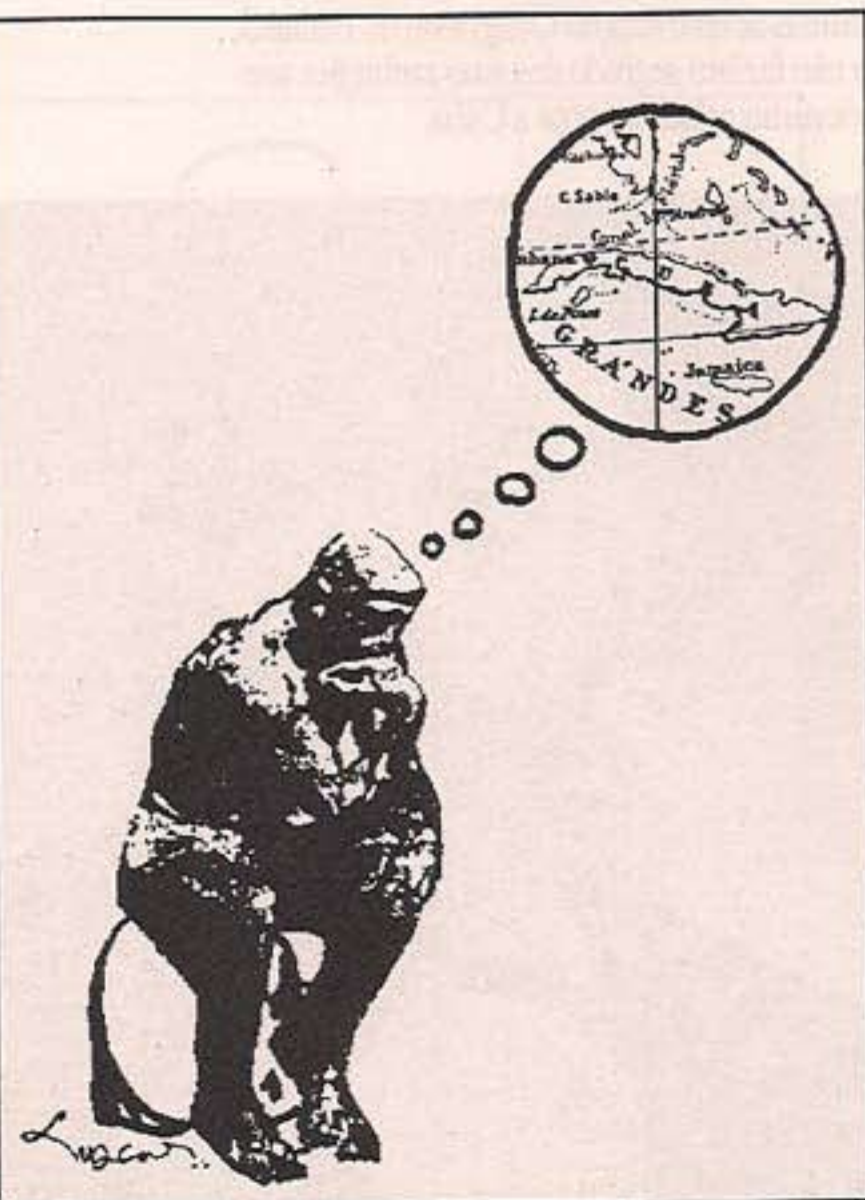
Os governantes e os acadêmicos soviéticos tiveram sempre dificuldade em entender muitos aspectos fulcrais da Revolução Cubana. O rumo seguido por ela não se amoldava ao modelo de socialismo já então pervertido existente na União Soviética. Contudo, a Revolução Cubana manteve sempre uma fidelidade maior aos princípios do marxismo-leninismo como teoria viva, dinâmica e dialética do que aqueles que a dogmatizavam e deformavam, erigindo-se em seus intérpretes exclusivos.

Agora, quando Cuba se bate pela humanidade inteira, creio que o significado da admiração dos cubanos por Martí começa a ser melhor compreendido em muitas universidades européias. A perseguição da utopia por Martí encontra continuidade na perseguição da utopia pelas gerações que se orgulham de ser filhas de mais bela revolução do nosso tempo.

MIGUEL URBANO RODRIGUES é jornalista e escritor, ex-deputado na Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa.

Notas

- (1) In *Memoirs of John Quincy Adams*, Nova York.
- (2) V. *A Doutrina Monroe*, Miguel Urbano Rodrigues.
- (3) *Ese Sol del mundo moral*, Cintio Vitier, Ediciones Unión, Havana.
- (4) Muitas dessas cartas foram reunidas em livro sob título *Cartas de la Prisión*.
- (5) Hoje dirigido por Cintio Vitier.
- (6) V. *Revista Temas*, n. 1, Havana, 1995.
- (7) In *Martí e Estados Unidos*. José Benitez. Havana: 1983.



Cuba resistirá?

MANUEL DOMINGOS

Uma discussão mais fundamentada da situação de Cuba exige a análise do momento internacional, mas também o exame da própria experiência de construção do socialismo

A pergunta excita inimigos e angustia amigos da Revolução Cubana: a Ilha resistirá? Frente aos retrocessos do socialismo, à onda neoliberal, à hostilidade americana, Cuba terá chances?

Trata-se de um pequeno país de 111 mil km², menor que o Ceará. Uma ilha com poucos recursos naturais, dispendo de apenas 62% de seu solo para a agricultura, com uma economia ainda baseada na produção de açúcar, permanentemente hostilizada por um poderoso vizinho, vivendo desde 1989 uma crise monumental... Não sem motivos, muitos se admiram de que prossiga tentando edificar o socialismo.

Cuba está acostumada a ser notícia desde 1959, quando se insurgiu vitoriosamente contra a dominação americana. Deslumbrou particularmente os continentais que lutavam pelo desenvolvimento e pela soberania. Quando, em seguida, o governo revolucionário fez a opção pelo socialismo, foi exemplo e inspiração. Ao longo de décadas chamou a atenção pelo desafio que representou aos Estados Unidos, por sua presença na cena político-militar em diversos pontos do planeta, pelas extraordinárias conquistas sociais empreendidas, por suas proezas científicas e esportivas. Não obstante as reservas quanto ao seu atrelamento à orientação da União Soviética, a Ilha nunca perdeu o seu fascínio.

Não é fácil discutir o destino de Cuba. Uma apreciação mais fundamentada sobre suas perspectivas exige, além da análise do momento internacional, o exame da própria experiência de construção do socialismo. Passa, em particular, por uma investigação detalhada do processo cubano. Nesse sentido, há carência de dados e desinformação.

Tento comentar aqui a crise cubana e o caminho escolhido para o seu enfrentamento

a partir da literatura técnico-acadêmica e de alguns pronunciamentos oficiais. Uma visita a Cuba, em fevereiro de 1996, permitiu-me obter informações complementares. Conversei com funcionários do governo, economistas, intelectuais, empresários estrangeiros e gente do povo.

O gosto bom do socialismo

Uma avaliação das atribulações vivenciadas por Cuba na atualidade deve ter como ponto de partida o fator preponderante na legitimação do regime político: as conquistas sociais. As realizações da Revolução, até 1989, quando o colapso do Leste europeu repercutiu seriamente na vida dos cubanos, foram indiscutíveis.

Em 1959, o país contava com uma população de 6,8 milhões, marcada pela pobreza, por uma elevada concentração da propriedade e da renda, pela desagregação moral, por epidemias, subnutrição e desemprego. Em pouco tempo, sem deixar de ser um país pobre, passa a ostentar condições sociais desconhecidas entre os países não industrializados.

Como no Primeiro Mundo

A expectativa de vida de um cubano foi elevada de 62,2 para 74,5 anos, semelhante à dos países mais desenvolvidos. A mortalidade infantil passou de 60 falecidos por mil antes de completar um ano de idade para 11,1 por mil, em 1989. Em 1992, foi reduzida ainda para 10,2. Segundo a Unesco, apenas 10 países no mundo apresentam taxa de mortalidade infantil inferior à de Cuba. O número de pessoas por médico decresceu de 1.076 para 303, em 1989. A previdência social, que

cobria apenas 53% da população, passou a atender 100%. O analfabetismo rapidamente desapareceu, e a força de trabalho cubana tornou-se uma das mais escolarizadas do mundo, com 61% tendo concluído o curso primário ou o secundário básico, e o restante, 39%, dispendo de diploma técnico-profissional ou universitário. As mulheres, perfazendo 40% da força de trabalho civil, apresentam hoje o mesmo nível educacional dos homens¹.

No quadro das realizações do socialismo destacam-se ainda os empreendimentos no campo científico, em particular na bioengenharia, na produção de fármacos e no campo artístico-literário, com a multiplicação extraordinária de obras publicadas. Nos esportes, a pequena Ilha intrigou o mundo com o 5º lugar em medalhas de ouro nas Olimpíadas.

As realizações da Revolução Cubana, mais que para legitimar o regime político, serviram para alimentar a auto-estima da população. A prostituição, o jogo, a criminalidade tornaram-se lembranças de uma fase ultrapassada. O novo tempo passou a ser o das gerações de cubanos ativos, solidários, politizados, sem vergonha da cor da pele. Um povo orgulhoso de seu país, pronto a defendê-lo, assim como ao socialismo. Homens e mulheres cientes de seu papel de destaque na cena internacional, preparados para enfrentar a agressão norte-americana e concebendo-se linha de frente no auxílio aos povos em suas lutas contra os dominadores externos.

A realidade cubana, ao final dos anos 80, em nada se assemelhava à da maioria dos países socialistas, marcada por crises econômicas, desemprego, desabastecimento, degeneração de valores morais, desmoralização das lideranças e desagregação dos regimes políticos. Até a queda do Leste europeu, reinava em

Cuba a confiança no futuro e o respeito aos governantes. Não se registravam atitudes repressivas extraordinárias, e a liderança de Fidel Castro não apresentava sinais de fragilização.

A crise cubana

A partir de 1989, com o colapso da União Soviética e dos países do Leste europeu, Cuba passa a viver uma crise descomunal. Fica literalmente sem crédito e sem fornecedores externos. Em três anos o seu PIB registra queda em torno de 50%. Setores da economia retroagem a níveis de produção anteriores aos da Revolução, como no caso do açúcar, cuja produção caiu de 7 milhões de toneladas da safra 1991-92 para 4,2 em 1993-94. Carros de boi passam a substituir tratores paralisados por falta de peças de reposição e combustível.

A carência de matérias-primas e insumos leva ao fechamento de numerosas fábricas. No final de 1992, havia 125.700 trabalhadores desempregados. Em maio de 1994, 69% das empresas em funcionamento operavam com perdas. Cerca de 80% da capacidade industrial instalada deixou de ser utilizada. Ocorre uma angustiante desorganização das contas públicas, com o déficit orçamentário crescendo 3,5 vezes entre 1990-1993. A moeda nacional sofre desvalorização de 120% em relação ao dólar americano².

Subitamente, a população se viu submetida às maiores privações. Faltaram comida, roupa, transporte, energia elétrica e medicamentos vitais. O abastecimento chegou a níveis críticos, obrigando o governo a pôr em prática planos de racionamento concebidos para situações de guerra. A carne de gado vacuum desapareceu da dieta dos cubanos, assim como o óleo de cozinha e a manteiga. O consumo de proteína animal foi bruscamente reduzido: 3 libras de frango e 2 libras de carne de porco por mês para cada cubano. O leite passou a ser distribuído apenas a crianças de até 3 anos de idade e aos doentes. Apenas 7 ovos eram liberados por pessoa/mês. Faltaram artigos de limpeza e higiene pessoal. A massa de salários, sendo muito superior ao que o mercado tinha para oferecer, impulsionou o mercado negro e a especulação.

Por falta de combustível e de peças de reposição, o transporte coletivo urbano foi

drasticamente reduzido, obrigando o governo a fazer uso de carretas de transporte rodoviário adaptadas para passageiros e a importar um milhão de bicicletas. O racionamento de energia elétrica atingiu duramente o cotidiano, deixando bairros inteiros de Havana literalmente no escuro. Num esforço supremo, o governo conseguiu garantir o funcionamento das escolas, mas nos hospitais a falta de medicamentos básicos obrigou a um tratamento seletivo dos pacientes. Com a absoluta falta de papel e tinta, a atividade editorial praticamente foi suspensa, restringindo-se a alguns jornais e poucas revistas. O ensino primário, orgulho do regime cubano, sofreu duramente com a falta de cadernos escolares.

Até anos 70, 40% do comércio era com países capitalistas

Na palavra dos agentes governamentais, não chegou a se configurar uma situação de fome generalizada. A estimativa é de que houve uma queda de 14% na quantidade de calorias da alimentação diária do cubano. Para uma população bem alimentada, isso poderia não ter grandes repercussões. Entretanto, com o desenvolvimento do mercado informal, a multiplicação dos negócios ilícitos e a despenalização do porte de moeda estrangeira, a equidade estava profundamente abalada: a crise não atingiu a todos da mesma forma, conforme o discurso oficial. Obtive diversos relatos de populares com cenas realmente dramáticas, de pessoas desmaiando na rua, de fome, ao tentarem se deslocar a pé para o trabalho. A fisionomia naturalmente alegre e brincalhona dos cubanos havia instantaneamente desaparecido da Ilha ensolarada.

A partir de 1994, as agruras passam a ser paulatinamente atenuadas. Parte da dívida externa é renegociada, havendo desbloqueamento de créditos e recebimento de investimentos estrangeiros, notadamente no setor do turismo. Ocorre a retomada das atividades econômicas, reduz-se o excesso de liquidez e o surto inflacionário é contido. Oficialmente, foi proclamado o fim da crise.

Mas as marcas do que ficou conhecido como "período especial em tempo de paz" ainda eram visíveis em fevereiro de 1996,

quando estive em Cuba. Os cubanos continuam enfrentando a penúria. Há o que comprar nas lojas que vendem em dólar. Mas, para o cubano comum, persistem o desabastecimento e o desemprego, multiplicam-se as estratégias informais de sobrevivência da população. A especulação e a marginalidade ganham desenvoltura. Prostitutas, ambulantes e biscoiteiros ganham as ruas charmosas de Havana Vieja e do Vedado. O maravilhoso conjunto arquitetônico da cidade, declarado "patrimônio da humanidade", apresenta marcas visíveis de deterioração.

Não encontrei exatamente uma sociedade desesperançada, sem alento, revoltada com o regime, contida através da repressão. Mas é seguro que, com a brusca queda do padrão de vida e o prolongamento das atribuições da população, a confiança no futuro, tal como manifestada há alguns anos, não ficou ileso.

A repercussão do bloqueio americano

Em suas análises sobre a crise, os economistas cubanos invariavelmente destacam dois aspectos: os efeitos do bloqueio econômico comandado pelo Estados Unidos e o impacto provocado pela derrocada dos países do Leste europeu. Aludem também, sem a mesma ênfase, sem igual riqueza de dados, às "fragilidades", "vulnerabilidades" ou "desequilíbrios" internos³.

Sem dúvida, as autoridades americanas conseguiram, em mais de três décadas, dificultar a vida de seu audacioso e desobediente vizinho. Não guarda consistência a idéia de que o bloqueio nunca existiu de fato, sendo mera encenação dos dois lados: do lado americano, servindo como satisfação à parcela mais reacionária do eleitorado; do lado cubano, servindo para aglutinar a opinião nacional e, de quebra, despertar a solidariedade internacional.

A utilização política da atitude americana não anula o fato de que, com o acesso interdito ao mercado vizinho, por acaso o maior do mundo, os cubanos foram obrigados a negociar com países distantes. Enfrentaram concretamente o drama da restrição de possibilidades de intercâmbio, inclusive com a submissa América Latina. Os negócios ex-

ternos de Cuba foram onerados pesadamente com a elevação do valor do frete. A ausência do açúcar cubano na bolsa de Nova York fez com que o seu preço fosse seguidamente aviltado. O permanente clima de tensão levou os eventuais parceiros internacionais de Cuba a cobrar pelos altos riscos. Sem receber turistas americanos, o país viu-se impedido de explorar vantajosamente a reconhecida aptidão caribenha para o turismo. A economia cubana sofreu, concretamente, perdas significativas com a atitude americana⁴.

Mais teatro que realidade?

Vale lembrar que a tentativa de bloqueio econômico de Cuba foi apenas a faceta mais visível de um sistemático esforço de inviabilização da experiência revolucionária. Outras demarches, não assumidas publicamente pelos Estados Unidos, também tiveram importantes conseqüências econômicas: as múltiplas tentativas de sabotagem, o terrorismo e as permanentes ameaças de invasão induziram a grandes gastos com a defesa militar.

Mas, por variados motivos, é necessário relativizar o alcance das atitudes do governo americano em relação a Cuba. Até meados da década de 70, cerca de 40% dos negócios cubanos internacionais eram realizados com países capitalistas⁵. É a partir dessa época que as transações com o bloco socialista passam a ganhar caráter de quase exclusividade: no final dos anos 80, como informa Carlos Salsamendi, presidente da Câmara de Comercio de la República de Cuba, 85% do intercâmbio comercial do país estava vinculado à União Soviética e aos países socialistas europeus⁶.

Entretanto, isso durou pouco mais de uma década, por conta mesmo da crise vivenciada no Leste europeu. O reatamento de relações econômicas com o mundo capitalista operado após 1989 foi rápido e abrangente. Cuba entabulou negócios com mais de uma centena de países, não obstante o "acirramento do bloqueio", com a aprovação da lei Torricelli, em 1992. Para efeito, enquanto membro do GATT, Cuba utilizou sua condição de "nação mais favorecida".

Em 1992, cerca de 22% dos negócios internacionais de Cuba foram realizados com a Comunidade Européia, um percentual superior ao apresentado pelo conjunto latino-americano.

Em plena crise de endividamento, potências econômicas como a França, a Itália e a Espanha mantiveram abertas as suas linhas de financiamento para a Ilha, aceitando seus produtos como garantia. Para não ir muito longe na demonstração dos limites do boicote, vale assinalar que, no período 1990-1993, as vendas cubanas para a América Latina saltaram de 7 para 44% no volume total de exportações⁷.

Caberia notar: mesmo a transferência de divisas para o país através da colônia de cubanos estabelecida em território americano não foi objeto de cerceamento permanente. Apenas em agosto de 1994 o presidente Clinton proibiria as remessas familiares a partir dos Estados Unidos. Não há estatísticas precisas sobre essas remessas de dólares, mas as autoridades consideram que as mesmas beneficiavam diretamente pelo menos 20% das famílias cubanas.

Por outro lado, o fluxo de turistas de países capitalistas para Cuba, importante fonte de transferência de divisas, não foi alimentado durante o período revolucionário por deliberação interna do próprio governo cubano que, até recentemente, julgava nociva a presença de numerosos estrangeiros em seu solo. Em plena fase de "acirramento do bloqueio", uma reorientação nesse sentido leva a um extraordinário incremento do fluxo turístico.

É com base em dados como esses que alguns afirmam a inexistência efetiva do bloqueio. Numa conversa em Havana com um executivo espanhol do ramo do turismo, ouvi a enfática afirmação de que as possibilidades de investimentos externos no país tinham pouco a ver com as decisões americanas. Relacionavam-se mais com a disposição do governo cubano e a conjuntura financeira internacional.

Cuba, de fato, jamais esteve inteiramente isolada do mundo capitalista. Se houve uma substancial redução de suas relações com as economias de mercado, isso não ocorreu por conta de uma decisão unilateral dos Estados Unidos. Em que pese toda a sua reconhecida influência, esse país nunca deteve a capacidade de impor completamente suas determinações aos países capitalistas desenvolvidos.

A perda temporária da importância relativa das relações com os países capitalistas precisa ser encarada como uma opção pelo aprofundamento da parceria com a União Soviética. A escolha dessa parceria significou

uma importante decisão política, tendo o governo cubano, nos anos 70, abandonado a perspectiva do "socialismo autóctone" e abraçado com vigor as diretrizes soviéticas no plano interno, importando inclusive as suas práticas de gestão burocrática da economia.

85% do comércio externo de Cuba

Segundo um alto funcionário do governo cubano, "ao contrário de uma opinião generalizada em alguns círculos, o incremento dos vínculos com a URSS e com os demais países do CAME não constituiu por si mesmo a causa da redução dos laços econômicos e comerciais com os países ocidentais"⁸. O que pesou foi a incapacidade da economia cubana, que tinha pouco a oferecer ao comércio internacional.

Na avaliação dos motivos da crise cubana, a conhecida e costumeira afirmativa de Fidel Castro, segundo a qual o aprofundamento da parceria com a União Soviética representava a "única alternativa", precisa ser melhor avaliada. Ao enfatizar o bloqueio americano como fundamento da crise econômica, a literatura cubana finda por atenuar os efeitos de uma decisão política do comando revolucionário. Seria metodologicamente salutar que, na análise das "fragilidades" da economia cubana, as definições dessa ordem fossem objeto de mais atenção.



O impacto do desaparecimento do campo socialista

Os números que revelam a dependência de Cuba em relação ao chamado campo socialista, em particular à União Soviética, impressionam. Em 1989, a Ilha dirigia a esses países a maior parte de seus principais produtos: 63% de suas exportações de açúcar, 73% do níquel, 95% dos cítricos e 100% de sua indústria eletrônica. Importava 63% dos alimentos, 85% das matérias-primas, 80% das máquinas e equipamentos e 98% do combustível. Em termos de valores, isso representava 85% de seus negócios internacionais⁹.

É sabido que, no mundo moderno, não há lugar para nações com veleidades autárquicas. Em se tratando de uma ilha encostada à maior economia do mundo e situada numa área de intenso tráfego, qualquer pretensão a auto-suficiência, antes de anacrônica, seria quimérica. Mas é curioso que um país tão sensível ao discurso de defesa da soberania nacional chegue a esse nível de dependência externa, com setores estratégicos como os da alimentação e da energia absolutamente vinculados a um reduzido número de fornecedores externos!

Cuba acentuou essa dependência operando em campo minado: já estavam explícitos o esgotamento das possibilidades de desenvolvimento econômico da Europa socialista e as mudanças de rumo da União Soviética. Os sinais de advertência do colapso eram nitidamente expostos nas obras do próprio Gorbachev.

Dessa forma, a Ilha importou não apenas tecnologia e equipamentos superados, mas também métodos de gestão burocráticos e autoritários, pouco compatíveis com o espírito desenvolvido até então pela Revolução Cubana, caracterizado pelos esforços permanentes de mobilização política, pela valorização da criatividade, pela busca da auto-superação, pela utilização dos estímulos morais e pela contínua procura da equidade social.

Independente da discussão sobre a possibilidade desses elementos para, por si, garantirem um desenvolvimento material capaz de assegurar as conquistas socialistas, o fato é que o conflito ficou estabelecido, refletindo-se fortemente no desempenho da economia cubana.

Nesse terreno, as realizações da Revolução foram pouco alentadoras. O crescimento econômico da Ilha foi superior ao da América Latina no período considerado como a "década perdida". Entre 1975 e 1985, o PIB registrou uma elevação anual de 7%. Contudo, tomando-se em conta as três décadas de Revolução (1959-1990), o PIB cubano cresceu a uma média anual de 4,2%, índice superior ao do incremento demográfico, mas insuficiente para gerar uma base material adequada para assegurar a excepcional melhoria da qualidade de vida. Esta deveu-se, em boa parte, ao esforço em busca da equidade. Para 1986, por exemplo, o coeficiente de Gini para a distribuição de renda era de 0,22, um dos menores do mundo¹⁰.

A monocultura do açúcar: 80% do valor total das exportações

As relações com a União Soviética condicionaram fortemente as atividades econômicas de Cuba. A garantia de obtenção de preços preferenciais, as "ajudas" para o desenvolvimento, as facilidades de acesso a créditos comerciais, a tranquilidade das compensações para déficits nas transações externas, tudo isso desestimulou os esforços para a diversificação das atividades produtivas e a busca da eficiência. Para garantir a capacidade de compra externa, bastava a Cuba continuar especializada na produção de açúcar, que representava 80% do valor total de suas exportações.

Assim, o melhor de seus recursos foi concentrado no setor, que chegou a ocupar 2/3 das terras agrícolas, a utilizar 55% do sistema de transporte, a consumir 1/3 das disponibilidades energéticas e a absorver quase a metade de toda a força de trabalho agrícola. Entre 1960 e 1993, a produção de açúcar reteve 15% do total dos investimentos da economia cubana. Segundo o estudo do professor Miguel Figueras, levando em conta os recursos investidos, a produção de cana deveria ter crescido 80% nas três primeiras décadas da Revolução, mas não passou de 36%. Como muitos outros setores importantes da economia dependiam estritamente do desempenho da produção açucareira, tem-se aí uma das explicações para as "vulnerabilidades" da economia cubana¹¹.

Uma análise mais detalhada das consequências da inserção internacional de Cuba nas últimas décadas revelaria quadros de difícil compreensão. Na produção agropecuária, por exemplo, o país, sem priorizar o cultivo de pastos e sem produzir cereais, ficou deliberadamente à mercê da importação de ração alimentícia do Leste europeu. Conforme o secretário do Conselho de Ministros, Carlos Lage, o raciocínio era simples: Cuba vendia ao preço de US\$ 800 a tonelada de açúcar, enquanto importava trigo a US\$ 100 a tonelada. Vantagem aparente, momentânea e fatal: com a suspensão abrupta das importações de ração, o país ficou literalmente sem carne e sem leite, sendo obrigado a mudar aceleradamente (o que significa alguns anos) a qualidade genética de seu rebanho para torná-lo consumidor de pastos¹².

Não alterando em essência o perfil de produtor de açúcar para consumo externo, herdado do período colonial, a Ilha fixou-se num produto que, apesar de ser um dos quatro principais alimentos da humanidade, desde o século XIX perde continuamente sua importância no mercado internacional. Uma vez que diversos países industrializados passaram da condição de importadores para a de produtores de açúcar, em 1989 o valor das 20 milhões de toneladas comercializadas em todo o mundo representaram apenas 0,3% do montante das mercadorias negociadas. Tendo isso em conta, não fica difícil compreender a redução de negócios com os países de economia de mercado em favor do bloco socialista.



Do ponto de vista político, o aprofundamento das relações com a União Soviética gerou também graves conseqüências para a inserção de Cuba no plano internacional. Nesse assunto, ainda há muito o que ser revelado. O que se sabe é que Cuba passou a desempenhar um papel de destaque em algumas áreas de tensão mundial, enviando numerosas tropas para países como Angola (1975) e Etiópia (1978). Mais de cem mil soldados cubanos foram enviados a esses países, conforme admitiu Fidel Castro em seu Informe ao II Congresso do Partido, em 1980. Dezenas de milhares de assessores militares e técnicos de várias especialidades foram espalhados por muitos países. Cuba desviou, assim, energias preciosas, indispensáveis ao desenvolvimento de uma base material capaz de garantir as conquistas sociais. Além disso, passou a arcar com o ônus de novas arestas no plano diplomático.

À margem do debate sobre a justeza política dessa atuação militar internacional, cabe considerar que a Ilha jamais teria condições materiais de bancar os custos dessas intervenções. Até que ponto agiu constrangida pelo governo soviético, que assumiu os custos financeiros das operações militares cubanas? Em que medida essas operações representaram a contrapartida para os preços preferenciais para o seu açúcar, para os créditos para o desenvolvimento, a colaboração técnica e as correções em seu balanço comercial externo? São perguntas ainda sem respostas documentadas. Lamentavelmente, os estudiosos cubanos ainda se atêm à retórica da "ajuda desinteressada", quando se referem à parceria de seu país com a União Soviética.

Discussão dos resultados da adoção do "modelo de socialismo soviético"

Com certeza, as conquistas sociais dos cubanos tiveram seu grande respaldo nessa parceria. Em contrapartida, ficaram sem a sustentabilidade assegurada. Apenas a partir de 1984 é que os cubanos passam a discutir os resultados da adoção do "modelo de socialismo soviético". Após dois anos de discussão, já às vésperas do desaparecimento da União Soviética, é que iniciam um processo

de "retificação". A crise bateu à porta antes que o mesmo pudesse gerar efeitos concretos. A Revolução cubana ficou na berlinda.

À primeira vista, o que ressalta na literatura disponível sobre a crise atual e sobre as perspectivas do país é a ausência de uma discussão mais aprofundada sobre o processo vivido pelo país, em particular sobre as relações com o "bloco socialista". Alguns, como os respeitados e influentes economistas Julio Carranza, Luis Urdaneta e Pedro González, autores de uma proposta de reestruturação da economia cubana, atribuem explicitamente pouca importância a esse debate na fundamentação de suas idéias para a reforma do socialismo cubano¹³.

Os que se manifestaram sobre o tema não vão muito além de alusões pontuais às razões de governo, apresentadas por ocasião de inflexões em suas diretrizes internas, como a ocorrida no final dos anos 60, depois do afastamento de Che Guevara do corpo ministerial, quando teve fim a chamada fase do "modelo de socialismo autóctone". Ou, ainda, a verificada nos anos 80, quando, sentindo as mudanças de rumo da União Soviética, o governo cubano orientou o planejamento econômico de forma mais liberta do modelo soviético.

Na análise da crise, é nítida a permissividade conceitual e metodológica. Arrolam-se indistintamente como suas causas imediatas fatores emergenciais gerados pela conjuntura internacional (suspensão dos negócios com a Europa Oriental, acirramento do bloqueio americano etc.) com fatores de natureza cumulativa (ineficiência das unidades industriais, baixa produtividade agrícola, fracasso dos métodos de gestão etc.) resultantes de orientações políticas adotadas nas últimas décadas. É difícil crer que essa forma de analisar o processo cubano não esteja refletida nas reformas do socialismo em andamento.

A revolução na berlinda

No discurso oficial, a ação do governo frente à crise orienta-se nos seguintes propósitos: atender às demandas emergenciais, garantir um crescimento econômico sustentado, as conquistas sociais e a independência nacional. A preservação do socialismo cubano é o limite do processo de abertura da economia, segundo o secretário do Conselho de Ministros da

República, Carlos Lage¹⁴. Por sua vez, Fidel Castro assegura que a reestruturação e o redimensionamento da economia cubana estariam sendo implementados com uma "visão integral de oportunidades e desafios de curto e longo prazos" (*Granma*, 05/12/94).

Disposição de promover alterações profundas na economia e na sociedade

O rol de iniciativas governamentais frente à crise é extenso, abrangente, multifacetário. Numa tentativa de sumarização, sem pretensões de rigor seletivo, poderiam ser anotadas:

a) renegociação da dívida externa com a aceitação dos termos do Clube de Paris;

b) abertura de todos os setores da vida nacional aos investidores estrangeiros, com exceção de educação, saúde, previdência social e defesa militar;

c) concessão de múltiplos e variados incentivos ao capital externo, incluindo a completa liberdade de repatriamento dos lucros e, em determinados casos, a isenção de impostos;

d) alterações nos dispositivos legais referentes à propriedade, contemplando desde o reconhecimento do "trabalho por conta própria" (uma tentativa de enquadramento legal do trabalho informal) até a autorização para funcionamento de empresas com capital totalmente estrangeiro e a permissão para que estrangeiros possam adquirir bens móveis e imóveis;

e) uma nova política energética, cujo destaque é a ampliação da produção nacional de combustível perseguida através do franqueamento do subsolo para contratos de risco para a prospecção de petróleo por empresas estrangeiras;

f) diversas medidas de incentivo ao cooperativismo no meio rural com a aceitação da propriedade privada da produção agrícola e multiplicação dos mercados para a livre comercialização de produtos;

g) assinatura de contrato com bancos estrangeiros para financiamento da safra açucareira, que persiste como esteio da economia nacional;

h) despenalização do porte de divisas, que representou, na prática, o acatamento do dólar americano como moeda corrente, convivendo com a moeda nacional;

i) permissão para o pagamento de salários em moeda estrangeira, configurando legalmente acentuadas discriminações na remuneração do trabalho;

j) revisão dos sistemas de tarifas de serviços públicos (com aumento de preços) e de arrecadação de impostos;

k) esforço de diversificação da produção tendo em vista a redução da pauta de importações;

l) priorização do turismo como fonte geradora, a curto prazo, de emprego e entrada de divisas;

m) importantes alterações no desenho do orçamento nacional, implicando, entre outras coisas, suspensão de subsídios a empresas estatais ineficientes e cortes substanciais na despesa militar;

n) mudanças no sistema de determinação da representação política, com a formação de "parlamentos obreros" e com a adoção do voto direto e secreto...

A listagem é incompleta e está condenada a rápida desatualização. Inúmeras outras medidas estão em fase de debate e aprovação. As transformações no país ocorrem de maneira rápida e imprevisível, como observam os economistas Valdés, Urdaneta e González, na Introdução de seu livro já citado, contrariando a vontade oficial de preservar a "visão de curto e longo prazos".

O porte, a variedade e a extensão das iniciativas indicam que as autoridades cubanas não enfrentam uma situação emergencial qualquer, fruto de uma conjuntura adversa. Não buscam simplesmente uma mera "reinserção na economia internacional", mas dão curso a profundas alterações na economia e

na sociedade cubanas, envolvendo aspectos políticos, institucionais, ideológicos, culturais e militares do sistema erigido sob a orientação revolucionária. O governo cubano escreve seu capítulo na história das reformas das sociedades socialistas. Tal como todas as outras tentativas de reforma, da NEP do Partido Bolchevique à atual abertura da economia chinesa, o risco de desfiguramento, de perda de coerência do projeto revolucionário original é uma contingência nada remota.

Qualidade de vida na educação e na saúde

A perspectiva de preservação da soberania nacional, por exemplo, é posta em bases inteiramente novas. Na reforma do socialismo cubano, não valem as noções, até há pouco sustentadas, acerca dos laços de subordinação e dependência inerentes à presença em larga escala de grandes empresas capitalistas dos países ricos em setores vitais da economia dos países pobres. Nem o acatamento das normas ditadas pelos gigantes das finanças internacionais inviabiliza necessariamente a capacidade de autodeterminação dos devedores. Ao tempo em que reafirmam a preservação da soberania nacional, os socialistas cubanos montam toda a estratégia de enfrentamento da crise na abertura ao grande capital estrangeiro e entram animadamente na disputa pelos investimentos.

Cuba, em essência, apresenta hoje os mesmos argumentos de seus vizinhos latino-americanos: o respeito às dívidas contraídas, a abertura de todos os setores da economia, a concessão de isenções fiscais, a liberdade de repatriamento de lucros e de aquisição de bens patrimoniais, a observância das normas internacionais de reconhecimento de marcas e patentes, a oferta de mão-de-obra preparada, de infra-estrutura adequada, de "estabilidade" sócio-política...

No que diz respeito à busca permanente da equidade social, outro traço marcante da experiência cubana, o comprometimento é talvez menos visível, mas não menos real e profundo. Como informam os pesquisadores Alfonso Montero e Juan Cordoví, do Centro de Investigaciones sobre la Economía Mundial, já em 1994 apenas 10% das famílias detinham 70% do meio circulante. O fenôme-

no da concentração da renda não provém apenas de eventuais privilégios acumulados por castas tecnoburocráticas, da dinâmica de um mercado livre emergente, do surto inflacionário, de remessas de familiares fora do país ou da proliferação dos negócios ilícitos: surge como efeito concreto de medidas reformistas como a despenalização do porte de divisas e a permissão para o pagamento de salário em moeda estrangeira, num ambiente de abastecimento racionado pelo Estado convivendo paralelamente com o mercado livre.

Com a economia funcionando com duas moedas, o peso cubano e o dólar, uma depreciada e inconvertível, todos os que são obrigados a utilizar o peso cubano são obviamente penalizados. Na atualidade, um jovem porteiro de hotel, com suas gorjetas em dólar, pode garantir-se um padrão de vida absolutamente interdito a um médico renomado ou a um insigne doutor da Universidade de Havana que recebam salários fixos em moeda nacional e tenham limitado o acesso ao mercado livre. Os empresários estrangeiros, percebendo que a remuneração em moeda nacional não representava estímulo ao trabalho, pressionaram para que fosse permitido o pagamento de salários em divisas. A medida é hoje estendida a diversas empresas estatais.

A dinâmica da economia cubana hoje apresenta forte tendência de crescimento das ocupações informais e da marginalidade, com destaque para a prostituição. Não há registros estatísticos disponíveis a respeito, mas o fenômeno é visível, notadamente nos sítios turísticos, onde o peso cubano já não é mais moeda corrente. Apesar de os estudiosos cubanos considerarem a prostituição "estatisticamente desprezível", o espetáculo proporcionado por europeus acompanhados de jovens cubanas no Malecón, a orla marítima de Havana, em nada se diferencia das cenas apresentadas na avenida Beira-Mar, em Fortaleza, ou na praia de Boa Viagem, no Recife.

A qualidade de vida conquistada pelos cubanos, particularmente no que diz respeito a educação e saúde, apesar de sofrer diversas restrições, ainda está razoavelmente preservada. Para isso, o Estado submeteu-se a duras provas na administração de um considerável déficit público. Entretanto, mesmo com a retomada das atividades econômicas, o financiamento dos gastos públicos tende for-



çosamente a ficar mais difícil, tendo em vista o crescimento do trabalho informal, a multiplicação dos negócios ilícitos e a concessão de privilégios fiscais.

Como reagirão os cubanos frente ao quadro que vai se formando com a implementação das reformas?

A população assiste ao retorno em massa de patrões estrangeiros gerenciando indústrias, hotéis, bancos, minas e poços de petróleo. Presencia a chegada de centenas de milhares de turistas bem vestidos, recebidos em belos hotéis, locomovendo-se em luxuosos carros importados, num contraste gritante com suas condições de moradia e transporte. Acompanha a proliferação dos excelentes restaurantes, onde os nacionais não podem sentar quando bem entendam. Assiste ao esgarçamento dos padrões de moralidade e de justiça longamente enaltecidos...

As autoridades empreendem esforços concretos no sentido de justificar as reformas e ampliar a discussão sobre o destino do país, mas é difícil prognosticar o comportamento de uma população diante de tantas alterações em sua vida. Até o presente, a grande maioria dos cubanos têm suportado estoicamente as privações e as mudanças. Os governantes e o regime político ainda preservam o crédito. Bem informados, conscientes da realidade internacional, muitos repudiam as mazelas do capitalismo e acreditam firmemente na viabilidade do socialismo. O símbolo maior da nacionalidade, Jose Martí, persiste tão cultuado em Cuba quanto o Padre Cícero no sertão nordestino.

Mas a crise se alonga, não tem data para terminar. A realidade que as iniciativas governamentais fazem emergir é bem distinta da que foi oferecida nas três primeiras décadas de regime socialista. Cuba poderá persistir socialista, desde que o termo seja flexibilizado o bastante para comportar experiências de construção social rigorosamente inéditas, modelos ainda não descritos.

Tarde da noite, num bar, ao final de uma longa conversa com um jovem cubano, culto, ex-militante do Partido, cheio de aspirações, irritado com as dificuldades, vestindo uma camisa limpa e puída, profundamente descontente com o governo, desconfiado da viabilidade do socialismo, perguntei se não haveria perigo em que eu voltasse caminhando ao hotel. As ruas de Centro Havana estavam

mal iluminadas, como de resto toda a capital. Sua resposta: "Hay ladrones en Cuba, pero son pocos!". Falava indignado, como se eu tivesse posto em dúvida a moralidade de seu povo. Na despedida, o troco: Cuba não era como o Brasil, onde nem a polícia podia subir nos morros... Com que prazer recebi sua agressividade! Em seguida, veio-me a sensação de que atinava muito pouco acerca dos homens e mulheres que a Revolução Cubana produziu.

É hora de acompanhar atentamente os acontecimentos, estudar a fundo as importantes e comoventes lições dessa primeira e única experiência latino-americana de construção da sociedade socialista. É hora de multiplicar a solidariedade internacional a esse povo intemorato. Que o povo cubano possa fazer o seu caminho em liberdade!

MANUEL DOMINGOS é professor doutor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará.

Notas

(1) Os dados sobre a qualidade de vida e a força de trabalho utilizados neste artigo foram obtidos em FIGUERAS, Miguel Alejandro. *Aspectos estructurales de la economía cubana*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1994; e GONSÁLEZ, Elena Díaz. *Calidad de la vida en Cuba: efectos de la política norteamericana*. Havana: Programa FLACSO - Cuba, Universidad de la Havana, 1994.

(2) Um resumo bem feito de dados sistematizados sobre a crise da economia cubana é oferecido por VALDEZ, Julio Carranza; URDANETA, Luis Gutiérrez e GONSÁLEZ, Pedro Montreal. *Cuba - La restructuración de la economía*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1995.

(3) Nas palavras de Osvaldo Martínez, presidente da Comisión de Asuntos Económicos da Asamblea Nacional del Poder Popular e diretor do Centro de Investigaciones de la Economía Mundial: "Em linhas gerais, os desafios atuais à economia cubana se caracterizam pelo desaparecimento de algumas das mais importantes bases de sustentação do modelo de desenvolvimento da economia cubana no período 1959-1989: o desaparecimento do sistema de relações vantajosas com a União Soviética e os países socialistas da Europa do Leste e o recrudescimento a níveis não alcançados antes do bloqueio econômico norteamericano que se exerce há 30 anos sobre o país". Cf. MARTINEZ, Osvaldo. Retos del presente a la economía cubana in *Cuba en los años 90 - su reinserción en la economía internacional y el papel de Europa*. p. 48. Havana: Editora Política, 1994.

(4) A literatura sobre os efeitos do bloqueio, tanto americana quanto cubana, é vasta, apresentando inclusive tentativas de quantificação de perdas. Um texto rico de informações sobre o tema é o de GONSÁLEZ, Gerardo Trueba. *Los costos del bloqueo de EE.UU. a Cuba. Características e perspectivas*, in *Cuba en los años 90 - su reinserción en la economía internacional y el papel de Europa*. pp. 67-76. Havana: Editora Política, 1994.

(5) Cf. GONSÁLEZ, Elena Díaz. *Calidad de la vida en Cuba: efectos de la política norteamericana*. p. 4. Havana: Programa FLACSO - Cuba, Universidad de la Havana, 1994.

(6) SALSAMENDI, Carlos Martínez. *Possibilidades para la reinserción de Cuba en la economía internacional y el papel de Europa*. p. 77. Havana: Editora Política, 1994.

(7) Esses e outros dados sobre as transações internacionais de Cuba podem ser obtidos numa análise feita pelo chefe de Departamento do Ministério do Comércio Exterior de Cuba, MUÑOZ, Rubén. *El estado actual de las relaciones económicas y empresariales entre Europa y Cuba*, in *Cuba en los años 90 - su reinserción en la economía internacional y el papel de Europa*. pp. 57-63. Havana: Editora Política, 1994. CAME é a sigla para o Consejo de Ayuda Mutua, que, sob a liderança da União Soviética, aglutinou os Estados socialistas. No Brasil, essa entidade ficou conhecida como COMECON.

(8) MUÑOZ, *op. cit.* p. 58. Grifado no original.

(9) MARTINEZ, *op. cit.* p. 50.

(10) Uma análise detalhada do PIB cubano é oferecida por FIGUERAS, *op. cit.* pp. 35-43. Sobre o coeficiente de GINI, ver GONSÁLEZ, *op. cit.* p. 6.

(11) Sobre o setor açucareiro cubano, inclusive para uma análise de suas atribuições, ver FIGUERAS, *op. cit.* pp. 79-95.

(12) A análise de Carlos Lage está em sua intervenção no Taller de Trabajo organizado pela CEA e pelo IRELA em 1993. Cf. *Cuba en los años 90 - su reinserción en la economía internacional y el papel de Europa*. p. 25. Havana: Editora Política, 1994.

(13) Em sua obra (p. 2) esses economistas dizem textualmente: "Segundo nosso critério, esta reflexão passa menos, apesar de também, pelo debate teórico sobre o socialismo e a experiência dos 'socialismos reais', que pelas condições concretas econômicas, políticas, geoeconômicas e geopolíticas nas quais se encontra o país".

(14) As declarações textuais de Carlos Lage: "Cuba ha resistido el impacto de la ruptura preservando el orden económico y social del país, habiéndose extraído una valiosa lección: siempre que se mantenga ese orden es posible cualquier apertura". *Cuba en los años 90 - su reinserción en la economía internacional y el papel de Europa*. p. 21. Havana: Editora Política, 1994.

Reforma agrária já

ALDO ARANTES

O massacre dos sem-terra no Pará revela a urgência de solução para os problemas que envolvem a estrutura agrária brasileira

O povo brasileiro está indignado com o massacre dos trabalhadores rurais em Eldorado de Carajás, no sul do Pará. Mais uma vez fica demonstrado o método das classes dominantes brasileiras no tratamento da questão agrária: a violência mais brutal. Em agosto do ano passado houve a chacina de Corumbiara, em Rondônia. A sociedade também repudiou o fato, porém nada se apurou e não houve nenhuma alteração da política agrária do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro levou a que um grande número de intelectuais questionassem se a reforma agrária continuaria na ordem do dia. Se ela teria ainda algum sentido econômico. Francisco Graziano, em seu livro *A tragédia da terra*, afirma que "o capitalismo brasileiro, especialmente no Sul e Sudeste do país, avançou o suficiente para não mais permitir a existência de latifúndios improdutivos, deixando ocioso um meio de produção tão importante como a terra". E ao falar sobre o caráter da reforma agrária, afirmou que a distribuição de terras em São Paulo, Paraná,

Santa Catarina e Rio Grande do Sul só poderá ser pensada na hipótese de uma reforma agrária socialista, "na qual se propusesse a coletivização dos meios de produção".

No entanto, a vida tratou de refutar essas teses e a reforma agrária retorna, com força, ao cenário político nacional. São várias as razões que explicam tal retorno. Por um lado, a manutenção das amplas áreas de latifúndios improdutivos ou com baixa produtividade, apesar do desenvolvimento capitalista no campo. Por outro lado, os reflexos da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso e as conseqüências sobre o Brasil do processo de globalização da economia mundial.

O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro é uma realidade

O desenvolvimento do capitalismo no campo tem se acelerado, particularmente a partir da década de 70. Houve um crescimento significativo da produção agrícola e da produtividade. Em 1975 o Brasil tinha 29 milhões e 239 mil hectares de área plantada e uma produção de 38 milhões e 368 mil toneladas de grãos. Já em 1989, com 39 milhões e 341 mil hectares de área plantada, o Brasil alcançou a safra de 70 milhões e 271 mil toneladas, atingindo, em 1994, 81 milhões de toneladas.

O desenvolvimento do capitalismo no campo foi acelerado pelo forte subsídio ao crédito agrícola. Tratava-se de estimular a produção para o mercado externo, através de subsídios sobretudo às grandes e médias propriedades agrícolas. Entre 1970 e 1980 o fi-

nanciamento para propriedades até 99 hectares caiu de 38,65% para 34,4%, enquanto os financiamentos para propriedades de mais de 100 hectares subiu de 61,4% para 65,6%, e para as propriedades de 1.000 a 9.999 hectares subiu de 15,6% para 20,3%. Entre 1980 e 1985 o Estado reduziu seus investimentos na agropecuária de 250 bilhões de cruzados para 124, em valores constantes. A conseqüência foi a queda da safra agrícola.

Com o Plano Cruzado, os investimentos foram retomados e o resultado foi a super-safra de 1989 com 72 milhões de toneladas de grãos. A nova retração dessa política levou a outra queda na safra agrícola, que em 1990/1991 atingiu apenas 55 milhões de toneladas, obrigando o país a importar US\$ 1,5 bilhões em grãos. O Pacote Agrícola de Collor veio para alterar essa situação, concedendo juros de 12% ao ano, enquanto os juros das indústrias estavam em 30%. A análise da evolução dessa política evidencia que quando o Estado investe na agricultura, assegurando maiores lucros, o setor se dinamiza, e quando isso não ocorre, ele se retrai.

Alguns indicadores mostram a aceleração do desenvolvimento capitalista a partir da década de 70 (Quadro I). Enquanto em 1950 o país tinha 8.372 tratores, em 1970 possuía 175.769, em 1980 atinge 545.204 e em 1985 já possui 652 mil tratores.

Os dados mostram uma aceleração da mecanização da lavoura a partir de 1970, como conseqüência do processo da "modernização conservadora" da agricultura brasileira.

Outro fator indicativo da penetração do capitalismo no campo diz respeito ao uso de fertilizantes. Em algumas regiões o percentual de estabelecimentos agrícolas que usam fertilizantes ficou praticamente estacionado,



como na região Norte, que em 1960 tinha 3,6% das propriedades que utilizavam fertilizantes e em 1980 4,2%. Já na Região Sul as propriedades que utilizavam fertilizantes subiram de 22,8 para 60,5% no mesmo período, e na região Centro-Oeste de 6,4 para 40%. Tais dados mostram o desenvolvimento do capitalismo na região Sul e a celeridade do seu crescimento na região Centro-Oeste.

Portanto, a aceleração do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro é um fato. Hoje, existem setores da produção agrícola altamente desenvolvidos, com tecnologia moderna, e que estão ligados, através de computadores, com as bolsas de valores de todo o mundo.

Porém, se é fato que essa aceleração se deu a partir da década de 70, é falso afirmar que inexistem no país latifúndios improdutivos.

O desenvolvimento capitalista no Brasil adotou o caminho do aburguesamento do latifúndio

No debate sobre a reforma agrária surgiram erros teóricos que terminaram por confundir-lo. Os comunistas pregavam uma reforma agrária antilatifundiária, caracterizando o latifúndio brasileiro como expressão de restos feudais. Aí evidentemente há um erro do ponto de vista teórico: não existindo no Brasil feudalismo, não se poderia falar da existência de restos feudais. No entanto, o que se procurava trazer à luz do dia era a existência da coerção extra-econômica na apropriação do trabalho excedente.

Falando sobre isso, em seu livro *Novos dados sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura*, Lênin afirmava que do ponto de vista econômico, nas condições da economia norte-americana, falar em restos escravistas tinha o mesmo significado econômico de falar em restos feudais. Ou seja, havia em comum entre restos escravistas e restos feudais a coerção extra-econômica para apropriação do trabalho excedente. Apesar do erro teórico contido na afirmação da existência de restos feudais no Brasil, a análise da estrutura agrária indicava a necessidade de uma reforma agrária.

Caio Prado Jr. se colocou contra a formulação dos comunistas, afirmando, em seu livro *A revolução brasileira*, que as relações de produção predominantes em nossa agricultura sempre haviam sido capitalistas desde a colônia. Ora, se a afirmação dos comunistas não era inteiramente correta, também não o era a afirmação de Caio Prado Jr., já que as relações de produção no Brasil Colônia eram escravistas-mercantis, e não capitalistas. O trabalho assalariado, a livre venda do trabalho como mercadoria, que é a característica fundamental do modo de produção capitalista, não estava presente no modo de produção daquela época.

O que havia de verdade na formulação de Caio Prado é que a produção do país se voltava para o mercado e se baseava em grandes unidades produtivas. Porém a consequência prática tirada de tal formulação era a de que a luta no campo deveria se voltar para a garantia dos direitos dos assalariados rurais, substituindo assim a questão da reforma agrária.

A afirmação de determinados setores de que a reforma agrária era condição *sine qua non* para o desenvolvimento brasileiro foi contestada pela prática. Aliás, Lênin já falava, em seu livro *O programa agrário*, da existência de dois caminhos possíveis para o desenvolvimento do campo: "o caminho do tipo prussiano e o caminho do tipo norte-americano".

O primeiro é o caminho do aburguesamento do latifúndio "condenando os camponeses a décadas da mais dolorosa espoliação e do mais doloroso jugo", e o segundo é o caminho da reforma agrária, o caminho norte-americano. Todos os dois caminhos permitem um certo grau de desenvolvimento do país. Ocorre que o primeiro se dá com o aprofundamento da concentração da renda no campo e o agravamento das condições de vida dos camponeses. O segundo permite um desenvolvimento mais acelerado e mais harmônico do país, social e regionalmente.

Historicamente, o caminho brasileiro de desenvolvimento se deu através da grande propriedade, inicialmente através das sesmarias. Apesar da luta histórica dos setores democráticos e dos trabalhadores rurais pela reforma agrária, somente em momentos pontuais ela ganhou maior relevância como política de governo. Isso ocorreu principalmente durante o governo do Presidente João Goulart

e durante o governo do Presidente Sarney, quando pela primeira vez se elaborou um Plano Nacional de Reforma Agrária. No Brasil as classes dominantes impuseram o caminho de aburguesamento do latifúndio, apesar da luta continuada dos trabalhadores e dos democratas pela realização de uma reforma agrária.

O desenvolvimento desigual do capitalismo no campo

Um fator que tem induzido certos estudiosos a chegarem a conclusões errôneas sobre o atual nível de desenvolvimento da agricultura no país é o estudo somente dos dados em nível nacional, sem uma análise mais apurada das particularidades regionais. Um exame mais profundo e científico irá demonstrar graus de desenvolvimento capitalista diferenciados, gerando consequências em relação à reforma agrária a se propor. (Ver Lênin, *Novos dados sobre as leis do desenvolvimento do capitalismo na agricultura*).

O caráter intensivo da produção agrícola é indicado pelo investimento capitalista realizado, que se expressa, entre outros fatores, na mecanização da lavoura, no uso de fertilizantes e no maior grau de utilização do trabalho assalariado.

Analisando o número de tratores utilizados nas diversas regiões do Brasil, constata-se que enquanto as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste detinham 19,76% do número de tratores existentes no Brasil, em 1980, somente as regiões Sul e Sudeste detinham 80,24%. E mais, somente São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná detinham 62,5% do

Quadro 1 – Número de tratores – 1950/1980 – Brasil

Brasil e regiões	Número de tratores				
	1950	1960	1970	1975	1980
Norte	61	430	1.127	1.433	6.295
Nordeste	451	3.130	7.280	15.070	38.045
Sudeste	5.155	34.135	82.517	131.881	202.571
Sul	2.566	21.456	64.605	145.393	234.902
Centro-Oeste	139	2.194	10.250	29.032	63.391
Brasil	8.371	61.345	165.779	322.809	545.204

Fonte dos dados brutos: Censo Agropecuário, IBGE. Evolução da Estrutura Agrária do Brasil – INCRA – 1987.

total de tratores do país. É sabido que mesmo nesses estados há regiões onde o capitalismo é muito mais desenvolvido do que em outras. Nessa análise destaca-se a aceleração do desenvolvimento capitalista da região Centro-Oeste, que em 1970 tinha 10.250 tratores e em 1980 tinha 63.391.

Fator relevante para aferir o baixo grau de penetração capitalista diz respeito ao percentual dos estabelecimentos que usam somente a força humana. Evidentemente, quanto maior a utilização da força humana, menor é o desenvolvimento capitalista. Em 1980, na região Sul, havia 17,1% de estabelecimentos que somente usavam a força humana. No Sudeste, 45,9%; no Centro-Oeste, 46,1%; no Nordeste, 69,3%; e no Norte, 93,0% (Quadro 2). Esses dados comprovam os diferentes graus do desenvolvimento capitalista, nas diferentes regiões do Brasil.

Outro elemento indicativo do grau de desenvolvimento capitalista é o uso de fertilizantes. Em 1980 somente 4,2% dos estabelecimentos da região Norte usavam fertilizantes, 15,7% no Nordeste, 40% na região Centro-Oeste, 56,4% na região Sudeste e 60,5% na região Sul (Quadro 2). Em 1980, somente em São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná localizavam-se 53,4% dos estabelecimentos que utilizavam fertilizantes químicos no Brasil.

Certos produtos agrícolas têm vanguardado o processo de desenvolvimento capitalista no campo brasileiro. A soja é o principal deles. Em 1975 o país produzia mais de 9 milhões e 800 mil toneladas desse produto. Já em 1993 produzia mais de 22 milhões e 700 mil toneladas. A produtividade da soja foi crescente, pois enquanto em 1975 tinha um rendimento de 1.699 kg/ha, em 1993

atingia 2.138 kg/ha. O grosso da produção de soja no Brasil provém das regiões Sul e Centro-Oeste.

Também o milho cresceu em produção e produtividade. Enquanto em 1975 produziu mais de 16 milhões e 300 mil toneladas, com produtividade de 1.505 kg/ha, em 1993 produziu mais de 29 milhões e 100 mil toneladas, com uma produtividade de 2.454 kg/ha. A produção de milho concentra-se principalmente nas regiões Sul e Sudeste.

Quanto a arroz e feijão, o quadro é completamente diferente. O arroz teve um pequeno aumento na produção e queda na área plantada. Em 1975 o país produziu mais de 7 milhões e 700 mil toneladas de arroz, com uma produtividade de 1.456 kg/ha. Em 1993 a produção foi de mais de 10 milhões e 100 mil toneladas, com uma produtividade de 2.291 kg/ha. A grande produção de arroz no Brasil se situa na região Sul, e, em menor escala, na região Centro-Oeste.

No que se refere ao feijão, também houve uma queda na área plantada, com aumento insignificante na produção e na produtividade. Enquanto em 1975 o país produziu mais de 2 milhões e 300 mil toneladas, com rendimento de 551 kg/ha, em 1993 produziu mais de 2 milhões e 500 mil toneladas, com rendimento de 617 kg/ha. A maior produção de feijão está na região Sul, seguida do Nordeste. É importante destacar que num período de quase 20 anos a produção de feijão, produto de importância decisiva na mesa dos brasileiros, ficou praticamente estacionada.

Pela análise acima, fica evidente a prioridade da produção agrícola voltada para exportação, em detrimento da produção voltada para o mercado interno. A produção agrícola voltada para exportação se desenvolve de forma intensiva nas regiões Sul e Sudeste, e cresce no sentido do Centro-Oeste, registrando um grande aumento na produção e na produtividade. Já os produtos voltados para o mercado interno, principalmente o feijão, registram um crescimento insignificante, tanto na produção quanto na produtividade. Tais dados demonstram o desenvolvimento desigual do capitalismo no Brasil. Comprovam que, enquanto existem regiões do país com uma produção e produtividade bastante elevadas, existem extensas áreas com baixa produção e pequena produtividade agrícola.

Outro elemento importante para caracterizar o nível de desenvolvimento capitalista no campo brasileiro está relacionado ao trabalho assalariado. Em 1992, enquanto existiam 6.825.950 de assalariados, incluindo permanentes e temporários, havia apenas 371.109 parceiros e 183.725 arrendatários, e 5.345.581 dependentes de proprietários que trabalham no imóvel. Isso demonstra que as relações de trabalho assalariado características do capitalismo predominam largamente na agricultura brasileira.

No entanto, vale ressaltar que entre os assalariados temporários – 5.288.284 – parte ponderável é de camponeses proletários, no dizer de Karl Kautsky. São camponeses que trabalham por algum período como assalariados agrícolas e que nessa condição aspiram à posse da terra. Também entre os dependentes de proprietários de imóveis, que são mais de 5 milhões e 300 mil, há um contingente significativo que tem a mesma aspiração.

A coerção extra-econômica ainda está presente nas relações de trabalho no campo brasileiro, através do trabalho escravo. Isso demonstra que o capitalismo utiliza relações sociais atrasadas para extrair o trabalho excedente.

O grau de aproveitamento das terras, por região, é um fator decisivo para indicar a diferenciação do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro

Enquanto no Brasil exploram-se 45,80% da área total, deixa-se de explorar 35,98%. Isso significa um grau de ociosidade das terras bastante elevado. É evidente que se pode questionar as estatísticas. Sabe-se, inclusive, que há contradições entre os dados do INCRA e do IBGE. De qualquer forma, o fato é que no país há uma grande ociosidade das terras, comprovada não só pelos dados estatísticos, mas também pelo conhecimento da realidade concreta.

Esses dados em geral são subestimados, no sentido de maquiagem a situação financeira do Brasil e de criar obstáculos ao processo da reforma agrária. Mesmo assim eles revelam

Quadro 2 – Uso de fertilizantes e força humana

Regiões	% dos estabelecimentos que usam							
	Fertilizantes				Só força humana			
	1960	1970	1975	1980	1960	1970	1975	1980
Norte	3,6	4,1	2,8	4,2	98,6	98,1	95,7	93,0
Nordeste	6,4	8,2	9,4	15,7	94,6	87,9	77,3	69,6
Sudeste	17,5	28,6	37,9	56,4	75,6	58,6	51,4	45,9
Sul	22,8	34,2	42,7	60,5	49,1	27,4	14,7	17,1
Centro-Oeste	6,2	14,1	22,7	40,0	67,6	55,4	64,1	46,1

Fonte dos dados brutos: Censo Agropecuário, IBGE.

que nas regiões onde há um maior desenvolvimento capitalista há também um maior grau de exploração das terras, enquanto nos estados com menor desenvolvimento capitalista há uma maior ociosidade das terras. Essa diferenciação se dá por regiões, por estados, e dentro dos estados. Mesmo em estados com desenvolvimento capitalista mais avançado, como São Paulo, há regiões, como o Vale do Parapanema e outras, onde está presente a ociosidade das terras.

Segundo dados do INCRA, a área total do Brasil era de 639.026.991 de hectares, em 1992, dos quais 452.818.567 eram aproveitáveis e 185.056.806 áreas aproveitáveis não exploradas (Quadro 3). Aqui reside um dos graves problemas da estrutura agrária brasileira. Isso equivale a dizer que 40,9% da área aproveitável do Brasil simplesmente não é explorada, num indicativo evidente de que ao lado de existir um desenvolvimento capitalista no campo brasileiro existem enormes extensões territoriais totalmente improdutivas.

A ociosidade das terras aumenta com o crescimento do tamanho da propriedade. Enquanto as propriedades com menos de 10 hectares deixam de explorar 25% de suas terras, as de mais de 100 mil hectares deixam de explorar 72,72%, o que evidencia que no Brasil a grande propriedade se transforma em elemento especulativo, em reserva de valor, deixando de cumprir as suas funções específicas no processo produtivo.

Se é verdade que o grau de ociosidade das terras é maior nas regiões Norte, Nordes-

te e Centro-Oeste, há também ociosidade nas regiões Sul e Sudeste. Na região Sul a ociosidade é menor, e as terras não exploradas representam 13,83% da área aproveitável, enquanto na região Sudeste a ociosidade das terras aproveitáveis é de 19,10%. Nessa região existem mais de 9 milhões de hectares de terras aproveitáveis não exploradas em propriedades de 100 a menos de 10.000 hectares. Portanto, a afirmação de Francisco Graziano de que “o capitalismo brasileiro, especialmente no Sul e Sudeste do país, avançou o suficiente para não permitir a existência de latifúndios improdutivos” não corresponde à realidade.

A ociosidade é bastante maior nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Na região Centro-Oeste, 38,97% da área aproveitável não é explorada, sendo que quase 50% desse total se refere a propriedades de 1.000 a menos de 10.000 hectares.

Na região Nordeste existe uma grande parcela de área aproveitável não explorada, 52,04% do total da área aproveitável, sendo que 2/3 desse total estão em propriedades de 100 a menos de 10.000 hectares. É na região Norte que se encontra a maior parcela de área aproveitável não explorada – 61,91%.

A ociosidade das terras no Brasil ganha maior dimensão quando se sabe que, além de extensas áreas não exploradas, existem áreas com baixo grau de aproveitamento.

A FAO, em um relatório sobre a situação da agricultura brasileira, afirma que ou o Brasil aumenta sua área plantada em 60% ou

tem que aumentar sua produtividade nesse mesmo índice, caso contrário o país será um grande importador de alimentos.

Fala-se muito no crescimento da produção de grãos no Brasil. Para se ter uma idéia do que significa nossa produção comparada com a de outros países, basta lembrar que a China, cuja área plantada é o dobro da nossa, produz quase sete vezes mais que o Brasil, com uma produção anual de 450 milhões de toneladas de grão.

A verdade é que parcelas importantes do território brasileiro são mantidas como reservas de valor. Falando sobre o assunto, o professor Ladislau Dowbor afirmou que “a maior parte das terras agrícolas do país é utilizada como reserva de valor dos grandes proprietários, que preferem imobilizar grandes áreas e esperar que se valorizem, por efeito de investimentos públicos e privados de terceiros, a desenvolver atividades produtivas. Essa situação é em geral mal disfarçada pelo que se tem chamado pudicamente de ‘pecuária extensiva’”.

Ao analisar as estatísticas sobre as áreas com lavoura no Brasil, tal afirmação fica cabalmente comprovada. Enquanto as propriedades de menos de 10 hectares têm 65,46% de sua área lavrada, as de mais de 10 mil hectares destinam apenas 2,31% para agricultura. Por outro lado, enquanto as propriedades de até 10 hectares têm 2,7% de sua área destinada a estabelecimentos agropecuários, as de mais de 10 mil hectares têm 43,7% destinados para o mesmo fim. Isso equivale a di-

Quadro 3 – Área total e distribuição das áreas aproveitáveis – Brasil

Área (ha)	Área total (ha)		Área aproveitável total (ha)		Área explorada (ha)		Área aproveitável não explorada (ha)	
	1987	1992	1987	1992	1987	1992	1987	1992
Menos de 10	6.524.968,9	7.318.766,2	6.133.456,3	6.884.361,8	4.395.764,5	5.123.219,4	1.737.219,4	1.761.142,4
de 10 a menos de 100	83.420.719,7	91.182.140,5	74.240.217,4	80.604.416,6	47.758.641,8	53.348.851,6	26.481.575,6	27.255.565,0
de 100 a menos de 1.000	173.575.329,7	187.189.969,3	144.620.048,6	154.167.042,0	89.143.272,3	98.291.415,2	55.478.776,3	55.875.626,8
de 1.000 a menos de 10.000	210.463.379,1	222.987.202,1	138.981.141,7	145.016.844,5	76.494.411,5	81.518.460,6	62.486.730,2	63.498.383,9
de 10.000 a menos de 50.000	78.027.273,9	77.553.864,6	42.055.984,2	41.794.679,9	22.335.406,8	21.823.185,9	19.720.577,4	19.971.494,0
de 50.000 a menos de 100.000	24.015.012,1	21.105.874,5	11.533.977,5	9.970.822,2	4.546.680,7	3.760.902,3	6.987.296,8	6.209.919,9
100.000 e mais	36.917.889,2	31.689.174,5	17.887.410,3	14.380.409,1	6.488.065,5	3.895.734,5	13.199.344,8	10.484.674,6
Total	612.944.772,6	639.026.991,7	435.452.236,0	452.818.576,1	249.362.243,1	267.761.769,5	186.089.992,9	185.056.806,6

Fontes: Estatísticas Cadastrais Anuais (dados preliminares) 1987 – Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD.
Estatísticas Cadastrais Anuais – 1992 – INCRA.

zer que as pequenas e médias propriedades se voltam fundamentalmente para a produção agrícola, e as grandes propriedades, para a pecuária extensiva.

Uma questão importante a se discutir sobre a ociosidade das terras diz respeito à produtividade agrícola. Na Assembléia Nacional Constituinte, a UDR defendeu a idéia de que as terras produtivas não devam ser objeto de reforma agrária, considerando terra produtiva toda aquela que produza alguma coisa.

O advogado Fábio de Oliveira Luchesi, especialista em Direito Agrário, que defende o mesmo ponto de vista, afirma que "se a produtividade é fator de imunidade à desapropriação, para o imóvel produtivo não é possível a imposição de nenhuma exigência, quer quanto ao seu grau de utilização da terra quer

quanto à sua dimensão". Tal formulação é absurda, pois entra em conflito com a Constituição, que diz que a função social é cumprida quando há um aproveitamento racional e adequado da propriedade. A Instrução Normativa do INCRA, de 3 de dezembro de 1993, define como racional e adequado o aproveitamento do imóvel que atinja 80% de Grau de Utilização da Terra (GUT) – relação percentual entre área efetivamente utilizada e área aproveitável do imóvel – e 100% de Grau de Eficiência na Exploração (GEE).

A tentativa de tratar de forma isolada a questão da propriedade produtiva da função social da propriedade visa, na realidade, impedir qualquer iniciativa relacionada à reforma agrária. Essa é a posição dos latifundiários e dos setores mais conservadores da sociedade brasileira.

A verdade é que parte significativa da área agricultável brasileira não tem sido objeto de exploração agrícola e tem ficado como reserva de valor, representando um fator de atraso no desenvolvimento da agricultura brasileira.

José Ricardo Cardoso de Melo, em seu texto 'Teoria do desenvolvimento da agricultura e o capital financeiro' afirma que "no Brasil, apesar das transformações modernizadoras, o processo de industrialização da agricultura não se concretizou, pois não subordinou a propriedade da terra à lógica do capital, transformando a produção em atividade compulsória".

Concentração da propriedade da terra

A contradição entre a grande concentração da propriedade da terra no Brasil e a existência de um grande número de trabalhadores sem terra é a razão principal da luta pela reforma agrária. De um lado existem mais de 185 milhões de hectares de áreas aproveitáveis e não exploradas, além de extensas áreas de terras com baixa produtividade; de outro, existem 4,8 milhões de famílias de trabalhadores sem terra.

Essa situação é a herança do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil. Desde o início do processo de colonização o desenvolvimento do país se deu com base na grande

propriedade, nas *plantations* de cana-de-açúcar e nos grandes latifúndios pecuários.

O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro não liquidou o latifúndio, mas levou parcelas importantes ao aburguesamento, ou seja, à introdução de métodos capitalistas na exploração agrícola. O Estado jogou papel decisivo nesse modelo de "modernização conservadora", subsidiando fortemente o crédito agrícola e introduzindo outras formas de subsídios à agricultura, particularmente aos médios e grandes proprietários.

Analisando a evolução da estrutura agrária no período que vai de 1966 a 1992, percebe-se uma concentração da propriedade da terra (Quadro 4). Enquanto em 1996 as propriedades com menos de 100 hectares detinham 20,4% da área total, em 1992 detinham apenas 17,18%. As propriedades com mais de 1.000 hectares, que em 1966 detinham 45,15% da área total, em 1992 detinham 52,03%.

Tais dados indicam que o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ao invés de reduzir a concentração da propriedade, aumentou-a. Isto não só porque a produção de soja conduziu a esse processo, como também pela ocupação de novas áreas através de grandes propriedades de 50 mil até mais de 1 milhão de hectares.

A brutal concentração da propriedade da terra no Brasil fica evidenciada com os dados de 1992, onde aproximadamente 1 milhão de imóveis com menos de 10 hectares detêm o controle de 1,4% da área total, enquanto, no outro extremo, apenas 75 imóveis detêm o controle de 7,3% (Quadro 6).

O absurdo da concentração da propriedade é ressaltado também na situação em que 86% dos imóveis de menos de 100 hectares detêm o controle de 17,9% da área total, enquanto 1,4% dos imóveis de mais de 1.000 hectares detêm o controle de 50% do total da área.

Tais dados refletem o elevadíssimo grau de concentração da propriedade agrária no país. Conforme a FAO, o Brasil é o segundo país do mundo em concentração da propriedade da terra, vindo depois do Paraguai.

A lista constante do Quadro 5 mostra os maiores proprietários de terras do Brasil, sendo que existem 7 com mais de 1 milhão de hectares e 9 com mais de 500 mil hectares.

Quadro 7 – Áreas com lavouras – Brasil

Grupos de área	Áreas com lavouras permanentes	Áreas com lavouras temporárias	Área total com lavouras	Área lavrada
Menos de 10 ha	1.121.309	5.444.022	6.565.331	65,46%
de 10 a 100 ha	4.150.350	15.401.373	19.551.723	28,06%
de 100 a 1.000 ha	3.284.057	14.379.184	17.663.241	13,39%
de 1.000 a 10.000 ha	948.388	6.350.589	7.289.977	6,73%
mais de 10.000 ha	331.209	969.880	1.301.089	2,31%
Total	9.835.333	42.545.048	52.371.361	23,19%

Anuário estatístico da FIBGE, 1989.

Fonte: Benjamin, César. *Elementos de uma nova estratégia para o Brasil*. Ago/95.

Quadro 4 – Evolução da estrutura fundiária – Brasil (em %)

Classes (ha)	Imóveis				Área			
	1966	1972	1978	1992*	1966	1972	1978	1992*
< 100	87,55	85,78	84,07	85,78	20,40	17,43	14,27	17,18
Entre 100 e 1.000	11,23	12,73	14,09	12,77	34,45	31,17	27,14	30,79
> 1.000	1,22	1,49	1,84	1,45	45,15	51,4	58,59	52,03

* Dados parciais e preliminares.

Obs.: Total geral sem inconsistentes.

Fonte: *Estatísticas do recadastramento* – INCRA.

Estatísticas cadastrais emergenciais – INCRA – 1992.

Enquanto esses 20 proprietários detêm o controle de mais de 20 milhões de hectares, quase 1 milhão de pequenos proprietários detêm o controle de pouco mais de 4 milhões e 600 mil hectares. O paulista Aparecido Dotto, que aparece na lista com 671 mil hectares, declarou à revista *Veja*, em 1993, que, na realidade, tem 2,1 milhões de hectares.

Recentemente a revista *Veja* anunciou a compra, pelo empreiteiro Cecílio do Rêgo Almeida, dono da Construtora CR Almeida, de uma propriedade de 4 milhões de hectares no município de Altamira-Pará, área superior a dois El Salvador ou a dois estados de Sergipe.

A concentração da propriedade da terra varia por região. Na região Norte as propriedades de até 100 hectares representam 61,6% do total dos imóveis e detêm apenas 6,4% da área total. Já as propriedades de mais de 1.000 hectares detêm 5,4% dos imóveis e controlam 75,6% da área total. Essa região detém o grau máximo de concentração de propriedade da terra no Brasil (Quadro 6).

Na região Centro-Oeste, enquanto as propriedades de até 100 hectares detêm o controle de 55,6% dos imóveis e ocupam uma extensão de 4,4% da área total, as propriedades de mais de 1.000 hectares representam 9% do total dos imóveis e têm 70,1% da área total. É a segunda região de maior concentração da propriedade da terra no Brasil.

Na região Nordeste, as propriedades de menos de 100 hectares detêm 86,3% dos imóveis e 23,4% da área total, e as propriedades de mais de 1.000 hectares controlam 0,9% dos imóveis e detêm 36,5% da área.

Na região Sudeste as propriedades de até 100 hectares detêm o controle de 86,5% dos imóveis e uma área de 28,5%; e os imóveis de mais de 1.000 hectares detêm 9,7% dos imóveis e 25,2% da área.

Na região Sul as propriedades de até 100 hectares detêm 84,2% dos imóveis e controlam 43,5% da área, e as propriedades de mais de 1.000 hectares detêm 0,3% dos imóveis com o controle de 19,1% da área.

Tais dados revelam uma maior concentração das propriedades nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e uma menor concentração na região Sudeste e principalmente na região Sul. Tal situação decorre do processo histórico de formação econômica da região Sul, que enfatizou o papel da pequena

propriedade no seu desenvolvimento. A análise dos dados indica que há uma relação entre uma maior concentração de propriedade e um menor grau de aproveitamento das terras: quanto maior o grau de desenvolvimento do capitalismo, maior o nível de aproveitamento das terras e menor o grau de concentração.

Lênin, em seu livro *Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura*, afirma que “o monopólio da propriedade da terra freia e retarda o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, sendo, portanto, diferente da indústria nesse aspecto”. Diz também que “o exemplo da América do Norte nos mostra quão imprudente seria confundir os latifúndios com a agricultura capitalista em grande escala, e que com frequência o latifúndio é uma sobrevivência das relações pré-capitalistas escravistas, feudais e patriarcais”.

Na verdade, há que se fazer uma diferenciação entre a grande propriedade e a grande produção que caracteriza o capitalismo. É possível haver uma grande produção numa pequena propriedade com alto grau de investimento capitalista e uma grande propriedade com pequena produção.

No Brasil, os dados indicam como regra geral que a grande propriedade detém uma pequena produção. E esse é um fator de atraso para o país. É evidente que existem também grandes propriedades com grande produção. Mas essa não é a regra predominante no Brasil.

Política agrícola do governo federal

A política econômica de altos juros do Presidente Fernando Henrique Cardoso tem deslocado os recursos das atividades produtivas para a especulação, conduzindo o país à recessão econômica.

A absolutização do combate à inflação fez com que o governo contivesse o preço dos produtos agrícolas, conduzindo ao endividamento do setor, principalmente dos pequenos e médios proprietários. A consequência disso foi a queda da produção e a redução da área plantada.

Em 1994, o país produziu 81 milhões de toneladas de grãos, e em 1995 a produção caiu para 71 milhões de toneladas. Como re-

sultado, teremos de importar alimentos que custarão 3 bilhões de reais aos cofres públicos. E o desemprego no campo deverá atingir de 460 a 890 mil trabalhadores rurais.

A inadimplência dos pequenos e médios produtores levou-os a venderem suas terras para o pagamento das dívidas, caracterizando um processo de desassentamento, ou seja, uma reforma agrária ao contrário.

Ao lado das consequências dessa política econômica, a agricultura brasileira enfrenta os problemas decorrentes da integração do Brasil no Mercosul. A importação de muitos produtos agrícolas com preços inferiores aos praticados no Brasil tem criado sérios problemas para produções como as do alho e do milho.

A crise da agricultura brasileira, o desemprego no campo e a venda de um grande número de pequenas e médias propriedades aprofunda a luta pela posse da terra. O cres-

Quadro 5 – Maiores fazendeiros

Proprietários	Área total (ha)
Manasa – Madeira Nacional	4.302.190
Apeub – Agro Florestal Amazônica S.A.	2.245.622
Companhia Florestal Monte Dourado	1.682.227
Alberto Cordeiro e Silva	1.382.227
Mustafa Said	1.074.536
Cotriguaçu Colon Aripuanã S.A.	1.000.000
João Francisco Martins Barata	1.000.000
Manoel Meireles de Queiroz	975.000
Albert Nicola Vitali	690.340
Pedro Aparecido Dotto	671.480
Mazih Hassan Elamdula	661.174
Mário Jorge Medeiros de Moraes	587.086
Rosa Lina Gomes Amora	584.157
Companhia de Desenvolvimento do Piauí	577.882
Moraes Madeira Ltda.	577.341
Agroindústria do Amapá S.A.	540.618
Cia. de Colonização do Nordeste	448.000
Adão Medeiros Paz	432.119
Jussara Marques Paz	432.119
Jorge Wolney Atella	427.390
Total	20.291.412
Fonte: IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas	

cimento do número das ocupações é indicativo das conseqüências da crise econômica sobre a estrutura agrária brasileira. Contestando as formulações teóricas de alguns analistas, a realidade objetiva coloca na ordem do dia a reforma agrária.

Política agrária do governo federal

Nos últimos 30 anos foram assentadas 300 mil famílias de trabalhadores rurais. Nos últimos 10 anos houve um tímido crescimento no número de assentados.

Como existem no Brasil 4 milhões e 800 mil famílias que necessitam ser assentadas, a continuar nesse ritmo de uma média de assentamentos de 10 mil famílias por ano, a reforma agrária consumiria 360 anos para se concretizar.

A política agrária do Presidente Fernando Henrique não corresponde à gravidade e urgência do problema. Sua política se propõe a assentar 280 mil famílias em 4 anos. Nesse ritmo seriam necessários mais de 70 anos para completar a reforma agrária.

A prova mais cabal de que o governo Fernando Henrique, apesar de falar em reforma agrária, não dá a esse tema prioridade alguma está no fato de que o INCRA pleiteou 3,2 bilhões de reais e o Orçamento destinou apenas

1,4 bilhões de reais, recursos diluídos em várias rubricas que nada têm a ver com a reforma agrária. Do total de recursos destinados ao INCRA em 1996, prevê-se apenas 494 milhões de reais para o pagamento de indenizações por desapropriação – 94 milhões em dinheiro e 400 milhões de Títulos da Dívida Agrária – TDAs. Para se perceber a insignificância desses recursos, basta lembrar que somente em novembro do ano passado o governo destinou 6,8 bilhões de reais para o banco Nacional. E para o Proer destinará, no mínimo, 15 bilhões de reais. Tais dados revelam que a prioridade está no sistema financeiro, e não na reforma agrária.

A luta pela reforma agrária no Brasil

No Brasil a reforma agrária tem enfrentado enormes obstáculos, não somente dos latifundiários, mas da própria burguesia brasileira que, com seus vínculos históricos com o latifúndio, termina por se colocar contra a reforma agrária. Por isso mesmo, os governos, a Justiça e o Parlamento, que representam esses interesses de classe, criam obstáculos para a realização da reforma agrária.

Em momentos determinados na vida política brasileira certos governantes, como os Presidentes João Goulart e José Sarney, procuraram colocar a reforma agrária na ordem do dia, encontrando violenta reação dos latifundiários.

No período que antecede o golpe militar de 1964, a luta pela reforma agrária no Brasil ganha grande dimensão com o crescimento da influência das Ligas Camponesas.

A Constituição de 1946 determinava que a indenização das terras desapropriadas deveria ser feita em dinheiro, o que tornava impossível a realização da reforma agrária. Uma das bandeiras defendidas pelo Presidente João Goulart e pelos defensores da reforma agrária era a aprovação de Emenda Constitucional que permitisse a desapropriação de terras para fins de reforma agrária, com Títulos da Dívida Agrária pagáveis no prazo de 20 anos.

O governo João Goulart criou a Superintendência de Política de Reforma Agrária (SUPRA) e editou um decreto desapropriando as terras às margens das rodovias. Os la-

tifundiários se armaram e terminaram por paralisar essa tentativa incipiente de reforma agrária, sendo ela uma das causas do golpe militar de 1964.

Após o golpe militar, foi editado o Estatuto da Terra, onde se garantia a desapropriação com o pagamento de Títulos da Dívida Agrária. Todavia esse instrumento foi congelado. Longe de colocar em prática a reforma agrária, o regime militar adotou a política de "reordenamento de ocupação da Amazônia", privilegiando os grandes empreendimentos agropecuários com a venda de lotes de 50 mil hectares. Para estimular essas compras, a ditadura isentava em 50% do imposto de renda as empresas que adquirissem terras no Norte e Centro-Oeste do país.

Com o fim do regime militar, o Presidente eleito Tancredo Neves assumiu o compromisso de concretizar a reforma agrária. Seu falecimento levou o Presidente José Sarney a colocar em prática o Plano Nacional de Reforma Agrária, que previa o assentamento de 1 milhão e 400 mil famílias em 4 anos. Foi a primeira vez que se elaborou um plano de reforma agrária com essas dimensões.

A reação dos latifundiários não tardou. Desencadearam um processo de mobilização contra a reforma agrária, de armamento dos latifundiários e da criação da famigerada União Democrática Ruralista – UDR. Nesse período cresceu a violência no campo e o número de assassinatos de trabalhadores rurais e lideranças ligadas à questão da reforma agrária.

A violência dos latifundiários e a impunidade dos crimes cometidos permeiam toda a história de lutas pela reforma agrária no Brasil. Os latifundiários contratam capangas, organizam milícias armadas e, mais recentemente, contratam as chamadas empresas de segurança, contando com a conivência ou omissão dos governos e das Polícias Militares na repressão aos trabalhadores rurais.

Na Assembléia Nacional Constituinte, a UDR fez uma ampla mobilização envolvendo inclusive os pequenos e médios proprietários na luta contra a reforma agrária. Esse envolvimento se dava sob o falso argumento de que a reforma agrária se voltava contra qualquer tipo de propriedade rural.

Com o objetivo de impedir essa manipulação política dos latifundiários, os setores progressistas procuraram incorporar à Cons-

Quadro 6 – Percentual do número e área dos imóveis por classes de área total – Brasil – 1992

Área (ha)	Total de imóveis	% de imóveis	Área total (ha)	% Área
Menos de 10	995.916	32,0	4.615.910,3	1,4
de 10 a menos de 100	1.681.410	54,0	54.667.710,0	16,5
de 100 a menos de 1.000	393.615	12,7	106.323.698,4	32,1
de 1.000 a menos de 10.000	41.976	1,4	100.855.886,4	30,4
de 10.000 a menos de 50.000	1.789	0,0	33.007.865,4	9,9
de 50.000 a menos de 100.000	116	0,0	7.848.521,7	2,4
100.000 e mais	75	0,0	24.047.669,1	7,3

Fonte: INCRA/SNCR – Recadastramento 1992 (17.01.96)
Estatísticas Cadastrais Emergenciais – INCRA – 1992

tuição o princípio da não-desapropriação das pequenas e médias propriedades. Por seu lado, a UDR obteve a sua mais importante vitória ao introduzir no texto constitucional o dispositivo impedindo a desapropriação de propriedades produtivas para fins de reforma agrária. É evidente que a reforma agrária se volta contra o latifúndio improdutivo ou de baixa produtividade. Porém a UDR procurou introduzir esse dispositivo com o entendimento de que terra produtiva é toda aquela que produz, não importando a quantidade da produção ou o tamanho da terra. A Constituição brasileira é muito clara ao definir que a propriedade deve cumprir a função social, e que um dos aspectos da função social da propriedade é seu aproveitamento racional e adequado.

Além da convivência dos governos e do Parlamento com o latifúndio, a Justiça também tem jogado seu papel no sentido de dificultar o processo de reforma agrária. A concessão de liminares de reintegração de posse sem que os juízes entrem no mérito do problema para avaliar se a propriedade cumpre ou não a sua função social tem sido responsável por inúmeros conflitos ocorridos no campo brasileiro. Com essa atitude, absolutizam o direito de propriedade sem levar em conta o princípio constitucional que exige que a propriedade cumpra sua função social.

Para se colocar em prática um plano de reforma agrária eficiente, além da vontade política, são necessários recursos e a remoção de alguns obstáculos impostos pela atual legislação.

Dentre esses obstáculos destacam-se dois. O primeiro se relaciona com a concessão de liminares de reintegração de posse. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que condiciona a concessão de liminares nos litígios coletivos pela posse de terra à realização de audiência preliminar das partes e à justificação prévia da posse. Quando solicitado, o Juiz far-se-á presente no local do litígio lavrando o termo circunstanciado sobre o acontecimento. Caso seja aprovado esse projeto, os juízes estarão obrigados a levar em consideração os documentos que provem a propriedade da terra, mas, ao mesmo tempo, estarão obrigados a avaliar se esta está cumprindo ou não sua função social. Tal dispositivo

legal poderá reduzir os conflitos causados pela concessão de liminares de reintegração de posse de forma irresponsável, que têm sido causadoras da morte de muitos trabalhadores rurais.

Outra questão importante diz respeito ao rito sumário. Uma proposta nesse sentido está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Atualmente, após o decreto de desapropriação de um determinado imóvel, entrando na Justiça o que reivindica a propriedade, o processo de desapropriação fica paralisado por muito tempo.

O que se pretende com o rito sumário é que após 48 horas do decreto de desapropriação o Estado entre na posse do imóvel desapropriado para colocar em prática a reforma agrária. No caso de o proprietário discordar do valor da desapropriação, a Justiça irá julgar, porém a terra não retornará mais ao seu proprietário original. Com isso, não se obstrui o processo de reforma agrária, e, ao mesmo tempo, asseguram-se os direitos do proprietário da terra.

A brutal concentração da propriedade da terra, a existência de milhões de trabalhadores sem terra, o agravamento da crise social no Brasil e o massacre de trabalhadores rurais no sul do Pará sensibilizaram a opinião pública brasileira e colocaram a reforma agrária novamente no cenário da política brasileira. Essa bandeira deixou de ser somente dos trabalhadores sem terra para conquistar grandes segmentos da sociedade brasileira. A Conferência Nacional dos Bispos no Brasil – CNBB, em nota oficial sobre os assassinatos dos trabalhadores rurais do sul do Pará, denunciou “a resistência de setores minoritários mas poderosos da sociedade e a morosidade dos poderes públicos – Executivo, Legislativo e Judiciário – diante de situações tão evidentes de desrespeito à vida e de agressão aos direitos dos trabalhadores sem terra em nosso país”.

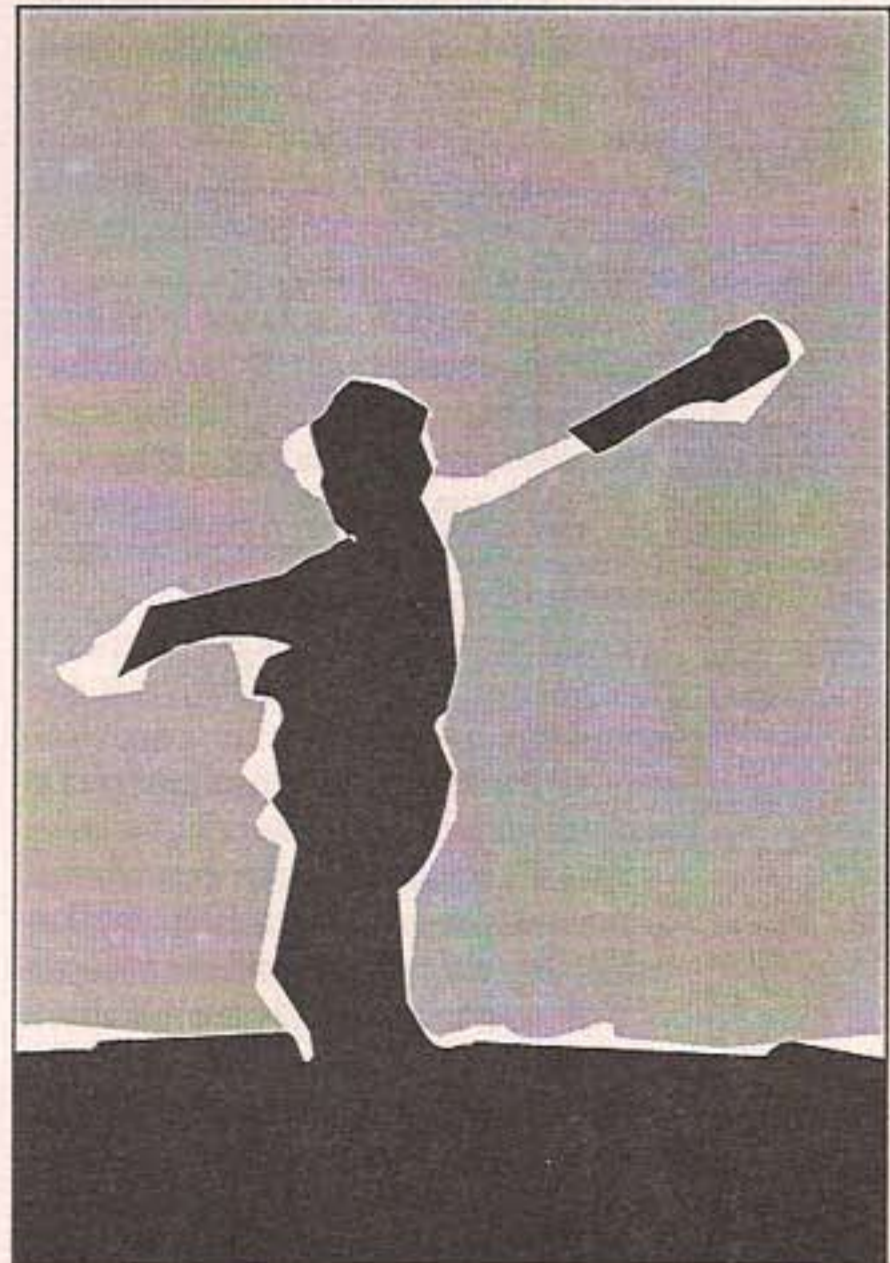
Em pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, 90,6% dos entrevistados se manifestaram a favor da reforma agrária; 90% concordaram com a utilização de propriedades improdutivas para fins de reforma agrária e 85,5% manifestaram que a reforma agrária pode melhorar a vida das cidades. Tais dados demonstram que a reforma agrária hoje já sensibiliza setores importantes da sociedade, e não só os

trabalhadores rurais. Vai crescendo a percepção de que a reforma agrária representa uma alternativa, não só de crescimento da produção agrícola e de empregos para milhões de trabalhadores, mas como elemento de contenção do êxodo rural, que agrava a crise das cidades.

Ao falar sobre o tema, o professor Ladislau Dowbor afirmou que “a reforma agrária não é mais um problema rural, é uma questão chave da problemática urbana. Quem financia os prejuízos da impressionante subutilização do solo agrícola somos nós”.

A reforma agrária como parte integrante de um projeto nacional de desenvolvimento

O desenvolvimento capitalista no campo brasileiro não esgotou a questão da reforma agrária, mas colocou-a de forma diferente do que no passado. Ao reduzir a amplitude dos



latifúndios improdutivos e de baixa produtividade, limitou o alcance da reforma agrária. Por outro lado, aumentou de forma significativa o trabalho assalariado, dando realce à luta por melhores condições de vida dos assalariados agrícolas. No entanto, como foi comprovado, isso não esgotou a reforma agrária no Brasil.

O aspecto econômico da reforma agrária continua presente. Sua concentração incorpora à atividade produtiva grandes extensões de terras atualmente ociosas.

É verdade que o caminho da modernização conservadora da agricultura brasileira permitiu a produção de grãos suficientes para suprir o mercado interno. No entanto, a existência de grandes áreas improdutivas ou de baixa produtividade poderá assegurar um crescimento significativo da produção agrícola, desde que tais áreas sejam incorporadas à atividade produtiva com a realização da reforma agrária.

Por outro lado, a realização da reforma agrária irá assegurar uma melhor distribuição da renda no campo brasileiro e a ampliação do mercado interno, com incorporação de largos contingentes da população ao mercado de trabalho. Eric Hobsbawm, no seu livro *A era dos extremos*, associa "a espetacular desigualdade de distribuição de renda no Brasil à ausência de reforma agrária", afirmando que isso "inevitavelmente restringe o mercado interno para a indústria".

Além do aspecto econômico, a reforma agrária tem aspecto social extremamente importante, pois permite a geração de empregos para milhões de trabalhadores, contendo o êxodo rural, que tem causado graves consequências com o inchaço das cidades e o agravamento da crise social urbana.

A reforma agrária no Brasil deverá ser massiva para dar resposta à amplitude dos problemas econômicos e sociais. Uma reforma agrária mitigada não será solução para a gravidade da crise agrária.

Alguns argumentam que uma reforma agrária massiva encontrará resistência dos latifundiários. Esse é um problema político. Tem que ser resolvido através de um processo de mobilização e organização da sociedade em defesa da reforma agrária, e não pela limitação do alcance da reforma agrária.

A reforma agrária deve ser regionalizada. O desenvolvimento desigual do capitalismo e

as características diferenciadas do Brasil impõem a necessidade de estabelecer critérios diferenciados regionalmente para a realização da reforma agrária. Com esse objetivo, deverá ser fixado o teto máximo do tamanho das propriedades rurais para cada região. As que ultrapassarem esse limite serão desapropriadas, sem no entanto quebrar a unidade produtiva. As terras excedentes serão incorporadas ao Fundo Agrário Nacional, podendo ser arrendadas.

A reforma agrária deverá ser realizada sem desorganizar a produção agrícola do país. Assim sendo, as grandes unidades produtivas existentes no país deverão ser resguardadas. A reforma agrária se voltará contra o latifúndio, a grande propriedade improdutiva ou de baixa produtividade, e não contra a grande produção agrícola.

A reforma agrária deverá ser distributiva. As grandes propriedades improdutivas ou de baixa produtividade deverão ser destinadas aos trabalhadores rurais sem terra.

A história do Brasil tem demonstrado as resistências à concretização da reforma agrária no país. O agravamento da crise agrária, o impacto dos massacres de Corumbiara e particularmente o do sul do Pará criaram condições para que a sociedade perceba a gravidade e a importância da questão agrária.

É necessário desencadear um processo de mobilização e de conscientização que leve ao isolamento político dos latifundiários. Torna-se indispensável que as populações urbanas compreendam que a questão da reforma agrária não é algo que diga respeito apenas aos trabalhadores sem terra – trata-se de um elemento fundamental para a construção de um projeto de desenvolvimento harmônico e socialmente mais justo para o país.

ALDO ARANTES é advogado, Deputado Federal e membro do Comitê Central do PCdoB.

Bibliografia

- BENJAMIN, César. *Elementos de uma nova estratégia para o Brasil*. ago/95.
- FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável*. nov/94.

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. *Retrospectiva da agropecuária*. 1989.

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. *Conjuntura econômica – mitos e verdades da reforma agrária*. dez/95.

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. *Agroanálises – reforma agrária: novos paradigmas*. fev/96.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1985.

GORGEM, Frei Sérgio. *Uma foice longe da terra*. Petrópolis: Vozes, 1991.

GRAZIANO, Francisco. *A tragédia da terra – fracasso da reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Iglu, 1991.

IBGE. *Anuário estatístico*. 1994.

INCRA. *Estatísticas cadastrais anuais*. 1985, 1987, 1992.

INCRA. *Estatísticas cadastrais emergenciais – recadastramento*. 1992.

INCRA. *Evolução da estrutura agrária no Brasil*. Brasília: mar/87.

INCRA. *Revista de direito agrário*. Brasília: 1983.

INCRA. *Sistemática de desapropriação por interesse social – Instrução Normativa nº 8*. dez/93.

INSTITUTO de Terras de São Paulo. *Primeiro curso de formação sobre reforma agrária*. São Paulo: 1991.

KAUTSKI, K. *A questão agrária*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

LÊNIN, Vladimir I. *El desarrollo del capitalismo en Rusia*. Buenos Aires: Ediciones Studios, 1973.

_____. *Novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura – O capitalismo e a agricultura nos Estados Unidos da América*. Moscou.

_____. *O programa agrário*. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1980.

MARX, Karl. *O capital*. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

Revista ADUSP. *A reforma agrária é necessária*. Jan/96.

SILVA, J. Gomes. *Caindo por terra*. São Paulo: Busca Vida, 1987.

Uma questão de soberania

LUIS FERNANDES

A duplicidade de estruturas estatais dentro do território chinês – a China continental e o governo de Taiwan – persiste devido à secular intervenção externa

Em definição que se tornou clássica na teoria social e política, Max Weber identificou o Estado moderno com o “*monopólio do uso legítimo da força física* dentro de um determinado território” (*A política como vocação*, 1918, ênfase no original). Trata-se de uma conceituação reveladora e atual, que ajuda a enfocar uma gama variada de fenômenos no mundo contemporâneo – desde o controle dos morros cariocas por traficantes armados (“estados” dentro do Estado) até a guerra civil na antiga Iugoslávia (vários “estados” disputando o poder do “Estado central” em diferentes níveis). Ela é útil, igualmente, para situar a recente escalada de tensão que opôs os governos da China e dos Estados Unidos no estreito de Taiwan.

O sistema internacional moderno está estruturado sobre o reconhecimento mútuo de múltiplos “monopólios territoriais” soberanos. Constituído em oposição ao poder transnacional da Igreja na Europa do século XVII, esse sistema só foi abarcar a maior parte da Ásia e da África (e, em certo sentido, da América Latina também) no século XX. Foi apenas neste século que a China se estruturou como Estado moderno, após um longo período de retalhamento entre diferentes senhores coloniais e de guerra. A direção desse processo foi arduamente disputada por forças nacionalistas comunistas, e culminou numa prolongada guerra civil em que se opunham princípios antagônicos de estruturação do “monopólio do uso legítimo da força” em território chinês. O triunfo das forças comandadas por Mao Tse-tung nesse conflito se deveu, em grande parte, à legitimidade conferida a elas por seu papel contra a resistência à ocupação japonesa, em contraste com a ino-

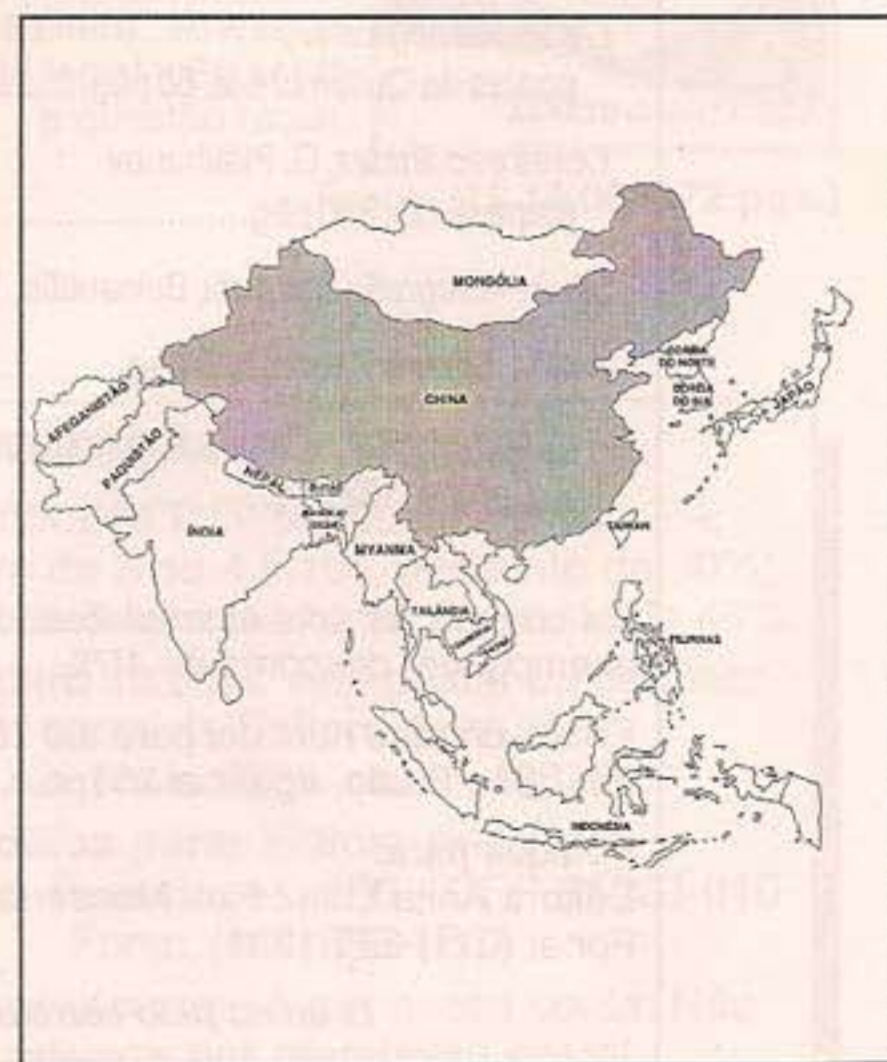
perância e a paralisia do governo “oficial” de Chiang Kai-Shek.

Quando o sistema nacional moderno ainda dava os seus primeiros passos há mais de três séculos, a ilha de Taiwan (batizada de *Formosa* por navegadores portugueses) já compunha o território da China imperial no Oriente. O controle chinês sobre a ilha teve de se confrontar com seguidas intervenções e ocupações de espanhóis, holandeses, ingleses e japoneses. Com a derrota da China na guerra com o Japão, em 1895, Taiwan foi anexada ao território japonês, dando início a uma longa (e sangrenta) ocupação. A ilha só foi devolvida à China em 1945, após a derrota do Japão na Segunda Guerra. Quatro anos depois, no entanto, diante do triunfo da revolução no continente, o governo de Chiang Kai-Shek transformou Taiwan no seu último refúgio.

No início de 1950, o desalojamento das tropas nacionalistas de Taiwan – e a reunificação do território chinês nos marcos da República Popular – eram vistos como mera questão de tempo. Em livro recentemente publicado no Brasil pela Companhia das Letras (*Em busca da China moderna*), o historiador inglês Jonathan Spence revela que o próprio governo norte-americano já se havia resignado a esse desfecho, e o seu Departamento de Estado já tinha até mesmo preparado a declaração oficial que Washington emitiria na ocasião. A situação se alterou drasticamente, no entanto, com a irrupção da guerra da Coreia no contexto maior da Guerra Fria (numa fase em que a China ainda mantinha uma próxima e estratégica aliança com a União Soviética). Com isso, o governo norte-americano resolveu sustar o desfecho “natural” da guerra civil chinesa, e mandou a sua Sétima Frota

para o estreito de Taiwan, impedindo a derrota das forças remanescentes do governo de *Kuomintang*. Na prática, impôs e sustentou a divisão territorial da China, reeditando a política imperial das potências europeias no século XIX.

De lá para cá, muita água passou por baixo da ponte da história. Vieram a cisão com os soviéticos, a aproximação com os Estados Unidos, o fim da Guerra Fria e a desintegração da própria União Soviética. O governo de Beijing foi reconhecido como representante legítimo da China em todos os foros do sistema internacional, pondo fim ao arranjo esdrúxulo que, até os anos 70, destinava essa representação ao governo de Taipei (sob cuja



jurisdição recaem menos de 2% da população e 0,4% da área territorial da China). Mas persiste, por força de uma intervenção externa, a anomalia da duplicidade de estruturas estatais dentro do território chinês. Por esse prisma, a convocação de eleições presidenciais em Taiwan pode ser lida como um passo em direção à consolidação institucional de um Estado próprio, perpetuando uma divisão territorial determinada por mera correlação conjuntural de forças no sistema internacional ao término da guerra civil chinesa. Guardadas as devidas diferenças, há certo paralelismo

entre as eleições taiwanesas e a iniciativa das autoridades britânicas de convocar eleições gerais em Hong Kong – pela primeira vez após um século e meio de administração colonial – justamente *às vésperas da sua reincorporação à China*. Ambas as iniciativas operam no sentido de dificultar a reunificação territorial chinesa.

Cabe à opinião pública mundial cobrar do governo chinês o respeito ao seu próprio compromisso de resolver a questão da reintegração de Taiwan, nos marcos do princípio de “um país, dois sistemas”, que já está ser-

vindo de base para a reintegração de Hong Kong e Macau. Mas cabe reconhecer, igualmente, tratar-se de uma questão interna da China, que deve ser resolvida sem interferências externas – sobretudo das potências responsáveis pela própria divisão.

LUIS FERNANDES é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF). Uma versão resumida deste artigo foi publicada pelo jornal *O Globo* em 9 de abril de 1996.

Livros com até 45% de desconto

<i>Amazônia/Carajás – Na trilha do saque,</i> Marcos Kowarick, 336 pág. R\$ 20,00	<i>URSS – Ascensão e queda,</i> Luís Fernandes, 2ª ed., 272 pág. R\$ 20,00
<i>Cadernos negros 18 – Contos afro-brasileiros</i> grupo Quilombhoje, 80 pág. R\$ 10,00	<i>Marx e os sindicatos,</i> D. Losovski, 216 pág. R\$ 17,00
<i>Luta Armada – no Brasil dos anos 60/70</i> Jaime Sautchuk, 96 pág. R\$ 10,00	<i>Manifesto do Partido Comunista,</i> Marx e Engels, 72 pág. R\$ 6,00
<i>Dialética radical do Brasil negro,</i> Clóvis Moura, 248 pág. R\$ 20,00	<i>Rio Maria – A terra da morte anunciada,</i> Moacyr de O. Filho, 128 pág. R\$ 10,00
<i>Cadernos negros 17,</i> poetas do Quilombhoje, 80 pág. R\$ 7,00	<i>O socialismo vive</i> (documentos do 8º Congresso do PCdoB), 110 pág. R\$ 6,00
<i>Obras escolhidas,</i> G. Plékhhanov (capa dura), 390 pág. R\$ 15,00	<i>Socialismo – Ideal da classe operária,</i> J. Amazonas, 3ª ed., 120 pág. R\$ 10,00
<i>Lênin – Biografia ilustrada,</i> Bolsanello, 128 pág. R\$ 11,00	<i>Problemas econômicos do socialismo</i> <i>na URSS,</i> Stálin, 100 pág. R\$ 9,00
<i>A mãe,</i> Máximo Gorki, 320 pág. R\$ 15,00	<i>AIDS na rota da cocaína,</i> Fábio Mesquita, 72 pág. ... R\$ 6,00
<i>A II Internacional – Pelos seus congressos,</i> E. Carone, 132 pág. R\$ 11,00	<i>Reportagem sob a força,</i> Julius Fucik, 120 pág. R\$ 9,00
	<i>Araguaia – Relato de um guerrilheiro,</i> Glênio Sá, 52 pág. R\$ 6,00

Na compra de dois exemplares, desconto de 15%; de 3 a 4 exemplares, desconto de 30%; de 5 ou mais exemplares, desconto de 45%.

Enviar cheque nominal para até 15 dias ou vale postal ou depositar em conta da Editora Anita Ltda., Banco Itaú, São Paulo, agência 251, c.c. nº 48678-3.

Pedidos para:

Editora Anita Ltda.: Rua Monsenhor Passalacqua, 158 - CEP 01323-010 - São Paulo - SP

Fone: (011) 289-1331

O envio pelo correio é por nossa conta. Não atendemos por reembolso postal.

Índice remissivo da Revista *Princípios*, nºs 1 ao 40

Princípios já passou a barreira dos 40 números, e comemoramos este fato com a publicação do índice dos artigos publicados pela revista. O Índice terá três partes: inicialmente, será apresentada a relação dos artigos publicados, por edição (é a parte agora publicada). Em seguida, os artigos serão apresentados por ordem de autor; na última parte, serão apresentados por ordem de assunto. A atualização do índice será feita anualmente. Este é um serviço que oferecemos aos leitores da revista e aos estudiosos que, por ventura, encontrarem aqui materiais para suas investigações.

A localização do artigo procurado pode ser feita nos anúncios dos números da revista disponíveis para venda. As informações podem ser solicitadas à Editora Anita Ltda. R. Mons. Passalacqua, 158 - CEP 01323-010 - São Paulo - SP - Tel.: (011) 289-1331.

Além disso, sugerimos a utilização do correio eletrônico da *Princípios*:

E-mail: ag.principios@ax.ibase.org.br

PRINCÍPIOS Nº 1

Teórico marxista ou diletante liberal-burguês?
João Amazonas

Transformações operadas na sociedade brasileira
Trechos de um documento elaborado em fins de 1978

Documentos históricos
Carta de Stálin a Tito

Somente o caminho revolucionário poderá trazer a vitória à classe operária polonesa
Artigo publicado no jornal Zeri i popullit (A voz do povo), órgão do Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia

Glória eterna à Comuna de Paris! 1871 - 1981, 18 de março

Homenagem à maior revolução do século passado (duas fotos uma página só)

As contradições, as classes e a luta de classes no socialismo

Foto Çami

A África se levanta e luta
Traduzido do documento "Declaração Sobre a Situação Internacional", editado pelo Partido Comunista do Daomé

Acerca da atual situação política da Espanha
Trechos de um documento editado pelos marxistas-leninistas da Espanha

Resenha:

O novo livro de Enver Hoxha - mais um golpe demolidor no revisionismo contemporâneo
Ferreira da Silva

PRINCÍPIOS Nº 2

A social-democracia, instrumento do capitalismo
João Amazonas

O revisionismo contemporâneo nasceu nos Estados Unidos
Enver Hoxha

Nova expressão da feroz luta pelo poder entre os clãs revisionistas da China

Zeri i Popullit

Documentos históricos:

Elevar o nível ideológico - tarefa decisiva para o fortalecimento da vanguarda
Maurício Grabois

O que é a democracia popular?

O texto que se publica foi condensado do Pequeno Dicionário Filosófico (edição Francesa 1955)

Colômbia - A verdadeira situação do país
Revolución

O racismo visto por negros da África
Extratos do documento Introdução às realidades econômicas e sociais do Daomé - NBE - Paris

A produção de açúcar e álcool na Região Campineira
Paulo César

Lima Barreto e a militância literária
Clóvis Moura

PRINCÍPIOS Nº 3

A Degenerescência capitalista da União Soviética
Luis Fernandes

A causa dos desempregados é a causa de todos os operários

A. Lozovski

Documentos históricos:

Divergências no movimento operário europeu
V.I. Lênin

Que procuram as frotas das superpotências nos portos da Iugoslávia?

Zeri i Popullit

No continente africano: o grave problema de habitação para o povo do Alto-Volta

Bug-Pãrga Takise Jewol-Jema

A situação econômico-política do Rio Grande do Sul

Roberto A. Chiarelli

Graciliano Ramos e o Partido Comunista

Clóvis Moura

PRINCÍPIOS Nº 4

Os acontecimentos na Polônia

João Amazonas

Documentos históricos:

O caráter das leis econômicas no socialismo

Moral fundada numa sociedade nova

Gaston Monmousseau

A dominação estrangeira no Brasil

Sérgio Castro

A situação no Irã

Extraído de um documento do Partido do Trabalho do Irã

A revolução: problema candente a espera de solução

Ramiz Alia

Folclore e música popular

Giovanni Escorza

Dinâmica do folclore

Édison Carneiro

PRINCÍPIOS Nº 5

Carta a um leitor

João Amazonas

Documentos históricos:

Para transformar o mundo é indispensável o poder político nas mãos da classe operária

Josef Stálin

A política das superpotências - perigo de lançar a humanidade numa 3ª Guerra Mundial

Rruga e Partisë

Homenagem ao centenário da morte de Karl Marx (1883-1983)

A crise no Paraná

Fábio Campana

Carajás – exploração e entreguismo
Jaime Sautchuk
Graciliano Ramos e a Constituinte

PRINCÍPIOS Nº 6

Os operários e a crise
Documentos históricos:
Duas concepções, duas orientações políticas
Maurício Grabois
A cem anos da morte de Karl Marx
João Amazonas
Características da penetração do capitalismo no campo brasileiro (primeira parte)
Ronald Freitas
A democracia proletária é a democracia verdadeira
Enver Hoxha
A universidade em debate
(vários autores)

PRINCÍPIOS Nº 7

O imperialismo norte-americano – Inimigo dos povos da América Latina e de todo o mundo
João Amazonas
PTA – uma política a serviço do socialismo, da liberdade e da independência
Ramiz Alia
Características da penetração do capitalismo no campo brasileiro (segunda parte)
Ronald Freitas
Aspectos econômicos e sociais da cultura do cacau na Bahia
José Valdo de Oliveira
No centenário da morte de Karl Marx – Cartas de Marx a Kugelmann
A fome no Brasil
Lígia Maria Vieira da Silva
Perfil da juventude brasileira
Aldo Rebelo

PRINCÍPIOS Nº 8

O trotskismo – corrente política contra-revolucionária
João Amazonas
O marxismo, doutrina vitoriosa e imortal
Foto Çami
Em defesa da liberdade – Um discurso histórico
Maurício Grabois
O freudismo e os “Freud-marxistas”
A. A. Zhdanov
A atualidade de *Materialismo e empiriocriticismo*, 75 anos depois de sua publicação
Olival Freire Jr.
O papel social da arte progressista
A. Stoliarov
Os quilombos de Salvador
Manoel Antonio dos Santos Neto

PRINCÍPIOS Nº 9

Militarismo – Um mal que se precisa remover
João Amazonas
Reforma urbana – Uma necessidade atual
Mesa redonda
Documentos históricos:
Problemas da construção do socialismo no campo
Josef Stálin
Albânia – 40 anos de socialismo
José Reinaldo Carvalho
O intelectualismo pequeno-burguês – uma tendência reformista
Milton Tornero
Aspectos econômicos e sociais da cultura do café na Bahia
José Valdo de Oliveira
Teses sobre a questão dos negros
O realismo socialista – estilo revolucionário da literatura e das artes
Máximo Gorki
Ecos da Revolução de Outubro
V. I. Lênin
Ode à Revolução
V. Mayakowski

PRINCÍPIOS Nº 10

A atualidade da Assembléia Constituinte
João Amazonas
O socialismo na Albânia
Foto Çami
China - O socialismo que não houve
Luis Fernandes
Avanços e perspectivas da luta da mulher
Depoimentos de Ruth Escobar, Sílvia Pimentel, Alda M. Antônio, Ana Rocha, Jô Moraes, Amélia Teles e Maria do Socorro
Crise e condições de saúde no Brasil
Luiz Roberto de Oliveira e Antônio Luiz Caldas Jr.
Bóias-frias – Nova força em ascensão na luta do campo
Adelina Bracco
Reflexões sobre a moral proletária
Kalinin
A revolta dos malês
Manoel Antônio Santos Neto
Sobre a poesia de circunstâncias
Paul Eluard

PRINCÍPIOS Nº 11

Acontecimento histórico – O 7º Congresso da Internacional Comunista
João Amazonas
Friedrich Engels
V.I. Lênin
Educar e organizar os jovens para a vida e para a luta
Aldo Rebelo

Liberalismo, velha arma da burguesia

Bernardo Joffily
Dívida externa: instrumento de dominação neocolonialista
Luiz Gonzaga
A mulher no campo
Otávio Fernandes
Quem tem medo dos conteúdos educacionais?
Lia Vargas e Gilson Carlos Santanna
Sobre o significado teórico e prático da organização
Enver Hoxha
Perfil do negro brasileiro
Edison Carneiro
A lírica socialista
Franz Mehring

PRINCÍPIOS Nº 12

Carta de Engels a Bebel
Engels
O marxismo e o revisionismo soviético...
Luis Fernandes
A mulher e a educação
Maria do Socorro e Jô Moraes
Fala juventude
Aldo Rebelo
A imprensa e a informação sob o jugo dos monopólios
Rogério Lustosa
A literatura brasileira e seu conteúdo social
Clóvis Mello
Origem do universo, vida e matéria
Laudelino Souza Filho
Porque entrei na guerrilha
Beto Quaresma

PRINCÍPIOS Nº 13

Viva a Comuna de Paris!
Karl Marx
A democracia e a ditadura do proletariado na Albânia socialista
Aranit Cela
A mulher, o direito e a política
August Bebel
O marxismo e o impasse entre igualdade e liberdade no pensamento liberal
Luis Fernandes
Imperialismo articula tomada das estatais
Rogério Lustosa
Assistência sanitária primária: uma proposta reformista
Nilton Tornero
A literatura brasileira e seu conteúdo social (final)
Clóvis Mello
A charge política
Ênio Lins

PRINCÍPIOS Nº 14

Viva a grande Revolução Socialista de Outubro
João Amazonas
Marxismo – doutrina viva e científica
Lênin
A pilhagem financeira: traço do imperialismo nos dias atuais
Haroldo Lima
A política econômica da “Glasnost” na URSS
Luis Fernandes
O socialismo na Albânia – aplicação criadora do marxismo
José Reinaldo Carvalho
Fronteira em armas
Luiz Manfredini
Devoremos a esfinge antes que ela nos decifre
Clóvis Moura
Sobre a ação política da classe operária
F. Engels
O povo
Eça de Queiroz

PRINCÍPIOS Nº 15

Cem anos de abolição do escravismo no Brasil
Clóvis Moura
A autogestão iugoslava: teoria e prática capitalistas
Enver Hoxha
A experiência socialista na URSS
Rogério Lustosa
Dependência tecnológica X soberania nacional
Rogério C. Cerqueira Leite (Entrevista a José Reinaldo Carvalho e Isa Trajtengertz)
As diferentes concepções no movimento feminista
Jô Moraes
V. A. Foch, um pensamento materialista e dialético em mecânica quântica
Olival Freire Jr.

A formação profissional dos trabalhadores
Lia Varga Tiliba
O operário em construção
Vinicius de Moraes

PRINCÍPIOS Nº 16

O realismo socialista combate a uniformidade e o esquematismo em nome da criatividade e do belo
Ramiz Alia
Enver Hoxha, defensor do marxismo-leninismo
José Reinaldo Carvalho
As idéias de Krushev
Enver Hoxha
A gênese da teoria do imperialismo
Luis Fernandes
A dependência inviabiliza o desenvolvimento do nosso país
Entrevista com Bautista Vidal

O peso da dívida externa brasileira
Agenor da Silva
Carta de Engels a Bloch
Socialismo X *perestroika*. Dois caminhos na educação ideológica
Rogério Lustosa
Política nuclear brasileira. Uma ameaça à segurança da população
Olival Freire Jr.
Alguns pressupostos (???) a pós-modernidade
José Carlos Ruy

PRINCÍPIOS Nº 17

Com a *perestroika* cai a máscara do regime
João Amazonas
“Não podemos abrir mão dos princípios”
Nina Andreieva
Os efeitos do revisionismo sobre a luta revolucionária
José Reinaldo Carvalho
Particularidades e caráter de classe do revisionismo soviético
Umberto Martins
Soviets: um milhão de vezes mais democráticos
Rogério Lustosa
A *perestroika* ressuscitou o chauvinismo grão-russo
Aldo Rebelo
Perestroika: nova fase da integração no mercado capitalista mundial
Luis Fernandes
A Experiência da NEP e a farsa histórica de Gorbachev
Agenor da Silva e Umberto Martins
Gorbachev e seu “Moinho Satânico”
José Carlos Ruy e Antonio Martins
O renegado da rua Arbat
Carlos Pompe

PRINCÍPIOS Nº 18

A teoria enriquece na luta por um mundo novo
João Amazonas
Leste europeu entre ventos e tempestades
Luis Fernandes
Breve crônica de um fracasso anunciado
Umberto Martins
Polônia: os frutos da *perestroika*
Rogério Lustosa
Restage (???) da coerência contra o ecletismo
José Reinaldo Carvalho
Teimosia da Albânia: “Fui ver pra crer”
Bernardo Joffily
Materialismo mecanicista e materialismo dialético
Paul Langevin
A “controvérsia” feminismo X marxismo
Loreta Valadares

A (des)qualificação através da automação
Lia Varga Tiliba
Signos e ideologia na obra *São Bernardo*
Maria Luiza Ritzel Remédios

PRINCÍPIOS Nº 19

Democracia: valor histórico
Luis Fernandes
Qual democracia? Qual ditadura?
José Carlos Ruy
O canto da sereia de um partido para “todos”
Rogério Lustosa
Liberdade: dois passos à frente – dez atrás!
Madalena Guasco
O novo poder no regime socialista
José Reinaldo Carvalho
“Assim caminha a humanidade”
Carlos Pompe
Atritos entre a história, o conhecimento e o poder
Clóvis Moura
Lógica do capital leva ao parasitismo
Umberto Martins
As patentes dos seres vivos e o liberalismo
Carlos Jorge Rossetto
Contradições pintam na matemática como na vida
Robinson Moreira Tenório

PRINCÍPIOS Nº 20

Especial: as mudanças de rumos na Albânia socialista
João Amazonas
Neoliberalismo: promessas e realidade
Fernando Pupo
Renegociação para pagar até o “último centavo”
Aldo Arantes
Política industrial e crescimento econômico
Luis Paulino
Um bilhão de pessoas vive com meio salário mínimo
Agenor Silva Jr.
Defender e desenvolver a teoria marxista: exigência da época atual
João Amazonas
Filósofo de direita, guru da esquerda
José Carlos Ruy
Liberalismo e social-democracia: teoria marxista no Século XX
Luis Fernandes
O complexo parto do gênero humano
Ilka Bichara
Os congressos da II Internacional (1893 e 1896)
Resenhas:
As injustiças de Clio – O negro na historiografia brasileira. Clóvis Moura. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. 217 pp.
Resenhado por Carlos Pompe

A Fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street. Palmira Petratti Teixeira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 193 pp.

Resenhado por Denise Rosa Pucci

Livre para crescer – proposta para um Brasil moderno. Coordenação Maria Helena Zockun. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990. 328 pp.
Resenhado por Umberto Martins

PRINCÍPIOS Nº 21

Especial: lições da Comuna de Paris 120 anos depois
Bipolaridade não é mais a cara do imperialismo
Dilermando Toni

Guerra e paz no mundo capitalista atual
Rogério Lustosa

Palestinos na formação do mundo árabe
Entrevista com Hassan El-Emleh

A volta do capitalismo na União Soviética
João Amazonas

O comunismo e o Estado (Teoria política marxista a partir de Lênin)
Luis Fernandes

Ciência e filosofia na experiência socialista
Olival Freire Jr.

Ideologia e hegemonia na obra de Gramsci
Augusto Cesar Buonicori

Resenhas:

Desenvolvimento cognitivo. A.R. Luria. São Paulo: Ícone, 1990. 223 pp.

Resenhado por Verônica Maria Bercht

PRINCÍPIOS Nº 22

Uma grande Zona Franca vira Primeiro Mundo?
Agenor Silva

Acordo militar faz parte da “entregação”
Haroldo Lima

Violência: produto em expansão no campo
Aldo Arantes

De volta às catedras do liberalismo
Luis Fernandes

Partido(s) e alternância no regime socialista
Rogério Lustosa

História: a ciência do homem
José Carlos Ruy

A gênese do trabalho
Ilka Bichara

Novidades na exploração dentro das fábricas
Altamiro Borges

Saque e destruição na Amazônia Legal
Marcos Kowarick

Os congressos da II Internacional
Edgar Carone

Resenhas:

Por uma história profana da Palestina. Lotfallah Soliman. São Paulo: Brasiliense, 1990. 231 pp.

Resenhado por Lejeune Matogrosso

O século do vento. Eduardo Galeano. Nova Fronteira, 1988. 349 pp.

A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à Guerrilha dos Tenentes. João Quartim de Moraes. São Paulo: Siciliano, 1991. 166 pp.
Resenhado por Alzira Cristina Carvalho Barros

PRINCÍPIOS Nº 23

Etapas econômicas no sistema socialista
João Amazonas

Sobre a natureza das sociedades no Leste
Luis Fernandes

Crise na URSS redefine forças políticas
Rogério Lustosa

Houve socialismo na União Soviética?
Renato Rabelo

Qual Partido?
Loreta Valadares

Convivência difícil com a social-democracia
Sérgio Barroso

Mudança tecnológica e educação do operário
Lucília Machado

Ascensão e queda do fordismo
Luís Paulino

Mídia: um poder maior que o de Hitler
Pedro de Oliveira

Lógicas não-clássicas ou heterodoxas
Newton Costa

Os congressos da II Internacional
Edgar Carone

Um imigrante não bem-vindo da URSS
Tradução de Lâmia Hasan

Resenhas:

Estorvo. Chico Buarque. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 141 pp.

Resenhado por Ana Maria Dietrich

Ensino superior em Goiás em tempos de euforia: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80. Baldino J. Maria. Goiânia, 1991. 287 pp. Dissertação de Mestrado em Educação.

A história do mundo pela mulher. Rosalind Miles. Rio de Janeiro: Casa Maria Editorial - LCT Livros Técnicos e Científicos, 1989. 342 pp.

Resenhado por Jô Moraes

Repensando o socialismo. José Genoino Neto. São Paulo: Brasiliense, 1991. 63 pp.

Resenhado por Carlos Pompe

PRINCÍPIOS Nº 24

O Brasil na Nova Ordem
Aldo Rebelo

Neoliberalismo e governo Collor
Aldo Arantes

Plano de privatização do governo
Luiz Marcos Gomes

“Maneiras modernas” de saque imperialista
Dilermando Toni

Capitalismo: um regime marcado para morrer
Agenor Silva

Teorias incongruentes ou civilização impossível?
J.W. Bautista Vidal

Evolução da estratégia comunista no Brasil
Luis Fernandes

Postura de resistência, rumo revolucionário
Juliano Siqueira

Os congressos da II Internacional
Edgar Carone

Indicação bibliográfica
José Carlos Ruy

Resenhas:

URSS – ascensão e queda. Luis Fernandes. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991. 270 pp.

Resenhado por Luis Fernandes

Brasil – anos de crise (1930 - 1945). Edgar Carone. São Paulo: Ática, 1991.

Resenhado por José Carlos Ruy

Jornalistas e revolucionários. Nos tempos da imprensa alternativa. Bernardo Kucinski. São Paulo: Scritta Editorial, 1991. 399 pp.

Resenhado por Luiz Marcos Gomes

PRINCÍPIOS Nº 25

70 anos de um partido que se tempera na luta
João Amazonas

A nova estratégia pelo socialismo
Aldo Rebelo

Luta de idéias com a pequena burguesia
Rogério Lustosa

Propriedade intelectual e coerção liberalizante
Carmen Soriano-Puig

Monopólio de patentes e pobreza do povo
Carlos Jorge Rossetto

As duas mortes de Tiradentes
José Carlos Ruy

O que promete a crise atual do capitalismo
Dilermando Toni

O imperialismo, fase superior do capitalismo
Luiz Marcos Gomes

Efeitos da microeletrônica no mundo do trabalho
Altamiro Borges

Fundamentos para uma política cultural
Juliano Siqueira

Os congressos da II Internacional (Copenhague - 1910)

Edgar Carone

PRINCÍPIOS Nº 26

Reforma partidária
Aldo Rebelo

A superioridade da democracia socialista
Décio Saes

Dilemas da volta do capitalismo no Leste
Umberto Martins

Desemprego: marca do capitalismo atual
Agenor Silva

Reflexos da automação na consciência operária
Altamiro Borges

A classe operária e a questão de gênero
Sara Sorrentino

A vida é uma molécula de DNA manipulável
Fátima de Oliveira

Quantas pessoas são demais para o planeta?
José Carlos Ruy

Biodiversidade: novo alvo do imperialismo
Verônica M. Bercht

Os congressos da II Internacional (Bäle - 1912)
Edgar Carone

Resenhas:

As origens da Revolução Russa. Alan Wood. Coleção Princípios. São Paulo: Ática.

Resenhado por Denise Falcirolli

O cenário do espetáculo. Anna Mantovani. Ceno-
grafia. Coleção Princípios. São Paulo: Ática. 96 pp.

Resenhado por Viviane Mazin

PRINCÍPIOS Nº 27

Natureza e origem da corrupção
Aldo Rebelo

Partidos e democracia para o século XXI
Rogério Lustosa

Rússia, 1917. Grandiosa experiência histórica
João Amazonas

"Fim da história" justifica Nova Ordem
Luiz Marcos Gomes

Os pobres colocam o mundo em perigo?
José Carlos Ruy

Ilusões na sociedade pós-industrial
Agenor Silva

As condições de transferência e difusão da ciência
moderna

Roshdi Rashed

1492

Samir Amin

Resenhas:

Galileu herético. Pietro Redondi. São Paulo:
Companhia das Letras, 1991.

Resenhado por Margareth Miranda de Oliveira

Ciência e historicidade. Luiz Felipe Serpa. Salva-
dor: Edição do Autor, 1991.

Resenhado por Olival Freire Jr.

Luttes philosophiques en URSS 1921-1931. René
Zapata. Paris: Presses Universitaires de France, 1983.

Resenhado por Olival Freire Jr.

Os Filhos da Dinda. Vários chargistas. Scritta
Editorial, 1992.

Resenhado por Ivana Jinkings

PRINCÍPIOS Nº 28

Rogério Lustosa e a nova PRINCÍPIOS
Bernardo Joffily

Avançar ou recuar na democracia?
Haroldo Lima

Pelo parlamentarismo democrático
Olival Freire Jr.

O sistema distrital no Brasil

Sérgio Sérvulo da Cunha

O voto distrital na Europa e EUA

Walter Sorrentino

A vitória de Clinton e a crise americana
Luiz Marcos Gomes

A propósito do socialismo na China
Haroldo Lima

O fluxo mundial de capitais e as tendências atuais
Dilermando Toni

Abaixo a guerra! Viva a guerra
Edgard Carone

A Internacional Socialista (1945-1985)
Augusto Cesar Buonicori

Saneamento básico: do falso milagre ao fracasso
real

Téia Magalhães

Apontamentos para uma estética marxista
Ichi Terukina

Resenhas:

Depois da queda. Robin Blackburn. Rio de Janei-
ro: Paz e Terra, 1992.

Resenhado por José Carlos Ruy

Soberania e dignidade - raízes da sobrevivência.
J.W. Bautista Vidal. Vozes, 1991.

Resenhado por Lejeune Mato Grosso

*O projeto de integração competitiva (uma avaliação
crítica da política industrial do governo Collor) -*
Luís Antonio Paulino. Dissertação de Mestrado,
EAESP/FGV, 1992.

Resenhado por Fernando Pupo

A economia brasileira em marcha forçada. Fran-
cisco Eduardo Pires de Souza. Rio de Janeiro: Paz
e Terra, 1985.

Resenhado por Agenor Silva

*A concentração de capital e as contradições do
capitalismo.* Agenor Silva. Dissertação de Mes-
trado, Faculdade de Economia, PUC-SP.

Resenhado por Umberto Martins

PRINCÍPIOS Nº 29

O golpe da revisão constitucional ampla
Aldo Arantes

A evolução da estratégia revolucionária marxista
Renato Rabelo

Capitalismo de Estado na transição ao socialismo
João Amazonas

Cuba, uma experiência socialista sob cerco
Hiran Marquetti

"Sou inocente. Este é um processo político!"
Nexhmije Hoxha

A batalha de Stalingrado e a derrota do nazismo
Paulo G. Fagundes Vizenini

Difusão e crescimento do marxismo no Brasil
Carlos Pompe

Marx, 110 anos: clássico e... dramaticamente atual
Demerval Saviani

Apontamentos para uma estética marxista
Ichi Terukina

Marxistas e cristãos: ontem e hoje

Muniz Ferreira e Eugênio Almeida

Cultura e racismo

Marilena Chauí

A busca infrutífera do gene de Caim

Verônica M. Bercht e José Carlos Ruy

O Oriente Médio: uma análise geopolítica internacional
Lejeune Mato Grosso de Carvalho

Resenhas:

O colapso da modernização. Robert Kurz. Paz e
Terra, 1992.

*Formação histórica e papel do setor estatal da
economia brasileira, 1930-1989.* Alcides Ribeiro
Soares. Lume, 1991.

Resenhado por Lécio Moraes

*Lutas camponesas no interior paulista: memória
de Irineu Luís Moraes.* Cliff Welch e Sebastião
Geraldo. Paz e Terra.

Resenhado por Walter Sorrentino

PRINCÍPIOS Nº 30

O que piorou na década perdida?

Luiz Marcos Gomes

O que os EUA querem com a Lei de Patentes

Antônio Carlos Queiroz

Idéias não ocupam lugar no espaço

Alfredo Bosi

O significado político da guerra de Canudos

Clóvis Moura

Cartismo: a estreia política da classe operária

Loreta Valadares

Lila Ripoll

José Carlos Ruy e Clóvis Moura

A família e a violência em relação à mulher

Olivia Rangel

Palavra, objeto social

Maria Aparecida Baccega

Evolução das idéias sobre o universo

José Lourenço Cindra

Apontamentos para uma estética marxista

Ichi Terukina

A obra de Elifas Andreato

Maria Rita Leal

Desemprego permanente é o futuro capitalista

José Carlos Ruy e Olival Freire

Le Drôle de Guerre ou união sagrada?

Edgard Carone

Resenhas:

A totalidade e a ordem implicada. David Bohm. Cultrix, 1992. Tradução de M. de C. Silva e revisão técnica de N. R. Eichenberg.

Resenhado por Olival Freire Jr.

A crise do marxismo e sua influência no desenvolvimento de uma concepção educacional de base marxista – Uma análise exploratória. Madalena Guasco Peixoto. Dissertação apresentada ao Programa de História e Filosofia da Educação da PUC-SP, em 1992.

Resenhado por Lucília Machado

Jornalismo e militância operária. Silvia Araujo Cardoso. Curitiba: UFPR, 1992. 175 pp.

Resenhado por Vera Alves Crispim Capucho

Educação e questões de qualidade. Demerval Saviani. São Paulo: Livros do Tatu e Cortez Editora, 1991.

Resenhado por Madalena Guasco

A II Internacional. Edgar Carone. São Paulo: Editora Anita e Edusp, 1993.

Resenhado por José Carlos Ruy

PRINCÍPIOS Nº 31

Revisão constitucional: impasse em câmara lenta

Aldo Rebelo

Segunda carta aos brasileiros (Mensagem contra a revisão constitucional)

Goffredo Telles Júnior

1935: assim se conta a história (A verdade sobre 35)

João Amazonas

As lutas de classe na Rússia de 1991 a 1993

Luis Fernandes

A trajetória política da burguesia brasileira

José Carlos Ruy

Feudalismo, capitalismo e escravismo na formação social brasileira

Romualdo Pessoa Campos Filho

Luiz Medeiros e seu "sindicalismo de negócios"

Bernardo Joffily

A teoria de Karl Marx e o processo de renovação no Vietnã

Dang Xuan Ky

Projeto viável de socialismo científico para o Brasil

Renato Rabelo

Projeto de Programa Socialista do Partido Comunista do Brasil

A clandestinidade, uma opção de resistência

Maria Auxiliadora Arantes

Mário de Andrade: "Marchem com as multidões!"

Canudos: do elogio dos vencidos à denúncia do genocídio

Haroldo Lima

Resenhas:

Xambioá – Guerrilha do Araguaia. Pedro Corrêa Cabral. Record.

Resenhado por Jayme Sautchuk

Anísio em movimento: a vida e as lutas de Anísio Teixeira pela escola pública e pela cultura no Brasil. João Augusto de Lima Rocha. Salvador: Fundação Anísio Teixeira, 1992.

Resenhado por Nereide Saviani

O bairro à sombra da chaminé. Antonia Sarah Azis Rocha. Tese de Mestrado, PUC-SP.

Resenhado por Altamiro Borges

Einstein philosophe - la physique comme pratique philosophique. Michel Paty. Paris: PUF.

Resenhado por Mauricio Pietrocola de Oliveira

PRINCÍPIOS Nº 32

FHC e a hiperinflação para assalariados

Lécio Morais

A perdulária venda das estatais

Edson Silva

Rio de Janeiro: causas e perspectivas da crise

Marcelo José Lopes de Souza

A luta atual por um novo projeto nacional

Luís Antônio Paulino

Qual é a revolução da burguesia?

José Carlos Ruy

Modificações na situação internacional

José Reinaldo Carvalho

Impasses e perspectivas do movimento sindical

Sílvio Costa

Contrato coletivo de trabalho

Helbert Maciel

EUA, Nicarágua e eleições

Jack Colhoum

Índios mexicanos fora da Nova Ordem

Antonio Carlos Queiroz

Particularidades do racismo brasileiro

Clóvis Moura

Consciência lingüística de Fabiano

Maria Lourdes Motter

Forças armadas no limiar do século XXI

Haroldo Lima

Resenhas:

O fim da história – De Hegel a Fukuyama. Perry Anderson. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

Resenhado por Altamiro Borges

A dialética materialista. Maria Cristina Garcia. São Paulo: Atenaense, 1993.

Resenhado por Madalena Guasco

Imprensa operária no Brasil. Maria Nazareth Ferreira. São Paulo: Ática.

Resenhado por Vera Alves Crispim Capucho

Science in Russia and the Soviet Union – A short history. Loren R. Graham. New York: Cambridge University Press, 1993.

Resenhado por Olival Freire Jr.

Poesia e política nas canções de Bob Dylan e Chico Buarque. Lígia Vieira Cesar. São Paulo: UFSCar e Estação Liberdade, 1993.

Resenhado por Marcos Ruy

O discurso da imprensa sindical – formas e usos. Roseli Figaro. Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicações e Artes/USP, 1993.

Imprensa sindical, greve e consciência de classe. Dennis de Oliveira. Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicações e Artes/USP, 1992.

Saber escolar, currículo e didática – problemas de unidade conteúdo/método de ensino. Nereide Saviani. Dissertação de Doutorado em Educação, PUC-SP, 1993.

PRINCÍPIOS Nº 33

A polarização na sucessão presidencial

Renato Rabelo

Revisão constitucional: por que parou?

Aldo Rebelo

A modernização conservadora de 64 e o projeto neoliberal

José Carlos Ruy

O Plano FHC ou a via tucana do ajuste

Luiz Marcos Gomes

Dolarização e regressão monetária

Paulo Nogueira Batista Jr.

Quem não tem idéias de justiça social é um pulha da história

Aziz Nacib Ab'Saber

Modernização do campo muda eixo da reforma agrária

Ronald Freitas

Sobre o projeto do genoma humano

Ricardo Ferreira

Gênero: conceito histórico

Olívia Rangel e Sara Sorrentino

A psicologia materialista dialética de Vygotsky

Loren Graham

Situação atual do mundo e a validade do marxismo

Harkishan Singh Surgeet

Socialismo reformista ou revolucionário?

Edgard Carone

Resenhas:

Caça às bruxas: uma tragédia americana. Argemiro Ferreira. Porto Alegre: L&PM, 1989.

Resenhado por Augusto Cesar Buonicore

Hollywood - Episódios da histeria anticomunista. Fernando Peixoto. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

Resenhado por Guiomar Prates

Dialética radical do Brasil negro. Clóvis Moura. São Paulo: Editora Anita, 1994.

Resenhado por Nádia Campeão

Resistências do índio à dominação do Brasil. Luiz Luna. 2. ed., Coimbra: Editora Fora do Texto, 1993.

Resenhado por Clóvis Moura

Favela high-tech. Marco Lacerda. 2. ed., São Paulo: Scritta Editorial, 1994.

Resenhado por Marcos Ruy

Espacios: aportes al pensamiento crítico contemporáneo. Publicação do Centro de Investigaciones para el Desarrollo (CIDES), Quito, Equador.

Resenhado por Edvar Bonotto

PRINCÍPIOS Nº 34

As diferenças entre os programas de Lula e de Fernando Henrique

José Carlos Ruy

Não há nação soberana sem Estado Nacional

João Amazonas

A questão nacional e a crise

Miguel Arraes

A dignidade do escritor

Gilvan Lemos

Especial: racismo, arma de dominação

O racismo como arma ideológica de dominação

Clóvis Moura

Relações raciais e poder

Dennis de Oliveira

Cultura, política e racismo

Arim Soares do Bem

Origens, modalidades e formas de racismo

Martiniano J. Silva

O Estado, a ética e a política

Roland Corbisier

A linguagem como traço distintivo do humano

Maria Lourdes Motter

Os paradoxos do regime militar

J.W. Bautista Vidal

Resenhas:

O modernismo reaccionário. Jeffrey Herf. *Por que não somos nietzscheanos.* Vários autores. São Paulo: Ensaio, 1994.

Resenhado por José Carlos Ruy

A paródia em O louco do Catí. Márcia Helena Saldanha Barbosa. Porto Alegre: EDIPURS/Prefeitura Municipal de Quaraí, 1994.

Resenhado por Nea de Castro

Cadernos Negros 17. Vários autores. São Paulo: Quilombhoje e Editora Anita, 1994.

Resenhado por Marcos Ruy

PRINCÍPIOS Nº 35

Neoliberalismo, ética e barbárie

Luiz Marcos Gomes

Documentos:

As eleições gerais e o novo governo

Vitória do PCdoB nas eleições legislativas

A mídia e as eleições

José Carlos Rocha

Significado atual de José Carlos Mariátegui

Florestan Fernandes

Tchau, Fortuna!

Gilberto Maringoni

O subdesenvolvimento das teorias do desenvolvimento

Marcelo José Lopes de Souza

Os paradoxos do regime militar

J.W. Baudista Vidal

Capitão América, herói da lei e da ordem

Anna Kelma Gallas

Lamarca, um coração em chamas

Sérgio Rezende

Marx e as releituras da direita ou "Ai dos vencidos!"

Luiz Roberto Lopez

Crise e revolução em Marx e Gramsci

Lincoln Secco

Glauber Rocha, Doutor *Honoris-Causa*

Aumino Ribeiro Filho

Nafta: o que há além do livre comércio

John Saxe-Fernandez

Resenhas:

Tiziu. Roniwalter Jatobá. São Paulo: Scritta, 1994.

Resenhado por José Carlos Ruy

Crítica marxista. v. 1, n. 1, vários autores. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Resenhado por Olival Freire Jr.

O ponto onde estamos – Viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, séculos XV e XVI). Paulo Miceli. São Paulo: Scritta, 1994.

Resenhado por José Carlos Ruy

PRINCÍPIOS Nº 36

A queda da estrela neoliberal

Aldo Rebelo e José Carlos Ruy

O México e a crise do modelo neoliberal

Marco Antonio Villa

México: primeiros meses do NAFTA

Rede Mexicana de Ação Frente ao Livre Comércio

A natureza da submissão

Renato Rabelo

O calvário da dependência

Edson Silva

Monopólio do petróleo na mira das reformas

Haroldo Lima

Propriedade intelectual no GATT traz implicações para o Brasil

Cícero Ivan Ferreira Gontijo

Por que o socialismo?

Albert Einstein

Ideologia racista do DNA: Ditador é miragem

Fátima Oliveira

Cairo: quem controla a reprodução humana?

Sara Romera Sorrentino

Anarquismo e literatura

Edgard Carone

Formoso e Trombas: a luta do Partido e dos posseiros

Paulo Ribeiro da Cunha

De frente para o Brasil

Roniwalter Jatobá

Uma radiografia da violência no Rio de Janeiro

Luiz Eduardo Soares (coordenador)

Poesia

João de Oliveira

Resenhas:

Controle da Qualidade Total – Uma nova pedagogia do capital. Fernando Fidalgo e Lucília Machado (org.). Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1994.

Resenhado por Altamiro Borges

A vingança da história – O marxismo e as revoluções do Leste europeu. Alex Callinicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

Resenhado por Altamiro Borges

Estética: de Platão a Peirce. Lúcia Santaella. São Paulo: Experimento, 1994.

Resenhado por Simonetta Persichetti

Saber escolar e didática. Nereide Saviani. Campinas: Autores Associados, 1994.

Resenhado por Lucília Machado

"Conceitos fora do lugar: uma crítica epistemológica das principais teorias ocidentais sobre os Estados socialistas do Leste". Luis Fernandes, in *Dados, Revista de Ciências Sociais*, n. 2, v. 37, Rio de Janeiro, 1994.

Resenhado por Walter Sorrentino

PRINCÍPIOS Nº 37

O Brasil cai na (do) real

Alon Feuerwerker

Governo FHC: sem recuo, sem compostura e sem volta

Luiz Marcos Gomes

Diagnóstico da crise brasileira

César Benjamin

Reforma política para ampliar ou restringir a democracia?

Aldo Arantes

Documentos:

As reformas econômicas de FHC

Os sentidos do neoliberalismo

Luis Fernandes

Gênero, trabalho e pobreza: para além dos direitos iguais

Clara Araújo

Gênero, trabalho e sindicato

União Brasileira de Mulheres e Corrente Sindical Classista

A flor prometida

Subcomandante Marcos

A história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita

Clóvis Moura

A Ilha das Ilusões

Luiz Carlos Antero

Guerrilha do Araguaia: uma história que não acabou

Romualdo Pessoa Campos Filho

Movimento sindical e anarco-sindicalismo

Edgard Carone

Resenhas:

O saber e a história – George Duby e o pensamento historiográfico contemporâneo. Nilo Odalia. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Resenhado por Marisa Midori Deaecto

A matéria roubada – A apropriação crítica do objeto da física contemporânea. Michel Paty. Tradução de M.A. Leite de Barros. São Paulo: Edusp, 1995.

Resenhado por Olival Freire Jr.

Engenharia genética – O sétimo dia da criação. Fátima Oliveira. São Paulo: Moderna, 1995.

Resenhado por Olival Freire Jr.

Caderno do CES n. 3 – Textos. Vários autores. São Paulo: Centro de Estudos Sindicais, 1995.

Resenhado por Antonia Rangel

Cisnes selvagens – Três filhas da China. Juang Chang. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Resenhado por Maria Auxiliadora A. C. Arantes

PRINCÍPIOS Nº 38

Sobre o conceito de neoliberalismo

Luiz Marcos Gomes

A globalização da pobreza

Michel Chossudovsky

Além do neoliberalismo

Perry Anderson

O real e sua perversa realidade

Edson Silva

Documentos:

As reformas econômicas de FHC

Modo de produção capitalista e classes sociais no Brasil contemporâneo

José Carlos Ruy

Ao encontro do socialismo real

Haroldo Lima

O fim da União Soviética não é o fim do comunismo

Álvaro Cunhal

Novos instrumentos da ação política: o sistema

Nações Unidas

Fátima Oliveira

Resgatando a rebeldia rumo a Pequim

Jó Moraes

A face oculta da privatização da água

Téia Magalhães

Um encontro que durou quarenta anos

Breve comentário biográfico sobre F. Engels

Engels e a economia política

Lincoln Secco

Friedrich Engels, a ciência, o homem e a natureza

José Lourenço Cindra

Resenhas:

Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. Norberto Bobbio. São Paulo: Unesp.

Resenhado por Luis Fernandes

Estado e democracia: ensaios teóricos. Décio Saes. Coleção Trajetória 1, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/ Unicamp, 1994.

Resenhado por Luciano Cavini Martorano

Tecnologia e industrialização no Brasil – Uma perspectiva histórica. Shozo Motoyama (org.). São Paulo: Unesp, 1994.

Resenhado por Olival Freire Jr.

Luta armada – no Brasil dos anos 60 e 70. Jaime Sautchuk. São Paulo: Anita, 1995.

Resenhado por José Carlos Ruy

PRINCÍPIOS Nº 39

A transição ao comunismo requer correta orientação marxista

João Amazonas

A luta pelo socialismo ganha nova dimensão

Renato Rabelo

Os fundamentos da ofensiva neoliberal

Luis Fernandes

A classe operária no limiar do século XXI

João Batista Lemos

A revolução burguesa e o Programa Socialista

José Carlos Ruy

Friedrich Engels e as ciências da natureza

Olival Freire Jr.

Cronologia da vida e da obra de Friedrich Engels

Edgard Carone e Marisa Midori Deaecto

A arte da poesia

Ruy Espinheira Filho

Vermelho sangue dos negros

Haroldo Lima

Abram alas para a “metade do céu”

Olivia Rangel

Sobre uma visão dialética do mundo

José Lourenço Cindra

Construir ou tomar o poder? A estratégia socialista de Marx a Gramsci

Lincoln Secco

Programa Socialista

Resenha:

Sociedade dos socialistas vivos. Luiz Marcos Gomes. São Paulo: Anita, 1995.

Resenhado por Clóvis Moura

PRINCÍPIOS Nº 40

Força decisiva da revolução e da construção do socialismo

João Amazonas

Fusões no setor financeiro

Luiz Marcos Gomes

O governo FHC e o campo político conservador

Décio Saes

De que ri Fernando Henrique?

José Carlos Ruy

A privatização da Vale e o leilão dos minérios brasileiros

Socorro Gomes

O Programa da virada: das eleições à alternativa de poder na Rússia

Luis Fernandes

Documento:

Por nossa pátria soviética

Partido Comunista da Federação Russa

Trabalhemos juntos por um mundo melhor

Jiang Zemin

Um olhar sobre a Amazônia

Pedro Martinelli

Internacionalização da Amazônia: as variadas tácticas do imperialismo

Eron Bezerra

Reflexões sobre a reforma tributária

Luis Antonio Paulino

Lendas dos revoltosos

Manuel Domingos

Lênin e a burocracia

Luciano Cavini Martorano

Ludovico Geymonat: do neopositivismo ao materialismo dialético

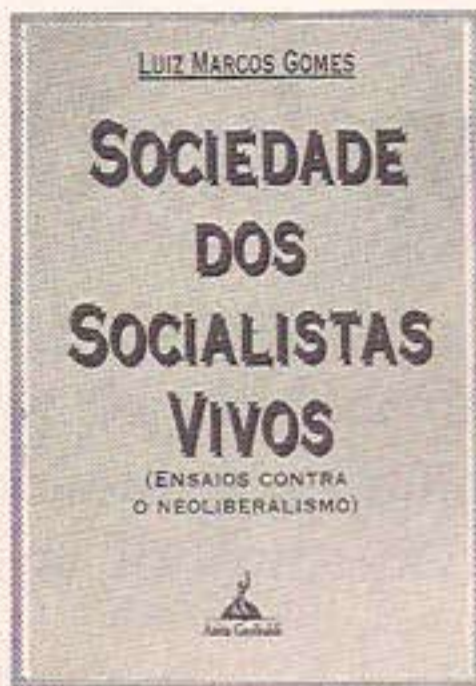
Fabio Minazzi

Arte e crítica social em Adorno

Priscila Arantes



LANÇAMENTOS DA EDITORORA ANITA GARIBALDI

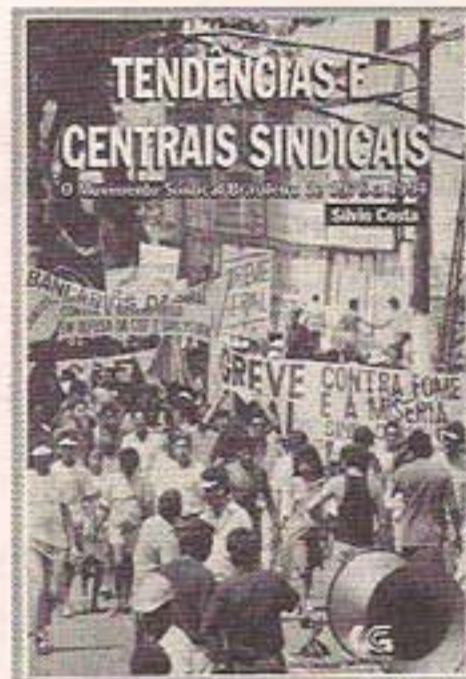


SOCIEDADE DOS SOCIALISTAS VIVOS

Ensaio contra
o neoliberalismo

O livro de **Luiz Marcos Gomes** é uma crítica contundente ao neoliberalismo e à chamada "globalização". Dos artigos publicados, são inéditos: "O governo FHC e a greve dos petroleiros" e "Documento confidencial do Chase Manhattan Bank sobre a crise do México".

Preço: R\$ 12,00 (128 pgs.)



TENDÊNCIAS E CENTRAIS SINDICAIS

O movimento sindical
brasileiro de 1978 a 1994

O livro de **Silvio Costa** é indispensável tanto para acadêmicos que acompanham a luta sindical como para ativistas do movimento operário e sindical que precisam conhecer a história recente da classe operária brasileira.

Preço: R\$ 18,00 (290 pgs.)

AMAZÔNIA/CARAJÁS

Na trilha do saque

O livro de **Marcos Kowarick** tem apresentação de Bautista Vidal e prefácio de Orlando Valverde. Como profundo conhecedor da Amazônia – sua gente, suas riquezas e grandes projetos industriais e agropecuários – Marcos enriquece muito a literatura conhecida a respeito.



Preço: R\$ 20,00 (336 pgs.)

RACISMO À BRASILEIRA

Raízes históricas

O livro de **Martiniano J. Silva** desenvolveu um trabalho sério de pesquisa e reflexão, oportuno e essencial no aniversário de 300 anos da morte do Zumbi. O autor contesta com vasta documentação o velho mito da "democracia racial brasileira". Anexa ao livro vasta legislação sobre a questão racial.



Preço: R\$ 18,00 (272 pgs.)



LUTA ARMADA

No Brasil dos Anos
60 e 70

Jaime Sautchuk é um jornalista experiente. Neste trabalho apresenta ao leitor as diversas faces da opção armada de resistência ao regime militar. Fala das organizações guerrilheiras urbanas e rurais e de seus principais líderes como Lamarca e Mariguela.

Preço: R\$ 10,00 (96 pgs.)

PROMOÇÃO DO TRIMESTRE:

Na compra de 2 livros, desconto de 15%;
na compra de 3 ou 4 livros, desconto de 30%;
na compra de 5 ou mais livros, desconto de 45%.

Cheque para 15 dias, vale postal ou depósito em conta da Editora Anita Ltda.

Itaú - agência 0251 - cc nº 48678-3.

Pedidos para: Editora Anita Ltda.

Rua Mons. Passalacqua, 158 - CEP 01323-010

Fone: (011)289-1331

O envio pelo correio é por nossa conta. Não atendemos por reembolso postal.

Globalização e bloco regional: o que é e para onde vai o Mercosul

LUÍS CARLOS ANTERO

*Notas acerca da dependência,
do comércio e da confluência dos mercados
de capital e trabalho no Cone Sul*

Os mercados sub-regionais representam um momento da globalização a caminho de uma nova repartição do mundo entre as maiores potências? Parece positiva a resposta, quando a globalização é aceita como uma nova etapa do capitalismo produzida pela nova forma de acumulação que vem se impondo desde os anos 70. Quando se concorda que esse processo compreende e produz uma combinação de mudanças profundas no comércio mundial, nas esferas produtiva e financeira, e é simultaneamente consequência dessa combinação, reforça-se a resposta positiva. Os fatos têm efetivamente demonstrado que a esfera financeira

passa por uma significativa expansão, resgatando uma crescente autonomia quanto às exigências de transações do resto da economia, na medida em que escapa cada vez mais da regulação de governos e organismos internacionais.

Certamente, uma das contradições mais atuais está no duplo movimento que orienta o processo de globalização, favorecido pela expansão financeira e pela generalização dos processos de regionalização – representados pela integração ou congregação comercial de grupos de países e sustentados no intercâmbio mais intenso entre os que formam cada agrupamento.

Além disso, as variáveis econômicas mundiais tendem a se concentrar crescentemente em poder das maiores empresas transnacionais, que influem no perfil das economias nacionais. Isso indica mudanças no movimento do capital em escala mundial, fazendo com que, além do capital financeiro internacional, comandado pelas empresas transnacionais, e do capital nativo, que se vincula com o mundo de algum modo ou associado com tais empresas, internacionalize-se o conjunto do capital, vinculado direta ou indiretamente com o exterior.

Desse modo, a fragmentação é uma marca do processo em curso. Sem o surgimento de um espaço homogêneo de valor mundial, toma impulso a formação de mercados sub-regionais, que tendem a recriar internamente proteções e relações de intercâmbio de valor mais homogêneo sem eliminar o problema do

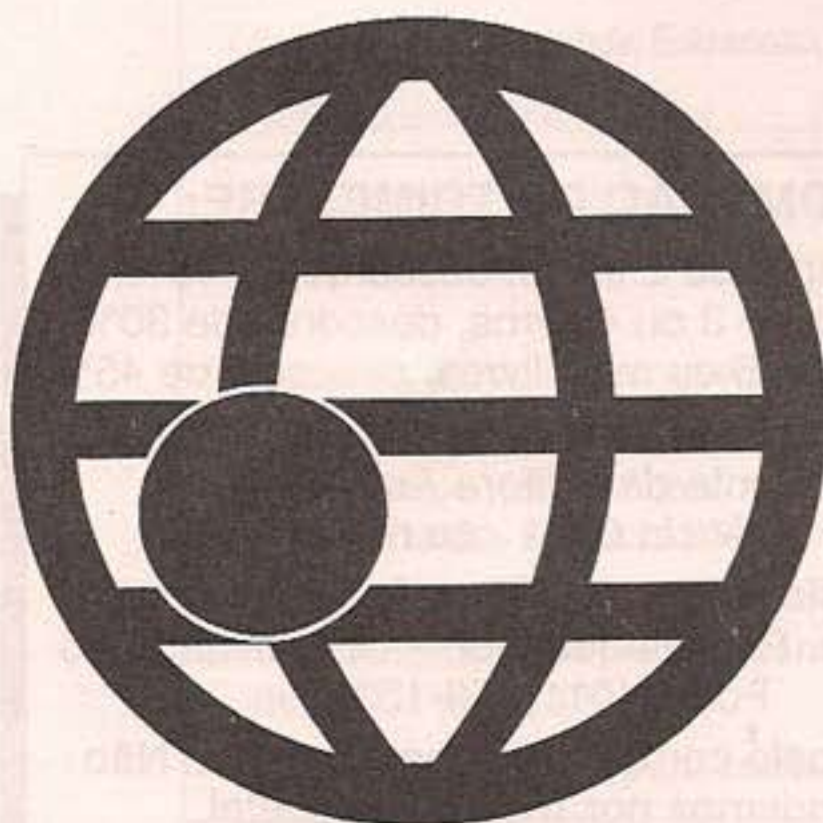
intercâmbio desigual entre países, regiões ou setores, mesmo reformulando-o. Generaliza as contradições, desenvolvendo no seu interior periferias integradas nos centros desenvolvidos e centros desenvolvidos nos países periféricos.

Marcha por aí a disputa entre as potências e mercados mais desenvolvidos pelo domínio das economias e mercados mais frágeis. É o que ocorre no caso da relação entre a América do Norte (NAFTA) e o Cone Sul (Mercosul), que parece mostrar indícios de uma nova etapa da globalização.

É necessário compreender o Mercosul, desse modo, como um ensaio de mercado sub-regional enjaulado numa fase de transição que mostra um laboratório de políticas pós-fim da bipolaridade.

Globalização e divisão do trabalho: ornamento de um Tratado

Por outro lado, a estruturação do Mercado Comum do Sul (que reúne Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai e Chile) ocorre numa fase histórica de crise das economias mais industrializadas do mundo. Conjunturalmente menos intensa que a dos anos 30, essa crise é, no entanto, mais duradoura e sem perspectiva de uma saída à vista. As maiores potências capitalistas (entre as quais



Estados Unidos, Japão e Alemanha, em especial) apresentam problemas que não admitem conjecturas acerca da reversão dessa tendência ou de retomada de um ciclo expansivo.

Desemprego: mesma proporção do desvio de capital produtivo

As condições em que se desenvolve tal processo coincidem com a ofensiva neoliberal do início dos anos 90 e com a acelerada incorporação de trabalho morto na rota da “terceira revolução industrial” (ou tecnológica). Esta, em pleno curso, marginaliza e submete gradualmente os países periféricos. Isso vem se dando com o aumento do fosso entre esses países e as maiores potências, e não acontece sem profundas conseqüências na vida dos trabalhadores. É significativo o aumento do desemprego em todo o mundo, no ritmo da evasão do capital aplicado produtivamente para a atividade especulativa.

Esses traços são marcantes do movimento do capital no exame da inserção do Mercosul num mercado mundial tendencialmente globalizado. Cumpre sublinhar também que, na atual fase (caracterizada por aspectos inexistentes na fase clássica da produção marxista), a célere produção de mercadorias e serviços passa a exigir elevados investimentos em pesquisa científica e tecnológica. E isso se põe como um dilema para os países que comprometem a formação de suas reservas com o equilíbrio de suas contas externas e internas. Na América Latina, além disso, o capital internacional traça sua estratégia para um amplo domínio sobre patentes industriais e sobre a vida – um dos pilares da política exterior norte-americana.

Esse movimento encontra ainda um cenário crítico no crescimento vertiginoso da dependência, acompanhando as seqüelas da globalização. O montante da dívida externa da América Latina evoluiu para o atual volume a partir de US\$ 40 bilhões em 1973, quando a taxa de juros internacionais girava em torno de 1%. Essa dívida é estimada em 533 bilhões de dólares em 1994, mesmo pagando-se US\$ 418 bilhões de juros e amortizações desde 84, quando a dívida chegou aos

US\$ 220 bilhões. A dívida externa global do conjunto dos países periféricos atingiu, em 94, US\$ 1,6 trilhão, mais que duplicando em dez anos. O gigantesco salto ocorre com a instituição do sistema de juros flutuantes. No crepúsculo dos anos 70, a sistemática do controle dos meios de pagamento nos Estados Unidos foi alterada pelo seu banco central, o Federal Reserve Board, e a taxa de juros cresceu sucessivamente para 3%, 9%, 12%, 20%, atingindo os 21,5% em janeiro de 1981. A respeito, é reveladora uma declaração de Henry Kissinger:

“Desde fins de 1982 até 1988, a América Latina pagou aproximadamente US\$ 235 bilhões de juros. (...) Uma região subdesenvolvida, converteu-se em exportadora de capital, o que constitui uma situação injusta e insustentável”.

A interdependência desigual

Duas proposições são discutidas para o continente numa situação assim posta: (1) os países latino-americanos, iguais pela dependência, necessitam de uma relação mais estreita com seus desiguais, os *donos do mundo*, e especialmente com os Estados Unidos, onde são maiores os mercados para suas matérias-primas e manufaturas; (2) a integração entre iguais é um ato de defesa das economias periféricas diante dos desafios colocados pela globalização na forma da questão da dívida e da taxa crônica dessas economias mais frágeis pelas mais sólidas e dominantes. No segundo caso, a *integração dos iguais* pode consistir também num pacto de expansionismo e dominação entre grandes potências, visando à afirmação de uma ordem mundial que consagra uma nova divisão internacional do trabalho. Ou seja: cabe a hegemonia dos mercados aos que arbitram os papéis produtivos no mundo, fazendo com que, por exemplo, a uns caiba a exportação de matérias-primas e manufaturas, e a outros, a fabricação e venda de computadores e bens de capital. Nisso consiste a interdependência da desigualdade que oferece lastro à globalização.

A posição dos Estados Unidos acerca do Mercosul – exposta numa mesa-redonda, realizada em novembro de 1991 sobre a “Iniciativa para as Américas”, que precedeu o

NAFTA –, repõe uma face do dilema, quando seus representantes declaram: “De nenhuma maneira os Estados Unidos assinariam um tratado de livre comércio com o Mercosul”. Essa posição foi reafirmada, juntamente com a restrição ao reconhecimento “imediate” do acordo do Mercosul em reunião do GATT (Acordo Geral de Preços e Tarifas) realizada em julho de 1992. O instrumento para a aprovação do acordo seria a “cláusula de habilitação” (*Enabling Clause* – Tratado do GATT), que admite “um tratamento diferencial e mais favorável aos países subdesenvolvidos”. Assim, os acordos celebrados entre países dependentes seriam simplesmente notificados ao Comitê de Comércio e Desenvolvimento para sua aprovação, evitando a análise e oposição dos demais signatários do GATT. Isso não impediu os Estados Unidos (com o apoio do Canadá, Suíça, Austrália e outros países nórdicos) de ignorar a “cláusula” e pedir a análise sem ocultar sua oposição: O argumento formal é o de que a dimensão e a importância potencial do Mercosul, com uma população de 200 milhões e um PIB combinado de US\$ 500 bilhões naquele ano, exigiam um exame detalhado pelo GATT, impedindo a aprovação do acordo – que não ocorreu até hoje. O sentido real da manobra foi revelado por um funcionário do Itamaraty: “É implicância mesmo, para limitar o alcance do mercado à sua esfera de influência”.

A formação de blocos regionais entre dependentes decorre de uma estratégia de defesa

A objeção à aplicação da “cláusula” não possuía a dimensão do argumento: o Mercosul representava em 92 apenas 2,77% da soma dos PIBs dos três principais blocos econômicos do mundo, significando, em relação a cada um, 7% da riqueza gerada no âmbito do NAFTA, 8% em relação à União Européia e 11% quanto aos “tigres asiáticos”. As negociações do Mercosul com mercados hegemônicos pelo Japão, Alemanha e outras potências mais industrializadas constituem

motivo de inquietação para os Estados Unidos. A anunciada aproximação entre Mercosul e União Européia, estabelecendo uma ZLC (Zona de Livre Comércio) para o ano 2005, é um fato a ser considerado com o mesmo sentido que confere preocupações relativas à emergência da China e do Japão enquanto parceiros comerciais para a América Latina. O Chile, “barrado no baile” do NAFTA, ingressou no Mercosul, reforçando-o enquanto bloco.

O acontecimento reforça a tese de que a formação de blocos regionais entre países dependentes decorre contraditoriamente de uma estratégia de defesa. A postura norte-americana, aliás, obedece à tradição histórica da “Aliança para o Progresso” – instrumento pelo qual o presidente John Kennedy promoveu os objetivos dos Estados Unidos, através de relações bilaterais, para que o governo “pudesse estabelecer vínculos e obrigações com o país destinatário da ajuda recebida”¹. Hoje, o temor dos Estados Unidos diz respeito ao advento de um bloco econômico no figurino europeu e numa região de sua influência direta, frustrando a pretensão da “Iniciativa para as Américas” de George Bush, em 1990, para a criação de uma zona de livre comércio (ZLC) na região.



Mercado Comum entre “iguais” ou NAFTA?

A polêmica se estabelece modernamente para a região quando o ingresso no Tratado de Livre Comércio (NAFTA – North American Free Agreement, celebrado entre Estados Unidos, Canadá e México) é posto para o Brasil e Argentina como alternativa ao Mercosul, e quando os Estados Unidos propõem a assinatura do acordo “Quatro Mais Um”, no qual passariam a manter relações bilaterais com cada um dos países do Cone Sul. O dilema seria, na verdade, o seguinte: ou prosseguir com o Mercosul (“a unidade de quatro” que os Estados Unidos se negaram a reconhecer como bloco), ou estabelecer relações bilaterais com os Estados Unidos, absorvendo a concepção da “Iniciativa para as Américas” e reafirmando uma tendência de pactos entre países absolutamente desiguais. Estratégias diferentes, portanto, separavam pela forma, conteúdo e grau de integração duas perspectivas de estruturação de mercados.

O México (sempre ele!) foi o palco pioneiro da experiência nos dias que precederam a assinatura do Tratado. O elevado grau de expropriação do país pelos Estados Unidos já inspirou no passado o seguinte lamento de um de seus mandatários, Porfirio Diaz, deposto pela insurreição popular de 1910: “Pobre México, tão longe de Deus e tão próximo dos Estados Unidos”.

Essa relação histórica conduziu à rejeição pelo governo mexicano da “promoção de um mercado comum, porque envolveria aspectos institucionais que afetavam a soberania”. Isso se deu a partir de uma reação das classes dominantes locais, que estamparam na grande imprensa mexicana a manchete de seus interesses: “Zona de Livre Comércio sim, Mercado Comum não”. Foi estabelecido o pacto da ZLC², mas, por não ser essa a questão essencial, o México não conseguiu evitar a quebradeira na metade dos anos 90. Foi seu pioneirismo na implementação de políticas neoliberais o principal óbice para sua economia. De resto, a nociva vizinhança que lhe foi legada histórica e geograficamente.

A visita do Presidente FHC ao México em fevereiro de 96 trouxe novo alento à polêmica acerca da formação, desempenho e

consolidação dos blocos regionais. A iniciativa do Presidente mexicano, Ernesto Zedillo, que propôs uma aliança estratégica com o Brasil de olho no Mercosul, projeta a confluência de problemas derivados da implementação do receituário neoliberal e da implantação do mercado sub-regional entre países de desenvolvimento dispar e com distintos graus de riqueza. Essa relação entre desiguais, que não implica fusão dos mercados de capital e trabalho, se evidencia.

O NAFTA arrasou com setores frágeis da indústria mexicana e descompensou preços

O NAFTA provocou desequilíbrios em vários setores da economia mexicana e ampliou significativamente a dependência do México em relação aos Estados Unidos. Hoje, 80% do fluxo comercial externo mexicano é efetuado com os Estados Unidos, o que torna a economia do país muito sensível a pequenas mudanças na taxa de câmbio ou nos juros norte-americanos. Para os Estados Unidos, a rentabilidade do comércio exterior é outra: segundo Bill Clinton, numa entrevista ao *Estado de S. Paulo* (03/3/96), suas exportações elevaram-se em 4% em 1993; 10% em 1994 e 14% em 1995. (O comércio dos Estados Unidos com a América do Sul cresceu 15% no mesmo ano.) Instituído em janeiro de 94, o NAFTA arrasou com os setores mais frágeis da indústria mexicana (através das crescentes importações), mas também contribuiu para a descompensação de preços internacionais que resultou na crise mexicana de dezembro de 1994. É a opinião do economista mexicano Andrés Flores (*Folha de S. Paulo*, 20/02/96): “O país não estava pronto para competir em pé de igualdade com a indústria norte-americana. Tudo foi feito rápido demais”.

O acordo serviu também para estimular a entrada do capital volátil dos investidores internacionais. Cerca de US\$ 90 bilhões que entraram no país em 94 saíram quando eclodiu a crise, que veio acompanhada de uma fuga maciça de capitais e da desvalorização em 55% do peso em relação ao dólar. Para Flores, a proposição do México de integrar-se ao

Mercosul é uma tentativa de diversificar seus parceiros comerciais, reduzindo seu grau de dependência em relação aos Estados Unidos. “Seria muito positivo para a economia mexicana”, diz o economista, acrescentando que isso poderia representar um risco para o Brasil e Argentina. Atualmente, as moedas desses dois países estão supervalorizadas, e a moeda mexicana continua abaixo de seu valor no mercado internacional. Conclusão: taxas e preferências comerciais entre México e Mercosul poderiam gerar um boom de exportações para Brasil e Argentina, especialmente, pelo próprio câmbio favorável.

Salvaguarda dos dependentes ou “submarino” do grande capital?

Para o grande empresariado dos países do Cone Sul, a opção do Mercosul por uma zona de livre comércio entre países dependentes rumo ao mercado comum em 2005 abre a possibilidade de relações mais diversificadas com um leque mais amplo de parceiros, e ajuda a driblar o protecionismo das potências hegemônicas. Os prazos previstos na Ata de Buenos Aires e no Tratado de Assunção para instalação da União Aduaneira como segunda etapa (estabelecidos pouco depois do lançamento da “Iniciativa para as Américas”) coincidiram com os do NAFTA: dezembro de 1994. Desse modo, não é simplesmente a noção de MC (ou da fusão entre capital e trabalho) que prevalece formalmente sobre a ZLC (ou o limite do enfoque à circulação vantajosa de mercadorias). Nesse sentido, a opção pelo MC em perspectiva é, sem dúvida, uma formulação que busca associar países integrando algo além do comércio, e o desenho de uma estratégia formulada pelos interesses hegemônicos no Cone Sul diante da globalização. Trata-se, no momento, de uma saída que responde à presença objetiva do grande capital internacional, desenvolvendo uma acumulação que admite, mesmo em desvantagem, a persistência dos maiores empreendimentos locais. É uma unidade que se daria sem que as maiores potências acessem à fusão dos mercados, mantendo sua presença através das gigantescas corporações transnacionais.

É necessário compreender o Mercado Comum do Sul nas origens do debate em curso e em seu viés mais contraditório: gestado num momento de avanço do neoliberalismo no Brasil (em 1990, Collor era o presidente), parece representar uma salvaguarda diante do expansionismo do grande capital, notadamente norte-americano. Mas poderia cumprir também o papel de emissário desses interesses e testa-de-ferro das pretensões reconhecidamente hegemônicas das maiores potências, na exata medida em que as classes dominantes no Brasil dão livre curso ao seu projeto de submissão ao capital forâneo, comprometendo com políticas de corte neoliberal a independência do país, especialmente através dos programas de privatização. Situação semelhante, com traços particulares, viveram e vivem os povos da Argentina, Uruguai e Paraguai. Reflete-se igualmente nesse ângulo a situação histórica do Chile e dos países que compõem o Pacto Andino, percorridos pelo líder libertário Simon Bolívar: Venezuela, Equador, Bolívia, Peru e Colômbia.

Brasil: a supremacia do global trader

A economia brasileira apresenta um desempenho compatível com seu maior porte. De 1990 (véspera da instalação do Mercosul) a 1994, o comércio brasileiro com os três países cresceu de 4,2% para 13,6%, enquanto as transações com os mercados da Ásia, União Européia, NAFTA e demais países decresciam no mesmo período. É flagrante a superioridade. No levantamento anual da *Gazeta Mercantil* para 1993, das 500 maiores empresas do Mercosul (já incluindo o Chile), 372 são brasileiras ou com sede no Brasil, as primeiras em faturamento (77,9%), patrimônio (81,2%) e lucro (73,2%) líquidos no conjunto. O maior volume em patrimônio é devido sobretudo às estatais, que ocupam, nesse aspecto, 18 posições entre as 20 primeiras – das quais apenas duas já aparecem privatizadas.

A Petrobrás é campeã nos três conceitos, e faturou US\$ 19 bilhões em 94, já descontados os impostos sobre vendas. A Petrobrás Distribuidora fica na 3ª posição, e a argentina YPF (Yacimientos Petrolíferos Fiscales, privatizada) é a 15ª em patrimônio líquido de-

pois de 14 brasileiras, ininterruptamente, quase todas estatais. A Argentina, com uma economia de porte inferior, mostra o preço do sucateamento do seu parque industrial com frágeis 8,9% no total em patrimônio (dez vezes inferior ao das empresas brasileiras), suas vendas ficam em 15,6% e os lucros em 14,3%. O Chile, que sofreu também o ciclone das privatizações e ficou apenas com a mineradora estatal Codelco (a única de razoável desempenho), detém 9,1% do patrimônio, 5,9% das vendas e 12% dos lucros.

Petróleo, eletricidade e telecomunicações: as maiores empresas

Somente as estatais de petróleo e telecomunicações do Uruguai e Paraguai asseguraram a presença constante desses dois países entre as 500 maiores. São esses, mais o setor elétrico, aliás, os mais frequentes entre as maiores empresas de cada um dos países reconhecidos na pesquisa, atestando que compensa manter a soberania sobre suas explorações. Sem o domínio desses ramos, as três maiores multinacionais mostram o seguinte desempenho: a ex-fulgurante Autolatina Brasil é 2º lugar em faturamento, teve o 3º lucro líquido, mas seu patrimônio ocupa a 44ª posição; a Fiat, que é a 5ª em receita e lucro líquido, apresenta o distante 130º lugar em patrimônio; a Souza Cruz, na 46ª posição em faturamento e com um patrimônio que lhe garante o 45º lugar, fica em 67º lugar em lucro líquido. No ramo de distribuição do petróleo, a Shell, que é a 8ª em receita e a 24ª em lucro, ocupa o 65º lugar em patrimônio. Reside aí a essência da questão da soberania, que agiganta sua defesa no desempenho das estatais brasileiras: a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) ocupa o 14º lugar em receita, mas garante o 4º lugar em patrimônio e lucro líquido. É um excelente e cobiçado negócio.

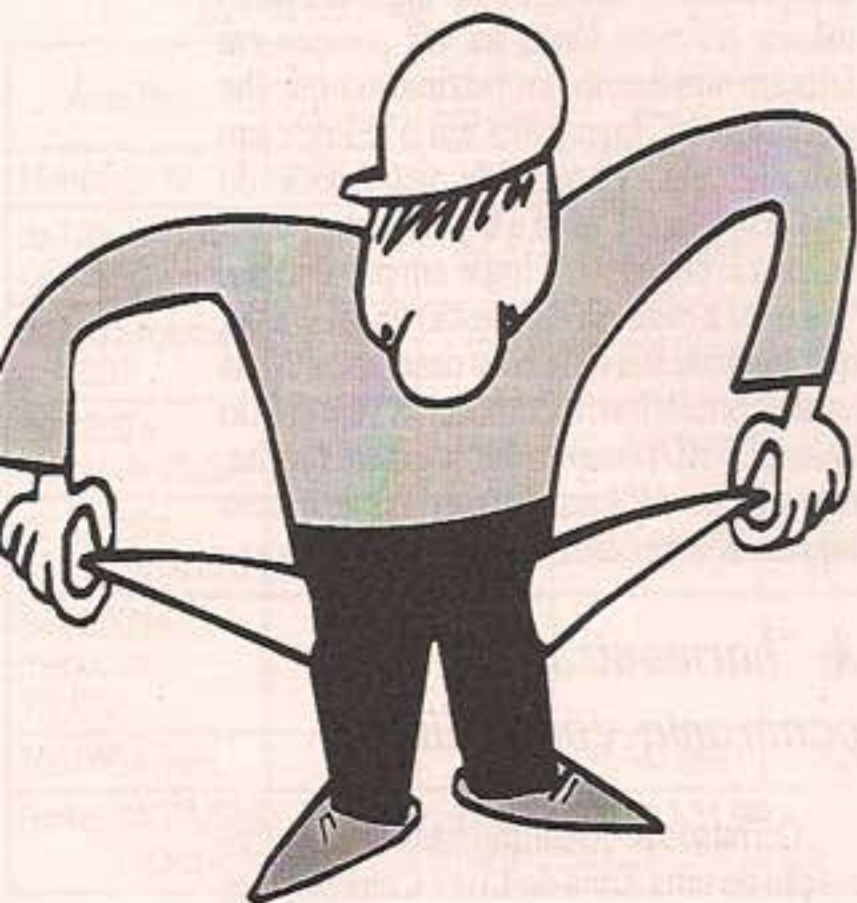
A “harmonização” num panorama contraditório

O Tratado de Assunção estabeleceu a formação de uma Zona de Livre Comércio até

31/12/94, de uma União Aduaneira na sub-região a partir de 01/01/95, e, enfim, o MC, a ser instalado em 2005. O objetivo explícito é o de "criar meios para ampliar as atuais dimensões dos mercados nacionais, condição fundamental para acelerar o processo de desenvolvimento econômico com justiça social".

Formalmente, o cumprimento das metas estabelecidas para a primeira etapa, a remoção dos obstáculos tarifários e não-tarifários à livre circulação de mercadorias, capitais e trabalho, além dos "elementos incompatíveis" com o processo de integração, constituídos na fase de industrialização substitutiva, são prioridades na pauta de implementação. Foi pensado um programa de liberalização comercial com reduções tarifárias progressivas (tarifa zero em 31/12/94) e eliminação de restrições não-tarifárias (quotas, restrições fitossanitárias) ou "medidas de efeito equivalente", além de "outros fatores limitantes" ao comércio entre os quatro países.

O lastro para a consecução dos objetivos repousa na "coordenação e compatibilização das políticas macroeconômicas", que se daria de modo gradual e convergente com os programas de desgravação tarifária e eliminação de restrições não-tarifárias. Visaria "assegurar condições de concorrência entre os países participantes, evitando distorções capazes de favorecer ou prejudicar cada um deles". A tarifa externa comum (TEC) incen-



tivaria a competitividade externa entre os Estados promovendo "economias de escala eficientes".

São metas que, além da vontade política formal, passam pelas dificuldades típicas da harmonização entre nações num panorama contraditório, relacionadas aos distintos estágios na implementação do projeto neoliberal, além das diferenças particulares no processo de desenvolvimento material na história das formações econômicas e sociais do Cone Sul. Um documento do IPEA aborda de outro ângulo a crítica da "harmonização", submetendo-a ao papel hegemônico do Brasil nos efeitos sub-regionais da globalização:

"O fato de a coordenação de políticas econômicas ser possível não garante, porém, que seja simples, nem sequer factível: a literatura é rica em apontar obstáculos à coordenação, alguns dos quais têm relevância para o caso do Mercosul. A assimetria no tamanho das quatro economias, bem como a importância diferenciada dos mercados intra e extra-regional para cada um dos parceiros, são dois dos mais importantes. A demanda por coordenação é, sob essa ótica, muito maior nas duas economias pequenas, Uruguai e Paraguai, do que no caso do Brasil e, em menor grau, da Argentina. A definição do Brasil como sendo um *global-trader* já embute essa distinção, revelando a existência de claras restrições para a subordinação dos instrumentos de política econômica em favor de uma estratégia baseada prioritariamente em considerações regionais".

É previsto um tratamento diferenciado para Uruguai e Paraguai, quando são tratadas particularmente as listas de exceções para os chamados "produtos sensíveis" (indústria química, bens de capital e informática) do programa de liberalização comercial, que seriam reduzidas em 20% anuais até o final de 1994. A classificação decorre da diversidade das estruturas produtivas dos quatro países, especialmente em relação ao Brasil.

Segundo os gestores, "em 01/01/95, implantou-se a União Aduaneira, com uma Tarifa Externa Comum definida para todo o universo tarifário". Desse modo, os produtos importados de outros países ou blocos comerciais passam a pagar a TEC quando de seu aporte no Mercosul. A "total liberalização comercial", com a instalação definitiva do MC, está prevista para um prazo de dez anos.

Limites e fronteiras para o trabalho

Um documento elaborado em dezembro de 1994 por centrais sindicais dos quatro países manifesta preocupações quanto à ênfase comercial na concepção do Tratado, e propõe uma "hierarquização dos problemas dos setores produtivos", sugerindo um tratamento semelhante para os problemas agrícolas, industriais e de serviços: "A modernização e tecnificação desses setores no marco de uma crescente complementariedade regional é fundamental para garantir o crescimento econômico, a manutenção dos postos de trabalho e a melhoria dos níveis de renda".

As centrais propõem também a constituição de um Fórum Econômico e Social com a participação de trabalhadores, empresários e outras camadas da sociedade civil, para permitir o acesso à informação e propostas acerca dos diversos temas. Outras idéias são apresentadas no sentido de fortalecer a Comissão Parlamentar Conjunta para assegurar a ratificação parlamentar das resoluções pendentes pelos países membros, "reforçando os vínculos dos organismos do Mercosul com os parlamentos nacionais, permitindo simultaneamente um maior envolvimento dos poderes legislativos no processo"; e de "avançar na definição de instâncias para assegurar instrumentos de solução de controvérsias e obter a interpretação uniforme e o controle da legalidade das decisões adotadas".

Essa última preocupação é um das questões cruciais do sucesso ou fracasso do Mercosul, manifestada com regularidade por seus críticos. A eliminação das diferenças fundamentais entre as legislações dos quatro países é condição essencial para a celebração de diversos instrumentos relevantes diante dos objetivos anunciados pela junção de mercados de capital e trabalho. Nesse caso em particular, os imensos dilemas que pressupõem a livre circulação de trabalhadores projetam preocupações como a do tratamento relativo a um contrato básico de trabalho que discipline as relações selvagens de exploração da mão-de-obra em curso.

Em todos os casos, as centrais sindicais têm constatado problemas recorrentes e dificuldades de entendimento concreto com as instâncias oficiais do Mercosul.

Prevalece a (des)ordem neoliberal

É inexecutável o exame da implantação do Mercosul dissociado das conseqüências determinadas pela globalização e pela adoção dos postulados neoliberais nos diversos países. As políticas de corte neoliberal e de abertura irrestrita nos países dependentes têm acrescentado variáveis que, em seu conjunto, determinam substanciais mudanças no Cone Sul, aprofundando desigualdades sociais e nas estruturas produtivas. A ênfase na liberalização comercial que caracteriza o desenvolvimento do Tratado e a União Aduaneira, em especial, corresponde à exclusão de outros propósitos. Desse modo, regiões inteiras são atingidas pela queda de preços dos produtos agrícolas em torno dos quais organizam suas atividades econômicas.

A redução do papel do Estado na regulação produtiva traz perspectivas de mais dificuldades

O impacto das desregulações econômicas e dos mercados, somado às medidas peculiares ao modelo, determina a quebra de pequenas e médias empresas nas fronteiras, inicialmente, e a integração da produção em oligopólios agroindustriais de magnitude e capacidade cada vez maior para determinar as estratégias e vocações produtivas do setor agrícola. O Estado, em processo de minimização, tende a não mais praticar sua tímida interferência para regulação da produção, preços e acesso ao mercado nas contendas entre pequenos e grandes empresários. As conseqüências são certamente sombrias para mais de cinco milhões de pequenos produtores no âmbito do Mercosul, além de seis milhões de famílias que necessitam de terras para o trabalho. O universo da pequena produção familiar é atingido em cheio, comprometendo a viabilidade das regiões que têm suas economias marginalizadas, envolvendo 60% dos produtores agrícolas na

Argentina; 72% no Brasil; 81% no Paraguai; e 51% no Uruguai. O ingresso do Chile amplia esse universo.

As conseqüências práticas já acentuam o despreparo para enfrentá-las pelos mecanismos existentes, pela própria eliminação dos mais frágeis em cada ramo econômico. A iniciativa, gestada em pleno curso da ofensiva neoliberal no continente pelas classes dominantes dos países hegemônicos na organização (Brasil e Argentina), deve ocupar espaço nas preocupações das forças democráticas e progressistas do Brasil e demais países, visto que causa mais desajustes e revela uma concepção acerca do papel do trabalho no processo de desenvolvimento em tempos de globalização e no quadro da dominação periférica.

O processo em curso atribui nova dimensão às lutas nacionais num espectro continental, revolucionando a geopolítica da opressão e da libertação dos povos da América Latina. Surgem no horizonte problemas de vulto – previsíveis – para os trabalhadores, maiorias sociais desses países. Há, contudo, uma possibilidade fantástica em perspectiva para os democratas do continente na busca de rupturas estruturais.

Existe, em oposição ao colonialismo reciclado e sua posição de credor e agiota, a tradição libertária e revolucionária simbolizada por Bolívar, José Martí, Tiradentes, Zumbi, Camillo Torres, entre muitos outros. Seu resgate ocorre modernamente no interior de um processo de desenvolvimento mais geral, que tende a cristalizar e aprofundar a divisão social do trabalho, formulada historicamente na América Latina, atribuindo a cada um dos países papéis produtivos de acordo com a complementariedade das economias nacionais entre si e em relação às potências hegemônicas, associados à abertura crescente e indiscriminada de mercados. É nesse cenário que o Mercosul traça seu perfil.

LUÍS CARLOS ANTERO é jornalista.

Notas

(1) Daniel A. Lipovetzky e Víctor H. Colare. *Restrições dos Estados Unidos ao Mercosul*. Buenos Aires: Associação de Advogados de Buenos Aires, março de 1993.

(2) Com a ZLC, são eliminadas as barreiras comerciais formais, mas são excluídos os estilos supranacionais de organização, e cada país mantém política comercial própria em relação a terceiros. O MC pressupõe, além da eliminação de barreiras comerciais, a junção de mercados de capital e força de trabalho, a formulação de políticas macroeconômicas comuns, a compatibilização das legislações sobre temas essenciais, entre outras características mais relevantes.

(3) "Maiores do Mercosul" (Balanço Anual 95/96). *Gazeta mercantil*. São Paulo: GM, Ano XIX, nº 19, outubro de 1995.

(4) "As perspectivas do Mercosul: configuração da estrutura produtiva e convergência macroeconômica", in *Perspectivas da economia brasileira*. Honório Kume e Ricardo Andrés Markwald. p. 217. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 1994.

Bibliografia básica

DINIZ, Clélio Campolina. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Brasília: IPEA, junho de 1995.

BOLETIM de integração latino-americana. Brasília: MRE, 1994.

SECRETARIA do Comércio Exterior. *Intercâmbio comercial Brasil x Mercosul*. Brasília: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, jan./jun. 1995.

COMISSÃO Parlamentar Conjunta (Seção Brasileira). *Mercosul – Informações gerais e desenvolvimentos recentes*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995.

LANNES JÚNIOR e PERAZZO, Osmar. *Mercosul – vantagens e desvantagens de sua implantação para o Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, Assessoria Legislativa, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1991.

PASSOS, Edésio. *Mercosul – integração latino-americana e os trabalhadores*. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 1993.

KUNZLER, Jacob Paulo e QUADROS, João Carlos Maciel de. *Mercosul e o mercado internacional*. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Ortiz, 1995.

DE LA PENA, Sergio. "Opciones de América Latina frente a la globalización". *Revista Sociedad e Estado*, v. IX, números 1-2, jan./dez. 1994.

INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *O Paraná no Mercosul: análise preliminar dos setores mais sensíveis*. Curitiba: IPARDES, 1991.

“Reencantamento do mundo”: O neopentecostalismo e as mudanças na matriz religiosa brasileira

GEY ESPINHEIRA

O autor aborda a questão da religiosidade no mundo “desencantado” pela racionalidade da ciência

A intenção deste texto é abordar a questão do “desencantamento do mundo” que permanece vigente em algumas correntes culturais em uso, como se por essa expressão se quisesse anunciar, ou melhor, sentenciar o fim da religião – ou das religiões –, do mesmo modo que outra corrente cultural preconizou o “fim da história”.

O nosso objetivo é, portanto, o de analisar o lugar das religiões na pós-modernidade, no mundo supostamente “desencantado” pela racionalidade da ciência, a partir da realidade brasileira atual, em que a religiosidade

ocupa um largo espaço e assume elevado significado como valor social.

Nessa perspectiva, a revitalização da religiosidade parece responder ao paradoxal “desencantamento do mundo” no processo de competição das religiões no mercado dos bens simbólicos de cura e salvação, na reafirmação de uma *racionalidade* religiosa que toca ao indivíduo como ser emergente e consciência absoluta na sociedades pós-moderna.

A concepção de revitalização da religiosidade decorre da percepção da formação de uma religião de massa que se dissemina em templos locais e se expressa vivamente através da mídia eletrônica, alcançando os lugares mais distantes do país; também pela utilização dos espaços político-institucionais, sobretudo posições no legislativo (municipal, estadual e federal), na forma de uma “bancada evangélica”.

Diante dessa ofensiva de novas religiões de caráter agressivo na disputa do mercado religioso, as religiões populares, candomblé e umbanda, são vistas como “coisas do demônio”, enquanto que o catolicismo é tido como moralmente fraco, segundo a perspectiva pentecostal, mais particularmente a da Igreja Universal Reino de Deus.

A recentíssima série da Rede Globo de Televisão (setembro de 1995), de autoria de Dias Gomes, *Decadência*, trouxe para a mídia

a questão religiosa posta de modo polêmico, em virtude da reação da Igreja Universal Reino de Deus, que se sentiu caracterizada no seriado comprometendo sua imagem, considerando que a personagem dom Mariel, supostamente construída à semelhança da imagem do bispo Edir Macedo, representava um pastor corrupto e inescrupuloso².

Logo em seguida, precisamente no dia 12 de outubro, a imagem da santa padroeira do Brasil foi rudemente provocada pelo pastor Von Helde em seu teste de divindade da imagem. Aproveitando a deixa, a Rede Globo de Televisão repetiu doze vezes seguidas a sua edição da agressão à santa, tornando famosa a cena em que o pastor bate na santa com o pé. Esse fato trouxe para o primeiro plano da sociedade uma realidade indisfarçável: as mudanças na matriz religiosa com a ofensiva neopentecostal, ao desafiar frontalmente a igreja católica, e a própria religiosidade brasileira, que, longe de estar em baixa, mostra-se intensificada neste final de século, para o qual foi preconizado o “desencantamento do mundo”³ ou até mesmo o fim da religião.

Religião e virtude

A observação empírica está em muitos contextos da vida cotidiana, mas preferimos



buscá-la no contexto específico da política, dada a sua forma de expressão e sua ressonância, caracterizando a religiosidade como um valor de elevada positividade, requerido pelo discurso social do senso comum como imprescindível na composição da imagem do homem público.

Eleições puseram em evidência a questão religiosa. Há um projeto de ressacralização.

A transformação da religiosidade em virtude pôde ser vista de modo enfático durante a última campanha eleitoral (1994) para a Presidência da República, governos dos estados, Câmara de Deputados, Senado nacional e assembleias legislativas estaduais, em que a acusação de ateísmo foi utilizada contra candidatos. Em situação oposta, o enaltecimento da fé, da devoção religiosa como virtude exigida no homem público brasileiro.

Começamos com o exemplo da eleição para prefeito de 1984, em São Paulo, maior cidade do país, em que Fernando Henrique Cardoso, então candidato a prefeito, declarou-se ateu. Esse foi um dos pontos enfatizados pelo seu principal adversário, o ex-Presidente Jânio Quadros, que se elegeu. Para alguns analistas políticos da época, essa foi uma das razões da derrota de Cardoso.

Na campanha eleitoral de 1994 para a Presidência da República, esse mesmo argumento foi intensamente utilizado, dessa vez pelo adversário mais expressivo, Luis Inácio Lula da Silva. Mas, ao contrário da vez anterior, Fernando Henrique Cardoso se disse crente, de formação religiosa.

Outro aspecto interessante dessa ênfase religiosa foi o breve esquecimento da Casa da Moeda de gravar nas primeiras novas cédulas do real (moeda que substituiu o cruzeiro), a inscrição "Deus seja louvado", cunhada pelo ex-Presidente da República, José Sarney. Coube ao ministro da Fazenda, um católico confesso, de tradição beneditina, cuja imagem pública era a de um beato, corrigir esse esquecimento. Com relação a esse personagem, a questão da religiosidade como pré-requisito do homem público virtuoso foi posta

numa situação de ambigüidade em razão de suas declarações em *off* de não ter escrúpulos em esconder fatos considerados como adversos para o governo e "faturar" aqueles outros tidos como favoráveis. A conversa, captada por antenas parabólicas, tornou-se de domínio público, e o homem virtuoso mostrou-se ardiso, diabólico, por trás de sua aparência piedosa.

Nesse episódio, seguido de um *mea culpa* público, a questão da religiosidade foi novamente posta em evidência. Estes registros que fazemos têm apenas a função de ilustrar o peso que tem a religião na sociedade brasileira, mesmo num território profano por excelência, que é o da política. Outro exemplo é a acusação ao candidato eleito governador do estado do Paraná de ser o "anticristo", por ser judeu.

Nosso objetivo é, assim, o de compreender o significado da religiosidade na sociedade brasileira atual, cuja tônica é a expansão das religiões populares, principalmente o candomblé nos grandes centros urbanos, a exemplo de São Paulo (Prandi, 1991; 1995); do pentecostalismo em todo o país⁴ (Fernandes, 1994) e dos movimentos carismáticos da reação católica. Nosso ponto de reflexão é o do domínio da racionalidade, do pragmatismo religioso para a vida cotidiana frente à diluição das concepções mais abstratas e filosóficas, na vertente weberiana de concepção da religião como orientada "para que vás muito bem e vivas muitos anos sobre a face da Terra" (Weber, 1991:279).

Pós-modernidade e o reencantamento do mundo

Atribuir a uma época uma denominação específica é conceituá-la, ou seja, é transformá-la em categoria e objeto de reflexão. Assim, a pós-modernidade se constitui em um momento social diferente do anterior (a modernidade), mas sem o *manifesto*, a exemplo do *modernismo*, que marcou a construção de uma nova fase histórica, e se qualifica pelos aspectos gerais de globalização do espaço e do tempo, integração planetária, sistema econômico universal, comunicação planetária instantânea, conhecimento como mercadoria,

redução drástica do trabalho produtivo, autonomia da cultura em relação à economia etc. (Lefebvre, 1985; Lyotard, 1979; Guiddens, 1991; Schaff, 1992; Augé, 1993).

A pós-modernidade estaria, assim, demarcada pelo domínio da tecnologia e sua ampla utilização na vida cotidiana da sociedade de massa, construindo um tempo da mais alta racionalidade, da confiança irrestrita nas possibilidades do cálculo, portanto um mundo *desencantado*, em que tudo é possível prever e planejar.

Já nos fins dos anos 60, Berger (1993:19) constatava um arrefecimento no ardor religioso da sociedade americana em razão da racionalização crescente decorrente do processo de secularização.

Mas aquilo que parecia ser uma tendência para Berger é contestado por Rouanet em seu sugestivo ensaio *Mal-estar na modernidade*, em que reconhece "um grande projeto de ressacralização do mundo" (1993:10;11), o pleno domínio do misticismo numa variada combinação de crenças em duendes, anjos, cristais, demônios, santos, deuses, medicinas paralelas etc. Ter-se-ia operado uma reversão da tendência indicada por Weber e reiterada pelos estudiosos que o seguiram?

A chamada pós-modernidade apresenta-se repleta de ambigüidades. O elevado desenvolvimento científico não parece assegurar uma confiança pessoal do indivíduo, que antes parecia ser um corolário inevitável. No senso comum há uma idéia bem assentada de que novos desafios seguem-se, sempre, às conquistas da ciência. Assim, a AIDS é tomada como uma verificação empírica dessa situação no domínio da medicina, precisamente quando se anunciam as muitas curas do câncer, progressos na engenharia genética, no retardamento da velhice e tantas outras descobertas e invenções no campo da saúde.

Promessas religiosas de cura têm acolhida entre doentes

Por outro lado, a medicina posta à disposição das populações tem demonstrado uma perceptível perda de qualidade, imersa numa crise tão profunda e ampla que se aceita a

idéia do “sucateamento” do sistema público de saúde. Frente a essa *crise*, as promessas das religiões que afirmam o poder de *cura* têm uma significativa acolhida entre aqueles que necessitam de atenção médica.

Afirmar a hipótese de uma “desconfiança” na ciência parece não satisfazer a explicação da religiosidade intensificada e diversificada, considerando a evidência da medicina, que mais proximamente toca aos limites da individualidade, como supra-religiosa e largamente requisitada, assim como a qualificação de “científicas” dada a muitas práticas adivinhatórias, a exemplo da astrologia. A nossa hipótese vai noutro sentido, da emergência do indivíduo numa sociedade multicultural cujo referencial mais elevado é a possibilidade da individualidade, ser e circunstância sociocultural em que esse indivíduo assim constituído tem a liberdade de ver o mundo a partir da própria experiência existencial (Mello, 1994; Sennett, 1988; Sanchis, 1995; Chalvidan, 1988).

Essa nova circunstância, sem qualquer outro referencial histórico parecido, está relacionada também à diversidade espantosa de informações e campos do saber, bem como à dinâmica do tempo que envolve o indivíduo num “infernado emaranhado de coisas” que o conduz como num torvelinho.

Sem ponto fixo de onde partir, sem território firme para apoiar-se, sem horizonte visível aonde chegar, embarcado no processo vertiginoso de transformações de toda ordem, o indivíduo sente o “mal-estar na racionalidade” e apega-se a promessas e possibilidades de administrar o próprio destino (Lipovetsky, 1991; Rosset, 1989).

Declinam as grandes religiões, crescem as práticas individuais

Outra hipótese vai no sentido de reconhecer um estado generalizado de desinformação em decorrência do excesso de informações fragmentadas oferecidas pela mídia e compartilhadas por todos de modo massificado, sem quaisquer depurações, com alto poder de dessignificação da realidade (Ben-

jamim, 1991) – uma realidade que perde sentido e o sentido buscado na “ficção”⁵, que é aqui concebida como religiosidade.

O fato observável é o do declínio das grandes religiões, notadamente do catolicismo (Sanchis, 1995), e o crescimento de outras, a exemplo do candomblé e da umbanda (Prandi, 1991; Fernandes 1994), das igrejas pentecostais, com destaque para a Universal Reino de Deus; das práticas religiosas adaptadas aos modos individuais de culto e de outras práticas mágicas (astrologia, I-Ching, tarô, cristais, duendes, anjos cabalísticos, concepções holistas, psicanalistas, alimentação e medicinas naturistas⁶ etc.). Crescem também a farta literatura de auto-ajuda e o esoterismo da própria medicina científica. (Foucault, 1977, 1978; Illich, 1975, 1976; Koestler, 1968; Laplantine, 1989).

O destino individual parece ser o âmago da questão. Há sempre uma crença, por mais incongruente que seja, de que é possível responder-se em face dos acontecimentos (acazos e propósitos) adversos, sobretudo doença e morte, azares e desordens da vida; de mediar magicamente essas situações angustiantes e indesejáveis. Nesse sentido, o ser é ou procura ser religioso, místico. Nessas situações é difícil viver a racionalidade sem senti-la como um mal-estar.

Afirmar que o indivíduo é fraco diante da adversidade é simplificar a percepção do sentimento religioso como um fenômeno sociocultural amplamente observado, considerando que entre os “fortes” e os “felizes” esse sentimento também é encontrável. A hipótese que nos ocorre é a da reconstrução do senso comum pela mídia e pela política através da ideologia democrática da liberdade de e para consumir, em que a fé e a devoção são reafirmadas como virtude na ideologia religiosa em voga. Na ordem do mundo da desinformação compartilhada, da liberdade do indivíduo e do individualismo como religião, a religiosidade torna-se a principal via da resignificação do mundo, do sentido da existência⁷.

As religiões de massa (pentecostais) têm acentuado as possibilidades de atendimento às questões práticas da vida cotidiana, desde a cura das mais diversas doenças até soluções para problemas econômico-financeiros e sentimentais, a partir do cristianismo; en-

quanto que as religiões não-cristãs, outrora étnicas, hoje universalizadas, ampliam consideravelmente seus campos de ação em decorrência de sua capacidade de atender às demandas de clientes e fiéis.

Sociedade pós-moderna: cálculo, previsibilidade e probabilidade na razão em uso

Vem da igreja católica a maioria dos fiéis para as demais religiões, considerando-se o monopólio historicamente estabelecido. Essa passagem do catolicismo para outras religiões deve-se, em parte, à maior eficácia na mediação com o sagrado, sobretudo pela inteligibilidade dos processos que ligam os fiéis aos santos do panteão afro-brasileiro, ou à identificação imediata da presença do demônio nas adversidades pessoais e sociais entre os praticantes pentecostais.

Em outros termos, podemos considerar a entropia (Reeves, 1988: 55) do catolicismo, ou seja, sua dimensão e sua estabilidade, que o fazem distanciar-se das configurações particulares dos pequenos grupos sociais que não sentem na ortodoxia da igreja o reflexo de suas identidades.

O inverso dá-se em relação ao candomblé, que demonstra uma insuspeitada vitalidade⁸, expandindo-se em número de terreiros, sobretudo nas grandes cidades, com a incorporação de adeptos de classes sociais mais elevadas, inclusive na condição de iniciados e sacerdotes. O mesmo raciocínio é válido para o pentecostalismo, cujo crescimento é notável⁹.

Vida cotidiana e religiosidade

Vimos acima que a questão do “desencantamento do mundo” deve ser procurada na superação de crenças em forças ocultas e imprevisíveis e no controle das coisas da vida pelo cálculo. Vimos ainda que na sociedade pós-moderna o cálculo, a probabilidade e a previsibilidade, que implicam controle de risco, são elementos componentes da razão ins-

trumental em uso. Mas estamos, também, diante de um mosaico de fórmulas mágicas, de doutrinas esotéricas, de medicinas paralelas, de psicanalistas, enfim, de um amplo receituário de modos de vida e superação de obstáculos que se desprendem da razão e que qualificam a razão instrumental como derivada do imaginário social mágico da sociedade, de tradições históricas e míticas em que os arquétipos são fundamentais.

Esse cenário não é para nós, entretanto, visto como um reencantamento do mundo, mas racionalização de um repertório disponível e eficaz no sentido de proporcionar ideologicamente segurança psicológica e identidade às pessoas desencontradas no quadro mais geral das fragmentações do mundo pós-moderno, das realidades múltiplas vivenciadas ou virtuais que requerem a composição, também, de múltiplas identidades.

A busca de alguns redutores da dinâmica das transformações, de pontos fixos e referenciais estáveis, a exemplo do signo astrológico, de arquétipos e de uma base fundamental (ancestralidade mítica?) é capaz de proporcionar ao indivíduo a alteridade para pensar a si próprio. Mas, longe de ser um mergulho na superstição e na crença pura e simples, é uma busca de lugares sagrados no espaço e no tempo diante das mudanças aceleradas e das realidades virtuais, mas sobretudo da ideologia religiosa em voga, da qual certos segmentos da ciência fazem coro.

A religiosidade pode ser um componente da superstição, mas dela se diferencia. No senso comum, a superstição traduz um sentimento que não tem um fundamento racional. É uma associação entre idéias, fatos e coisas numa matriz de causalidade incongruente. Enquanto sentimento, a superstição configura-se como um estado de espírito predisposto a atribuir a razão de ser de algum acontecimento à interferência de causas aleatórias e sem relação lógica entre si e com o acontecido – associação e construção de coincidências em situações vividas.

A religiosidade pressupõe a predisposição para a crença, mas de modo sistematizado, racionalizado, que regula a vida das pessoas enquanto vivência e normatiza sobre as mediações com as forças divinas. Bourdieu, (1971: 295-334), seguindo o pensamento de Weber, analisa a distinção entre

religião e magia a partir do princípio que separa o sagrado do profano. Demonstra a oposição entre os detentores do monopólio da gestão do sagrado e os leigos, sendo estes objetivamente definidos como profanos, no duplo sentido de ignorantes da religião e estranhos ao sagrado e ao corpo de gestores do sagrado.

A religião é uma organização que ordena e administra o sagrado através de seu corpo de especialistas; tem uma estrutura constituída de sacerdotes e leigos e exerce-se através de cultos. A magia, por seu lado, é constituída de ações eventuais e destituída de culto. A crença na religião é, assim, uma construção elaborada, externa aos indivíduos, constitutiva da teologia.

No passado, a religião cristã assumiu uma influência jamais vista em qualquer ideologia política¹⁰. A descoberta da América trouxe os jesuítas e sua missão de fundamentar a base ideológica dos projetos de colonização. Esse domínio ideológico-religioso tinha a sua razão de ser no domínio exclusivo da educação e da produção de conhecimento, e o conhecimento subordinado aos interesses dominantes.

O conhecimento científico encontrou na religião, mais precisamente na igreja, um obstáculo ao seu livre desenvolvimento, mas esse embate, ao longo da história, foi mais favorável à ciência, em razão da racionalidade crescente e dos usos práticos, na forma de aplicações tecnológicas, desse conhecimento. Nos tempos atuais, não há mais a rivalidade entre ciência e religião. Se retornarmos a Durkheim e Weber, e mesmo a Marx, veremos o quanto é equivocado supor, verdadeiramente, uma concorrência entre religião e ciência. É o próprio Durkheim (1989:119) que demonstra que a fonte de vitalidade e de perduração da religião não é o conhecimento positivo do mundo.

Para o filósofo Russel, “uma religião puramente pessoal, conquanto que se contente em evitar as asserções que a ciência pode refutar, poderá sobreviver tranqüilamente nos tempos mais científicos” (1971: 8). E parece ser essa a tendência – o culto individual, tal como observou Sanchis (1995):

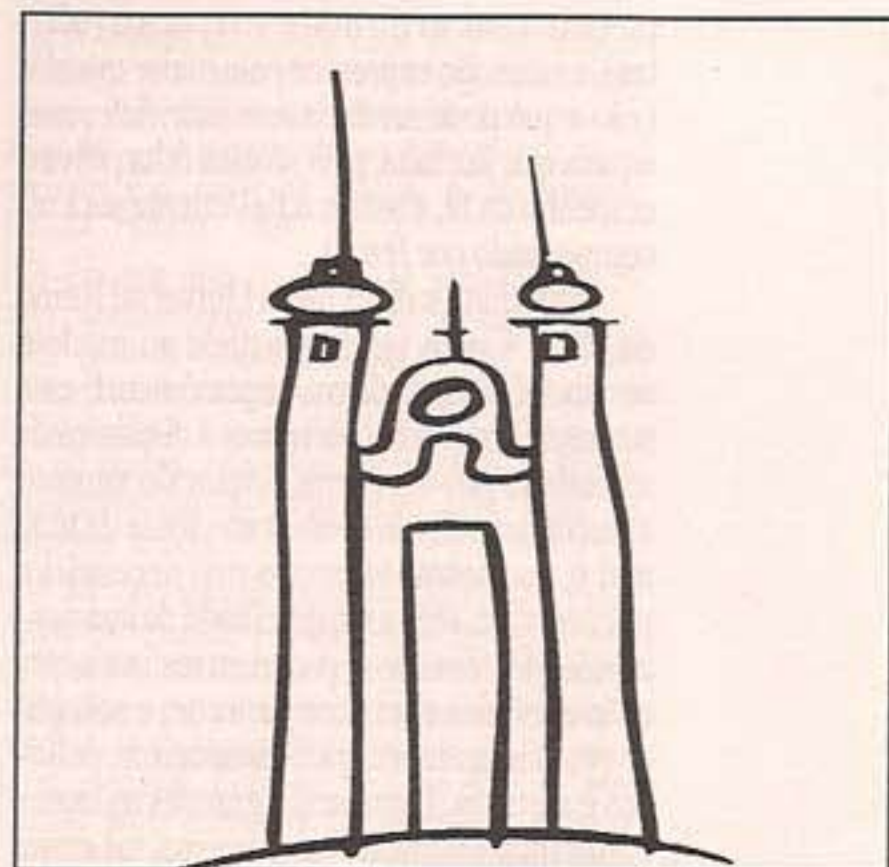
“O processo de individualização é mais condizente com o curso da história contemporânea. Há o crescimento da importância do indivi-

duo como elemento matricial da vida social. (...) Acho que uma das idéias que tentei passar é que o campo religioso tende a gerar o enfraquecimento das instituições e um fortalecimento da religiosidade em si”.

Não temos receio de afirmar que a religiosidade se expressa nas consciências individuais e atinge seu mais alto grau de conversão quando o indivíduo sente nele próprio a interferência do sagrado como algo misterioso a interceder em seu favor, mesmo diante do exercício de práticas não religiosas, a exemplo daquelas da medicina oficial. Essa imersão na individualidade retira o caráter de confronto entre razão e fé.

Religiosidade e instituições religiosas – conclusão

A distância entre religiosidade e instituições religiosas é empiricamente demonstrável, sobretudo na época em que o indivíduo se torna consciência de si mesmo (Sennett, 1988; Chalvidan, 1988). Mas essa constatação depara-se com uma outra: a do poder das instituições religiosas na produção ideológica. A hipótese aqui trabalhada é que as instituições religiosas são opostas a essa individualização, e a filiação do indivíduo às instituições representa a negação da individualização, ou seja, o indivíduo aliena-se à religiosidade grupal e anônima.



Esse paradoxo social atinge seu ponto mais elevado quando se observa a igreja católica opor-se às campanhas anti-AIDS, mesmo que por meandros dos valores postos em questão, teológicos e morais; ou ainda quando retoma sua feição mais conservadora¹¹ ao afastar-se de compromissos sociais básicos assumidos pela corrente da Teologia da Libertação¹². Essa atitude da Igreja parece ser, no mais geral, um afastamento recomendado das preocupações cotidianas da vida dos fiéis. Em sentido oposto, o pentecostalismo, mais especificamente a Igreja Universal Reino de Deus, cola-se ao cotidiano de vida e se propõe, em seu proselitismo, resolver os problemas de seus adeptos e clientes no atacado e no varejo.

A Igreja Universal ajusta-se ao modelo neoliberal do capitalismo

Para os pastores da Universal Reino de Deus, igreja que se espalha pelo mundo e a que mais cresce no Brasil, os problemas pessoais podem ser resolvidos a partir da entrega a Jesus, pois Jesus cura e conduz à satisfação dos desejos, uma vez que não se deve conceber a presença neste mundo como sacrifício ou fracasso. Problemas econômico-financeiros dependem do empenho da fé em resolvê-los, proporcional ao dízimo e aos pactos (ofer-tas), e estes são expressos pela maior quantia (não a que pode ser dada sem sacrifício, mas aquela que faz falta, pois só essa falta prova o empenho da fé, e assim o fiel/cliente será recompensado por Jesus).

Poderíamos dizer que a Universal Reino de Deus é uma igreja ajustada ao modelo neoliberal do capitalismo hegemônico. E essa sua atualidade a faz pertencer à dinâmica da sociedade pós-moderna, apesar do suposto anacronismo do demônio como fonte de todo mal e, ao mesmo tempo, o mal necessário, pois sem ele, sem a simplicidade de sua concepção, dificilmente se poderiam realizar tantos e tão elevados contratos para cura e solução de problemas econômico-financeiros, políticos e afetivos. Pequenos e grandes milagres cotidianos e a ênfase no discurso, tal como

reconhecido por Weber: “as ações religiosas ou magicamente exigidas devem ser realizadas para que vás muito bem e vivas muitos e muitos anos sobre a face da Terra”(1991:279).

É precisamente nesse aspecto pragmático da negociação pentecostal que se assenta o poder de atração dessa religião sobre as massas: são as soluções para os problemas da vida cotidiana, são as ofertas, com impressionante agressividade, de cura e salvação a um só tempo; e por salvação não apenas o que se refere à transcendência, mas muito mais a que resolve a vida, a riqueza, o sucesso; a que arranja emprego, que traz a sorte, que conforta na doença e cura.

O conflito com o demônio é evidente, e é contra o ser diabólico que se dirigem os esforços exorcizantes dos pastores pentecostais. As desgraças do mundo e da vida pessoal são realizações do demônio. A simplificação da explicação para as adversidades da vida na figura desse demônio – tão diferente daquele da religião católica – e do dinheiro como expressão de fé, como meio para acionar a salvação e cura opera como um redutor das tensões pessoais, familiares e sociais diante da responsabilidade pessoal com o próprio destino. Assim compreende o fiel a sua condição de vida, pois ela é obra do jogo praticado entre Deus e o Diabo. Essa é uma religião pragmática, por isso a denominamos de religião de negociação. Tudo é muito simples, os termos da cura e salvação são os de contratos, verbais ou escritos, usuais na vida cotidiana.

Numa outra dimensão estão as religiões afro-brasileiras, sobretudo em suas expressões mais popularizadas: candomblé e umbanda. Novamente aqui afirmamos a tese da racionalidade dos processos da ação dessas religiões: a compreensão racional da negociação com o divino, o que as torna compatíveis com o modo de ser da sociedade pós-moderna. O ponto mais nítido está na questão da saúde, em que temos, de um lado, a moderna medicina oficial, e do outro as soluções religiosas, também da religiosidade das medicinas alternativas.

Nessa sociedade extremamente mutante, em que cada indivíduo participa desigualmente da contemporaneidade (no tempo, no espaço e nos bens e produtos), em que predomina a mais elevada racionalidade, há lugar para deuses e demônios, para a libertação

da consciência e para a sua alienação. Diante deste *cosmos social*, incompreensível para o senso comum, talvez tenhamos que concordar com Huxley (1980: 7): “A ficção tem unidade, a ficção tem estilo. A realidade não possui nem uma coisa nem outra. Em seu estado bruto, a existência é sempre um infernal emaranhado de coisas”.

GEY ESPINHEIRA (Carlos Geraldo D'Andrea Espinheira) é sociólogo e professor adjunto 4 do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, e pesquisador associado ao Centro de Recursos Humanos – CRH/UFBa.

Notas

(1) Cf. ANDERSON, Perry. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

(2) A reportagem da *Folha de S. Paulo* de 09/09/1995 é considerada por advogados da igreja a prova de que Mariel é inspirado em Macedo. Mostra que trechos de uma entrevista dada por Macedo à revista *Veja* em 1990 foram reproduzidos literalmente no livro de Dias Gomes. *Folha de S. Paulo*, 1-10, 21/9/1995.

(3) É interessante observar, como o fez Isambert (1993:357), que a famosa expressão de Weber deveu-se a uma tradução equivocada do termo *entzauberung* como desencantamento, quando o mais apropriado seria *desenfeitamento*, *exorcização*. Assim, para ele o sentido weberiano seria: “não há, fundamentalmente, nenhuma força oculta e imprevisível em jogo, de modo que nós dominamos todas as coisas pelo cálculo”.

(4) “Participante de encontro promovido em Petrópolis (66 km do Rio) pelo Vaticano para discutir o *desafio das seitas* na América Latina, o bispo de Santo André (SP), Dom Cláudio Hummes, estimou em ‘pouco mais de 20 milhões’ o número de evangélicos no Brasil”. Fernando Molica, *Folha de S. Paulo*, 1-11, 30/8/1995.

(5) Cf. HUXLEY, Aldous, principalmente em *O gênio e a deusa*; *A ilha*; *Contraponto*; *As portas da percepção e o Céu e o inferno*. (vide bibliografia)

(6) Por naturismo a concepção mística da natureza como “Algo superior” inteligente e sábio, fonte de uma “energia vital” emanada de uma “organização” criadora de todas as coisas.

(7) Cf. tendências teóricas no sentido da convergência ciência/religião, a exemplo de Guitton, 1992; Capra, 1994, entre outros.

(8) Vale a pena referência à observação de Camargo (1973:24): "Realmente as religiões com função de preservação de patrimônio e interesse étnico-culturais somente crescem de modo vegetativo, acompanhando o desenvolvimento demográfico das populações a elas vinculadas". O candomblé e a umbanda deslocaram-se hoje dessa condição e têm outros significados sociais.

(9) A existência de 20 milhões de evangélicos no país, como reconheceu o bispo católico no encontro patrocinado pelo Vaticano, em Petrópolis-RJ, está a indicar um crescimento de 150% entre 1980 e 1995, enquanto que entre 1980 e 1991 (último censo) a população cresceu cerca de 23%. (*Folha de S. Paulo*, p. 1-11; 30/8/1995).

(10) Cf. Febvre, 1995; Voltaire, 1993; Bloch, 1993; Michelet, 1992; Rosset, 1989.

(11) A Igreja Católica se abriu para os problemas políticos e sociais da América Latina nos últimos 50 anos, mas perdeu espaço para outras propostas religiosas, principalmente evangélicas e orientais. A opinião é do padre José Oscar Beozzo, presidente da Cehila (Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina). *Folha de S. Paulo*, p. 1-10; 26/7/1995.

(12) Cf. Lowi (1991), Boff (1993).

Bibliografia

ANDERSON, Perry. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papirus, 1994.

BALANDIER, Georges. *Sociologie actuelle de l'Afrique noire*. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1963.

BENJAMIN, Walter. O Narrador – o fim da narração. In *Walter Benjamin*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1991.

BERGER, Peter. *Um rumor de anjos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BOFF, Leonardo. *Ecologia, mundialização, espiritualidade: a emergência de um novo paradigma*. São Paulo: Atica, 1993.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 2. ed. (1. ed. 1992). São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Le marché des biens symboliques, in *l'Année Sociologique*, 3ème série, v. 22. Paris: Presses Universitaires de France, p. 49-126. 1971. Cf. *O mercado das trocas simbólicas*. Trad. Sérgio Micelli. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CAPRA, Fritjof. *Pertencendo ao universo*. São Paulo: Cultrix, 1994.

CHALVIDAN, Pierre-Henri. Quand l'individualisme se fait religion, anparcours dans la pensée moderne. In *L'individualisme, permanence et métamorphose*. Josiane Attuel. Paris: Presses Universitaires de France, 1988. p. 317-343.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira. *Católicos, protestantes, espíritas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

FEBVRE, Lucien. *Michelet e a renascença*. São Paulo: Scritta, 1995.

FERNANDES, Rubem César. Governo das almas. As denominações evangélicas no Grande Rio. In *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Alberto Zantoni et alii. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

_____. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.

GUIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. *As conseqüências da modernidade*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 1991.

GUITTON, Jean. *Deus e a ciência*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

HUXLEY, Aldous. *O gênio e a deusa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. *The doors of perception, heaven and hell*. London: Panther Books, 1957. (Há tradução: *As portas da percepção e Céu e Inferno*, publicada pela Civilização Brasileira.)

ILLICH, Ivan. *Némésis médicale – l'expropriation de la santé*. Paris: Éditions du Seuil, 1975.

_____. *Convivialidade*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

ISAMBERT, F. André. Max Weber désenchanté, in *l'Année Sociologique*. Paris: Presses Universitaires de France, 3ème série, v. 43/1993, p. 357-397.

KOESTLER, Arthur. *Le cheval dans la locomotive: le paradoxe humain*. Paris: Calmann-Lévy, 1967.

LAPLANTINE, François. *Antropologia da doença*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LAPLANTINE, François e RABEIRON, P. L. *Medicinas Paralelas!* São Paulo: Brasiliense, 1993.

LEFEBVRE, Henri. *Modernismo e modernidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

LIFOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

LOWI, Michael. *Marxismo e a Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez, 1991.

LYOTARD, Jean-François. *La condition postmoderne*. Paris: Les Éditions du Minuit, 1979. (Trad. brasileira da Civilização Brasileira).

MELLO, Mário Vieira. *O cidadão: ensaios de política filosófica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

MICHELET, Jules. *A feiticeira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e a questão religiosa*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

PRANDI, José Reginaldo. *Candomblés de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1991.

ROSSET, Clément. *A anti-natureza: elementos para uma filosofia trágica*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

ROUANET, Sérgio Paulo. *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

RUSSEL, Bertrand. *Science et religion*. Paris: Gallimard, 1971.

SANCHIS, Pierre. "O repto pentecostal à cultura católico-brasileira". In *Nem anjos nem demônios?* Alberto Antoniazzi et alii. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 34-63.

_____. A exacerbação do indivíduo: para teólogo, as religiões estão enfraquecidas. Entrevista concedida a Fernando Molica, São Paulo. *Folha de S. Paulo*, caderno Mais! de 06/8/1995, p. 15.

DOS SANTOS, Jocélio Teles. *O dono da terra: o caboclo nos candomblés da Bahia*. Salvador: Sarah Letras, 1995.

SCHAF, Adam. *Sociedade informática*. São Paulo: Unesp, 1992.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público – as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WACHTEL, Natan. *La vision des vaincus*. Paris: Gallimard, 1971.

WEBER, Max. Sociologia da religião (tipos de relações comunitárias religiosas), in *Economia e Sociedade*, v. 1. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991.

Zumbi, herói da esquerda

JOSÉ CARLOS RUY

Há uma íntima relação entre os que estiveram do mesmo lado na luta pelo progresso social em nosso país

Zumbi dos Palmares é, talvez, o último grande personagem a ser incorporado ao panteão dos heróis nacionais. Isso foi o resultado de muita luta dos setores progressistas avançados da sociedade brasileira, principalmente do movimento negro que, desde meados dos anos 70, se reorganizou e transformou 20 de novembro, o dia da morte do líder quilombola, no Dia Nacional da Consciência Negra.

Trata-se de mais uma demonstração do fato de que cada classe social, ao irromper no cenário político, ao colocar-se de pé, com um programa próprio de reorganização da sociedade, reconta a história recuperando aqueles que, no passado, foram os lutadores de sua causa.

O caso de Zumbi é ilustrativo, até mesmo para contrariar aqueles que, a despeito de erros cometidos pelos comunistas no passado, acusam os marxistas de desconsiderarem a questão racial, ou tratarem-na como uma questão menor, subordinada, no processo de luta de classes.

A saga de Zumbi ressurgiu com força no campo político e cultural nas últimas décadas. Mas foi a esquerda, foram os militantes operários que, no longínquo ano de 1920, invocaram pela primeira vez seu nome como bandeira na luta por uma sociedade melhor, mais justa e avançada.

Afonso Schmidt lembra (no livro *São Paulo de meus amores*, 1954) a formação, na capital paulista, do Grupo Literário Zumbi, formado por escritores proletários. Inspiravam-se no Grupo Clarté, dirigido, em Paris, por Henri Barbusse, que aglutinava centenas de intelectuais progressistas, publicava a revista *Clarté* e lutava pela paz e fraternidade entre os homens. Propunha-se a articular a intelectualidade progressista em todo o mundo em torno da bandeira da defesa da Revolução Russa e da defesa do socialismo.

O Grupo Clarté teve grande repercussão no Brasil, inspirando um movimento literário e político renovador que, em São Paulo, diz Schmidt, “teve como consequência a criação do grupo Zumbi. A escolha do nome do herói de Palmares, por si própria, dá bem a idéia dos seus intuítos”, diz o escritor proletário.

Estimulados pela Revolução Russa, e impulsionados pela consciência da fragilidade da organização operária da época, cuja vanguarda era formada pelos anarquistas, esse grupo – do qual participavam escritores e dirigentes operários importantes como Maximiano Ricardo, Sílvio Floreal, Edgard Leuenhoth,

Andrade Cadete, Gigi Damiani, Astrogildo Pereira, Everardo Dias, Raymundo Reys, além do próprio Afonso Schmidt – foi um precursor do Modernismo em nosso país. Um precursor radical, proletário, animado pelo pensamento comunista libertário que caracterizou a transição, naquela época, do anarquismo para o comunismo.

Tentando filiar-se ao Grupo Clarté de Paris, enviaram para lá seu Manifesto. Há sinais de que Henri Barbusse o teria recebido, pois ele mandou dois livros, um de sua autoria e outro de um escritor francês, ao Grupo Zumbi, com dedicatória e tudo mais. Por um desses azares do correio, os livros não chegaram aos destinatários (foram encontrados muito tempo depois). Mais tarde, surgiu o grupo de intelectuais ligados à elite que deu início ao movimento que desaguaria na Semana de Arte Moderna de 1922, e o Grupo Zumbi acabou ficando à sombra, e esquecido pela história.

“Os escritores proletários de São Paulo [explica Schmidt] se organizaram num grupo de tendências renovadoras, um grupo que chegou a encontrar eco na Europa. Mais tarde, os nossos colegas que se encontravam do outro lado da barricada também realizaram o seu movimento. A Semana da Arte Moderna pode ser considerada como reação ao movimento Clarté. No caso, reação contra o nosso apagadíssimo grupo Zumbi, que, de grandioso, só apresentava uma coisa: o programa.”

Mário da Silva Brito, o historiador da Semana de 1922, reconheceu que, em São Paulo, o conflito de classes se refletiu também no “plano literário”, com a criação do Grupo Zumbi. É com esse grupo, diz ele, “que se inicia, entre nós, a politização literária de objetivos socialistas” (Mário da Silva Brito, *História do modernismo brasileiro*, 1978).



Além do Grupo Literário Zumbi, há notícia também da formação, no Rio de Janeiro, do Grupo Comunista Zumbi. Ela foi publicada em janeiro de 1920, no jornal *Spartacus*. Seu programa, conta Otávio Brandão (em seu livro de memórias, *Combates e batalhas*, 1978), exigia “um Brasil grandioso, sem amos nem escravos”. Atacava o predomínio da burguesia, a exploração organizada, a mentira oficial, o jugo político e clerical, o analfabetismo, o desfibramento das energias dos jovens. Lutava pela abolição dos privilé-

gios de classe, pela emancipação das mulheres e pelo homem livre sobre a Terra, segundo o escritor comunista.

Embora o eco anarquista seja nítido nesse programa, é inegável a busca de um programa mais avançado como bandeira para o movimento operário – a própria palavra *comunista* em seu nome já denota essa intenção. Evidencia também a vontade de articular a luta moderna dos operários brasileiros com a linha histórica da luta do povo pela liberdade, linha que vem desde Zumbi dos Pal-

mares. Indica a intenção de evidenciar a continuidade histórica dessas lutas e resgatar, nos embates ocorridos no século XVII, nas selvas da Serra da Barriga, o heroísmo daqueles que, no passado histórico, estiveram do mesmo lado da barricada em que estão os que, em nosso século, lutam pelo progresso social.

JOSÉ CARLOS RUY é jornalista.

A África do Sul aprova uma constituição contra o *apartheid*

“Agora temos um modelo de dominação da maioria. É um erro”. Esta frase sobre a nova Constituição sul africana foi dita por Frederick De Klerk, vice-presidente da África do Sul, líder do Partido Nacional e último presidente branco que governou aquele país sob o sistema de *apartheid*.

Ela é duplamente significativa. Primeiro, porque sinaliza com clareza a essência da mudança em curso, dirigida por Nelson Mandela – a transferência do controle do governo da minoria branca para a maioria negra do país. Segundo, porque ela resume o sentimento universal das minorias dominantes de todos os países ante a democracia, mesmo a democracia burguesa – o horror que os que mandam sentem da *dominação da maioria*.

A constituição sul africana foi aprovada na noite do dia 8 de maio. O líder da minoria branca criticou a nova carta, basicamente, porque ela não prevê instâncias multirraciais de decisão (que equiparariam, em poder político, a maioria negra e a minoria branca), privilegia (segundo ele) os trabalhadores e cria obstáculo jurídicos à pena de morte. Mas, apesar das restrições, seu partido aprovou a Constituição ante aquilo que parecia um mal maior: a lei previa que, caso ela não fosse aprovada no parlamento, deveria ser submetida a um plebiscito popular. De Klerk alegou que isso poderia aprofundar as divisões que ainda existem no país. Mas pode-se adivinhar também, em suas alegações, o temor de uma radicalização maior do processo constitucional e a criação de regras ainda mais restritivas para a minoria branca que controla a economia do país.

A nova constituição, que substitui a ordenação jurídica herdada do *apartheid*, foi aprovada por 421 dos 490 deputados do parlamento sul africano, dois deputados foram contra, e os demais abstiveram-se ou boicotaram a votação (os deputados da etnia zulu). Ela levou dois anos para ser escrita, tinha prazo para ser aprovada (até a meia noite do dia 8; a aprovação só foi possível depois de um acordo com o Partido Nacional, fechado uma hora antes do encerramento desse prazo), e vai entrar em vigor no dia 1º de janeiro de 1997. Apesar desse acordo, no dia seguinte à aprovação o Partido Nacional decidiu romper sua coligação com o Congresso Nacional Africano (CNA) e afastou-se do governo.

A Constituição sul africana destoa na monotomia neoliberal que domina o mundo de hoje. Ela proíbe todo tipo de discriminação (de raça,

gênero, religião, orientação sexual, status social ou estado civil); proíbe prisões sem julgamento; prega o direito à vida, afastando a possibilidade de adoção da pena de morte; dá à mulher o controle sobre a procriação, abrindo caminho para a legalização do aborto. Institui a liberdade de expressão, mas proíbe qualquer discurso que incite o racismo, a violência ou a guerra. Na área econômica, seu conteúdo progressista aparece com mais nitidez. Ela define a necessidade da reforma agrária (87% das terras do país são de propriedade de fazendeiros brancos); limita a garantia ao direito de propriedade sobre os patrimônios acumulados sob o regime do *apartheid*; garante aos trabalhadores o direito de sindicalização e o direito de greve, ao mesmo tempo em que proíbe o locaute e a sindicalização patronal (uma necessidade, segundo a liderança negra, pois as grandes empresas são todas controladas pela minoria branca).

Não é sem razão que a nova carta parece estar na contramão do neoliberalismo. Elaborada na situação de equilíbrio político precário que marca a passagem pacífica do sistema racista para um modelo político onde a maioria negra tenha expressão, ela responde às contradições dessa transição que, até agora, foi incapaz de responder às expectativas que a mudança criou para o povo do país, ao mesmo tempo em que manteve muitos dos privilégios históricos da burguesia branca. Assim, para a minoria branca, registrar no texto constitucional um conjunto de princípios democráticos, e mesmo algumas restrições à liberdade de ação do capital, é um *mal menor* ante a perspectiva de uma mudança revolucionária mais radical. E, para a maioria negra, esses princípios constitucionais aparecem como um passo inicial que alimenta as esperanças de consolidar e aprofundar as mudanças.

De qualquer forma, apesar de não resolver todas as contradições do país, a nova carta foi saudada com festas pela população sul africana. Afinal, disse Nelson Mandela no momento de sua aprovação “a África do Sul vive hoje o seu renascimento, purificada de seu passado horrível, amadurecida e partindo para o futuro com confiança”.

J.C.R.

A crise da universidade pública e o neoliberalismo

RICARDO ABREU DE MELO

As questões de financiamento e compromisso social fazem parte de uma agenda progressista para a crise das universidades públicas

O financiamento das universidades públicas vive uma crise na América Latina, e não apenas no sentido de orçamentos declinantes e dificuldades financeiras, que se arrastam desde os anos 80. O atual padrão de financiamento universitário está obsoleto, e é preciso aperfeiçoá-lo. Duas saídas principais se apresentam: a de tendência progressista, que se propõe a remodelar o papel da universidade pública na sociedade, reforçando a sua autonomia e mantendo o seu caráter estatal; e a de tendência neoliberal. A segunda é a tendência hoje dominante.

Sintonizada com a reconfiguração do capitalismo em nível internacional e com as políticas macroeconômicas e sociais do neoliberalismo, essa nova – e conservadora – alternativa para a superação da crise está no topo da agenda governamental para o ensino superior na Argentina e no Brasil. Esse novo padrão de financiamento foi implantado no Chile através

de uma ampla reforma universitária realizada a partir de 1981, durante o regime militar. Mesmo que alguns entusiastas do modelo chileno considerem uma questão de tempo a sua exportação para as demais nações da América Latina, não se sabe o fim dessa história. Há resistências importantes na comunidade universitária (professores, estudantes e funcionários) e em amplos setores sociais.

A partir da segunda metade dos anos 80, articulam-se um novo discurso e novas propostas sobre financiamento universitário. As novas idéias da velha corrente privatista refletem um movimento de readequação das universidades às mudanças na realidade econômica mundial, mas também refletem a orientação política neoliberal de inúmeros governos no cenário internacional. Na América Latina, as propostas ecoam por “intermédio de reuniões regionais, algumas delas sob os auspícios de organizações internacionais” (Guadilla, 1994, p. 62), intercâmbio governamental, cooperação entre pesquisadores e universidades e recomendações em documentos oficiais do Banco Mundial ou em artigos de pesquisadores ligados a ele.

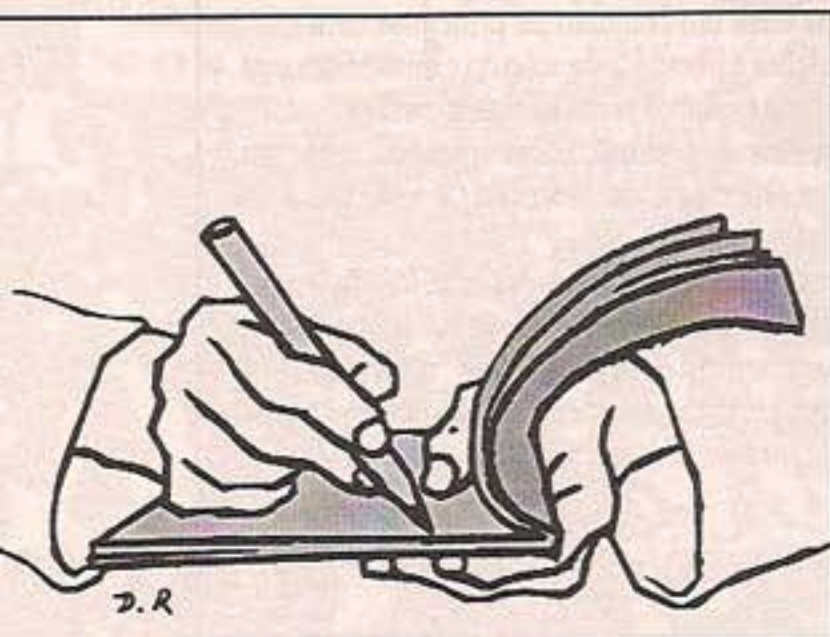
Atualmente essas idéias já se encontram sistematizadas em uma matriz de políticas para o sistema universitário, e muitos governos latino-americanos “têm seguido à risca o receituário internacional com muita presteza, apesar das diferenças no ritmo e nas características decorrentes das adaptações feitas em cada país” (Paiva e Warde, 1994, p. 16). A fonte teórica dessas políticas conservadoras é a teoria econômica, mais especificamente o campo da Economia da Educação. Na visão

de certos autores, a universidade é despida de toda a sua complexidade como instituição social e é reduzida a uma unidade produtiva, devendo ser financiada e avaliada segundo critérios quantitativos de custo-benefício. Seu produto é o capital humano incorporado nos profissionais formados. Os únicos critérios válidos para se medir a eficiência, a qualidade e a produtividade são os critérios de mercado.

A educação é concebida como mercadoria, ofertada e demandada em seu mercado. Os demandantes são os estudantes, as empresas e o governo, enquanto as instituições educacionais são as ofertantes. Os conceitos microeconômicos de eficiência, produtividade e eficácia são utilizados amplamente e embasam a política de avaliação do desempenho das universidades. A universidade é concebida como uma empresa que deve maximizar a produção (estudantes formados, pesquisas concluídas e outros serviços) e atender aos sinais de mercado (preferências da demanda), sempre com a menor utilização possível de insumos (tempo de estudantes, professores e funcionários, instalações físicas, equipamentos e material de consumo).

Nessa concepção, o ensino é um serviço da universidade que propicia benefícios pessoais aos graduandos. Como todos os benefícios privados devem gerar receita para a universidade se auto-financiar, daí a proposta de os estudantes (demandantes, usuários) pagarem por todos os custos de sua graduação. Sempre que possível as atividades devem obter financiamento privado.

Segundo Donald R. Winkler, pesquisador do Banco Mundial, a concorrência pelo



financiamento público deve existir, e este deve ser feito mediante políticas e mecanismos de incentivo à produtividade e à qualidade. O autor diz ainda: “no existe justificación alguna desde el punto de vista de la economía para tratar en forma diferente a las universidades públicas de las privadas en lo relativo al financiamiento” (1993, p. 106). A clivagem estatal/privado é substituída pela clivagem benefício social/benefício privado.

O exposto acima sintetiza a base conceitual das novas políticas conservadoras. Representa um retrocesso ao liberalismo clássico e à concepção da educação (da pré-escola à pós-graduação) como direito universal, fundamental para a democratização crescente da sociedade.

A matriz da modernização conservadora das universidades públicas tem como temas centrais a autonomia, a avaliação institucional e o financiamento. As diretrizes são as seguintes: autonomia financeira com orçamento global; diversificação das fontes financiadoras; alocação de recursos segundo avaliação de desempenho baseada em indicadores quantitativos e “objetivos”; e mudança na relação jurídico-administrativa entre a universidade e o Estado. Apoiada no diagnóstico de ineficiência e desperdício, a matriz sugere um padrão de financiamento visando a racionalização dos recursos, maior eficiência e eficácia, competição e diferenciação entre as instituições de ensino superior.

Universidades pagas, redução da contribuição estatal...

Um dos pilares da nova política, o autofinanciamento das universidades, significa, na prática, a diminuição (absoluta ou relativa à educação básica) do investimento público. Reflexo dessa situação, as verbas do ensino superior na América Latina “se han deteriorado de maneira drástica en varios países durante la década pasada” (Brunner, 1993, p. 54). Na Argentina, o investimento estatal (deflacionado) em 1989 era 30% menor que em 1980. No Chile, a diminuição do financiamento público global foi de 35% nesse mesmo período, e entre 1973 e 1990 os gastos em

educação superior como percentual do Produto Bruto caíram de 1,84% para 0,45%. De acordo com Vanilda Paiva e Mirian J. Warde, da PUC-SP, “a política geral, recomendada pelo Banco Mundial, é de reduzir a contribuição estatal, transformando em serviços pagos por empréstimos aquilo que antes era gratuito” (1994, p. 17).

A alteração do padrão de financiamento do ensino superior está relacionada a uma mudança profunda no *status* jurídico-administrativo das universidades públicas, ou seja, incide na relação entre o Estado e as universidades estatais. Além da desresponsabilização do Estado pelo financiamento pleno das universidades, existe a proposta de as instituições de ensino superior não mais fazerem parte de administração pública estatal, passando a ter nova personalidade jurídica, uma espécie de entidade “pública não-estatal”, de direito privado¹.

No que se refere à avaliação, é enfatizada a avaliação externa, usando principalmente indicadores de *performance* (relação alunos/professor, custo por aluno/ano etc.). De posse da avaliação, o ministério responsável pelo ensino superior a utiliza como instrumento para elaborar um *ranking*, corrigir planos, propor medidas racionalizadoras e distribuir incentivos e penalizações às universidades (Brunner, 1993, pp. 70-71)². Esse procedimento consagra o método centralizador e autoritário na alocação do orçamento, implementado com uma demagógica fraseologia. Os privatistas se apropriam da histórica bandeira da autonomia para, na verdade, inviabilizá-la.

Os autores identificados com o novo receituário entendem o financiamento da educação de nível superior não mais como responsabilidade do Estado, mas como “una responsabilidad compartida entre el Estado, los usuarios de los servicios previstos por las instituciones y la sociedad” (Brunner, 1993, p. 72). Partem do princípio de que os Estados não têm condições de “continuar financiando as universidades como faziam no passado – por motivos de crise fiscal, ajuste econômico, [e] mudanças na hierarquização do sistema de distribuição do orçamento entre os diferentes níveis educacionais” (Guadilla, 1994, p. 82).

As fontes alternativas seriam, de um lado, a racionalização dos gastos; de outro, o pagamento de matrículas pelos estudantes;

convênios com órgãos governamentais; contratos com empresas públicas e privadas; venda de serviços e atividades de extensão, como cursos; filantropia; cobrança de anuidades ou mensalidades dos estudantes “que podem pagar”; e cooperação internacional, incluindo empréstimos junto ao BID ou ao Banco Mundial. O empenho de cada universidade na diversificação de seu financiamento é tido como um dos critérios para majorar ou minorar a dotação orçamentária estatal.

Na prática em curso no Brasil, 1996 é ano financeiro e não educacional

No Chile os próprios critérios de alocação forçaram o aprofundamento do novo modelo ao premiarem a diversificação das fontes financiadoras e a racionalização. Também realizaram a concentração de recursos e a diferenciação entre as instituições de ensino superior, gerando crescente assimetria em termos de qualidade e competência.

Seguindo o exemplo chileno, o Ministério da Cultura e Educação – MCE e o Ministério da Economia do governo Menem, enfrentando a oposição do Conselho Interuniversitário Nacional (CIN), liderado pelos reitores das universidades nacionais, tentam implantar essas medidas. Em maio de 1994, o MCE enviou ao Congresso o Projeto de Lei de Educação Superior, que foi aprovado recentemente. O governo Menem usou repressão violenta e arbitrária para conter a indignação da comunidade universitária e de grande parcela dos argentinos, expressas nas manifestações convocadas pelos estudantes da Federação Universitária Argentina – FUA. O resultado: centenas de presos e feridos. O mesmo ocorre na Bolívia, no Equador e em outras partes da América Latina. Essas dificuldades não existiram no Chile dos anos 80, e a explicação maior dos insucessos na implementação das novas políticas na Argentina, até então, foi a “incapacidade política para introduzi-las em um regime democrático e diante da oposição (que está longe de ser unânime, mas é majoritária) do setor universitário” (Balán, 1994, p. 140). A atitude

do governo "social-democrata" de FHC tende a ser a mesma do "justicialista" governo Menem, se o fisiologismo e as ameaças não bastarem para a aprovação das propostas do Ano da Educação no Congresso Nacional.

No Brasil os argumentos para desinvestir nas universidades públicas são os mesmos dos autores ligados ao Banco Mundial: a crise fiscal, a insuficiência de recursos resultante da prioridade ao ensino básico e a "ineficiência" das universidades. É claro que os recursos para o ensino básico são insuficientes, o que se resolve somente ampliando o investimento total em educação, e não sacrificando as universidades. Na verdade o que está matreiramente por trás dessa idéia é a inviabilização da produção científico-tecnológica nacional, para manter e ampliar nossa dependência. No que tange à suposta ineficiência das universidades federais, os trabalhos do professor Jacques Velloso já provaram o contrário³.

Por enquanto, 1996 é o ano do sistema financeiro, e não o Ano da Educação. A rígida austeridade e o controle implacável dos gastos públicos para combater a propalada crise fiscal têm dois pesos e duas medidas. O discurso do governo afirma que a racionalização dos gastos é válida para a administração direta, para as estatais e para as universidades públicas. O corte das despesas com pessoal e as reformas administrativa, tributária e da previdência social são tidos como indispensáveis para o equilíbrio das finanças pú-

blicas. A orientação é privatizar, desestatizar o Estado. Repassar a estados e municípios atribuições da União, descentralizando – todas essas medidas visando à eficiência e à qualidade na administração pública para que o governo esteja voltado para as áreas sociais. Esse é o demagógico discurso oficial.

A Exposição de Motivos do Programa de Estabilização (Plano Real) afirma que "*a insistência no controle do gasto público não é insensibilidade tecnocrática, mas pressuposto de qualquer avanço social consistente*" (Ministério da Fazenda – Brasil, 1993, p. 5). No entanto, as prioridades no discurso do governo estão em flagrante contradição com as prioridades de fato definidas pela política econômica. Não há lógica que identifique coerência entre o discurso e as efetivas políticas governamentais. Na realidade a política é uma para as despesas não-financeiras (sujeitas à racionalização e aos cortes), incluindo os gastos sociais e o financiamento universitário, e outra para as despesas financeiras.

Ao mesmo tempo que institui o Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) com a perspectiva de envolver dezenas de bilhões de reais nas fusões e incorporações bancárias – indiretamente aumentando ainda mais a dívida pública –, o governo exige um maior superávit primário.

Enquanto o Banco Mundial recomenda o pagamento de anuidades nas universidades públicas do Brasil, em nome do critério da equidade, não diz nada em seus relatórios que critique a iniquidade da política de juros altos. No mínimo ignora o outro lado – o lado financeiro –, este sim deficitário e desequilibrador das finanças públicas. O governo FHC não aplica aos juros e encargos da dívida pública os critérios de austeridade e racionalização que prega para os gastos sociais e para as universidades federais.

A inflexão da política para o ensino superior no Brasil acontece quando José Goldemberg assume o Ministério da Educação em 1991, durante o governo Collor, depois de várias gestões de ministros do PFL no MEC. Um dos artífices do modelo de autonomia implantado nas universidades estaduais de São Paulo, Goldemberg é também um dos pioneiros defensores da nova matriz de políticas. A breve gestão do ministro Goldemberg (1991-

1992) baseia-se nas propostas formuladas no Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da USP-NUPES, liderado por Simon Schwartzman e Eunice Durham – os mais destacados ideólogos do novo modelo no Brasil.

Custo político elevado e resistência com fim da gratuidade

A gestão do ministro Murílio Hingel durante o governo Itamar se distancia da política da gestão anterior, e a maioria das propostas de Goldemberg são arquivadas até o final de 1994. No governo Fernando Henrique, assume o MEC o ministro Paulo Renato, e a Secretaria de Política Educacional é ocupada por Eunice Durham. A equipe identificada com a nova matriz volta ao MEC.

Schwartzman, Durham e Goldemberg escrevem um texto em 1993 fazendo uma avaliação da experiência no MEC (1991-1992), no qual consideram necessária a cobrança de anuidades nas IES públicas, mesmo que para isso seja preciso alterar o art. 206 da Constituição de 1988, que estabelece a gratuidade do ensino público em todos os níveis. Completam a proposta com um sistema de bolsas e crédito aos estudantes, e alertam que essa medida "encontraria certamente grandes resistências e teria um custo político elevado" (1993, p. 32). Devido a essas dificuldades, elencam na agenda imediata apenas os cortes na assistência estudantil, que classificam como subsídio assistencialista. Na verdade, essa seria a primeira etapa, como demonstra um relatório do Banco Mundial de 1988. No relatório "*for official use only*", o BIRD recomenda ao governo brasileiro uma estratégia para eliminar a gratuidade mediante ações de curto e de longo prazo.

Na atual gestão do ministro Paulo Renato, o MEC retomou iniciativas legislativas do governo Collor que modificam o financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior-IFES. Segundo Schwartzman, Durham e Goldemberg, eram "*reformas legislativas de grande alcance, que chegaram a ser objeto de propostas, mas não recebe-*



ram do governo [Collor] o necessário empenho político" (1993, p. 31). As iniciativas mais importantes são o Projeto de Lei Complementar - PLC 119/92, e recentemente o Projeto de Emenda Constitucional - PEC 233-A/95, que dispõem sobre a alteração e a normatização da autonomia de gestão financeira e administrativa das universidades públicas, entre outros temas. E a outra iniciativa é o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), já aprovado no Senado. O objetivo da nova legislação proposta é eliminar os entraves legais à alteração do modelo de financiamento, e fixar em lei os pressupostos para a execução da proposta do MEC.

Os governistas querem ainda alterar os artigos 206 e 207 da Constituição Federal, que garantem a gratuidade, a autonomia, e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso investem contra conquistas de professores e funcionários: a estabilidade, a isonomia salarial e o plano único de carreira em nível nacional.

E existem propostas que fazem parte da agenda governista mas ainda não foram transformadas em projetos de lei. É o caso da irresponsável medida anunciada na Exposição de Motivos do Plano Real de "progressiva transferência das instituições federais de ensino superior à órbita dos estados" (Ministério da Fazenda - Brasil, 1993, p. 17). A União caberia coordenar o sistema universitário e financiar - seletiva e complementarmente - as universidades e a pesquisa nestas. A proposta pode inviabilizar a manutenção das universidades federais. Os estados estão, de maneira geral, endividados, e, além disso, são responsáveis justamente pelo financiamento do ensino básico (fundamental e médio), por sinal insuficiente.

Plataformas sobre alternativas de autonomia, avaliação e financiamento

A diferenciação interinstitucional seria enorme e ampliaria as desigualdades regionais. Alguns departamentos, faculdades e universidades se manteriam com a diversifi-

cação das fontes financiadoras, principalmente na relação com o mercado e através de contratos de pesquisa. Talvez as universidades estaduais de São Paulo e certas federais do sudeste (UFRJ, UFMG, UNIFESP e UFSCar) conseguissem manter uma parcela do atual orçamento, pelo nível de excelência em ensino e pesquisa. Mesmo assim, não em todas as áreas. As outras IFES teriam sérias dificuldades, e várias colapsariam. A privatização seria inevitável.

O governo FHC já conseguiu aprovar no Congresso a lei que atribui aos professores um peso de no mínimo 70% na ponderação entre as categorias para a eleição de reitores das IFES. A crítica à "politização" e ao "corporativismo" mascara a contra-ofensiva dos governos à onda democratizadora que viveu a universidade pública - especialmente no Brasil e na Argentina - na segunda metade da década de 80. Não obstante tal democratização tenha, em alguns casos, resvalado no democratismo e em outros equívocos, sua manutenção ou aprofundamento (sobretudo corrigindo os equívocos) significaria maior capacidade de resistência às medidas governamentais.

Apesar das dificuldades, o movimento da comunidade universitária e os setores oposicionistas elaboram plataformas alternativas, como por exemplo as propostas da Associação Nacional dos Dirigentes das IFES-ANDIFES sobre autonomia, avaliação institucional e financiamento (inclusive uma Matriz para Alocação de Recursos Orçamentários). É, mais importante que isso, denunciam o caráter conservador, autoritário, centralizador e privatista da plataforma do governo FHC para as universidades públicas.

Unidos contra o neoliberalismo, os movimentos de estudantes, professores e funcionários, aliados a várias reitorias, resistem e sustentam a necessidade de uma saída progressista para a crise das universidades públicas (principalmente as federais), enfatizando o compromisso social destas com as camadas populares e com o desenvolvimento nacional.

RICARDO ABREU DE MELO é economista, ex-diretor da UNE e membro da UJS.

Notas

(1) Na proposta de L. C. Bresser Pereira, titular do Ministério da Administração e Reforma do Estado (governo FHC), as universidades passariam a ter o status jurídico de "Organizações Sociais" de direito privado.

(2) O intuito do MEC-Brasil, ao instituir um exame nacional para os universitários formados, é utilizar os resultados como instrumento de políticas, principalmente orçamentária.

(3) Ver em especial o artigo de Jacques Velloso na coletânea organizada por ele, *Universidade pública: política, desempenho, perspectivas*. Campinas: Papyrus, 1991.

Bibliografia

BALÁN. Estado e educação superior na Argentina: a experiência sob um regime democrático. PAIVA, Vanilda e WARDE, Mirian Jorge (orgs.). *Dilemas do ensino superior na América Latina*. Campinas: Papyrus, 1994.

BRUNNER, José Joaquín. Evaluación y financiamiento de la educación superior en América Latina: bases para un nuevo contrato. COURARD, Hernán (editor). *Políticas comparadas de educación superior en América Latina*. Santiago: FLACSO, 1993.

GUADILLA, Carmen Garcia. Identificação das mudanças no discurso sobre a universidade latino-americana. PAIVA, Vanilda e WARDE, Mirian Jorge (orgs.). *Dilemas do ensino superior na América Latina*. Campinas: Papyrus, 1994.

MINISTÉRIO DA FAZENDA - Brasil, 1993. *Programa de estabilização: exposição de motivos 395*, de 7 de dezembro de 1993. Brasília: Ministério da Fazenda, 1993.

PAIVA, Vanilda e WARDE, Mirian Jorge. *Anos 90: o ensino superior na América Latina*. Idem (orgs.). *Dilemas do ensino superior na América Latina*. Campinas: Papyrus, 1994.

SCHWARTZMAN, Siman et alii. *A educação no Brasil em uma perspectiva de transformação*. Documento de Trabalho 5/93. São Paulo: NUPES, 1993.

VELLOSO, Jacques. Custos reais e custos contábeis da universidade pública. Idem (org.). *Universidade pública: política, desempenho, perspectivas*. Campinas: Papyrus, 1991.

WINKLER, Donald. R. Rol pertinente del gobierno en el financiamiento de la educación superior. *Seminário internacional sobre educación superior*. La Paz: UDAPSO, 1993.

WORLD BANK. *Brazil public spending on social programs: issues and options*, v. 1, May 27. Washington D.C.: World Bank, 1988.

Novos marcos institucionais para a formulação de política industrial no Brasil

LUIS ANTONIO PAULINO

Os acordos do GATT impõem severas restrições à capacidade dos países pobres de encontrar caminhos próprios de desenvolvimento

O termo "crise do Estado" definitivamente entrou para a agenda política. A essa expressão associamos as dúvidas e incertezas quanto ao futuro dessa forma de organização social caracterizada por um organismo político-administrativo que, como nação soberana ou divisão territorial, ocupa um território determinado,

é dirigido por governo próprio e se constitui em pessoa jurídica de direito público, internacionalmente reconhecida. Também expressa as tensões, conflitos e dificuldades para que essa forma de organização social possa operar como vinha fazendo até então, levando à ruptura dos padrões tradicionais de funcionamento e perturbando assim o *status quo* de alguns ou de todos os grupos integrados na sociedade.

Para a falta de independência e o relativo enfraquecimento dessas unidades nacionais tem contribuído o surgimento de novas forças, criadas pelas descobertas tecnológicas do século XX, que têm o poder de moldar a economia mundial independentemente da vontade deste ou daquele governo.

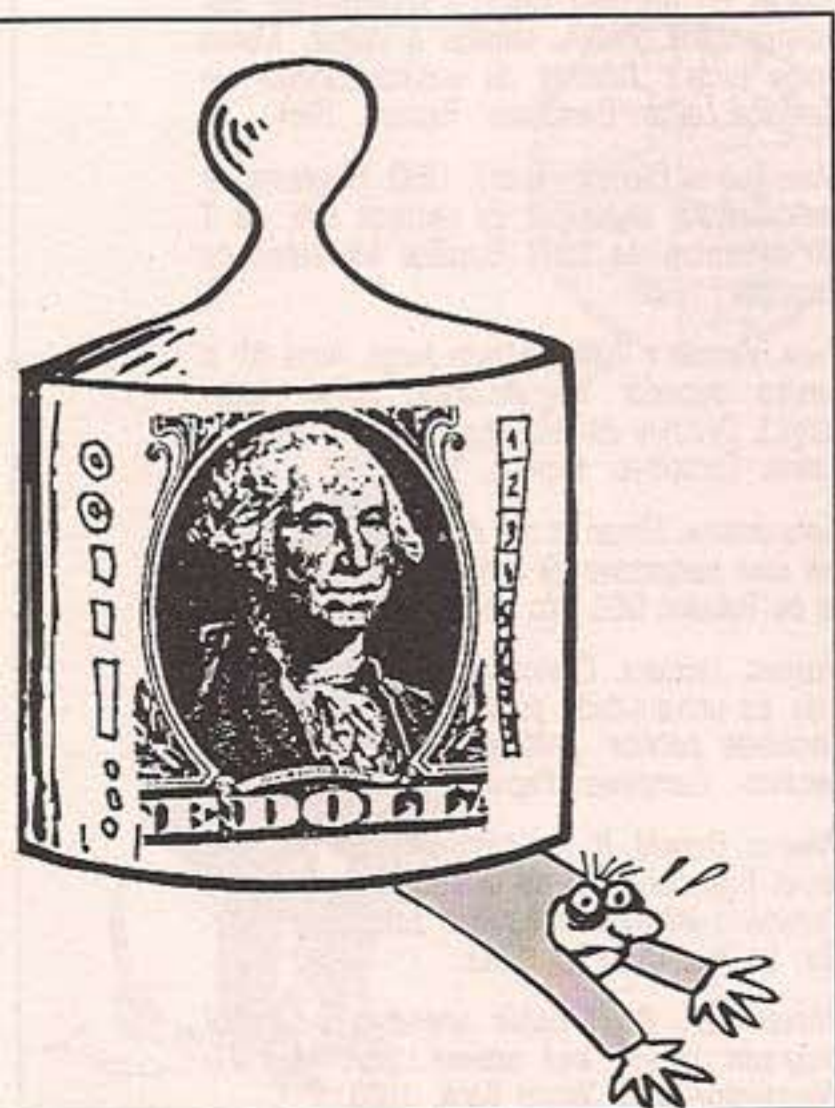
O recente encerramento (em 15 de dezembro de 1993) da Rodada Uruguai do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) que culminou com a formação da Organização Mundial de Comércio/OMC foi um passo definitivo nessa direção. Não menos importantes são as reformas institucionais que vêm ocorrendo no País visando adaptá-lo a essas novas demandas.

O que nos propomos neste trabalho é examinar alguns aspectos dessa "nova institucionalidade" e em que medida ela condiciona as possibilidades de se fazer política em nível nacional visando ao desenvolvimento do país dentro de uma lógica que não seja puramente a lógica do "mercado globalizado", mas que leve em conta outros aspectos, tais

como redução das desigualdades sociais e regionais, melhor distribuição dos frutos do progresso econômico, criação de emprego, acesso da indústria nacional a segmentos mais modernos e dinâmicos do mercado internacional através da construção de novas vantagens competitivas com apoio do Estado.

Para tanto, centraremos nossa análise na forma como a conclusão da Rodada Uruguai do GATT e a criação da OMC (Organização Mundial de Comércio) afetam a capacidade do Estado brasileiro de fazer políticas autônomas de desenvolvimento, em particular as chamadas "políticas industriais".

Desde logo, deixamos claro que, diferentemente de outras políticas públicas, de corte eminentemente horizontal, quando se fala de "política industrial" (e não de "políticas de industrialização"), temos em mente políticas de corte eminentemente setorial e voltadas para o desenvolvimento específico de um determinado segmento industrial que, por qualquer critério, tenha sido escolhido pelo Estado como merecedor de atenção especial. Essas políticas, em última instância, se traduzirão em algum tipo de vantagem no processo de concorrência intercapitalista no qual tal segmento industrial esteja inserido. Tais critérios podem estar relacionados com a capacidade de uma dada indústria gerar empregos, ou seu potencial de geração ou economia de divisas, ou a possibilidade de melhorar as relações de troca internacionais daquela economia através da transição para segmentos industriais



tecnologicamente mais dinâmicos e avançados e com maior potencial de penetração nos mercados internacionais. Independentemente dos motivos, a questão relevante que aqui é objeto de análise é a capacidade atual do Brasil, dada essa nova institucionalidade internacional, de fazer de forma autônoma políticas que levem à alteração das vantagens competitivas de sua economia como um todo no processo de concorrência intercapitalista.

Para o governo, a assinatura desses acordos foi positiva para o Brasil

De acordo com a exposição de motivos do Presidente da República, ao submeter ao Congresso Nacional os textos dos acordos para aprovação, os resultados finais teriam sido altamente positivos para o Brasil:

“A conclusão exitosa da Rodada Uruguai representa, antes de mais nada, garantia de preservação e fortalecimento do sistema multilateral de comércio, ao afastar o risco de fragmentação das trocas internacionais em blocos estanques. Seu alcance trará novo e necessário impulso à atividade econômica internacional, ao possibilitar, pelo aumento das trocas e pelo estímulo aos investimentos, a retomada do crescimento, com melhoria dos níveis de emprego” (Câmara dos Deputados, 1994, p. 2).

Dentre os principais avanços da Rodada Uruguai em termos de liberalização de comércio, a mensagem destaca que haverá maior acesso a mercados na medida que “deverá ocorrer redução tarifária média global de 40%, nos seis anos subseqüentes à entrada em vigor dos resultados da negociação” (Câmara dos Deputados, 1994, p. 2) e destaca como fatos positivos a reincorporação do comércio de produtos agrícolas às regras gerais do GATT, o desmantelamento gradual, para o comércio de têxteis, das barreiras não tarifárias adotadas sob a égide do Acordo Multifibras (AMF) e a regulamentação das chamadas novas áreas, ou seja, serviços, propriedade intelectual e investimentos. Ainda segundo a mensagem do presidente, a

criação da OMC diminui “a capacidade de arbítrio das grandes potências comerciais na aplicação unilateral e indiscriminada de medidas de proteção aos setores ineficientes de suas economias” (Câmara dos Deputados, 1994, p. 2).

Em seguida, a mensagem do presidente arrola os ganhos mais concretos auferidos pelo Brasil, em que destaca:

I - “a média ponderada das tarifas aplicadas sobre os produtos brasileiros terá queda de 36% na União Européia, cerca de 24% nos EUA e 57% no Japão (...) Alguns importantes produtos de nossa pauta de exportações tiveram suas tarifas reduzidas a zero, ressaltando-se polpa, papel, madeira, cerveja e não ferrosos” (Câmara dos Deputados, 1994, p. 3). O documento ainda destaca que “para obter esses resultados, não teve o Brasil de fazer concessões adicionais ao processo de abertura comercial iniciado unilateralmente em 1987” (Câmara dos Deputados, 1994, p. 3). A oferta brasileira de consolidação de toda a pauta tarifária foi de um teto máximo geral de 35%, e particular de 55% para alguns produtos agrícolas mais sensíveis.

II - No que se refere à agricultura a mensagem destaca que o acordo agrícola “congela e inicia a reversão da tendência ascendente de políticas protecionistas, que se traduziam em pesados esquemas de subsídio à produção e à exportação, bem como em contingenciamento ou proibição de importações” (Câmara dos Deputados, 1994, p. 3).

III - Quanto aos têxteis, o texto destaca que “o acordo sobre têxteis e vestuários prevê o desmantelamento do contingenciamento às exportações têxteis, efetuado ao amparo do Acordo Multifibras, em período de 10 anos” (Câmara dos Deputados, 1994, p. 3), sendo que após esse período o comércio têxtil estará totalmente reintegrado às regras gerais do GATT.

IV - Quanto ao acordo sobre serviços, a mensagem presidencial destaca que estes, embora já em 1992 participassem com mais de 57% para a formação do PIB brasileiro, representavam apenas cerca de 10% do valor de nossas exportações, e que “a liberalização dos mercados mundiais deve ser vista pelo prisma do aporte que trará para o crescimento das nossas exportações de serviços, à medida que se desenvolva o país” (Câmara dos

Deputados, 1994, p. 4). Destaca ainda que a lista de compromissos iniciais assumidos pelo Brasil nessa questão contém um número limitado de setores, restringindo-se à oferta de manter a situação atual, que se refere basicamente à instalação de prestadoras de serviços em território nacional.

V - Quanto ao acordo sobre propriedade intelectual, a mensagem se limita a afirmar que o mesmo atende aos interesses do Brasil na medida em que estabelece normas multilateralmente acordadas e limita a capacidade individual de arbítrio por parte dos signatários.

Finalmente, quanto aos aspectos institucionais, a mensagem afirma que “um dos ganhos mais relevantes para o Brasil na Rodada Uruguai refere-se ao fortalecimento das regras multilaterais de comércio” (Câmara dos Deputados, 1994, p. 4) e que os novos códigos *anti-dumping* e o novo acordo sobre salvaguardas passaram a ter regras mais clara e firmes.

O presidente conclui sua mensagem afirmando estar convencido “de que a aprovação do presente conjunto de acordos constitui relevante contribuição brasileira para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio” (Câmara dos Deputados, 1994, p. 5).

A considerar, portanto, a visão oficial do governo brasileiro, a assinatura desse conjunto de acordos foi um fato positivo para o Brasil.

As opções são aceitar todos os acordos ou ficar fora da OMC

Entretanto, uma leitura mais atenta dos acordos mostra um outro lado, ausente na avaliação oficial e que tem tudo a ver com nossa hipótese inicial: a de que “a nova institucionalidade” que se forma limita de forma drástica a possibilidade de países como o Brasil executarem políticas autônomas de desenvolvimento industrial e econômico.

Em primeiro lugar, pode-se ler no mesmo documento acima citado (Câmara dos Deputados, 1994, p. 6), no item 3 do despacho do então ministro das Relações Exteriores Celso Amorim ao então Presidente, Itamar Franco, a seguinte afirmação:

“Submeto a Vossa Excelência projeto de Mensagem ao Congresso Nacional, no qual se resalta que, conforme consagrado na referida Ata Final, os pertinentes são de vinculação geral e obrigatória, ou seja, as partes que a compõem não podem ser consideradas isoladamente, mas, estritamente, em seu conjunto”.

Portanto, só poderão ser sócios da Organização Mundial de Comércio-OMC os países que aceitarem os acordos da Rodada Uruguai como um conjunto não dissociável. Essa “inovação” em relação aos acordos anteriores é altamente restritiva. As opções são aceitar todos os acordos assinados ou ficar fora da OMC.

Quanto à questão da liberalização comercial, não há dúvidas, conforme destacado no documento, de que pelos menos do ponto de vista dos produtos industriais alcançou-se algum sucesso. Conforme destaca a mensagem presidencial, os países reduziram suas tarifas em cerca de 40% de média ponderada. As tarifas foram reduzidas em um universo de comércio de 464 bilhões de dólares de importações dos países desenvolvidos, enquanto apenas 148 bilhões não foram objeto de reduções. No total de posições tarifárias, as categorias isentas passaram de 20% para 43%.

Em particular quanto às importações de países em desenvolvimento, a cifra passou de 22% para 45%. É preciso considerar, no entanto, que as tarifas, principalmente nos países desenvolvidos, têm cada vez menos importância como instrumento de controle de acesso aos mercados. (DIAS, Vivianne Ventura. 1996. p. 67).

No comércio de produtos agrícolas, os avanços não foram tão significativos. No acordo inicial apresentado por Arthur Dunkel no projeto de Ata Final em dezembro de 1991, previa-se o “princípio de tarifação total das medidas de proteção e apoio”, cujo objetivo era garantir maior transparência dos subsídios e a redução gradual das tarifas num período de seis anos. A idéia era começar com um corte de 36% da média tarifária e um mínimo de 15% para cada posição tarifária, baseados na situação de setembro de 1986. Previa-se também uma “caixa verde”, isto é, uma lista de produtos sobre os quais seria possível estabelecer proteção tarifária e subsídios, sujeitos porém a certo grau de acionabilidade por parte dos que se julgassem prejudicados à luz das regras gerais do GATT. O acordo final, entretanto, ficou muito aquém do previsto inicialmente. Manteve-se o princípio da taxa geral mas a base da redução tarifária não foi mais a de 1986. Num primeiro momento, o acordo foi alterado no sentido de permitir agregar o apoio interno aos produtos agrícolas no período 1986/89, e na reta final do acordo Estados Unidos e CEE entenderam-se sobre novos ajustes restritivos e o ponto de partida para as reduções de subsídios incorporou também os subsídios de 1990/91. Sobre o valor assim definido, previu-se uma redução tarifária de 20%, em parcelas iguais, ao longo de seis anos. As reduções foram flexibilizadas, não mais incidindo sobre cada posição tarifária. Inviabilizou-se dessa forma o recurso às políticas da “caixa verde” à luz das regras do GATT. Os resultados foram, portanto, bem mais modestos do que esperavam os países em desenvolvimento no que tange ao acesso aos mercados agrícolas europeu e americano. Por outro lado, a garantia de acesso mínimo de 3% a 5% do consumo interno para exportações de terceiros países durante os seis primeiros anos do acordo não traz nenhum benefício adicional para o Brasil em relação a CEE e EUA, nossos principais

mercados de exportação de produtos do complexo agro-industrial.

A utilização de subsídios como instrumento de “política industrial” fica reduzida

O mesmo se pode dizer em relação ao “Acordo sobre Têxteis e Vestuário”. Um prazo de dez anos para que as restrições não-tarifárias previstas no Acordo Multifibras (AMF) deixem de vigorar não é o que se poderia chamar de grande conquista para o livre comércio, principalmente se levarmos em conta que os maiores exportadores de produtos têxteis e confecções são exatamente os países em desenvolvimento. Além disso, ao longo desses dez anos, os países membros poderão adotar medidas de salvaguarda ao amparo do referido acordo sempre que sua produção nacional estiver ameaçada (Parágrafo 2 do artigo 6 do “Acordo sobre Têxteis e Vestuários” – Câmara dos Deputados, 1994, p. 83). Estranho que tais medidas de salvaguarda se apliquem em relação à exportação de um conjunto de produtos em que os países em desenvolvimento são mais competitivos, quando, em relação ao inverso, as exigências são de abertura total...

Outro acordo que merece reparos é o Acordo sobre Medidas de Investimento relacionadas ao Comércio. O parágrafo 2º do Artigo II do acordo afirma:

“Uma lista de TRIMS (Trade Related Investment Measures) incompatíveis com a obrigação de tratamento nacional¹ prevista no parágrafo 4 do artigo III do GATT 1994 e com a obrigação de eliminação geral de restrições quantitativas prevista no parágrafo 1 do Artigo XI do GATT 1994 se encontra anexo ao presente acordo” (Câmara dos Deputados, 1994, p. 123).

Quando se vai ao referido Anexo, à página 126 do documento, lê-se o seguinte:

“As TRIMS incompatíveis com a obrigação de tratamento nacional prevista no parágrafo 4 do Artigo III do GATT 1994 incluem as mandatórias ou aquelas aplicáveis sob a lei nacional



ou decisões administrativas, ou cujo cumprimento é necessário para se obter uma vantagem, e que determinam: a) que uma empresa adquira ou utilize produtos de origem nacional ou de qualquer fonte nacional, especificada em termos de produtos individuais, em termos de volume ou valor de produtos ou em termos de uma proporção do volume ou valor de sua produção local, b) que a aquisição ou utilização de produtos importados por uma empresa limite-se a um montante relacionado ao volume de sua produção local.” (Câmara dos Deputados, 1994, p. 126).

Sabe-se que tais tipos de medidas foram largamente utilizadas pelos países em desenvolvimento de industrialização recente como Brasil e Coréia do Sul, tanto como forma de estimular o desenvolvimento da indústria nacional como para obrigar empresas multinacionais a transferir parte substantiva de seu processo de produção para o país onde estivessem instaladas, com o objetivo de gerar divisas e transferir tecnologia.

Outra questão sobre a qual a mensagem do presidente nada diz é quanto ao Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias. Pelo referido acordo, os subsídios foram divididos em três tipos: os subsídios proibidos (Parte II do Acordo), os subsídios recorríveis, e portanto passíveis de ações compensatórias por causarem dano à indústria doméstica de outro Estado membro (parte III do Acordo), e os subsídios irrecorríveis ou permitidos (parte IV do Acordo).

Quanto à primeira categoria – a dos subsídios proibidos – o parágrafo 1 do artigo 3 do referido acordo afirma:

“Com exceção do disposto no Acordo sobre Agricultura, serão proibidos os seguintes subsídios, conforme definidos no Artigo 1:

(a) subsídios vinculados, de fato ou de direito, quer individualmente, quer como parte de um conjunto de condições, ao desempenho exportador, incluindo-se aqueles indicados a título de exemplo no Anexo I;

(b) subsídios vinculados, de fato ou de direito, quer individualmente, quer como parte de um conjunto de condições, ao uso preferencial de produtos nacionais em detrimento de produtos estrangeiros” (Câmara dos Deputados, 1994, p. 212).

O parágrafo 2 do artigo 3 do Acordo é enfático: “O Membro deste Acordo não con-

cederá ou manterá os subsídios mencionados no parágrafo 1º” (Câmara dos Deputados, 1994, p. 212). O Anexo I do Acordo traz uma Lista Ilustrativa de Subsídios à Exportação que ficam banidos irrevogavelmente. Ver Câmara dos Deputados, 1994, p. 243-246).

Quanto à segunda categoria – os subsídios recorríveis –, incluem-se quaisquer medidas de governo não especificadas na primeira categoria que impliquem transferência direta de fundos, potenciais transferências direta de fundos, quando receitas públicas devidas são perdoadas ou deixam de ser recolhidas ou quando o governo forneça bens ou serviços além daqueles destinados à infra-estrutura geral, diretamente ou instruindo órgão privado a realizar uma ou mais das funções acima descritas. Quando quaisquer das medidas acima produza efeitos danosos aos interesses de outros membros, isto é:

“(a) dano à indústria nacional de outro membro; (b) anulação ou prejuízo de vantagens resultantes, para outros membros, direta ou indiretamente, do GATT 1994 (...);

(c) grave dano aos interesses de outro Membro”. (Câmara dos Deputados, 1994, p. 214), e o “Membro não tomar as medidas adequadas para remover os efeitos danosos ou eliminar o subsídio no prazo de 6 meses a contar da data que o OSC (Organismo de Solução de Controvérsias) adotar o relatório do grupo especial ou do Órgão de Apelação, e na eventualidade de ausência de acordo sobre compensação, o OSC autorizará o Membro reclamante a tomar contramedidas, proporcionais ao grau e à natureza dos efeitos danosos que se tenham verificado, a menos que o OSC decida por consenso rejeitar o pedido” (Câmara dos Deputados, 1994, p. 218).

Quanto à terceira categoria – os subsídios irrecorríveis – isto é, aqueles permitidos pelos novos acordos, o parágrafo 2 do Artigo 8 do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias considera que “os seguintes subsídios serão considerados irrecorríveis:

(a) assistência para atividades de pesquisa realizadas por empresas ou estabelecimentos de pesquisa ou de educação superior vinculados por relação contratual, se a assistência cobre até o máximo de 75% dos custos de pesquisa industrial ou de 50% dos custos das atividades pré-competitivas de desenvolvimento (...)

(b) assistência a uma região economicamente desfavorecida dentro do território de um Membro (...)

(c) assistência para promover a adaptação de instalações existentes a novas exigências ambientalistas (...)

Com exceção, portanto, das medidas previstas na terceira categoria, as demais formas de subsídios à produção local ou são totalmente vedadas ou passíveis de medidas compensatórias pelo membro que se julgue afetado. O escopo para utilização de subsídios como instrumento de “política industrial”, nos marcos do novo Acordo, fica extremamente reduzido. Isso está claramente relacionado com as baixas taxas de crescimento da economia mundial e a feroz disputa entre os grandes oligopólios por mercados cativos em áreas tecnologicamente mais avançadas, e que nos marcos da regulação acima estabelecida permanecerão *ad eternum* nas mãos dos países desenvolvidos.

Um fato que reforça a opinião acima é a forma pouco clara com que o Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do GATT 1994 trata da questão da solução das controvérsias (Artigo 17 do Acordo) quando da aplicação de uma medida *anti-dumping*² por um determinado país em relação a empresas ou setores econômicos de outro membro.

No GATT, o tema da propriedade intelectual foi ponto controverso

Mais do que o direito compensatório, arma dissuasória contra os subsídios, e até mesmo mais do que as próprias tarifas, taxas *anti-dumping* vêm se transformando, atualmente, no principal instrumento de defesa do mercado contra a penetração estrangeira. Tanto o Brasil como outros países em desenvolvimento têm sido vítimas da aplicação indiscriminada desse instrumento, tanto na Europa como nos Estados Unidos, como forma de obrigar nossos exportadores, nas áreas em que são mais competitivos, a chegar a “acordos voluntários de restrições de exportações” (VERs). Trata-se de uma maneira “espúria” de forçar um acordo, considerando que o pre-

juízo em termos de vendas perdidas e os gastos envolvidos na solução da controvérsia muitas vezes não justificam levar a causa até o fim.

Esperava-se da Rodada Uruguai que o avanço pretendido na multilateralização das relações comerciais estabelecesse regras mais rígidas no sentido de impedir o uso espúrio desse instrumento (como hoje) e principalmente de dotar o GATT de poderes para rever uma taxa *anti-dumping* adotada unilateralmente por um país-membro. Os negociadores americanos, visando preservar o espaço de atuação de sua própria Lei de Comércio, exigiram uma suavização dos controles sobre a utilização das medidas *anti-dumping*, alegando ser uma condição necessária para aprovação do pacote da Rodada Uruguai no Congresso dos Estados Unidos.

A “solução de compromisso” alcançada reflete-se no parágrafo 6 do Artigo 17 do respectivo Acordo. De acordo com o citado parágrafo:

“O grupo especial (da Organização de Solução de Controvérsias – OSC), ao examinar a matéria objeto do parágrafo 5 (que trata do estabelecimento, a pedido do reclamante atingido pela adoção de uma taxa *anti-dumping* de um grupo especial no âmbito da OMC para avaliar sua procedência ou não), (a) ao avaliar os elementos de fato da matéria, determinará se as autoridades terão estabelecido os fatos com propriedade e se sua avaliação dos mesmos foi imparcial e objetiva. Se tal ocorreu, mesmo que o grupo especial tenha eventualmente chegado a conclusão diversa, não se considerará invalidada a avaliação; (b) interpretará os dispositivos pertinentes do Acordo segundo regras consuetudinárias de interpretação do direito internacional público. Sempre que o grupo especial conclua que um dispositivo pertinente do Acordo admite mais de uma interpretação aceitável, declarará que as medidas das autoridades estão em conformidade com o Acordo, se as mesmas encontram respaldo em duas interpretações possíveis” (Câmara dos Deputados, 1994, p. 146).

Conclusão: se o estabelecimento dos fatos foi apropriado e a avaliação objetiva e não distorcida, embora o “painel do GATT” possa ter chegado a outra conclusão, prevalecerá a solução nacional. Haja subjetividade.

Essas “novas barreiras à entrada” em áreas que são hoje objeto de duras disputas entre conglomerados econômicos, países e blocos de países na arena do comércio internacional não se revelam apenas na questão da nova regulação dos subsídios. Medidas de idêntico teor aparecem nos demais acordos anexos à Ata de Marraqueche. Vejamos, por exemplo, as disposições do novo regime sobre a propriedade intelectual.

A inclusão do tema da propriedade intelectual no GATT foi um dos pontos mais controversos da Rodada Uruguai. Até a Rodada Tóquio, o esforço concentrava-se na redução das barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio internacional de mercadorias. A Rodada Uruguai foi um ponto de inflexão nesse processo, e toda a discussão voltou-se para os chamados “impedimentos estruturais” ao livre comércio [ver Tyson (1992) e Lawrence (1993)]. Na realidade, um eufemismo para falar das políticas industriais aplicadas pela maioria dos países com o objetivo de adquirir competitividade nos setores mais dinâmicos da economia mundial. Nesse contexto, tanto

as medidas discutidas relativas a investimentos (TRIMs) e subsídios à produção de bens e serviços quanto a questão da propriedade intelectual ganharam grande relevância. Tal fato está relacionado com a emergência de um conjunto de novos paradigmas tecnológicos (a microeletrônica, a biotecnologia, os novos materiais) que asseguram às empresas inovadoras nessas áreas lucros de monopólio que rapidamente desaparecerão, caso haja uma rápida difusão desses novos conhecimentos.

Aumento do grau de monopólio sobre as invenções: patentes no GATT

Num cenário que aponta para um crescimento lento da economia mundial, a preocupação com a apropriabilidade dos lucros gerados por estas inovações torna-se um problema central. Isso explica a transferência de um assunto que estava sob controle da OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual), Órgão vinculado à ONU, para a esfera do GATT, sob a “capa” do Acordo sobre os Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio. Como afirmou recentemente o ex-ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, “A OMC é muito mais do que uma organização de comércio. Vai tratar de tudo que diz respeito à globalização da economia” (Folha de S. Paulo, 20/01/1995). No caso particular do tema “propriedade intelectual”, embora a Mensagem Presidencial afirme que o acordo “atende aos interesses do Brasil” (Câmara dos Deputados, 1994, p. 4), não há como negar que, na verdade, ele foi desfavorável aos países em desenvolvimento. Limitou, como no caso das novas regras sobre subsídios e investimento direto estrangeiro, o número de instrumentos disponíveis para execução de política industrial. A avaliação dos efeitos do acordo sobre propriedade industrial não pode ser feita sem levar em conta simultaneamente o nível de capacitação das empresas domésticas e as características de apropriabilidade das referidas tecnologias, na medida em que elas funcionam como barreiras à entrada de países e empresas atrasados. Ele não tem o mes-



mo significado para o Brasil e para os EUA. O instituto da patente foi concebido como uma forma de estimular o inventor de um novo produto ou processo a torná-lo público e colocá-lo à disposição da sociedade em troca do monopólio legal de sua exploração por um período limitado de tempo. Seu objetivo seria, portanto, o de facilitar a difusão das inovações.

O acordo sobre patentes celebrado no âmbito do GATT caminha no sentido inverso. Aumenta o grau de monopólio sobre as invenções e dificulta ainda mais o acesso de potenciais concorrentes a essas informações. Como pode alguém em sã consciência afirmar que isso é bom para o Brasil e os demais países em desenvolvimento? Por acaso estamos nós entre os líderes na produção de inovações tecnológicas, e, portanto, interessados em fechar o mercado para evitar a entrada de novos concorrentes? Exatamente o contrário! Para se ter uma idéia, basta considerar o seguinte: dos 3,5 milhões de patentes existentes no mundo nos anos 70, só cerca de 200 mil foram concedidas a residentes em países em vias de desenvolvimento. A imensa maioria delas, cerca de 84%, estava em mãos de estrangeiros, em particular das transnacionais dos cinco países mais ricos do mundo (ver Hobbelink, 1991, p. 2). Outro fato significativo: menos de 5% das patentes de propriedade de estrangeiros são utilizadas em processos produtivos nos países em desenvolvimento (ver Hobbelink, 1991, p. 2).

Extensão máxima dos ganhos gerados por novos conhecimentos

É ilusório achar que com a aprovação do novo acordo os países desenvolvidos tendem a investir mais nos países em desenvolvimento, trazendo para cá novas tecnologias, dado que o TRIPS aumenta o grau de apropriabilidade, e portanto a segurança dos investimentos por parte das empresas inovadoras. Durante anos o Brasil não reconheceu patentes de remédios, e nem por isso as multinacionais do setor deixaram de se instalar aqui. Aliás, vejamos o seguinte: segundo informações do ex-Diretor Superintendente da

CODETEC, José Carlos Gerez, em 1990 o mercado total de medicamentos no Brasil era de US\$ 3,7 bilhões de dólares. Desse total, somente 3%, algo na ordem de US\$ 115 milhões, eram de produtos protegidos por patentes em seus países de origem. Desses 3%, ou US\$ 115 milhões, cerca de US\$ 23 milhões estavam sendo copiados por empresas nacionais, ou seja, 0,6% do mercado nacional total de medicamentos (ver Gerez, 1992, p. 16). Se em outras áreas já cobertas pela legislação de marcas e patentes os prejuízos causados pela "pirataria" são muito maiores do que isso, por que tanto esforço das multinacionais de medicamentos para mudar a lei? O motivo não está no passado. Está no futuro! Está nos novos desenvolvimentos da engenharia genética, da microeletrônica, dos novos materiais, que, por antecipação, os países desenvolvidos e as grandes multinacionais tentam manter como reserva de mercado.

A grande novidade do acordo não foi sequer a extensão da patenteabilidade para remédios, alimentos e processos e produtos biológicos, embora tal fato seja da maior importância para as grandes multinacionais que atuam nesse setor. Tão relevante quanto isso é o fato de que o mesmo artigo 27 do Acordo que estende a patenteabilidade a qualquer setor tecnológico estabelece que *"as patentes serão disponíveis e os direitos patentários serão usufruíveis sem discriminação quanto ao local de invenção, quanto ao seu setor tecnológico e quanto ao fato de os bens serem importados ou produzidos localmente"* (Câmara dos Deputados, 1994, p. 302). Pelo novo acordo, portanto, fica estabelecido o que informalmente se chama "patente de importação". De acordo com a legislação patentária que vigorou até o momento no Brasil, uma das condições para a concessão de uma patente é a sua exploração efetiva em território nacional³. Não era permitido ao proprietário de uma patente abastecer o mercado nacional apenas através de importação para usufruir do benefício do monopólio no país. Isso era uma forma de forçar a empresa interessada no mercado nacional a produzir localmente a mercadoria, e assim não só gerar empregos no país como capacitar os técnicos e a mão-de-obra nacional na produção daquele produto ou família de produtos. Nesse sentido, a lei de propriedade

industrial funcionava como um instrumento coadjuvante de política industrial. A "patente de importação" ao eliminar essa obrigatoriedade, terá como consequência óbvia a concentração da produção de mercadorias que envolvam tecnologias mais sofisticadas nos países desenvolvidos, visando evidentemente aumentar o grau de apropriabilidade das inovações e estender ao máximo os ganhos de monopólio gerados por esses novos conhecimentos.

Torna-se difícil desenhar políticas autônomas de desenvolvimento

É no mínimo uma ingenuidade achar que uma lei mais rigorosa de propriedade industrial favorecerá os investimentos estrangeiros no país, principalmente se levarmos em conta que, além da eliminação desses entraves não-tarifários às importações, o Brasil reduziu drasticamente suas tarifas alfandegárias. Que razão teriam essas empresas para correr riscos, se o mercado está aberto e os custos de transporte são mínimos?

O conjunto de acordos assinados pelo Brasil e aprovados pelo Congresso Nacional no final de 1994, como condição de sua adesão à OMC, traz embutida uma nova institucionalidade internacional à qual o país comprometeu-se a adequar sua própria legislação no que for necessário. Essa nova institucionalidade é altamente limitadora do exercício da soberania nacional por parte do Estado brasileiro. Num quadro de "globalização" crescente da economia mundial e de aprofundamento da inserção do Brasil nessa economia cada vez mais globalizada, torna-se difícil desenhar políticas autônomas de desenvolvimento, à margem dos interesses estabelecidos dos grandes conglomerados econômicos com atuação internacional.

LUÍS ANTONIO PAULINO é engenheiro, com mestrado em Administração Pública pela EASP/FGV, e doutorando em economia na UNICAMP.

Notas

(1) Entende-se por "obrigação de tratamento nacional" o dever de qualquer País-Membro da OMC outorgar a empresas de qualquer outro Membro o mesmo tratamento dispensado às suas próprias empresas.

(2) Medidas *anti-dumping* são restrições que um país estabelece à entrada de mercadorias importadas, sempre que se comprove que estas estão sendo internalizadas a preços abaixo do seu custo real e concorrendo deslealmente com os demais produtores.

(3) De acordo com a nova Lei de Patentes praticamente já aprovada no Congresso brasileiro, a obrigatoriedade de exploração no território brasileiro deixa de existir sempre que a mesma for economicamente inviável. Em tal situação, será admitida a exploração da patente via importação. Desnecessário dizer que a figura da inviabilidade econômica é totalmente subjetiva. Qualquer empresa poderá alegar tal motivo para não produzir localmente um produto e abastecer o mercado interno com mercadoria importada. Destaque-se ainda que a nova lei impede que terceiros importem produtos patenteados colocados no mercado interno pelo próprio titular da patente ou seu licenciado.

Bibliografia

ANDIMA. *Relatório Econômico Mercosul*. Rio de Janeiro: Andima, 1994.

BAUMANN, Renato. *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

BRAGA, José Carlos. A financeirização da riqueza. A macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismo centrais. *Textos para discussão*. IESP/FUNDAP, 6(3), 1991.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Mensagem Nº 498 (do Poder Executivo)*. Brasília, 1994.

CANUTO, Otaviano. *Brasil e Coréia do Sul. Os (des)caminhos da industrialização tardia*. São Paulo: Nobel, 1994.

DIAS, Vivianne Ventura. O Brasil entre o poder da força e a força do poder. In BAUMANN, *op. cit.*

DOSI, G. Institutions and markets in a dynamic world. *The Manchester School*. June, 1988.

GAZETA MERCANTIL. Novo mapa do comércio mundial. The final act of the Uruguai Round. São Paulo, 1994.

GEREZ, José Carlos. In REBELO, Aldo (org). *A Lei das Patentes e a soberania nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1992.

HOBELINK, Henk. Patenteamento da Vida. *Textos para debate* nº 38. Rio de Janeiro: AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (Extraído do Livro *Biotechnology and the future of world agriculture*. Zed Books, 1991).

LAWRENCE, R. B. Japan's different trade regime: an analysis with particular reference to Keiretsu. *Journal of economic perspectives*. v. 7. n. 3. Summer 1993 - pp. 3-19.

MACADAR, Beky Moron. La propuesta neoconservadora del Mercosur. *Nueva Sociedad. Comércio, Estado y estrategias de desarrollo*. dez./1994. Venezuela.

SUZIGAN, Wilson. Política comercial e perspectivas da indústria brasileira. *Textos para discussão* n. 13. IE/UNICAMP, 1992.

TEIXEIRA, A. O movimento da industrialização nas economias capitalistas centrais no pós-guerra. *Textos para discussão* n. 25. IEI/UFRJ, 1984.

TYSON, Laura D'Andrea. *Who's bashing whom? Trade conflict in high-technology industries*. Washington, DC: Institute For International Economics, 1992.

DIFERENÇA NÃO É SÓ DE FORMA. A DIFERENÇA É CONTEÚDO.

Assine e dê PRINCÍPIOS de presente.

Nome _____

Endereço _____ Fone _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

- Assinatura anual (4 edições) - 30,00
- Assinatura bianual (8 edições) - 55,00
- Assinatura especial (9 edições: 5 passadas + 4) - 45,00

Mande cheque nominal junto com seus dados para enviarmos a revista. Se preferir, ligue ou escreva dando nº de cartão Credicard e vencimento. Ou telefone para que enviemos a revista junto com boleto bancário.

Editora Anita Ltda.

Rua Monsenhor Passalaqua, 158 - CEP.: 01323-010 - São Paulo - SP - Tel.: (011)289-1331

Números disponíveis para assinatura especial ou compra avulsa: 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39 e 40. Preço: R\$ 5,00

Programa do Partido Comunista da Federação Russa

As eleições na Rússia têm chamado as atenções em todo o mundo. O que propõem os comunistas russos?

Um equívoco lamentável levou-nos, na última edição (Princípios nº 40) a anunciar uma coisa e publicar outra: apresentamos trechos selecionados da Plataforma Eleitoral do Partido Comunista da Federação Russa (aprovado em agosto de 1995), como se fosse o Programa daquele partido (aprovado em janeiro de 1995). Fazemos aqui a correção, publicando o documento.

A Rússia está numa trágica encruzilhada. O regime de governo atual quer que os povos de nossa Pátria retornem a um capitalismo bárbaro e primitivo, através do engano e da força. A União Soviética já foi destruída. E esse mesmo destino ameaça também a Federação Russa. O país está envolvido numa crise sistemática cruel.

O volume das produções industrial e agrícola decaiu e continua decaindo a um nível jamais visto.

Estão sendo eliminadas, com um objetivo determinado, as forças produtivas, a ciência, a cultura. A população diminui em número, enquanto o processo de seu empobrecimento aumenta.

As chamas dos conflitos internacionais não se extinguem. A Rússia se priva cada vez mais de sua soberania nacional e se converte em apêndice semicolonial de matéria-prima do Ocidente.

A estratificação da propriedade e a perda da maior parte dos direitos socioeconômicos e das conquistas dos trabalhadores contribui para a rápida proletarização da população. Surgem e se aprofundam impetuosamente as contradições entre um punhado de novos ricos e a grande maioria do povo. O protesto

colérico e a indignação dos oprimidos se juntam à vontade dos patriotas pelo temor ultrajado da Potência. Em todas as camadas populares aumenta constantemente a resistência contra o regime governante.

Organizam-se e unem-se as diferentes forças políticas.

O Partido Comunista da Federação Russa é fiel à causa da defesa dos interesses da classe trabalhadora, do campesinato (trabalhador/assalariado), da intelectualidade. Compreende que a sua tarefa consiste em dar ao movimento de resistência um caráter consciente e dirigido a um objetivo. O Partido luta pela unidade, integridade e independência do país, pelo bem-estar e segurança dos seus cidadãos, pela saúde física e moral do povo, pelo caminho socialista de desenvolvimento da Rússia.

Nossos objetivos principais

- **Poder ao povo**, que significa o poder constitucional da maioria trabalhadora, unida mediante os Conselhos e outras formas de autogestão democrática do povo;
- **Justiça**, que propõe o direito garantido ao trabalho e à sua retribuição conforme os resultados obtidos, à educação e à assistência médica gratuitas ao alcance de todos, a uma moradia confortável, ao descanso e à previdência social;
- **Igualdade**, baseada na liberação do trabalho, na eliminação da exploração do homem pelo homem e de todos os tipos de parasitismo social, na supremacia das forças sociais de propriedade sobre os meios de produção;

- **Patriotismo**, a igualdade de direitos das nações, a amizade entre os povos, a unidade de princípios patrióticos e internacionais;
- **Responsabilidade** do cidadão ante a sociedade e da sociedade ante o cidadão, a unidade de direitos e obrigações do homem;
- **Socialismo** em suas formas renovadas e aprovadas na futura constituição, que respondam ao nível atual das forças produtivas, à segurança ecológica e ao caráter das tarefas propostas ao homem;
- **Comunismo** como futuro histórico da humanidade. Os comunistas consideram que o processo histórico está refletido em formas evolutivas e revolucionárias. Eles apóiam aquelas formas que correspondam verdadeiramente aos interesses dos trabalhadores. Para alcançar transformações socialistas, defendem métodos pacíficos, e para sua execução o Partido atua contra o extremismo burguês e pequeno-burguês que traz em si o grande perigo da guerra civil.

Nas definições dos objetivos dos programas, da estratégia e da tática de luta, para alcançá-los, o Partido se orienta pelo estudo marxista-leninista em desenvolvimento e a dialética materialista, apóia-se na experiência e nos êxitos alcançados pela ciência e cultura nacionais e mundiais.

Lições da história russa e caminhos para sair da crise

Ao valorizar as leis gerais de desenvolvimento da humanidade no limiar do terceiro milênio, o PCFR parte do conceito de que cada povo e cada país as aplicará tendo em

conta suas particularidades e a sua experiência histórica. Isso se refere plenamente a nossa Pátria.

A Rússia realizou uma contribuição irrepetível ao desenvolvimento da humanidade, graças à peculiaridade da consciência social e à estrutura do Estado, ao trabalho abnegado e às façanhas armadas, aos povos, ao ardor espiritual dos seus grandes escritores, músicos e pintores, cientistas e engenheiros, e à abnegação de várias gerações de revolucionários russos.

A história russa confirma plenamente o ponto de vista do papel da revolução como locomotora da história. Sem as lutas camponesas de Razin e Pugatchov, sem o levantamento dos dezembristas, a atividade de Herzen e Tchernichevski, nem teria sido derrubado o regime de servidão. No século XX, da criatividade social das massas populares originaram-se instituições estatais e sociais nunca vistas, de importância histórica mundial, tais como os Conselhos de Deputados dos Trabalhadores e a Federação Multinacional Soviética. Essas instituições permitiram a aplicação garantida e segura de direitos do homem como o direito ao trabalho, à educação gratuita, à saúde, ao descanso, à moradia e ao domínio dos grandes êxitos das culturas nacional e mundial. O nosso sistema de educação e instrução garantiu o florescimento da ciência e da criação artística e a viagem ao cosmos pelo homem; e serviu como influência para todo o mundo.

O futuro da Rússia só pode ser edificado sobre a base firme das suas tradições criativas e de sua herança histórica. O complexo entrelaçamento das situações geopolíticas, nacionais e econômicas transformou a Rússia em portadora de uma cultura e tradição morais cujos valores fundamentais constituem o caráter comunitário, o coletivismo, o patriotismo, a inter-relação mais estreita da personalidade, da sociedade e do Estado (soberania); a tendência de realizar os grandes ideais da verdade, da nobreza e da justiça, da espiritualidade, da igualdade de direitos e de valores de todos os cidadãos independentemente das diferenças nacionais, religiosas e outras.

A União Soviética foi o receptor geopolítico do Império Russo. Como Estado e sistema social, representava em si a unidade indissolúvel. Os principais esforços dos des-

truidores internos e externos estavam dirigidos para o descrédito de todo o período soviético de desenvolvimento do país. Ao mesmo tempo, os saqueadores do socialismo atuavam na qualidade de “coveiros” do grande Estado. Por isso o renascimento de nossa Pátria e o retorno ao caminho do socialismo são inseparáveis. A história propõe novamente aos povos da nossa Pátria a alternativa de 1917 e 1941: continuar sendo uma grande potência e manter o socialismo; ou presenciar a desintegração ulterior do país e a transformação deste numa colônia. Pode-se afirmar com veemência que, na sua essência, o “pensamento russo” é um pensamento profundamente socialista.

A Grande Revolução Socialista de Outubro foi para a Rússia a única oportunidade real para a autopreservação estatal nacional em estado de falência militar, política e econômica; de desintegração territorial e de incapacidade social completa do bloco latifundiário burguês que a dirigia. Sem embargo, a necessidade de “concluir” as tarefas econômicas não resolvidas pela Rússia capitalista deixou um vestígio notável em toda a fisionomia do regime estatal social soviético.

Por um lado, o poder foi estabelecido pela maioria trabalhadora, foi dado um passo à direção planejada da economia mundial sobre a base da popularidade social. O povo soviético eliminou o desemprego, alcançou grandes conquistas sociais e realizou a revolução cultural.

Por outro lado, o caráter das forças produtivas somente acarretou trocas insignificantes em comparação ao capitalismo. Ao mesmo tempo, o perigo imperialista exterior que pairava sobre a União Soviética pedia uma resposta rápida e precisa. O único ponto racional em tal situação terminou sendo a ordem “Alcançar e ultrapassar”. Esgotaram-se praticamente todas as possibilidades extremas da economia de mobilização. Em prazos historicamente curtos, levou-se a cabo a industrialização, que em países capitalistas havia demorado toda uma época.

A coletivização da agricultura realizou-se em ritmos acelerados de interesse da industrialização.

A vitória do povo soviético na Grande Guerra Pátria e o exitoso restabelecimento da economia nacional mostraram a justificativa

histórica dessa via do nosso desenvolvimento. Mas carregavam um caráter obrigatório e exigiram uma centralização extremamente dura e o controle por parte do estado de muitas esferas da vida social. Lamentavelmente, esse caminho foi levado a cabo de forma absolutamente ilegal e tomado como princípio dirigente. Como resultado disso, a organização livre e ativa do povo ficou cada vez mais limitada, e nem se divulgou a energia social e a iniciativa dos trabalhadores.

Quando o desenvolvimento do socialismo sobre sua própria base se converteu em tarefa, permitiu-se novamente a simplificação da idéia socialista. A ordem verdadeira, em princípio “a satisfação mais completa das necessidades crescentes dos trabalhadores sobre a base da revolução tecno-científica”, terminou como uma coisa abstrata fora da história. Na prática, os trabalhos nacionais atuais se introduziram de forma limitada, e toda a ênfase do terceiro Programa do PCUS, aprovado em 1961, limitou-se à ordem anterior “Alcançar e ultrapassar”, quer dizer, à tarefa da cópia não-crítica dos modelos anteriores, da sociedade ocidental, na esfera de produção e de consumo.

Isso, por um lado, condenou a economia socialista ao notoriamente conhecido papel de perdedora. Por outro lado, deteve a solução da tarefa principal do socialismo. Essa tarefa consistia em realizar a produção na prática de forma real, e não juridicamente formal; em criar uma nova e maior qualidade de vida do povo, e em desenvolver as forças produtivas em comparação ao capitalismo; em passar, por essa base, à autogestão dos coletivos trabalhistas; em utilizar motivos e estímulos maiores e mais eficientes para o trabalho; em criar as condições para o desenvolvimento livre e harmônico do homem. Ao tomar como modelo um tipo de desenvolvimento das forças produtivas atrasado, o socialismo perdeu em muito a iniciativa histórica, não somente na esfera econômica.

Ao mesmo tempo, foi deformado e solapado numa considerável medida um dos princípios fundamentais do socialismo — “de cada qual segundo sua capacidade e a cada qual segundo seu trabalho”. Em vista de amplas camadas de trabalhadores terem sido privadas da possibilidade de dispor dos resultados de seu trabalho, não se sentiram pro-

prietários nem co-proprietários dos bens de todo o povo. Isso levou ao parasitismo, à indeferência e à passividade social.

A crise que comoveu a sociedade soviética esteve condicionada, em uma medida considerável, pela crise do Partido, que durante muitas décadas fez o papel de dirigente. No PCUS existiram, desde os tempos mais remotos, tendências antagônicas: proletárias X pequeno-burguesas; democráticas X burocráticas. E essa luta se agravou principalmente após a Revolução de Outubro. Ao Partido Comunista dirigente, como havia advertido V. I. Lênin, aderiram não poucos pseudo-revolucionários e carreiristas sem idéias. Os portadores concretos da ideologia pequeno-burguesa, graças à sua popularidade e vitalidade, representaram e representam em si o perigo principal para o socialismo. Eles consideraram o país e a propriedade estatal como um butim agregado à repartição. Inicialmente, suas aspirações ocultavam uma interpretação falsa, trotskista, do dever internacional da Rússia soviética. Os pseudocomunistas acenaram com a transformação da jovem república em base para a exploração da revolução, em material combustível para o “fogo internacional”. Em nossos dias, os mesmos anseios, em essência, fizeram com que se deparassem com uma outra aparência, a ordem do “retorno à civilização mundial”.

A subestimação das influências pequeno-burguesas e o monopólio do poder e da ideologia que advinha de um grupo de líderes partidistas levaram o PCUS a se converter num “Partido presunçoso”. A separação entre os altos dirigentes e milhões de comunistas e trabalhadores aumentou isso.

No PCUS formaram-se duas alas e, na realidade, duas correntes. Entre essas correntes desenvolvia-se uma batalha interminável, durante a qual formou-se a linha política que, na prática, se estava levando a cabo. Sem se ter em conta essa situação é impossível compreender corretamente tais contradições da história pátria, como uma combinação do entusiasmo massivo e criador com as repressões dos anos 30 e 40. Somente levando-se em consideração as situações dadas pode-se avaliar o valor objetivo do papel que desempenharam dirigentes do partido e do Estado como I.V. Stálin, V.M. Molotov, N.S. Khrushchev, G.M. Malenkov, L.I. Brezhnev e A.N. Kosiguin.

Na luta pelo incremento das fileiras do Partido, a ausência de um mecanismo sistemático para realizar mudanças e para rejuvenescer os quadros dirigentes impediu que a parte sã do Partido salvaguardasse seu direito legal ao controle da alta direção e prevenisse a crescente entrada de carreiristas nas suas fileiras. É nisso que consiste sua principal culpa e desgraça históricas. Sem embargo, a luta pelo caminho leninista para a transformação do país por um socialismo real nunca se interrompeu.

Com amplo apoio das bases do Partido e da sociedade, em 1983 U.V. Andropov iniciou a reconstrução da direção da economia nacional e a democratização da vida estatal e social. Tais iniciativas influenciaram favoravelmente a vida do povo. A essas iniciativas, como a autogestão na produção, a democratização das eleições, a liberdade de expressão e das unificações coligações políticas, os comunistas não têm o direito de renunciar ainda na atualidade. Sem embargo, posteriormente a aspiração das camadas progressistas da sociedade de levar a cabo as reformas que há tempos alcançaram sua plena maturação no país e de buscar novos objetivos foi manipulada mediante o engano, pela direção putrefata e desmoralizada do país, para objetivos antipopulares e antiestatais. Com falsas palavras, foi proclamada a igualdade de todas as formas de propriedade. Na realidade, foi atingido por todos os meios possíveis o papel da propriedade social como a maior capacidade de vida. Foram tergiversadas a essência e a forma de cooperação.

Os meios de informação massiva se entregaram conscientemente às mãos de caluniadores e inimigos do nosso país.

Ao utilizar métodos de guerra sociológica sobre a consciência das massas trabalhadoras, eles lançaram uma poderosa torrente de calúnias sobre as histórias soviética e russa; desataram as mãos ao capital sombrio, às forças antipopulares, que atuaram contra o poder soviético, contra o Estado unido único.

Na traição ao Partido, o menosprezo aos interesses nacionais e a destruição de nossa Pátria têm uma responsabilidade pessoal de Gorbachev e Iakovliev, Yeltsin e Chevartatse. Corrompida até a medula óssea, a elite e os seus peões decidiram “trocar o poder pela propriedade”. Quando suas ações deram de

encontro com a resistência dos verdadeiros militantes do Partido, os renegados proibiram a atividade dos comunistas nos coletivos de trabalho das empresas estatais e das instituições. Posteriormente, de agosto a novembro de 1991, deram um golpe contra-revolucionário, e fizeram várias tentativas de proibir para sempre a atividade do Partido dos comunistas. A auréola vergonhosa dessas ações foi construída pelo Tratado de Bielovezskaja Pustcha e pela chegada ao poder de traidores assumidos de sua Pátria. A vontade do povo é sagrada. Essa vontade é maior ainda num país soberano. E eles pisotearam o desejo do povo soviético de viver num Estado único, o que foi expresso claramente durante o *Referendum* de 17 de março de 1991.

A imprensa amarela e os meios da elite de informação de massa apresentaram os acontecimentos dramáticos ocorridos com o PCUS como sendo a sua “bancarrota”. Na realidade teve lugar o deslinde ideológico definitivo e organizativo de duas alas do Partido que coexistiram no marco de uma organização formalmente única. Uma delas, que recebeu o nome de “vertical presidencial”, sofreu uma insignificante transformação de quadros e fortaleceu as suas posições nas estruturas de direção. Ela se transformou em partido para a traição nacional, e atualmente governa sem controle no país, permitindo saque e humilhação nunca vistos.

A tarefa principal desse grupo é ver a formação acelerada da nova classe da burguesia moderna, fundamentalmente da classe da burguesia mafiosa-comunista. Com este objetivo, foi levada a cabo a liberação de preços e a privatização. As riquezas nacionais foram entregues ao exterior a preços ínfimos.

O passo seguinte, que contribuiu para a destruição do país, foi o outubro sangrento de 1993. O fuzilamento do Soviète Supremo foi o prólogo da constituição antipopular e do autoritarismo presidencial.

Desse modo, justificou-se consideravelmente a previsão de que, à medida em que vai se construindo o socialismo, a resistência das forças inimigas não se apaga, mas com frequência alcança as formas mais cruéis e monstruosas.

Sem embargo, as forças do socialismo não foram derrotadas. A Rússia pode e deve sair da crise. A experiência histórica testemu-

nha que o êxito de nossa Pátria somente foi alcançado naqueles casos em que os trabalhadores e todo o povo adquiriram consciência dos seus interesses estatais nacionais fundamentais. Nós temos que alcançar esse objetivo pelo nosso próprio caminho.

Para isso, é necessário:

- tirar do poder os círculos de consumistas mafiosos antipopulares pertencentes ao partido da traição nacional, utilizando-se de métodos legais e estabelecendo o poder dos trabalhadores e das forças patrióticas;
- manter a integridade estatal da Rússia, restituir a união renovada dos povos russos, assegurar a reunião nacional do povo russo;
- fortalecer a independência política e econômica da União, restabelecendo seus interesses tradicionais e a sua posição no mundo;
- garantir a paz cidadina na sociedade, solucionar as divergências e contradições mediante a via legal e sobre a base do diálogo;
- declarar guerra decisiva à delinqüência, garantindo a seguridade e a defesa da personalidade e da sociedade em geral;
- tomar medidas urgentes para sair da crise econômica mediante a regularização estatal da vida econômica.

O PCFR propõe a tarefa de agilizar a luta nacional de liberação do povo russo. Nessa luta, o Partido tem aliados reais e potenciais — os partidos políticos do espectro socialista, centrista e conseqüentemente democráticos, e os movimentos patrióticos progressistas: os sindicatos, as organizações trabalhistas, camponesas, feministas, de terceira idade, juvenis, empresariais, de ilustração e criação, as empresas religiosas de todas as religiões tradicionais.

Respeitamos as suas convicções e não imporemos as nossas. Mas para o diálogo e para a interação com eles não consideramos necessário esconder as nossas convicções de que a defesa dos interesses estatais nacionais da Rússia fundiu-se organicamente, na atualidade, com a luta contra o escravidão colonial e a contra-revolução e pelo socialismo e as formas soviéticas de poder do povo. Nós estamos convencidos de que a vida confirmará a nossa verdade.

O Partido vê a passagem por três etapas para que possamos alcançar consecutivamente os objetivos, de modo pacífico.

Na primeira etapa, os comunistas, em conjunto com seus aliados, procurarão formar o governo de salvação nacional. Esse governo deverá eliminar as conseqüências catastróficas das “reformas”, deter a recessão da produção, garantir os principais direitos socioeconômicos dos trabalhadores. Ele próprio está chamado a devolver ao povo, sob o controle do Estado, os bens usurpados contrariamente aos interesses sociais; criar condições aos produtores de mercadorias que lhes permitam trabalhar ativamente dentro da lei; organizar a autodireção e o controle por parte dos coletivos de trabalhadores sobre a produção e a distribuição das riquezas nacionais.

Nessa etapa, conservar-se-ão várias estruturas econômicas condicionadas ao nível de forças produtivas. Os órgãos de poder representativos e o governo garantirão condições para a segurança e a independência do país; criarão garantias para cortar os intentos dos criadores da “nova ordem mundial” de se apoderarem das riquezas naturais nacionais e da base produtiva da Rússia; contribuirão por todos os meios para a integração econômica e política das repúblicas da União Soviética desmembrada indiscriminadamente.

Na segunda etapa, depois de certa estabilidade política e econômica, os trabalhadores participarão de forma mais ampla e ativa da direção das causas estatais através dos Soviets, sindicatos, autogestão dos trabalhadores e outros órgãos advindos como produtos da vida anterior de direção popular direta. Na economia, manifestar-se-á claramente o papel dirigente das formas socialistas de direção, que são mais apropriadas do ponto de vista social, estrutural e técnico-organizativo para garantir o bem-estar do povo. Será o período de transição e recuperação.

A terceira etapa marcará a formação final das relações socialistas sobre a base econômica, que responde aos requerimentos do modelo ótimo de desenvolvimento socialista. Dominarão as formas de propriedade social dos meios de produção. A medida que o nível da coletivização real do trabalho vai crescendo, será reforçada a sua primazia na economia.

Segundo Lênin, determinamos o socialismo pleno como a sociedade sem classes, livre da exploração do homem pelo homem, na qual os bens vitais se distribuem conforme a quantidade, a qualidade e os resultados do traba-

lho. É uma sociedade de alta produtividade do trabalho e da criatividade na produção, alcançados através de uma planificação científica e de direção, de utilização das tecnologias industriais que economizem o trabalho e os recursos. É a sociedade de democracia verdadeira e o desenvolvimento da cultura espiritual, que estimula a atividade criadora da personalidade e a autogestão dos trabalhadores.

Programa Mínimo

O Programa Mínimo prevê uma série de medidas priorizadas para a realização dos objetivos estratégicos do Partido. O PCFR está consciente de que, com o regime antipopular existente, é impossível alcançar a estabilidade socioeconômica e política da sociedade.

Portanto, estando em oposição ao regime governante atual, o Partido Comunista da Federação Russa considera como suas tarefas essenciais, através de meios legais:

- a aprovação de um bloco de leis para o sistema eleitoral e sobre o *referendum*, que garanta a plena consideração dos resultados da votação livre dos cidadãos;
- a celebração de eleições antecipadas para Presidente da Federação Russa e a criação do governo de confiança popular, com o objetivo de solução pacífica da crise política no país;
- fim dos conflitos internacionais fratricidas, restabelecimento da amizade e da colaboração entre os povos;
- derrogação dos acordos concretizados em Belovechskaja Pushtcha e a reconstrução por etapas do Estado único federal sobre base voluntária;
- a garantia da representação máxima possível dos trabalhadores nos órgãos de poder, de autodireção de diferentes níveis e da proteção dos direitos dos coletivos de trabalhadores;
- a não-aceitação de propriedade privada sobre a terra e os recursos naturais, a sua compra e venda e substituição em vida do princípio “a terra pertence ao povo e àqueles que nela trabalham”;
- a aprovação da lei de ocupação e a luta contra o desemprego, garantia real do mínimo indispensável de subsistência para a população;

- fim da ofensa às histórias da Rússia e do período soviético; à memória e à doutrina de V.I. Lênin;
- a garantia dos direitos dos cidadãos à informação verídica, ao acesso aos meios estatais de informação de massa para todas as forças sociais e políticas, que atuem dentro da lei;
- a discussão, com toda a população, e a aprovação por maioria de votos da nova Constituição da Federação Russa.

O Partido utilizou e utilizará diferentes formas de luta dentro e fora do Parlamento, inclusive greves / suspensão do trabalho e outros tipos de resistência civil às ações antipopulares das autoridades, previstas pelas convenções internacionais sobre os direitos humanos.

Ao subir ao poder, em coligação com as forças progressistas, o partido assumirá as seguintes obrigações:

- criar um governo de confiança popular, que prestará contas aos órgãos representativos de poder do país;
- reconstruir os Soviotes e outros órgãos de poder popular;
- restabelecer o controle popular sobre a produção e as entradas;
- mudar o curso econômico, efetuar mudanças urgentes para a regulação estatal com o objetivo de acabar com a recessão da produção, para a luta contra a inflação e para o aumento do nível de vida da população;
- devolver aos cidadãos da Rússia os direitos socioeconômicos garantidos de trabalho, descanso, moradia, ensino gratuito e saúde pública, uma velhice assegurada;
- superar a delinquência, reforçar as medidas penais com relação às pessoas que se dediquem ao furto de propriedades, à corrupção, às especulações, ao banditismo e à comercialização indevida de recursos naturais, bens materiais e espirituais do país;
- levar a cabo uma política exterior independente, que responda aos interesses nacionais e estatais, que reforce a autoridade internacional do Estado russo;
- cancelar os acordos e convênios internacionais que afetem os interesses e a dignidade da Rússia;

- elaborar e substituir, em vida, a doutrina militar que garanta a segurança nacional e a legislação que fixe a impossibilidade de utilização das forças armadas contra o povo;
- estabelecer o monopólio estatal sobre o comércio exterior para as áreas com destinos estratégicos, inclusive para matérias-primas, alimentos deficitários e outros artigos de consumo;
- buscar a recuperação do prestígio do trabalho honesto, da criatividade, do respeito às tradições de unidade e de coletivismo, do idioma russo e cultura, e dos idiomas e culturas dos povos da Rússia;
- fim da imposição de costumes da Europa Ocidental e da América do Norte, do vandalismo histórico, do culto ao lucro, da violência e da corrupção, do egoísmo e do individualismo.

Sendo o partido do povo trabalhador, o PCFR insistirá em chegar a:

- estabilização e diminuição dos preços para todo tipo de produção básica, sobretudo a de alimentos e artigos industriais de primeira necessidade;
- fim do saque à propriedade estatal e a todo o povo; nacionalização ou confisco das propriedades usurpadas contra a lei; atendimento dos interesses do país e dos direitos dos trabalhadores, restabelecendo nesses casos a propriedade de todo o povo ou coletiva;
- realização de programas estatais e regionais de ocupação da população, e a determinação de um complexo determinado de medidas para liquidar o desemprego;
- controle estatal sobre a gestão de bancos comerciais e outras entidades de crédito e financeiras, de diferentes fundos; concentração das operações em divisas nos bancos estatais;
- elaboração de programas com fins específicos de apoio estatal aos produtores para ramos concretos da economia nacional – em primeiro lugar, de alto nível técnico-científico e de altas tecnologias, de protecionismo em relação ao produto nacional e de medidas estritas de exportação do capital ao exterior;
- renovação do potencial científico do país e criação de condições favoráveis para o trabalho criador dos cientistas;

- regulação estatal de todas as operações para os pedidos, produção e realização de produção militar, e elaboração de um programa real de conversão das empresas de defesa;
- reordenamento da política de impostos no sentido de estimular os produtores de mercadorias, de inversões na produção nacional, a recuperação e o incremento da efetividade do usufruto das terras;
- aprovação de leis sobre a terra, segundo as quais ela seja vista como o principal meio de produção, convertendo-se em patrimônio de todo o povo e sendo entregue para usufruto ilimitado às entidades sociais, camponesas e granjeiras com o direito de herança e arrendamento sem direito a venda e como propriedade privada dos cidadãos, os terrenos próximos aos seus domicílios, suas casas de campo e pomares com árvores frutíferas;
- apoio estatal das entidades do complexo agroindustrial independentemente das formas de sua organização e de propriedade, para chegar à paridade dos preços para a produção industrial e agropecuária.

Sendo o partido da justiça social, o PCFR tratará de alcançar:

- a aprovação do complexo de medidas de prevenção contra possíveis abusos e a utilização do poder para qualquer forma de exploração do homem pelo homem;
- a adequação do salário mínimo, bem como das aposentadorias, bolsas e contribuições ao mínimo real de subsistência;
- a compensação à população das poupanças, aniquiladas pela liberalização dos preços em 1992;
- introdução de impostos progressivos aos cidadãos de altas posses e volumes extremamente grandes de propriedades particulares;
- apoio estatal à família, à maternidade e às crianças;
- restabelecimento da rede destruída das instituições infantis pré-escolares e juvenis culturais, de saneamento e desportivas;
- apoio aos inválidos e aposentados, com a introdução de contribuições estatais para famílias de baixa renda e aplicação de medidas urgentes de ajuda social aos necessitados;

- aprovação de leis para a juventude, que garantam educação básica e superior gratuitas; colocação profissional aos graduados, criação de condições para a saída vital favorável para todos; apoio estatal a famílias jovens, e antes de tudo na obtenção de moradias;
- criação de condições normais para a vida, garantidas pelo Estado para os militares, polícia, para os trabalhadores da procuradoria e da Corte Suprema, assim como para seus familiares, assegurando reforma para os militares e para os da reserva; criação de condições de vida adequadas e colocação preferencial nos postos de trabalho;
- cumprimento do programa estatal de diminuição da mortalidade e de estímulo à maternidade e a famílias numerosas;
- o PCFR opta pela realização real dos direitos e liberdades do homem, estipulados pelas normas de direito internacional. O Partido contribuirá para o cumprimento de todas as formas de atividade de proteção dos direitos;
- desenvolvimento das garantias materiais e jurídicas dos direitos do homem.
Sendo o Partido do patriotismo, do internacionalismo e da amizade entre os povos, o PCFR insistirá em chegar a:
 - garantir a unidade, a independência e a integridade da nossa Pátria, o acordo entre as nações, a recuperação da amizade entre os povos por vários séculos;
 - proteger os valores históricos e espirituais do povo russo e outros povos do país;
- executar a política nacional, baseada no reconhecimento de igualdade das nações, da responsabilidade histórica de cada povo pela integridade nacional da Rússia;
- assegurar aos representantes de diferentes grupos étnicos iguais condições, participação em todas as esferas da vida do país e das regiões;
- respeitar a ortodoxia e outras tradições religiosas dos povos da Rússia;
- colaborar com diferentes movimentos culturais, políticos, sociais e profissionais, assim como com os partidos e organizações que reflitam especificamente a multinacionalidade da Rússia e estejam preocupados com o incremento do bem-estar dos seus povos, bem como da sua potência e influência no mundo. ■



REVISTA CUBA INTERNACIONAL

Para conhecer sua realidade, uma fonte confiável!

A Ilha, sua vida e costumes em suas próprias palavras!

Assinatura anual (6 números): R\$ 20,00.

Remeta-nos um cheque no valor acima, indicando:

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____ ESTADO _____ CEP _____



DISTRIBUIDOR NO BRASIL

Ebrasil – Livros Portugueses

Rua Genebra, 161 - Bela Vista

Tel.: (011) 606-0877 e 604-1748 - Fax: 232-7021

CEP 01316-010 - São Paulo - SP

Solicite
catálogo

Ciro e Unger e as “privatizações espetaculares”

O próximo passo. **Ciro Gomes e Mangabeira Unger.**

O próximo passo, livro de **Ciro Gomes** e **Mangabeira Unger**, recentemente lançado, aparece, basicamente, como uma crítica à política neoliberal hoje em voga no mundo e sua aplicação no Brasil. Apresenta-se, em subtítulo, como “uma alternativa prática ao neoliberalismo”. Entrevistas de Unger e artigos, em periódicos brasileiros, ajudam a compreender melhor as idéias desse carioca de estirpe baiana que ensina em Harvard.

O programa neoliberal, aquele do “consenso de Washington”, é revisitado pelos autores e sintetizado em quatro pontos: a estabilização monetária, a liberalização econômica, a privatização e as compensações sociais. A estabilização é definida como ancorada “sobretudo na contenção da despesa pública”; a liberalização é basicamente “entendida como a aceitação da concorrência internacional”; a privatização é “vista como o abandono pelo Estado de atividades produtivas”; e as compensações sociais são aquelas “destinadas a suavizarem os efeitos sociais dos reajustes econômicos”.

A “idéia definidora do neoliberalismo” – a de que “o Estado deve abandonar atividades produtivas e estratégicas” – é estigmatizada pelos autores, que mostram não ter ela prevalecido em nenhum país que se desenvolveu, ou se desenvolve. O programa neoliberal, caracterizado como “devaneio do colonialismo econômico e cultural”, é tido como projeto de “adesão às instituições dos países ricos do Atlântico Norte”. A publicação está vazada em linguagem contundente.

Na verdade, esse “devaneio” tem sido imposto ao mundo pelos centros internacionais de poder, com variações localizadas. E tem ocorrido espantosa unidade doutrinária entre os principais organismos de coordenação financeira e comercial do mundo, o que leva **Ciro** e **Unger** a chamarem o FMI, o Banco Mundial e a recente Organização Mundial do Comércio de “agentes do ideário neoliberal e dos interesses das potências dominantes”.

A crítica às idéias gerais do neoliberalismo não deixa escapar as especificidades de

sua aplicação, notadamente na América Latina. Ai, acentua-se sua “renúncia a uma estratégia própria de crescimento econômico” e o apelo “duradouro” ao que seriam “expedientes temporários de juros altíssimos e câmbio sobrevalorizado”. E enfatiza-se o traço comum a todas as aplicações latinas do neoliberalismo, “a desestruturação do Estado como agente de uma estratégia própria de desenvolvimento econômico”.

O político **Ciro Gomes** e o cientista **Mangabeira Unger** não se limitam à crítica da economia política neoliberal. Examinam alternativas a esse caminho. Falam da necessidade de uma perspectiva nova, da importância de se “reinventar (...) a rebelião nacional contra um destino que nos seria imposto pelas forças cegas da evolução econômica mundial”; de se “aparelhar um Estado forte e atuante”; e de se ter em mente “um projeto desenvolvimentista e democratizante”. Dissertam sobre cinco diretrizes que norteariam uma primeira etapa desse projeto: elevação da poupança, parceria entre o Estado e as empresas privadas, promoção salarial, educação universal e moderna e inserção, sem submissão, na economia mundial.

São animadoras todas essas opiniões de *O próximo passo*. Discutíveis, porém, quanto a seu sentido, suficiência e eficácia. A questão agrária não é tratada, o que não se compreende. Os recentes acontecimentos do Pará mostram o quanto essa questão está a exigir tratamento prioritário. Um elevado e indiscriminado imposto de consumo é visto como meio para dotar o Estado de altos recursos, mas não considerado como arrocho tributário sobre os mais pobres. O papel dos trabalhadores tampouco é referido. E uma chamada *reforma política* é sinalizada para reduzir o número de partidos, mecanismo clássico de reforço de elites anacrônicas, de cerceamento das minorias políticas e ideológicas, de ameaça à democracia. Apesar de toda essa carga de assuntos polêmicos, as idéias expostas no livro de **Ciro** e **Unger** aprofun-

dam a crítica ao modelo imperante e contribuem, indubitavelmente, para desmascarar as teses pedantemente repetidas pelos acólitos do neoliberalismo no Brasil.

Nota-se no livro, por outro lado, ainda que de passagem, certa apreciação imprópria à resistência ao neoliberalismo que tem sido feita no Brasil: “Os partidos de esquerda, a começar pelo PT, jogaram sua sorte na defesa dos resíduos da antiga economia política dos anos 50 e na solidariedade com os interesses corporativos dos trabalhadores, públicos e privados, mais privilegiados do país”.

Em primeiro lugar, tomar o PT como referência dos partidos de esquerda no Brasil na luta contra o neoliberalismo denota certa debilidade informativa. Embora o PT participe dessa luta, alguns de seus membros com destaque, identificam-se nessa frente deficiências do partido. O componente da luta nacional nunca foi o forte do PT. O PCdoB, o PDT e o PSB, a despeito de forças menores, levantam mais alto a bandeira contra o neoliberalismo entre nós.

Em segundo lugar, restringir a luta até agora feita no Brasil contra o neoliberalismo à defesa de “resíduos da antiga economia política dos anos 50” amesquinha a resistência travada nos últimos tempos entre nós, em condições assaz precárias. O governo desestruturou organismos fundamentais de planejamento, fomento de produção e promoção científica e tecnológica; alienou não apenas empresas importantes, mas algumas indispensáveis para dotar o Estado de força de intervenção no desenvolvimento; reduziu o Estado a uma plutocracia, como aliás muito bem retratam **Ciro** e **Unger**. E foi contra tudo isso que a esquerda lutou quase sozinha...

A referência a “resíduos dos anos 50” desperta uma preocupação. É que “os anos 50” lembram a Petrobrás. E *O próximo passo* prega como “a melhor maneira de resolver o problema patrimonial” as “privatizações espetaculares”! Embora em nenhum momento a Petrobrás apareça como privatizável, as “privatizações espetaculares” ensejam perplexidades. Das grandes, segundo o livro, a Telebrás seria “a primeira”. E as outras, quais seriam? A Vale? A Petrobrás?

Não há dúvida de que as propostas de *O primeiro passo* são outras que não as do

neoliberalismo em vigor. Elas admitem, por exemplo, a fundação de novas empresas públicas, ao tempo em que se privatizam outras. Mas o conceito de “empresa estratégica” é desqualificado, sob o argumento de que não se pode falar em setor estratégico “quando nenhuma força política atuante no país apresenta uma estratégia concreta de desenvolvimento nacional”. O argumento é fugaz, e é nessa base que o livro não aceita como “de valor estratégico a Telebrás e outros alvos possíveis de privatização...”.

“O caminho mais rápido para o pagamento da dívida interna é a privatização (...) de algumas grandes empresas públicas”. Pode ser. Mas desde quando estamos atrás desse “caminho mais rápido” para pagar a dívida interna?

O motivo de não aceitar a privatização de “grandes” como a Petrobrás ou a Vale não é “pureza ideológica”, que Ciro e Unger criticam. O verdadeiro motivo é que isso subtrairia do Estado brasileiro fatores fundamentais de poder efetivos, sem os quais o Estado careceria de condições para definir rumos e ala-

vancar progresso. Uma Petrobrás ou uma Vale privatizadas não poderão ser substituídas por nenhuma outra que possa ser criada paralelamente. São investimentos vultosos, em capital, concessões de ocorrências únicas, tecnologia e longo tempo de maturação. Em qualquer estratégia de desenvolvimento que o Brasil venha a ter, elas serão decisivas, insubstituíveis. Por isso cabe defendê-las. São estratégicas.

Haroldo Lima

Evocação do espírito rebelde

As noites das grandes fogueiras: uma história da Coluna Prestes. Domingos Meirelles. Editora Record, 1995, 765 páginas.

A noite das grandes fogueiras é uma das histórias contadas com a força e o mistério das epopéias. Domingos Meirelles não é o historiador acadêmico que ergue uma “muralha da China” entre o fato histórico e o narrador. Ao escrever uma história-reportagem do tenentismo e da Coluna Prestes, o jornalista sobrevoa os acontecimentos para depois mergulhar no detalhe, na descrição dos personagens, esculpindo em alto relevo os conflitos sociais e humanos da época.

O livro de Meirelles não se propõe a apresentar uma nova tese sobre o significado do movimento dos jovens militares rebeldes, nem a defender uma das já existentes. Se não se limita à simples narração do rapsodo, também não se preocupa em recorrer a vasta documentação e entrevistas para comprovar alguma coisa que não os próprios fatos apresentados.

O autor se distancia das duas principais abordagens em voga nos meios acadêmicos e políticos sobre o papel do tenentismo. A primeira, de viés conservador, atribuía ao tenentismo um parentesco ideológico inexistente com o bolchevismo, instalado na Rússia nos idos de 1917. A segunda, presente em certos

círculos de esquerda, menosprezava a rebelião dos tenentes exatamente por não ser aquilo que pintavam os grupos reacionários.

E o que foi, afinal de contas, a década de 20, na opinião do autor? Domingos Meirelles não diz, mas deixa que os fatos falem por si ao recorrer a editoriais, reportagens e documentos ou arquivos dos dois lados da contenda: o governo Arthur Bernardes e as oligarquias dominantes, de um lado, e o movimento rebelde e os setores sociais que lhe davam sustentação, do outro.

A evocação do tenentismo é uma cortina aberta para o passado. Diante dos olhos extasiados do leitor, desfilam o panorama social devastador, as facções e seus chefes, os interesses do grande capital financeiro internacional, tal como hoje, indiferente ao esquarteramento da nação, desde que dos despojos lhe coubesse a melhor parte.

É curioso observar as referências ao receituário recomendado pela Inglaterra ao governo Arthur Bernardes para debelar a crise econômica: privatizações, corte no pagamento de pensões e no gasto com funcionários públicos, abertura do país ao capital estrangeiro sem qualquer tipo de restrição.

Ao pacote inglês de Arthur Bernardes seguiu-se o plano de estabilização de Washington Luís, que pretendia trocar o desmoralizado mil-réis pelo cruzeiro, ontem, como hoje, em nome dos novos tempos e da modernização do país.

A oposição denunciou o plano, que, na opinião do ex-ministro da Economia Leopoldo Bulhões, traria o país de volta à “triste situação de colônia inglesa ou americana”. No mesmo tom, o jornalista Assis Chateaubriand, diretor de *O jornal*, ironizava o fato de um Projeto de Lei pretender tornar o mil-réis desmoralizado uma das moedas mais fortes do mundo.

Salta ainda no texto de Meirelles um velho fantasma conhecido e temido pelas classes conservadoras: o espírito revolucionário da época. A mola propulsora que faz com que as forças sociais emergentes violem as fronteiras do imaginário em busca de inspiração para desafiar e romper a ordem estabelecida.

O momento não permitia (e nem a eles cabia) abraçar a teoria social mais avançada de seu tempo. Mas aqueles jovens oficiais ajudaram a fecundar com seu gesto de patriotismo e amor à dignidade humana a terra de onde brotaria mais vigoroso e experiente o personagem que começaria a mudar a face política do país: o povo brasileiro.

Aldo Rebelo

Em busca da identidade política

Os caminhos da rosa: um estudo sobre a social-democracia no Brasil.
José Roberto Cabrera. Campinas, SP: 1995.

Essa dissertação de mestrado, defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, é um trabalho pioneiro que ajuda a suprir uma lacuna na ciência política brasileira: a de estudos sobre o PDT e o PSDB. Mas a justificativa para o seu interesse para pesquisadores, analistas e ativistas políticos não se resume à escassez bibliográfica do tema.

O alvo central da pesquisa é o processo (ou a busca) de construção de uma identidade política explicitamente ligada à social-democracia no Brasil; e, como decorrência disso, “discutir os alcances e os limites da ‘social-democracia’ na realidade brasileira” (p. 2). O método privilegiado (embora não exclusivo) para a sua realização foi a análise do discurso partidário oficial, ou seja, documentos, programas, manifestos e declarações do PDT e do PSDB.

Por que o PT não é analisado – já que o título da dissertação pode sugerir a pergunta? No seu 1º Congresso, o PT descartava, no discurso, a social-democracia como “um caminho para a construção do socialismo”, e como “uma alternativa real aos impasses da sociedade brasileira” (apud p. 52). Curiosamente, porém, o autor avança a opinião de que a relação do PT com a social-democracia é “uma questão em aberto” (p. 52), reintroduzindo esse partido na sua análise.

A pergunta que permeia o texto: quais são os efeitos políticos no sistema partidário pós-1985 provocados pelo PDT e PSDB, como partidos preocupados com sua unidade política e ideológica? (pp. 51, 53-54).

Com a liberdade assegurada pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1985, diferentes organizações partidárias puderam se apresentar com um perfil político e ideológico definido. Assim, os partidos vinculados à

social-democracia “contribuem, ou deveriam contribuir, para o fortalecimento de organizações partidárias, em contraposição às legendas onde o fluxo eleitoral é a única razão de ser” (p. 51). Nesse sentido, influiriam no fortalecimento e na definição do sistema partidário, opondo-se às manifestações personalistas, populistas, regionais e fisiológicas tão presentes na história política brasileira.

A análise de José Roberto Cabrera sobre os impasses para a consolidação de uma alternativa social-democrata no Brasil, além de interessante, está na ordem do dia, se tivermos em conta as dificuldades e contradições enfrentadas pelo PSDB pós-94 para implementar seus propósitos vinculados a essa corrente política. Aliás, o autor afirma que a aproximação do PSDB com o então Presidente Collor correspondia não apenas a “arranjos políticos conjunturais”, mas também a “determinações programáticas” (p. 159).

Além de buscar as raízes históricas que poderiam lançar luz sobre esses impasses, extrapolando os limites do sistema partidário, o pesquisador sugere o estudo da formação social brasileira e sua estrutura de classes com sua “arena de conflitos próprios”, já que “tais conflitos determinaram o aparecimento e a evolução de tendências políticas específicas” predominantemente conservadoras (p. 41, v. ainda pp. 125, 157, 164-165, 168).

Após ter reconstituído a longa trajetória da social-democracia de meados do século XIX na Europa até o Brasil de hoje, passando pelo keynesianismo e pelo Estado de Bem-Estar Social; ter apontado seus limites como alternativa à superação do capitalismo – ela “nunca conseguiu um grau de autonomia em relação ao capital privado, pois seu sucesso depende dele”, e assim “precisou do consentimento político da burguesia ocidental para

implementar seu programa” (p. 163); e registrado o esgotamento das condições que permitiam o êxito das experiências européias mais conhecidas, apoiadas no compromisso entre Estado, capital e sindicatos, José Roberto Cabrera afirma, nas suas ‘Considerações Finais’ que essa corrente “apresenta-se, necessariamente, como uma tendência em constante mutação, (...) ainda que dentro de alguns princípios”. E ainda: “o modelo ‘social-democrata’ permite alternativas variadas e distintas” (p. 175). Ou seja, a mutação e a variabilidade residem na *forma*, e não no *conteúdo* da política social-democrata.

Ainda como um convite à leitura e ao debate dessa dissertação, destacaria mais duas questões.

É discutível a pertinência de uma análise apoiada apenas no discurso oficial de partidos para se detectar a construção de sua identidade política. Ainda mais quando o autor parece ter presente – ver especialmente a parte referente à atuação política do PDT, pp. 87 a 99 – a advertência de Joseph A. Schumpeter: “nem um armazém pode ser definido por suas marcas, nem um partido pode ser definido por seus princípios” (*Capitalismo, socialismo e democracia*), no sentido de que o discurso pode ser diferente da prática. Daí a insuficiência da crítica ao tipo de pesquisa feita pelo DIAP na Revisão Constitucional de 1993 (pp. 93-94), já que o próprio autor se apóia principalmente na *autodefinição político-ideológica* do PDT e do PSDB para desenvolver seu trabalho.

Ao concluir que o PSDB, e também o PDT, ainda seriam “um campo aberto de opções políticas” (p. 173), embora atento às injunções da “viabilidade eleitoral” sobre a identidade partidária, José Roberto Cabrera minimiza a “tendência conservadora” que ele próprio antevê na primeira organização. Pois a breve experiência do PSDB no governo, mais do que contrabalançado, tem reforçado essa tendência.

Luciano Cavini Martorano

A farsa do neoliberalismo

A farsa do neoliberalismo. Nelson Werneck Sodré. Série Temas e Reflexões. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995. 120 páginas.

Mais do que para decretar o fim da história, os ideólogos do poder esforçam-se para inventar uma nova história e atribuir a esse ícone que se tornou a queda do muro de Berlim a queda de toda a memória mundial, sobre todos os fatos que se passaram antes da tão famosa queda. Ler essa coletânea de textos de Nelson Werneck Sodré permite-nos resgatar a própria memória. Não fomos nós brasileiros que sonhamos. Nossa memória está funcionando perfeitamente.

O crescimento da dívida externa brasileira e o seu uso como mecanismo de dependência; fusões bancárias, tão em moda; "estatização" de empresas falidas fraudulentamente para que depois sejam "privatizadas" em leilões burlescos, campanhas gigantescas da mídia, com objetivo de tornar verdadeiras certas versões. Esses mecanismos, intrínse-

cos ao processo neoliberal, revisitados à luz da história e com o olhar de um estudioso brilhante como Werneck, vão permitindo ao leitor que ainda tem alguma dúvida, ou que busca fundamentar mais solidamente suas convicções, ter um levantamento e uma análise relevantes na luta contra o projeto neoliberal.

A coletânea prefaciada por Luis Fernando Veríssimo, além de trazer dois artigos inéditos, reúne textos publicados nos jornais *Correio Brasiliense*, *Hora do Povo* e *Zero Hora* no período de 1991 a 1995. Nela, Werneck dedica especial atenção ao papel da mídia e dos *Chicagoboy*s na formulação do ideário e do tratamento publicitário dado ao neoliberalismo no mundo e no Brasil. O autor faz uma compilação das principais campanhas publicitárias a que a imprensa norte-americana chama de *crusade* (bom-

bardeio pela mídia, das mais variadas formas, em torno de uma figura ou fato que se queira ressaltar ou denegrir, até que ele se torne "verdade"). Podemos citar como exemplo dessa *crusade* no Brasil a campanha pela venda da Vale do Rio Doce, mas Werneck lembra inúmeras outras, bem mais antigas e recorrentes.

Assuntos atuais como a reforma da previdência, o congelamento de salários como medida anti-inflacionária e a necessidade de "desprivatizar o Estado para que ele se volte aos assuntos do povo e deixe de ser instrumento de suporte à iniciativa privada" são assuntos tratados no livro com vasta fundamentação de dados e cifras, para neoliberal nenhum contestar, sendo excelente fonte de consultas para estudiosos e ativistas.

A farsa do neoliberalismo, de Nelson Werneck Sodré, não deixa dúvida de que o combate ao neoliberalismo está muito longe de ser apenas um "nhéhnhé" contra o Sr. FHC.

Sara Romera

Errata

A conclusão do artigo 'Lênin e a burocracia', de Luciano Cavini Martorano, *PRINCÍPIOS* nº 40, é a que segue:

Como breve conclusão, é necessário admitir que Lênin, num primeiro momento, subestimou a força da burocracia e sua capacidade de resistência às transformações políticas, mesmo revolucionárias⁴.

Num segundo momento, o líder bolchevique revela grande realismo frente às manifestações de burocratismo no aparelho de Estado soviético, mas não consegue indicar as formas práticas do processo de desestatização. Ou seja, limita-se a reafirmar a conhecida tese marxista do controle da burocracia socialista pelos operários e camponeses⁵, sem indicar a necessidade de esses últimos, através de suas organizações, irem se apropriando, imediata e progressivamente, das atribuições e tarefas

estatais – processo de desestatização protagonizado pelos trabalhadores que fatalmente se chocaria com os interesses da burocracia, mas de cuja exitosa realização depende a construção do socialismo e a transição para o comunismo, onde o Estado deverá desaparecer.

Notas

(4) Max Weber afirmara ainda no início do século: "Quando se estabelece plenamente, a burocracia está entre as estruturas sociais mais difíceis de destruir" (WEBER, s.d.:264). E sobre os interesses da burocracia como grupo social, o sociólogo alemão assinala: "O burocrata individual está, assim, ligado à comunidade de todos os funcionários integrados no mecanismo, eles têm um interesse comum em fazer que o mecanismo continue suas funções e que a autoridade exercida socialmente continue" (WEBER, s.d.: 265).

(5) Daí o erro de Norberto Bobbio em pretender anunciar uma "descoberta do óbvio" no pensamento marxista atual: "Uma dessas descobertas realmente extraordinárias, que desde pelo menos há vinte anos mudou muitas coisas no mundo do marxismo teórico, é que o poder, quando é descontrolado, pode degenerar, e que contra possíveis degenerações do poder ocorre predispor remédios, enaltecer barreiras, erguer defesas eficazes" (BOBBIO, 1979:27).

Ora, há mais de um século Marx apresentou a tese do controle da burocracia pelos trabalhadores na transição socialista – ver *A Guerra Civil em França*, através de medidas bem mais eficazes do que as defendidas por Bobbio.

Bibliografia

BOBBIO, Norberto. 'Existe uma doutrina marxista do Estado?', in *O marxismo e o Estado*. Graal: 1979.

WEBER, Max (s.d.). *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar.

Assine a revista



Princípios é uma revista trimestral que debate os grandes problemas da atualidade. É a revista de uma época de muitas perguntas e poucas respostas para os que almejam construir um mundo de igualdade.

É um espaço de indagação, investigação, elaboração, debate, polêmica, busca de caminhos, ainda que novos, irreverentes e subversores.

É um ponto de referência do pensamento marxista sobre as coisas do nosso país e do nosso tempo. Você está no meio desse debate. Entre nele!

Leia, recomende, discuta e assine *Princípios*.

Uma revista de orientação marxista.

Nome _____

Endereço _____

Bairro _____ Fone _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Assinatura anual (4 edições) - R\$ 30,00

Assinatura especial (9 edições: 5 passadas + 4) - R\$ 45,00

Assinatura bianual (8 edições) - R\$ 55,00

Mande cheque nominal com seus dados. Se preferir, ligue ou escreva dando o número do cartão Credicard e o vencimento. Ou ainda telefone, para que enviemos a revista junto com o boleto bancário.

Editora Anita Ltda.

R. Monsenhor Passalaqua, 158 – CEP 01323-010 – São Paulo – SP – Fone/Fax: (011) 289-1331

Números disponíveis para assinatura especial ou compra avulsa: 17, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39 e 40. Preço: R\$ 5,00.

Trecho do poema
*Canto para as
transformações
do Homem*

Moacyr Félix



É inútil querer parar o Homem:
em tudo que de amor cantar
o seu sonho caminhará.
É inútil querer parar o Homem,
o que transforma a pedra em piso,
o piso em casa e a casa em fonte
de novas músicas de carne:
a andar em forma de palavras
sob os arvoredos da vida
o seu sonho caminhará

do pensamento para as mãos
e das mãos para o pensamento,
noite e dia caminhará.
Até tornar as mãos em pássaros
libertos
para amar o azul.